

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL

Fernanda Ziani Mendes

**COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERSPECTIVA
SUL-SUL: CONTRIBUIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Santa Maria, RS
2019

Fernanda Ziani Mendes

**COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERSPECTIVA SUL-SUL:
CONTRIBUIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte

Santa Maria, RS
2019

Mendes, Fernanda Ziani

Cooperação e integração regional na perspectiva sul-sul
: contribuições à internacionalização da educação superior /
Fernanda Ziani Mendes.- 2019.

238 p.; 30 cm

Orientador: Marilene Gabriel Dalla Corte

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2019

1. Cooperação Sul-Sul 2. Educação Superior 3.
Internacionalização 4. Políticas Públicas 5. Gestão
Institucional I. Dalla Corte, Marilene Gabriel II.
Título.

Fernanda Ziani Mendes

**COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERSPECTIVA SUL-SUL:
CONTRIBUIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 26 de agosto de 2019:

Marilene Gabriel Dalla Corte, Prof^ª. Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Marilia Costa Morosini, Prof^ª. Dra. (PUCRS)

Patricia Viera Duarte, Prof^ª. Dra. (UDELAR)

Rosane Carneiro Sarturi, Prof^ª. Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À minha Mãe Leonice e ao meu Pai Fernando (*in memoriam*) pelos valores morais e exemplo que conduzem a minha existência.

AGRADECIMENTOS

Este estudo culmina uma etapa de vida que resultou de escolhas feitas em um momento de inúmeros questionamentos pessoais e profissionais. Desenvolvido em um período desalentador do cenário político e econômico brasileiro, só foi possível encontrar sentido nessa travessia pela generosidade e compreensão de um conjunto harmônico que me privilegiou e que agora torno público o meu agradecimento:

- à minha corajosa Orientadora, Prof^ª Marilene Gabriel Dalla Corte, que acolheu minha candidatura com a certeza de que aquele Lattes não era o resumo de minhas experiências, apenas uma formalidade. Me deu a mão desde o princípio, me fez acreditar na minha escrita, me concedeu a deferência de contar com uma banca altamente qualificada. Sua dedicação e sua crença de que o Sol há de brilhar para a Educação nacional foram motivações para seguir adiante;

- às Prof^ªs. Ana Carla Powaczuck, Elisiane Lunardi e Rosane Sarturi que “alumbraron el sendero”;

- às avaliadoras que compõem a Banca examinadora, Prof^ªs Marília Costa Morosini e Patricia Viera Duarte que me agraciaram com sua sabedoria imensurável e generosidade, pontuando observações para a construção da investigação;

- ao Juan, por me acompanhar nos dias de sol e, principalmente, nos dias de chuva, quando o medo era maior. Por cevar o mate enquanto eu escrevia, por me “incomodar” e, sim, por me “incomodar” e obrigar a sair dos livros inúmeras vezes para viver a vida lá fora;

- à Meri, por ser essencial desde sempre em minha vida e por ter sido imensa durante esse período. E, ao Gilberto por não medir esforços em me auxiliar sempre que preciso e pelas palavras de incentivo e apoio constantes;

- às colegas Clarissa e Meiry, ao Prof. Cristian Ricardo Wittmann e à Prof^ª. Kátia Vieira Morais, profissionais da equipe DAEINTER, que foram parceiras(o) compreensivas(o) e indispensáveis para que fosse possível o meu afastamento parcial do setor sem o prejuízo das atividades;

- à Carla, à Cármem, ao David, à Laiane, à Luciane e à Nicole pela irmandade que construímos. Nossas risadas, almoços, cafés, angústias e alegrias compartilhadas me encheram de paz nesses dois anos. Muitos quilômetros foram trilhados só para encontrá-los!

- às (aos) colegas do Grupo de estudos GESTAR, pelo companheirismo e por me ensinarem, a cada encontro a admirá-los cada vez mais pelo comprometimento com as causas da Educação. Certamente, vocês são a mudança que buscamos;

- aos colegas do Mestrado Profissional, que são exemplo de resistência pela Educação;
- à Carmen Lia e ao João, que foram os incentivadores para que eu ingressasse nessa jornada acadêmica;

- aos “caroneir@s”, que me fizeram companhia nos mais de 25.000 quilômetros percorridos tornando mais leve e interessante o “trecho” Livramento-Santa Maria-Livramento.

Enfim, meu agradecimento se estende a todos e todas que, à sua maneira, aportaram significados a esses dias de luz que me brindou o Mestrado.

*La capital nos ofrece
Buen servicio de salud
Los mejores sanatorios
Y hasta el mejor ataúd
Los mejores edificios
La mejor educación
Y para vivir en cuotas
La mejor financiación*

*Si te tienen que operar, Morís en la capital
Cuando quieras estudiar, Morís en la capital
Cuando quieras progresar, Morís en la capital*

*La capital nos ofrece
Buenos libros al leer
Variedad en alimentos
A la hora de comer
Facultades, discotecas
Viaductos y además
Todo lo que está de moda
Para no quedarse atrás*

*Si te tienen que operar, Morís en la capital
Cuando quieras estudiar, Morís en la capital
Cuando quieras progresar, Morís en la capital*

*Dicen intelectualoides
Que hablan por televisión
Que a pasos agigantados
Se despuebla el interior
Y ruegan a los muchachos
No se vayan por favor
Pero para este problema
Solo hay una solución*

*Que te puedan operar, No solo en la capital
Y que puedas estudiar, No solo en la capital
Y que puedas progresar, No solo en la capital*

*Que te puedan operar, No solo en la capital
Y que puedas estudiar, No solo en la capital
Y que puedas progresar, No solo en la capital*

(Pablo Estramin)

RESUMO

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERSPECTIVA SUL-SUL: CONTRIBUIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

AUTORA: Fernanda Ziani Mendes

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Marilene Gabriel Dalla Corte

Esta investigação de Mestrado Profissional foi desenvolvida na linha Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), e se refere à cooperação acadêmica, sob a perspectiva da internacionalização, como um dos sustentáculos capazes de impulsionar a cooperação Sul-Sul. A problemática surge das tensões cotidianas que levam à necessidade de reconhecer como ocorre a implementação e avanço da cooperação acadêmica entre IES de fronteira do Brasil e Uruguai. O objetivo é analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (*Campus Santana do Livramento*) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva. A contextualização da temática parte do resgate dos marcos educacionais emanados pelos organismos internacionais e tópicos da legislação nacional, que sedimentam a educação como direito humano. A proposta se legitima na importância de inovar e qualificar os processos inerentes à gestão da ES, considerando as demandas das políticas públicas e contextos emergentes. A metodologia de pesquisa, na perspectiva aplicada e implicada ao contexto de atuação da pesquisadora, está embasada num estudo de caso de natureza qualitativa, sendo utilizadas como fontes de evidências: documentos, registros de arquivos, questionário *on-line* e entrevista semiestruturada. O reconhecimento do campo de estudo iniciou-se com a pesquisa do estado do conhecimento que apontou os temas e a literatura necessários para aprofundar a reflexão e desenhar a pesquisa aplicada e a construção de dados. A revisão de literatura privilegiou um diálogo multidisciplinar onde no primeiro eixo se busca reconhecer as nuances da colonialidade, da globalização e da cooperação Sul-Sul e o impacto sobre a internacionalização da ES. O segundo eixo traz um panorama sobre a integração fronteiriça. O terceiro eixo prioriza os conceitos inerentes à compreensão de para quem e para quem a internacionalização da ES é importante. O quarto eixo visa compreender como se internacionaliza, para isso a pesquisa apoiou-se nas estratégias da gestão da internacionalização. No quinto e no sexto eixos ilustra-se as principais políticas dirigidas à internacionalização da ES no Brasil e no Uruguai. A construção e interpretação de dados é organizada de forma a correlacionar as referências teóricas aos dados construídos, para responder aos objetivos específicos mediante análise de conteúdo. Nessa perspectiva, são analisadas as percepções de gestores e coordenadores de curso da UNIPAMPA e de profissionais da Udelar acerca da cooperação, os projetos desenvolvidos, os fatores influenciadores e as estratégias consideradas viáveis à cooperação. Alinhado aos marcos educacionais internacionais, às legislações e à perspectiva das normativas institucionais, confrontados com o referencial teórico, formata-se o produto educacional Programa de Cooperação Internacional “FRONTEIRA 2030”, voltado à construção de uma agenda compartilhada para modelos inovativos na ES. Considera-se que o cenário da internacionalização da ES, no contexto da cooperação Sul-Sul, está em constante movimento e não encontra um eco uníssono em razão das assimetrias econômicas entre os países. O panorama remete à conclusão de que o desafio de internacionalização dessas IES de fronteira perpassar o aperfeiçoamento das relações locais, a valorização das multiculturas, os aspectos linguísticos e a formação cidadã como impulsionadores para o desenvolvimento regional e local sustentável.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. Educação Superior. Internacionalização. Políticas Públicas. Gestão Institucional.

RESUMEN

COOPERACIÓN REGIONAL E INTEGRACIÓN EN LA PERSPECTIVA SUR-SUR: CONTRIBUCIONES A LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

AUTORA: Fernanda Ziani Mendes
ASESORA: Prof^a. Dr^a. Marilene Gabriel Dalla Corte

Esta investigación de Maestría Profesional se desarrolló en la línea de Políticas y Gestión de Educación Básica y Superior, en el Programa de Posgrado en Políticas Públicas y Gestión Educativa, de la Universidad Federal de Santa María (UFSM, RS), y se refiere a la cooperación académica, desde la perspectiva de la internacionalización, como uno de los pilares capaces de impulsar la cooperación Sur-Sur. El problema surge de las tensiones diarias que conducen a la necesidad de reconocer cómo ocurre la implementación y el avance de la cooperación académica entre las IES fronterizas en Brasil y Uruguay. El objetivo es analizar la cooperación internacional, en la perspectiva Sur-Sur, entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) y Udelar (Centro Universitario de Rivera), con el fin de presentar contribuciones destinadas a lograr y fortalecer la integración regional solidaria e inclusiva. La contextualización del tema parte del rescate de los marcos educativos emanados por organizaciones internacionales y temas de legislación nacional, que sedimentan la educación como un derecho humano. La propuesta se legitima en la importancia de innovar y calificar los procesos inherentes a la gestión de la educación superior, considerando las demandas de las políticas públicas y los contextos emergentes. La metodología de investigación, desde la perspectiva aplicada e implicada en el contexto de acción de la investigadora, se basa en un estudio de caso cualitativo, que se utiliza como fuente de evidencia: documentos, registros de archivos, cuestionarios *on-line* y entrevistas semiestructuradas. El reconocimiento del campo de estudio comenzó con la investigación del estado del conocimiento que señalaba los temas y la literatura necesarios para profundizar la reflexión y diseñar la investigación aplicada y la construcción de datos. La revisión de la literatura privilegió un diálogo multidisciplinario donde en el primer eje busca reconocer los matices de la colonialidad, la globalización y la cooperación Sur-Sur y el impacto en la internacionalización de la ES. El segundo eje proporciona una visión general de la integración de fronteras. El tercer eje prioriza los conceptos inherentes a la comprensión de por qué y para quién es importante la internacionalización de la ES. El cuarto eje tiene como objetivo comprender cómo internacionalizar, para eso esta investigación se basó en estrategias de gestión de internacionalización. Los ejes quinto y sexto ilustran las principales políticas dirigidas a la internacionalización de la educación superior en Brasil y Uruguay. La construcción e interpretación de los datos está organizada de manera tal que correlacione las referencias teóricas con los datos construidos, para responder a objetivos específicos a través del análisis de contenido. Desde esta perspectiva, se analizan las percepciones de los gerentes y coordinadores de cursos de UNIPAMPA y los profesionales de Udelar sobre la cooperación, los proyectos desarrollados, los factores de influencia y las estrategias consideradas viables para la cooperación. Alineado con los marcos educativos internacionales, la legislación y la perspectiva de las normas institucionales, confrontado con el marco teórico, se forma el producto educativo Programa de Cooperación Internacional "FRONTERA 2030", destinado a la construcción de una agenda compartida para modelos innovadores en la educación superior. Se considera que el escenario de la internacionalización de la educación superior, en el contexto de la cooperación Sur-Sur, está en constante movimiento y no encuentra un eco unificado debido a las asimetrías económicas entre países. El panorama apunta a la conclusión de que el desafío de la internacionalización de estas IES fronterizas debe ser la mejora de las relaciones locales, la valorización de las multiculturas, los aspectos lingüísticos y la formación de ciudadanos como impulsores del desarrollo regional y local sostenible.

Palabras-clave: Cooperación Sur-Sur. Educación Superior. Internacionalización. Políticas Públicas. Gestión Institucional.

ABSTRACT

REGIONAL COOPERATION AND INTEGRATION IN THE SOUTH-SOUTH PERSPECTIVE: CONTRIBUTIONS TO THE INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION

AUTHOR: Fernanda Ziani Mendes

ADVISOR: Prof^ª. Dr^ª. Marilene Gabriel Dalla Corte

This Professional Master's research was developed in Policies and Management of basic and higher education area, in the Postgraduate Program in Public Policies and Educational Management, of the Federal University of Santa Maria (UFSM, RS), and it refers to the academic cooperation, from the perspective of internationalization, as one of the supporters capable of increasing South-South cooperation. The problem appears from the daily tensions that lead to the need to recognize how the implementation and advancement of academic cooperation between border Higher Institution Education in Brazil and Uruguay occurs. The objective is to analyze the international cooperation, in the South-South perspective, between UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) and Udelar (Centro Universitario de Rivera), with a view to presenting contributions aimed at achieving and strengthening solidary and inclusive regional integration. The contextualization of the theme starts from the rescue of educational frameworks emanated by international organizations and topics of national legislation, which sediment education as a human right. The proposal legitimizes the importance of innovating and qualifying the processes inherent in the management of higher education, considering the demands of public policies and emerging contexts. The methodology of research, from the applied and implicated perspective to the context of the researcher's action, is based on a qualitative case study, being used as sources of evidence: documents, file records, online questionnaire and semi-structured interview. The recognition of the field of study began with the research of the state of knowledge that pointed out the themes and literature needed to deepen the reflection and outline applied research and data construction. Thus, the literature review privileged a multidisciplinary dialogue where the first axis seeks to recognize the nuances of coloniality, globalization and South-South cooperation and the impact on the internationalization of higher education. The second axis provides an overview of border integration. The third axis prioritizes the concepts inherent in understanding why and for whom the internationalization of higher education is important. The fourth axis aims to understand how to internationalize, for this research was based on internationalization management strategies. The fifth and sixth axes illustrate the main policies directed to the internationalization of higher education in Brazil and Uruguay. The construction and interpretation of data is organized in such a way as to correlate the theoretical references to the constructed data, to respond to specific objectives through content analysis. Hence, From this perspective, the perceptions of UNIPAMPA managers and course coordinators and Udelar professionals about cooperation, the projects developed, the influencing factors and the strategies considered viable to cooperation are analyzed. Aligned with international educational frameworks, legislation and the perspective of institutional norms, confronted with the theoretical framework, the educational product "Borders 2030" International Cooperation Program is formed, aimed at building a shared agenda for innovative models in higher education. It is considered that the scenario of the internationalization of higher education, in the context of South-South cooperation, is in constant motion and does not find a unified echo due to the economic asymmetries between countries. Therefore, the overview addresses to the conclusion that the challenge of internationalization of these border higher education institution surpass the improvement of local relations, the valorization of multicultures, linguistic aspects and citizen formation as incentivating for sustainable regional and local development.

Keywords: South-South Cooperation. Higher education. Internationalization. Public policy. Institutional management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de Sant’Ana do Livramento e Rivera: localização do <i>Campus</i> Santana do Livramento (UNIPAMPA) e do Centro Universitário de Rivera (Udelar).....	43
Figura 2	- Localização dos <i>campi</i> UNIPAMPA.....	49
Figura 3	- Organograma Institucional UNIPAMPA 2019.....	51
Figura 4	- Organograma do <i>Campus</i> Santana do Livramento.....	58
Figura 5	- Organograma da Udelar e Cursos do Centro Universitário de Rivera.....	63
Figura 6	- Conceitos – Faixa e Zona de Fronteira.....	85
Figura 7	- Rede global (projetos e informação) transfronteiriça pura de Rivera-Sant’Ana do Livramento.....	89
Figura 8	- Oferta de cursos técnicos binacionais Brasil-Uruguaí.....	90
Figura 9	- Diploma de curso técnico binacional Brasil-Uruguaí.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Convênios internacionais da UNIPAMPA.....	54
Gráfico 2	- Países de destino e número de alunos da UNIPAMPA em mobilidade desde 2012.....	56
Gráfico 3	- Países de origem e número de alunos internacionais em mobilidade na UNIPAMPA desde 2012.....	57
Gráfico 4	- Número de servidores no <i>Campus</i> Santana do Livramento em 2019.....	59
Gráfico 5	- Mobilidade <i>Incoming</i> e o <i>campus</i> de ingresso na UNIPAMPA.....	60
Gráfico 6	Mobilidade <i>Incoming</i> e o curso de ingresso na UNIPAMPA.....	61
Gráfico 7	- Indicadores de qualidade na internacionalização da ES.....	103
Gráfico 8	- Círculo da internacionalização.....	114
Gráfico 9	- Potencialidade da CSS, segundo coordenadores de curso do <i>Campus</i> Santana do Livramento.....	138
Gráfico 10	- Reconhecimento do convênio UNIPAMPA-Udelar.....	141
Gráfico 11	- Fatores internos que dificultam a cooperação, segundo coordenadores de curso do <i>Campus</i> Santana do Livramento.....	152
Gráfico 12	- Fatores externos que ameaçam a cooperação, segundo coordenadores de curso do <i>Campus</i> Santana do Livramento.....	154
Gráfico 13	- Potencialidades para projetos de pesquisa em cooperação com o CUR.	158
Gráfico 14	- Potencialidades para projetos de extensão em cooperação com o CUR.	160
Gráfico 15	- Ações possíveis e eficazes para a IaH.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Missão e visão da UNIPAMPA.....	52
Quadro 2	- Valores da UNIPAMPA.....	53
Quadro 3	- Dissertações e teses do período 2012-2018, a partir dos descritores: “educação superior” e MERCOSUL.....	66
Quadro 4	- Sujeitos de pesquisa.....	70
Quadro 5	- Categorias da análise de conteúdo.....	73
Quadro 6	- Conceitos de internacionalização da ES, propostos por Jane Knight....	95
Quadro 7	- Modos de transnacionalização da ES, conforme o GATS.....	100
Quadro 8	- Estratégias para a gestão da internacionalização, segundo Jane Knight	113
Quadro 9	- Ações para a IaH.....	116
Quadro 10	- Fatores influenciadores para a cooperação.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estudantes de graduação da UNIPAMPA em mobilidade.	55
Tabela 2	- Número de alunos no <i>Campus</i> Santana do Livramento em 2019.	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
ARCU-SUL	Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul
AUGM	Associação de Universidades Grupo Montevideo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bracol	Programa Brasil-Colômbia
Bramex	Programa Brasil-México
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPD	Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento
CI	Comprehensive internationalization (Internacionalización integral/ Internacionalização abrangente)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CsF	Programa Ciência Sem Fronteiras
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CUR	Centro Universitário de Rivera
DAEINTER	Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais
ES	Educação Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IaH	Internationalisation at Home (Internacionalização em Casa)
IsF	Programa Idiomas sem Fronteiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEC-OEA	Programa Aliança para o Desenvolvimento da Organização dos Estados Americanos
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
PROPII	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

RANA	Rede de Agências Nacionais de Acreditação
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
SEM	Setor Educacional do MERCOSUL
SIEPE	Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Udelar	Universidad de la República
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UTEC	Universidad Tecnológica del Uruguay

SUMÁRIO

	ENTRECRUZANDO OS CAMINHOS E AS FRONTEIRAS	29
1	INTRODUÇÃO.....	35
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	36
2	METODOLOGIA: CAMINHOS DELINEADOS E TRILHADOS NA PESQUISA.....	47
2.1	FASE EXPLORATÓRIA DA PESQUISA.....	48
2.1.1	Identificando o lócus da pesquisa e coletando dados institucionais.....	48
2.1.1.1	<i>A UNIPAMPA e o seu Campus Santana do Livramento.....</i>	49
2.1.1.2	<i>Panorama da Udelar e o seu Centro Universitário de Rivera.....</i>	61
2.1.2	Estado do conhecimento das produções científicas.....	65
2.1.3	Trabalho de campo.....	69
2.1.4	Análise e tratamento do material empírico.....	72
3	EM BUSCA DE REFERENTES BIBLIOGRÁFICOS E ELEMENTOS DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	75
3.1	UM OLHAR SOBRE COLONIALIDADE, GLOBALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	75
3.2	QUESTÕES DE FRONTEIRA E INTEGRAÇÃO – DE FATO E DE DIREITO.....	84
3.2.1	[Re]visitando a Fronteira da Paz.....	87
3.3	EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	92
3.3.1	Conceito de internacionalização	94
3.3.2	Tensões na dimensão global: internacionalizar para quê e para quem?.	97
3.3.2.1	<i>Internacionalização exógena e mercantilização da ES.....</i>	98
3.3.2.2	<i>Internacionalização endógena e a cooperação solidária.....</i>	105
3.4	ASPECTOS DA GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO NÍVEL INSTITUCIONAL.....	109
3.4.1	A cultura organizativa da internacionalização	109
3.4.2	Como internacionalizar?.....	115
3.5	POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	120
3.6	OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO URUGUAI.....	128
4	CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS NO CAMPO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE UNIPAMPA E UDELAR.....	135
4.1	PERCEPÇÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COM VISTAS À INTEGRAÇÃO REGIONAL E SOLIDÁRIA.....	136
4.2	O CONVÊNIO UNIPAMPA-UDELAR: VERIFICANDO A EFETIVIDADE PARA O CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO.....	140
4.3	RECONHECENDO A COOPERAÇÃO COM O CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIVERA.....	145
4.4	POTENCIALIDADES E ENTRAVES PARA A COOPERAÇÃO.....	149
4.4.1	Elementos para desenvolvimento da cooperação UNIPAMPA e Udelar.....	158
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	167
5.1	INTRODUÇÃO AO PRODUTO EDUCACIONAL.....	167
5.2	DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	168

5.3	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	169
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
	REFERÊNCIAS.....	181
	APÊNDICE A – MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL...	199
	APENDICE B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	201
	APENDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	203
	APENDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO <i>ON-LINE</i>	205
	APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL.....	215
	ANEXO A - CONVÊNIO UNIPAMPA e UDELAR.....	237

ENTRECRUZANDO OS CAMINHOS E AS FRONTEIRAS

A reflexão aqui apresentada pretende situar o leitor que, interessado em notícias de cooperação acadêmica e integração regional, encontrará neste prólogo uma rápida releitura das memórias de uma cidadã que tem sua trajetória, (in)conscientemente, conectada a uma linha.

Linha imaginária e argumento para o distanciamento entre instituições e pessoas. Nessa estremadura, nascem a angústia em compreender a obediência cega à ordem impressa em tratados históricos e a utopia de unir esforços para que o discurso da cooperação inclusiva e solidária entre nações, que hoje fundamenta os documentos oficiais dos governos e organismos internacionais, se torne realidade a partir de um olhar atento para quem está ao nosso lado.

SEM LINHAS...

Não recordo exatamente em que momento entendi que meu pai tinha algo que o diferenciava dos demais, um sotaque com experiências de outro mundo. Lembro-me quando alguém contou que os portugueses descobriram o Brasil, nada mais óbvio do que concluir que ele estava ali. A resposta, porém, me decepcionou. Alguns anos mais tarde, após uma aula de história, perguntei se ele, então, estava entre os cavalarianos às margens do riacho do Ipiranga naquele 1822. Também não! Após algumas explicações compreendi a métrica do tempo.

Meu avô materno, seminarista quando jovem, tinha um encantamento pelo latim e com seus escritos e poesias despertava o lúdico nos netos. Enquanto eu acompanhava a avó materna na beira do fogo de chão ouvia seu lamento por não ter concluído os estudos primários. Na sua singela nobreza, com palavras de um dialeto próprio dos imigrantes italianos, oferecia-me bons conselhos sobre a importância dos estudos. As festas em família eram regadas a conversas entre os parentes, que se esmeravam em expressões que eu acreditava ser de um idioma europeu.

Naquela época não havia limites para o meu pensamento, apenas pontes.

ALGUMAS LINHAS...

Morando nos bordos do Brasil com o Uruguai, desde que nasci, só percebi a presença dos vizinhos ao ingressar na escola aos cinco anos. O idioma e os costumes não me causaram estranheza, afinal, o natural até aquele momento era a sinergia entre sotaques, culturas e estrangeirismos. Em um ambiente de integração e paz cresci com colegas que nasceram do lado de cá da linha e foram registrados do lado de lá (sim, isso acontece) e com amigos que estudam

aqui e moram lá e vice-versa. Essa fusão resulta em uma identidade e um idioma fronteiriço incrementados pelas adaptações de cada lar.

O primeiro questionamento sobre a efetividade da integração entre as culturas dos dois países emergiu na escola primária ao não compreender o porquê de não estudarmos o idioma espanhol. Compreendíamos o castelhano, entretanto, éramos incapazes de aprofundar qualquer discussão. Eles, por sua vez, falavam e escreviam em nossa língua. Afinal, como não dominar o português já que praticamente o acesso à informação televisiva acontecia, em grande parte, através do maior canal brasileiro. Seria uma forma de colonialismo brasileiro?

As linhas abissais¹ desvelam-se!

Não havia muitos caminhos a serem trilhados por uma estudante de 17 anos naquela Fronteira da Paz. *A priori*, a formação profissional era dirigida ao magistério ou ao comércio. Opção reservada a poucos privilegiados era partir para universidades de primeira linha em cidades distantes.

Vinda de uma família de trabalhadores rurais, não me resignei a entrar no mercado de trabalho e estagnar o processo educativo. Em 1990 iniciei a graduação em Direito na cidade de Bagé, distante 160 quilômetros de casa. Foram cinco anos trabalhando durante o dia no comércio da cidade de Rivera e viajando à noite para assistir às aulas.

Como uma peregrinação, os deslocamentos diários foram o mais completo laboratório de experiências. O primeiro enfrentamento entre desafetos. O aprender a ler textos complexos e a compreender sem decorar (sim, só aprendi quando estava na faculdade). As amizades que ali ficaram e as lembranças das comemorações que fazíamos nos últimos dias de prova de cada semestre.

Durante a graduação florescia uma vontade de mudar o mundo, na mesma medida em que perdia a crença de que o Direito é justo e passava a ter consciência sobre o despreparo dos legisladores. A percepção exata sobre os conceitos de contrabando e descaminho, bem como de outras irregularidades a que qualquer cidadão médio de nossa fronteira é compelido diariamente para manter sua sobrevivência.

Trabalhando no Uruguai, pois o salário era mais atrativo do que o pago no Brasil, porém, de forma irregular já que à época não havia a atual legislação de fronteiriços², passei a perceber o vale profundo e sinuoso que permeava a tal integração quando algumas vezes tive que me

¹Santos (2007) explica que as linhas cartográficas que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial persistem como linhas abissais no pensamento moderno.

²Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004. Promulga o Acordo para permissão de ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteiriço a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças.(BRASIL, 2004a)

esconder ou fugir do órgão fiscalizador, uma vez que estava “ilegal”. Os crimes aconteciam e acontecem aqui e os criminosos fugiam e fogem para lá, e vice-versa. A polícia de forma alguma poderia atravessar a linha para prender o fugitivo. O dono do armazém ainda compra a nossa mercadoria e sobrecarrega seus veículos com o bagajo³, garantindo alimentos mais acessíveis aos moradores do campo e a sua subsistência. O desavisado turista, que transita na rua principal da cidade vizinha nos finais de semana em busca do *free shop*, tem a falsa impressão de que nesse rincão a vida exala perfume francês. Na realidade o que, ainda hoje, rege a região é o interesse comercial, nada inclusivo e solidário.

E a cooperação na educação? Ficava distante do discurso, pois efetivar a troca de saberes num contexto multicultural e com entraves burocráticos de toda ordem pedia um comprometimento dos governos e, mais que tudo, um mudar o *quehacer* cotidiano.

Embora invisível, todos sabem onde está a linha.

OUTRAS TRAVESSIAS...

Em 1995, aos vinte e dois anos, com o peso do diploma e da responsabilidade que advinham do caráter extremamente formal da carreira escolhida resgato o sentimento de pertencimento ao mundo e busco ultrapassar as minhas fronteiras. Minha mãe, fortaleza incondicional, acompanhou esse amadurecimento e nada disse quando me atrevi a deixar aquela terra distante em busca da metrópole. Da despedida no terminal rodoviário até à Terra da Garoa foram vinte e oito horas de expectativas. Empoeirada, mas com o reflexo dos arranha-céus fluando nos olhos, a angústia já fazia morada em um passado distante e um misto de ansiedade, felicidade e de nenhum arrependimento se estabeleceu. Teria meu pai sentido a mesma euforia ao desembarcar naquele chão com seus dezoito anos? Nunca soube a resposta.

Nos cinco anos seguintes todas as manhãs foram ensolaradas e não importava o tamanho do desafio que me esperava naquela mágica e esquizofrênica capital.

Durante o exercício da profissão de advogada muito aprendi sobre diferenças sociais, respeito à diversidade, acesso à equidade e suas limitações, o poder de quem domina o capital, até onde a educação pode levar alguém e a mão, aquela que também é invisível, que não raras vezes impede os que querem estudar de fazê-lo, pois não é do interesse do Estado prover um ensino de qualidade.

³Expressão local que se refere aos produtos de consumo que são comprados em um país e levados a outro como descaminho.

RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE A LINHA ...

Meu retorno à cidade-símbolo do MERCOSUL aconteceu paralelo a um momento de mudança na política brasileira, quando a esperança de um país mais igualitário superou o medo de eleger um representante de um partido de esquerda como presidente da República.

Nos anos que se seguiram e até 2008, trabalhando na região de fronteira com o Uruguai e Argentina, percebi a maturidade ao olhar o contexto em que estava inserida.

A percepção romântica sobre as relações fronteiriças foi substituída por reflexões diversas: Até quando viveremos na ilegalidade? as fronteiras da América Latina (AL) estariam condenadas a serem áreas de interesse de segurança e defesa de território, onde os direitos humanos são relegados? Por que a educação superior gratuita e de qualidade não chega aqui? Se chegasse, sairíamos desta estagnação e o futuro despontaria? As leis federais, ainda que mais realistas do que na época de estudante, ainda em descompasso com as necessidades do dia-a-dia.

Entre a euforia dos brasileiros com o avanço do poder de consumo, facilidades para viagens ao exterior, aumento de salário dos funcionários públicos, reaparelhamento do Estado e inúmeras políticas públicas, em 2006 é implantada a primeira universidade federal na região. Estabelecida *multicampi* em dez pequenas cidades, essa inovação trouxe um sopro de esperança para o desenvolvimento regional. Os jovens não teriam mais que ficar à margem da educação de qualidade!

Encantada com o audacioso empreendimento do governo federal, em 2010 assumo nessa instituição um cargo técnico. A posse coletiva contou com mais de 300 servidores e a reitora *pro tempore*, emocionada, nos alertou que éramos partícipes na construção daquele diferencial na região e que poderíamos ter a iniciativa de processos e procedimentos que entendêssemos importante para imprimir a qualidade nos serviços. Suas palavras perseguem meu caminho profissional desde então.

Não se discute que os docentes são profissionais que merecem deferência por serem responsáveis pela formação humanística e protagonistas no fortalecimento dos pilares do ensino superior. Tampouco há o que questionar acerca da relevância dos estudantes e a sua contribuição para uma sociedade melhor. Apesar disso, o percurso dentro da universidade me alertou que o comprometimento com a educação de qualidade depende de um conjunto harmônico de profissionais de várias áreas e devidamente preparados. Nessa empreitada o *staff* administrativo tem que estar afinado com os propósitos da instituição de maneira a direcionar

suas qualificações para oferecer o suporte necessário a uma educação com responsabilidade social.

Gradualmente fui compreendendo o universo acadêmico que, até então, se restringia a histórico escolar e conteúdo programático. Resoluções e plano de desenvolvimento institucional em construção, autorização de curso tramitando, processo de avaliação de curso com visita *in loco* do Ministério da Educação (MEC), reconhecimento de um dos primeiros cursos...nota máxima no curso, filas intermináveis para preencher vagas, orçamento, reuniões e mais reuniões, enfim tudo o que é inerente à criação de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

O encantamento de uma nova vida, quando recebemos um jovem professor feliz e ansioso iniciando sua tão sonhada carreira docente, concretização de anos de esforço contínuo, é alentador. Da mesma forma, me encanta a impaciência dos jovens alunos que muitas vezes chegam sob o olhar atento de seus pais, preocupados com o filho que começa a se emancipar. Lembro-me de minha mãe ao se despedir naquela rodoviária.

Em 2011, sob o discurso da inovação através ciência e tecnologia, emerge na Academia brasileira o fortalecimento de um contexto que já vinha sendo discutido no país, mas que não havia tomado uma significativa proporção. A partir do Ciência sem Fronteiras (CsF), programa de mobilidade acadêmica internacional, a revolução nas universidades se instala. Nessa sintonia, é criado o setor responsável pelas relações internacionais e eu, até então engajada nas rotinas da universidade e sem sequer dominar o idioma espanhol, fui chamada para compor a equipe.

A frase da reitora fazia eco constantemente. Eu mal sabia do que se tratava a internacionalização, mas com a certeza de que deveria deixar ali toda a minha capacidade de trabalho decidi pesquisar o assunto para que a minha singela colaboração na construção daquele setor fosse ancorada em informações provenientes de estudiosos do tema.

Foram intensos quatro anos elaborando editais, termos de compromisso, colaborando na construção de procedimentos organizacionais, participando de reuniões com coordenadores de curso, acompanhando as alegrias e angústias dos acadêmicos que estavam no exterior e dos alunos internacionais que vinham estudar na universidade. A participação, como ouvinte, em alguns eventos de grande importância acerca do tema agregou conhecimentos sobre a área da educação e me alertou para questões de Ciências Sociais. Aqui, mais alguns muros e algumas fronteiras vão se esmaecendo e um novo olhar vai surgindo.

EM BUSCA DE CONHECIMENTO SOBRE A LINHA...

A decisão por ingressar no mestrado é cancelada pela busca de conhecimentos acerca das políticas públicas destinadas a promover a cooperação internacional. Mais do que isso, por um sentido de que tenho a responsabilidade de contribuir para a integração e desenvolvimento desta região.

Desde o nosso chão, e, em cooperação, penso que é possível construir um ambiente em sinergia com princípios sustentáveis e que se desconecte da ótica meramente neoliberal. Do contrário, continuaremos caminhando para lugar algum e sendo o eterno país do futuro, bem como uma região de difícil manutenção estatal e propositalmente esquecida.

Essas linhas, diferentemente daquela linha, não trazem o significado de limite, são caminhos fronteiros que almejam informar o leitor sobre as motivações que me levam a propor este estudo. Tem a finalidade de compreender o cenário histórico em que nos encontramos de modo a detectar, em conjunto com os atores da comunidade acadêmica, as possibilidades e contribuições de efetivação da cooperação solidária e inclusiva entre os povos, a partir da internacionalização da Educação Superior (ES).

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, a mais complexa e (im)perfeita criação, atravessa a história da humanidade reinventando-se. Desde o brilho refletido nos olhos a partir da primeira faísca de fogo o homem busca (in)conscientemente inovar.

A linha do tempo mostra que uma inovação não é sinônimo de crescimento e resultados positivos, porém, altera o *status quo*⁴ que, inevitavelmente, gerará círculos virtuosos de mudanças. A globalização tem sido conceituada sob a lente de distintas ciências e traz implícita tal perspectiva e transforma-se no pilar de discursos efêmeros de uma sociedade que se entende sócia majoritária da bolha terrestre.

A grande teia do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico é alinhavada mediante o argumento de que a inovação será a mola propulsora para atingirmos esse fim. Bauman (1999, p. 7) ensina que “[...] o termo globalização apresenta-se como uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros [...]”.

Se por um lado a globalização, aliada à revolução tecnológica, abriu o portal para a disseminação da informação e produção de conhecimento em velocidade avassaladora, por outro lado, é possível constatar o declínio moral de governos que persistem em manter sua hegemonia através do desmantelamento das culturas seculares de nações não hegemônicas.

Nesse cenário, cresce a convergência dos interesses das nações do Sul global⁵ como mecanismo de fortalecimento mútuo e união de esforços no sentido promoverem o desenvolvimento a partir do seu conhecimento. Assim, a interação entre globalização, inovação e cooperação com a atenção às questões globais, nacionais e locais tem guiado o diálogo acerca do protagonismo da ES.

Sob a euforia de destacar-se no contexto globalizado e o complexo cenário econômico e político regional, o Brasil posiciona-se como nação promotora de ações para a cooperação entre países emergentes e em desenvolvimento, sem perder de vista a manutenção das relações com os estados desenvolvidos.

⁴Expressão originada no latim, cujo significado é “No estado em que as coisas estavam antes/antes de; no estado anterior.”(ENCICLOPÉDIA JURÍDICA, 2014)

⁵Para Santos (1995, p. 506-519 apud SANTOS, 2010, p. 42) o Sul global refere-se “[...] às regiões periféricas e semiperiféricas e países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial.” “Esta concepção de Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu [...].” (SANTOS, 2010, p. 19)

Esta dissertação propõe o estudo da ES, sob a dimensão da internacionalização, como um dos sustentáculos capazes de impulsionar a cooperação Sul-Sul⁶.

Desta forma, esclarece-se que se torna necessária a contextualização da temática a partir do resgate dos marcos educacionais que sedimentam a educação como direito humano e que deve ser priorizado pelos governos. Bem assim, a apresentação da justificativa e objetivos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Pela amplitude temporal que o tema abarca, para fins deste estudo, define-se o colapso mundial timbrado pelas guerras da primeira metade do século XX como ponto histórico para se conhecer os marcos para a educação.

A universalização e a democratização do direito à educação têm sido sublinhadas nas declarações e pactos de organizações internacionais, os quais oferecem diretrizes às políticas das nações no sentido de assegurar aos cidadãos o exercício desse direito fundamental que, apesar de ratificadas por marcos regulatórios dos Estados-membros merece ser priorizado.

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, em uma tentativa de acordo para a promoção da paz entre os povos, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU)⁷. No mesmo ano foi proclamada a constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que tem entre suas funções e propósitos colaborar para “[...] avançar o ideal da igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social [...]” (UNESCO, 1945).

Importante registrar que em 1944, quase simultaneamente à fundação da ONU, a Conferência Bretton Woods cria o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) (GARCIA, 2005), que ao longo das décadas que se seguem interferem nos rumos da educação.

Em 1948, a Assembleia Geral da ONU adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos onde os países membros comungam que deve ser ideal comum a todos os povos o esforço de garantir ao ser humano os direitos que lhe preservem a dignidade, através do ensino e da educação orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade

⁶Segundo a Organização das Nações Unidas, a cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns. (ONU, 2018a)

⁷História da ONU - disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em 2 ago. 2018.(ONU, 2018b)

humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais (ONU, 2009).

Em 1966, foi firmado o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais com o compromisso dos Estados signatários de adotar medidas através de assistência e cooperação internacional para a plena eficácia dos direitos ali reconhecidos. Além de proclamar que a ES deve ser igualmente acessível a todos, com a introdução progressiva da educação gratuita (ONU, 1966).

Assim, a ONU, especialmente através da Unesco, posiciona-se como organismo atuante no direcionamento de ações e incentivo à promoção de políticas públicas que garantam o exercício ao direito à educação que priorize a qualidade e a equidade no acesso, a partir da premissa de ser um bem público.

No ano 2000, os países membros da ONU firmaram a Declaração do Milênio e se comprometeram a atingir oito objetivos ligados à manutenção dos direitos humanos, ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza extrema. No tocante à educação primou-se pela garantia às crianças, de ambos os sexos, de conclusão do ciclo completo do ensino primário e acesso igualitário a todos os níveis de ensino (ONU, 2000).

Em 2015 os objetivos e as realizações foram revisados e foi construída a Agenda 2030, um plano de ação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) os quais estão interconectados, sendo que o sucesso de um envolve o combate a temas que estão associados a outros. O documento estabelece uma parceria global de solidariedade entre governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos comuns e pretende cumprir metas para que se alcance uma sociedade justa, pacífica, inclusiva, livre do medo e da violência, acabando com a pobreza e preservando o planeta. A educação constitui o objetivo 04 e traz as metas a serem alcançadas pelos países signatários (ONU, 2015).

As Conferências sobre ES, promovidas pela Unesco, mobilizam os governos e as organizações não governamentais para desenvolverem estratégias a fim de solucionar os problemas e inequidades relativas ao assunto, estabelecem diretrizes internacionais para as políticas nacionais e são fóruns onde podem ser debatidas novas propostas e atingidos consensos.

Nesse aspecto, as declarações resultantes das Conferências Regionais de ES da América Latina e Caribe⁸, assim como as das Conferências Mundiais de ES e demais fóruns de discussão

⁸Conferências Regionais de Educação Superior da América Latina e Caribe: Declaração de Havana (1996), Declaração de Cartagena (2008) e Declaração de Córdoba (2018). (UNESCO, 2018). Conferências Mundiais de Educação Superior: Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998 (USP,

sobre a temática fortalecem a concepção de que a ES deve ser bem público acessível a todas as pessoas e comprometida com a integração regional. A Conferência Mundial sobre Educação Superior para o século XXI: Visão e Ação (1998) destacou três pontos essenciais para a reforma educacional: a pertinência, a partir da gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos; a melhoria da qualidade com o propósito de promover a inovação social e tecnológica, sem perder de vista a busca pela excelência; a internacionalização com respeito à construção coletiva de uma democracia que reduza as diferenças entre os países a partir de uma colaboração solidária para expandir a compreensão intercultural (DIAS, 2015).

Em sinergia com os ditames dos organismos internacionais, o Brasil tem trilhado os caminhos dos poderes legislativo e executivo no sentido de universalizar e democratizar o acesso à educação em seu território, bem como tem enfrentado os desafios de cruzar as fronteiras através cooperação acadêmica internacional.

A lei suprema que organiza o Estado Democrático de Direito, determina: “Art. 205: A educação é um direito de todos e dever do Estado [...]” (BRASIL, 2017). No intuito de assegurar os mandamentos da Constituição de 1988 foi sancionada a Lei nº 9.394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prega que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

Em 2007 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que teve como propósito, a partir de um conjunto de programas, harmonizar o objetivo da política nacional de educação com os objetivos fundamentais da República quais sejam: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Bem como, apresentar políticas para combater os grandes problemas da educação brasileira, da creche à pós-graduação. (BRASIL, 2007b)

Em sintonia com essa proposta destaca-se, entre outras ações, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que teve como fim imediato o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. (BRASIL, 2007a)

Não obstante os significativos avanços, as políticas públicas direcionadas à ES ainda estão longe de validar o texto constitucional. Analisando o censo da ES do ano 2015 constatase que das 2.364 IES brasileiras apenas 295 são públicas (107 federais, 120 estaduais e 68

2018) e Conferência Mundial de Educação Superior - 2009: A nova dinâmica do ensino superior e pesquisa para a mudança social e desenvolvimento (UNESCO, 2009).

municipais), sendo 2.069 da rede privada. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016)

Na árdua tarefa de oferecer políticas educacionais de qualidade para a população de um país com tamanho continental, consideráveis diferenças climáticas e de imensa riqueza cultural o governo prossegue a caminhada de regulamentar as normativas que norteiam esse trajeto.

Em 2014, cumprindo a Emenda Constitucional nº 59/2009, no que se refere ao art. 214 da lei maior, é aprovado a Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE), com periodicidade decenal para o interstício 2014-2024. Suas diretrizes priorizam a consolidação do respeito aos direitos humanos, bem como sedimentam o eixo educação como caminho para a construção de uma nação. Para tanto, estabelece meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (PIB), que assegure o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

As metas 12, 13 e 14 do PNE 2014-2024 referem-se à ES e para alcançá-las são definidas. No tocante à internacionalização podemos citar:

- [...] 12.12) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
- 13.1) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da ES - SINAES, de que trata a Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de ES - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs; (BRASIL, 2014a).

Diante desse movimento pela democratização do ensino superior aponta a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), instituída através da Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008 e lócus da pesquisa ora proposta. A criação da IES, fruto de reivindicação da comunidade local, tem como fulcro minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, a partir da compreensão de que a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente de incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008). Um acordo de cooperação técnica, firmado entre o MEC, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas previa a ampliação do ensino superior na metade sul do estado (UNIPAMPA, 2018a).

O Sul global, em especial a Academia latino-americana, avança a passos largos na reflexão e na sinergia em virtude do incremento de atividades de internacionalização da ES para o progresso do eixo. O discurso é harmônico no sentido de que a educação tem papel fundamental no processo de integração e desenvolvimento regional e que a cooperação entre as nações, a partir do compartilhamento do conhecimento, é um mecanismo capaz de promover a capacitação dos recursos humanos para que tal fim seja alcançado.

A agenda global está determinada a diligenciar ações no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, com vistas a proteger o planeta e acabar com a pobreza extrema. O discurso dos organismos internacionais e governos parte do princípio de que a parceria colaborativa entre as nações é indispensável para desenvolver sociedades do conhecimento interconectadas com a inovação científica e tecnológica.

O atual padrão de política científica e tecnológica brasileira está normatizado pela Lei nº 10.973/2004, também conhecida como Lei da Inovação (BRASIL, 2016a). Dias (2012) posiciona-se no sentido de que os objetivos implícitos desta lei caracterizam o ofertismo, com a motivação de criar condições necessárias para que a pesquisa e a inovação passem a ser responsabilidades das empresas. Moldada a partir de parâmetros internacionais de mercantilização da pesquisa universitária, a implementação da lei encontra obstáculos estruturais quando aplicada à realidade brasileira.

Para Marin (2006), Morosini (2006) e Oliveira (2007), o Banco Mundial e a OMC tendem a considerar a educação como um **serviço de mercado**, divergindo do que é proposto pela UNESCO na “Declaração Mundial sobre Ensino Superior no Século XXI”. Essa declaração foi elaborada na Conferência de Paris, a qual reuniu 180 países, e em seu artigo 14 define o Ensino Superior como um **serviço público**. (ZAMBERLAN, 2009, p. 21)

A colaboração entre países do Sul global traz em seu cerne a intenção da cooperação solidária e inclusiva, de forma a manter a universidade como bem público. Diferentemente, o Banco Mundial vem estimulando o aniquilamento da liberdade acadêmica, que é vista como obstáculo ao projeto de mercantilização da ES promovido pelo Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) (SANTOS, 2011).

Para fomentar a cooperação no eixo Sul-Sul e objetivando promover a integração regional com vistas ao desenvolvimento, o MEC concentrou esforços no início deste século para alavancar o acesso e a internacionalização do ensino superior, tendo como referente a política externa brasileira. Apostou na criação de universidades com perfil dedicado à colaboração internacional, tais como: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana

(UNILA), situada na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com a missão de estimular a integração os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente, os países africanos; a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a UNIPAMPA.

Nesse contexto, onde a justificativa de inovação da política científica e tecnológica tem se mostrado suficiente para a transformação da educação em serviço de mercado, caberá à comunidade acadêmica, respaldada pela gestão universitária, promover o levante necessário para bloquear as tentativas de manutenção do colonialismo arraigado em todos os âmbitos da vida do cidadão do Sul.

A partir da observação do espaço geográfico onde a UNIPAMPA foi implantada, da sua missão institucional e da constatação de que há um movimento em prol do incremento de atividades para a institucionalização da internacionalização, entende-se que o estudo, que propõe-se a desvelar os componentes que permeiam a efetividade desse processo com vistas a promover ações de cooperação Sul-Sul, com foco no Uruguai, é uma proposta viável e relativamente inovadora, especialmente, quando se tem como referência as teses e dissertações desenvolvidas em IES nacionais.

Com base em uma pesquisa do estado conhecimento verificou-se que o tema, muito discutido no exterior, ainda tem espaço para a investigação. Não obstante haja um consenso na Academia acerca da importância da integração regional, registrado especialmente em estudos comparados levados a cabo por educadores e sociólogos, fato é que o discurso encontra entraves para além das diferenças culturais e empecilhos institucionais.

A execução de cooperação internacional nas fronteiras do Brasil apresenta rasgos que evidenciam uma logística emperrada em função de uma legislação arcaica, altamente burocrática e que desconsidera a existência da peculiaridade que envolve a agenda fronteiriça. Ademais, quando se discute questões de fronteira o foco é a segurança pública e não a educação.

Esse espaço fronteiriço se mostra periferia já que, por estar isolado dos grandes centros urbanos e envolto em entraves burocráticos de toda a ordem, o Estado não atende com eficácia e eficiência às peculiaridades das necessidades que permeiam o desenvolvimento dessas sociedades. Assim, originalmente, a inovação tem sido parte dos habitantes que tem seus pés nesse chão e encontram, com criatividade, formas possíveis e mecanismos próprios adaptados à sua realidade para a solução de questões emergentes.

Até bem pouco tempo essa Fronteira estava esquecida pelos governos no que se refere a ES, porém, já se encontra em expansão com *campi* e centros universitários estabelecidos no interior do Brasil e do Uruguai. Tais políticas públicas promovem uma expectativa de melhoria

nas condições de vida de uma comunidade local que, alijada dos grandes centros urbanos, se via condenada à privação do acesso ao ensino superior.

Alarcão (2001), em suas lições sobre escola reflexiva, registra que as relações pessoais devem estar no centro das atitudes e as pessoas devem confirmar-se mutuamente. Nessa relação dialógica surge a possibilidade da verdadeira solidariedade que as sociedades contemporâneas carecem, com a contribuição de educadores amadurecidos que pensam a escola continuamente em sua missão social. Nesse sentido, a equipe de docentes é a principal responsável pela formação de cidadãos com uma mentalidade de colaboração internacional compartilhada e com caráter de responsabilidade social comprometida com a equidade e inclusão.

Refletindo sobre as quatro dimensões de análise para compreender os fundamentos da inovação, de acordo com Garcia (1995): quem inova?, como se inova?, o que será inovado?, por que se inova? Entende-se que a inovação para a concretização da cooperação internacional, que está prevista nos documentos institucionais das IES em pauta, deve ser fruto de um movimento consciente, legítimo e integral dos agentes da comunidade acadêmica.

A temática internacionalização da ES e a cooperação Sul-Sul é o ponto de partida desta pesquisa apresentada no Mestrado Profissional, que faz parte do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG) da UFSM. A motivação está vinculada ao fato de que a Investigadora, sendo servidora pública federal na UNIPAMPA, IES situada em região de fronteira, constatou, a partir de suas vivências, lacunas na concretização da cooperação acadêmica internacional entre a sua instituição e a Universidad de la República (Udelar) situada no Uruguai. Assim sendo, este estudo justifica-se na importância de atuar de forma qualificada e inovadora nos processos inerentes à gestão educacional da ES, considerando as demandas das políticas públicas e contextos educativos emergentes, a exemplo da internacionalização, sempre em consonância com a proposta da linha de pesquisa “LP1 – Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior”. Almeja, portanto, contribuir com um ladrilho na construção de uma universidade mais reflexiva, menos burocrática e mais resiliente, mais eficaz e persistente em seus propósitos, como defende Alarcão em suas obras. A internacionalização da ES, a partir desta ótica, pode distanciar-se do caráter de mercantilização que se estabelece historicamente.

Nesse cenário, a problemática que norteia a investigação surge das tensões cotidianas que levam à necessidade de reconhecimento sobre como ocorre a implementação e avanço da cooperação acadêmica entre IES de fronteira do Brasil e Uruguai.

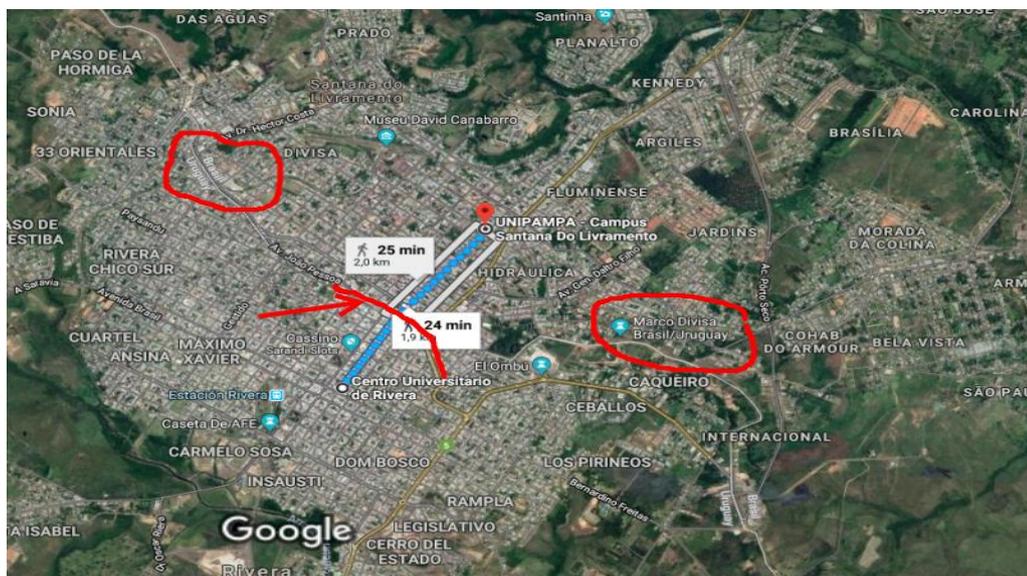
A delimitação dos *lócus*, onde se empreendeu esforços nos processos investigativos da pesquisa de mestrado profissional, cingiu-se ao *Campus* da UNIPAMPA situado em Sant’Ana

do Livramento⁹. Declarado cidade símbolo da integração brasileira com os demais países membros do MERCOSUL¹⁰ e definido como cidade-gêmea¹¹, o município localiza-se na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e faz divisa territorial seca com a cidade uruguaia Rivera (capital do Departamento Rivera), situada no Norte da República Oriental do Uruguai.

Para tanto, o objeto de pesquisa constituiu-se o convênio (ANEXO A) para estabelecer relações de cooperação, assinado em 2011 entre a UNIPAMPA – IES pública brasileira e a Udelar – IES pública uruguaia. Dadas às dimensões das instituições, a investigação limitou-se a compreender como se desenvolve a cooperação entre o *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA e o Centro Universitário de Rivera (CUR) da Udelar.

A conurbação formada entre as duas cidades, as quais tem seus territórios delimitados apenas por marcos, e a localização dos *campi* em estudo podem ser visualizadas na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Sant’Ana do Livramento e Rivera: localização do *Campus* Santana do Livramento (UNIPAMPA) e do Centro Universitário de Rivera (Udelar)



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2018).

Frente ao exposto, propôs-se investigar os pontos fortes e fracos da efetivação dessa parceria, a partir da seguinte problemática de pesquisa: *Como ocorre a cooperação*

⁹Alerta-se que o nome original do município é Sant’Ana do Livramento. O *campus* da UNIPAMPA recebeu a nomenclatura “Santana do Livramento”. Portanto, durante todo o texto serão preservadas as nomenclaturas de acordo com o local a que se estiver referindo (município ou *campus*).

¹⁰Lei nº 12.095 de 19 de novembro de 2009.(BRASIL, 2009)

¹¹Municípios separados pela “linha de fronteira”, seja seca ou fluvial (BRASIL, 2014b).

internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), e quais contribuições possíveis para a concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva? Para tanto, por objetivo geral, priorizou-se “analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva”. Em decorrência, delineou-se os objetivos específicos na seguinte perspectiva: a) reconhecer os projetos acadêmicos e as ações, amparados no convênio de cooperação, desenvolvidos entre a UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), considerando a cooperação e a integração regional solidária e inclusiva; b) identificar os fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera); c) reconhecer as ferramentas utilizadas para consolidar a cooperação acadêmica com vistas à integração regional solidária e inclusiva; d) construir um programa direcionado ao fortalecimento do acordo de cooperação entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), na perspectiva da integração regional solidária e inclusiva.

Feitas as considerações iniciais, o capítulo que se segue apresentará os aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa, tendo em vista a problemática e os objetivos delineados. Será apresentado um panorama da UNIPAMPA e da Udelar, bem como almeja-se demonstrar como os pontos focais utilizados na revisão de literatura foram planejados a partir dos resultados de uma pesquisa do estado do conhecimento, considerando a produção acadêmica nacional disponibilizada por meio de teses e dissertações defendidas no período de 2012 a 2018. Nessa oportunidade, verificaram-se questões estratégicas correlatas à temática, as quais apontaram os temas e as bibliografias necessárias para aprofundar o conhecimento e levar adiante este estudo. Ademais, será dissecado o método de pesquisa utilizado, de maneira a detalhar os procedimentos levados a cabo para a construção e interpretação dos dados.

Na sequência a revisão da literatura privilegiará um diálogo multidisciplinar, em que são (re)visitadas as obras produzidas por referentes da área da Educação e das Ciências Sociais, a partir de seis eixos, quais sejam: a) o resgate teórico do *primeiro eixo* busca reconhecer as nuances da colonialidade, da globalização, da cooperação Sul-Sul e da integração regional correlacionando-as à internacionalização da ES e, para tanto, os conceitos importantes sobre os assuntos compõem a articulação inicial; b) o *segundo eixo* apresenta a realidade da fronteira, estudada a partir de dados censitários e percepções de estudiosos regionais; c) o *terceiro eixo*

prioriza os conceitos inerentes à temática e o aprofundamento sobre a visão mercantil e de cooperação que se estabelece, a fim de entender para quê e para quem a internacionalização da ES é importante; d) o *quarto eixo* visa compreender como se internacionaliza, para isso a pesquisa apoiou-se nas estratégias da gestão da internacionalização; e) o *quinto eixo* busca reconhecer as atuais políticas públicas brasileiras para a internacionalização da ES; f) por fim, no *sexto eixo* se averigua como o Uruguai conduz as políticas de internacionalização da ES.

Munida de dados coletados a partir de diferentes fontes de evidência, passa-se ao entrecruzamento de informações e literatura para uma reflexão que permita a construção e interpretação de dados de maneira a compreender o caso em estudo.

Em se tratando de uma pesquisa aplicada, é apresentado um produto que tem como objetivo colaborar na construção de uma cooperação acadêmica internacional, no sentido de fomentar ações de internacionalização efetivas e eficazes.

Por fim, as considerações finais reconduzem à síntese do estudo proposto, evidenciando e explicitando os caminhos percorridos na jornada investigativa e permitindo um espaço de reflexão.

2 METODOLOGIA: CAMINHOS DELINEADOS E TRILHADOS NA PESQUISA

Este capítulo tem por finalidade apresentar e delinear a metodologia científica escolhida para alinhar aspectos teóricos e práticos da pesquisa implicada ao contexto de atuação profissional. Aqui será apresentado o caminho trilhado em busca da descoberta científica, considerando as opções teórico-metodológicas e, portanto, os procedimentos adotados, na perspectiva da reflexão crítica.

A epistemologia que baliza esta investigação científica se aproxima da perspectiva de cunho materialista dialético, uma vez que a ideia original decorre da necessidade de reconhecer se um conhecimento é verdadeiro ou não, em que a prática social é decisiva como critério da verdade. O estudo do fenômeno de maneira ampla e histórica é condição para a construção do saber (TRIVIÑOS, 1987).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza aplicada posto que, desenvolvida no âmbito do mestrado profissional e em consonância com a legislação específica, busca capacitar a Pesquisadora para práticas e demandas organizacionais no contexto da educação superior. Bem assim, contribuir para agregar conhecimentos ao seu local de trabalho, qual seja o serviço público federal, a partir de interesses locais e globais, em especial na lógica da cooperação entre IES localizadas no Sul global.

Constituiu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, justamente, por perceber-se um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. A opção por esta abordagem de pesquisa justifica-se pelo fato de que os resultados almejados não são quantificáveis, uma vez que estão inseridos em um contexto cultural fronteiro de interações entre nações e de funcionamento organizacional multifacetado. Ademais, a pesquisa descrita nesse relatório final foi constituída desde as primeiras linhas e não apenas na análise dos dados a serem apresentados (TRIVIÑOS, 1987).

Não obstante, a pesquisa tenha buscado identificar os fatores que envolvem a execução de uma cooperação internacional, há que se ressaltar que se limitou a caracterizar-se como explanatória, uma vez que proporcionou maior familiaridade com o problema e na perspectiva de torná-lo explícito. Como estratégia de pesquisa adotou-se o *Estudo de Caso* histórico-organizacional, como tipo de pesquisa adequada a auxiliar a Investigadora na compreensão do problema proposto e na busca de respostas a partir da compreensão da realidade de unidades de análise, conforme ensinam Triviños (1987) e Gil (2012).

Para Triviños (1987), o estudo de caso se utiliza de uma estatística simples, distanciando-se do modelo positivista, e trata-se de uma categoria que analisa profundamente a

natureza e abrangência da unidade em estudo tornando-se mais complexa a medida que se aprofunda no tema.

Yin (2010) ensina que o estudo de caso propõe um olhar holístico sobre o fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto. Trata-se de uma investigação empírica, profunda e exaustiva sobre um ou poucos objetos, sobre o problema de forma a identificar os fatores que o influenciam ou são influenciados, complementa Gil (2002; 2012).

Assim sendo, é pertinente que a construção da investigação se debruce no reconhecimento das IES e seus dados censitários, na conjuntura cultural em que os *campi* estão instalados e na realidade histórica desse cenário. A avaliação de diferentes perspectivas é necessária para o exame das evidências.

Vale destacar que os dados aqui expostos já compõem o estudo. De forma a corroborar com Triviños (1987), no tocante à organização teórica não há intenção de rigidez na estruturação da fundamentação visto que à medida que a pesquisa avança, questões emergentes pedem o aprofundamento em novas bases. Assim, optou-se pela organização do trabalho em capítulos estruturais, os quais são apresentados a partir da revisão bibliográfica, da construção e da interpretação dos dados.

Minayo (2009) explica que a abordagem qualitativa é desenvolvida em três etapas: a *fase exploratória*, o *trabalho de campo* e a *análise e tratamento do material empírico e documental*. Com base nessas etapas apresenta-se a construção da pesquisa.

2.1 FASE EXPLORATÓRIA DA PESQUISA

O caminho teórico-metodológico da pesquisa iniciou-se com diagnóstico sobre os dados e informações que permitiram a construção da proposta.

2.1.1 Identificando o lócus da pesquisa e coletando dados institucionais

Triviños (1987) ensina que a pesquisa necessita ser iniciada a partir de dados institucionais disponibilizados em publicações e arquivos.

Mesmo que não se trate de um estudo de caso múltiplo e tampouco comparativo, esta pesquisa busca compreender a cooperação entre duas instituições. Nessa lógica, fez-se necessário buscar informações sobre ambas, de forma a tornar a compreensão do todo mais harmônica. Reitera-se, entretanto, que este estudo buscou compreender a cooperação a partir de um maior aprofundamento empírico sob o ponto de vista dos profissionais da UNIPAMPA.

A seguir são apresentadas informações com dados mapeados e selecionados em documentos disponibilizados nas páginas *web* oficiais da UNIPAMPA e da Udelar. Tais dados estão ao alcance de qualquer cidadão que tenha acesso à internet. Aclara-se, porém, que pinçá-los entre as inúmeras informações disponíveis e apresentá-los neste estudo não se limita a uma simples réplica; trata-se da constituição da base sobre a qual se desenvolveu a pesquisa. Considera-se um levantamento das IES ilustrando o contexto, os dados censitários e o cenário de cooperação internacional que consolidou a concepção da Investigadora acerca da viabilidade e originalidade da investigação.

2.1.1.1 A UNIPAMPA e o seu Campus Santana do Livramento

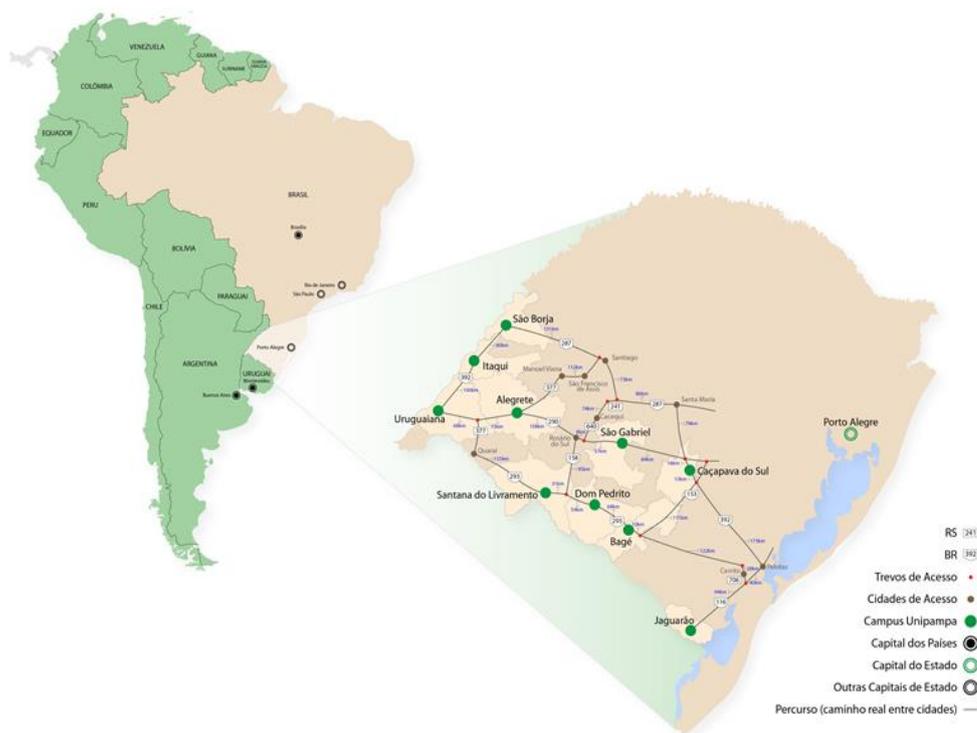
A UNIPAMPA tem como objetivos: ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do RS. Conforme Figura 2, se estabelece em dez Unidades Universitárias (*campi*), as quais estão sediadas em cidades localizadas em faixa de fronteira¹² brasileira: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

O território em que seus *campi* foram estabelecidos traz consigo implícita a convicção de que o desenvolvimento regional a que se propõe se alargará além-fronteiras. Assim, a integração com os países parceiros do bloco Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) emerge como força natural para alavancar o progresso em um contexto decadente fomentado por décadas de descaso dos governos.

Na Figura 2 apresenta-se a localização da UNIPAMPA no território da América Latina e Brasil, bem como seus *campi* no Estado do Rio Grande do Sul:

Figura 2 – Localização dos *campi* UNIPAMPA

¹²Designação dada pela Lei nº 6.634/1979 e refere-se a faixa interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1979).



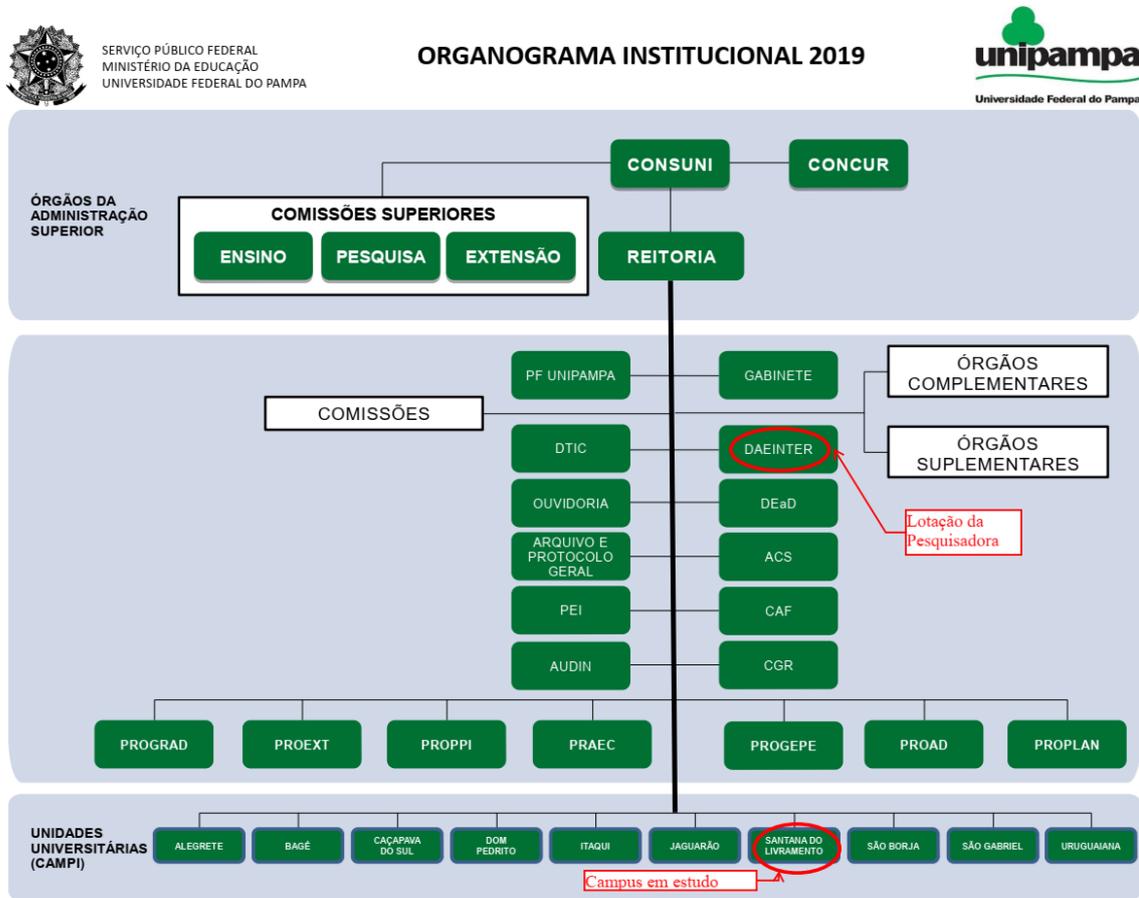
Fonte: (UNIPAMPA, 2019a).

A cooperação entre os povos, com vistas ao progresso da humanidade, é um dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil. Logo, não é equivocado concluir que a política pública de expansão da ES brasileira se reflete em ações direcionadas à colaboração universitária internacional.

Segundo relatório de dados abertos (UNIPAMPA, 2019b), em 2019 foi registrado o quantitativo de 14.723 alunos matriculados em 67 cursos de graduação (UNIPAMPA, 2019c), 25 de pós-graduação *stricto sensu* e 39 de pós-graduação *lato sensu* (UNIPAMPA, 2019d).

Em setembro de 2011 foi criada a Assessoria de Relações Internacionais da UNIPAMPA, estabelecida no *Campus* Santana do Livramento. O setor, diretamente ligado ao gabinete da reitoria, era responsável pela representação internacional, articulação da mobilidade docente, discente e do staff, além de fomento dos convênios internacionais. Atualmente, os assuntos relacionados à cooperação internacional são gerenciados pela Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais (DAEINTER) com sede na reitoria, localizada no município de Bagé e com um escritório de apoio no *Campus* Santana do Livramento, onde está lotada a Pesquisadora. Na Figura 3 é possível verificar a estrutura organizacional atual da UNIPAMPA.

Figura 3 – Organograma Institucional UNIPAMPA 2019



Fonte: (UNIPAMPA, 2019e). Informações sinalizadas em vermelho foram adicionadas pela Autora com a finalidade de situar o leitor.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do interstício 2014-2018¹³ destacava que a gestão, em todas as suas instâncias, devia promover a cooperação interinstitucional internacional como forma de construir a internacionalização como política institucional e que era necessária a criação de condições adequadas para atrair estudantes internacionais e em particular dos países fronteiriços, além de ter em sua pauta a possibilidade de cursos binacionais. Ademais, pontuava o fortalecimento e ressignificação de uma política de internacionalização para a qualificação e inovação, considerando a implementação de uma política linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento da comunidade acadêmica para viabilizar a inserção internacional. (UNIPAMPA, 2013).

¹³PDI 2014-2018 ficou vigente até 30 de junho de 2019. O PDI 2019-2023 foi aprovado em 27 de junho de 2019, através da Resolução nº 246/2019 (UNIPAMPA, 2019f)

No que tange ao PDI para o interstício 2019-2023 (UNIPAMPA, 2019f) nota-se a evolução e os avanços significativos acerca da transversalidade da internacionalização. O texto sublinha o compromisso com práticas pedagógicas inovadoras que promovam a internacionalização citando o *English as a Medium of Instruction* (EMI) e a internacionalização do currículo, com o fomento de pedagogias e metodologias de ensino e de aprendizagem, como novos formatos para esse fim.

A missão da UNIPAMPA foi mantida no novo PDI. Entretanto, no que concerne à Visão foi mantida, porém após desenvolvimento inseriu-se “sustentável” e a palavra “agentes” agora figura como “cidadãos”, conforme se vê no Quadro 1

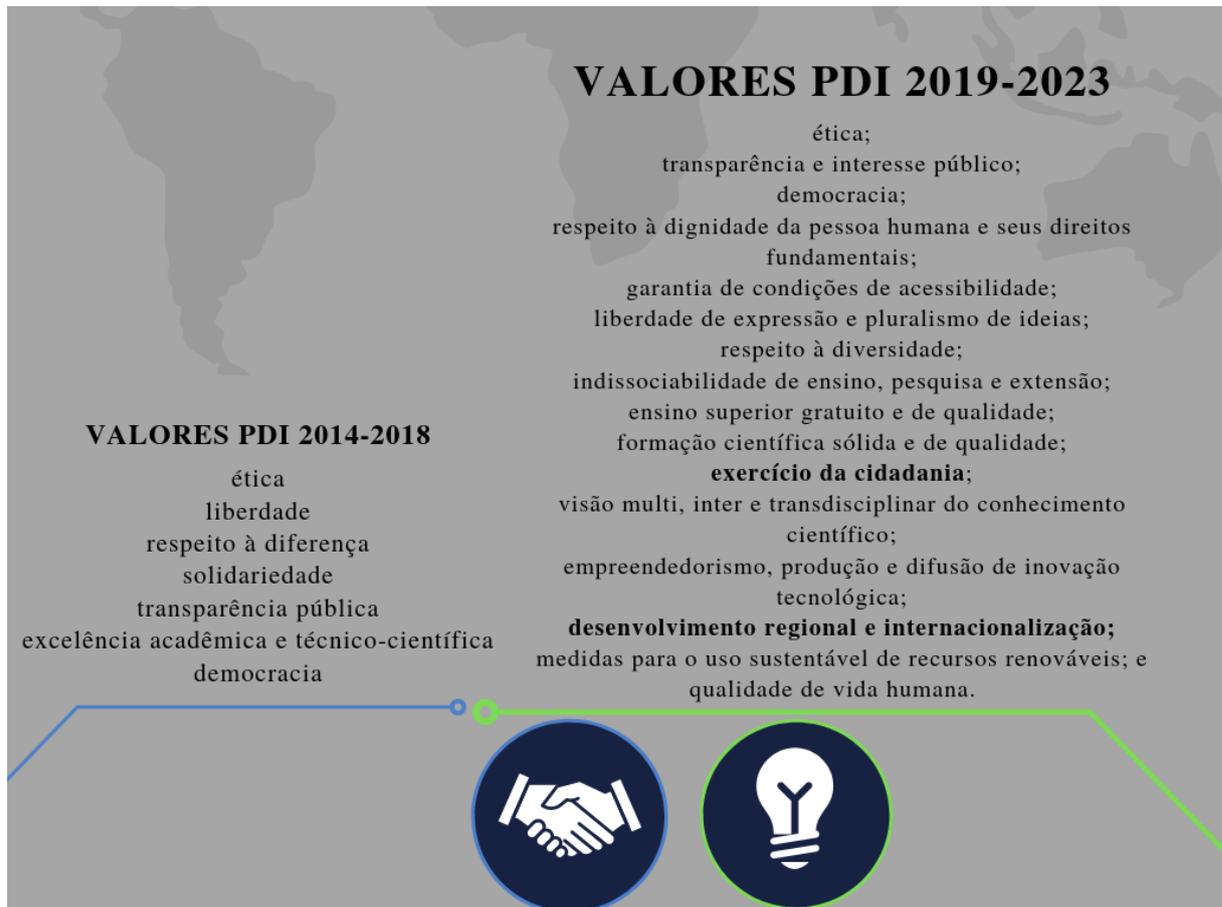
Quadro 1 – Missão e visão da UNIPAMPA



Fonte: Elaborado pela Autora, a partir de UNIPAMPA(2013) e UNIPAMPA (2019f).

Em relação aos valores as modificações foram substanciais e vale observar as diferenças apontadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Valores da UNIPAMPA



Fonte: Elaborado pela Autora, a partir de UNIPAMPA(2013) e UNIPAMPA (2019f).

Contabilizando pouco mais de 10 anos em atividade, a IES apresenta um panorama de internacionalização com dados promissores¹⁴. As ações que materializam a internacionalização perpassam, especialmente, a DAEINTER, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI) e a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

Ao final de 2011, entre as estratégias para promover a integração regional e a internacionalização, a IES lançou a política institucional para o ingresso de candidatos fronteiriços¹⁵. Foram disponibilizadas vagas nos cursos de graduação ministrados nos *campi* Santana do Livramento e Jaguarão, as quais destinavam-se a candidatos uruguaios residentes nas cidades Rivera e Rio Branco, situadas no Uruguai. A partir de 2016, passou a processo

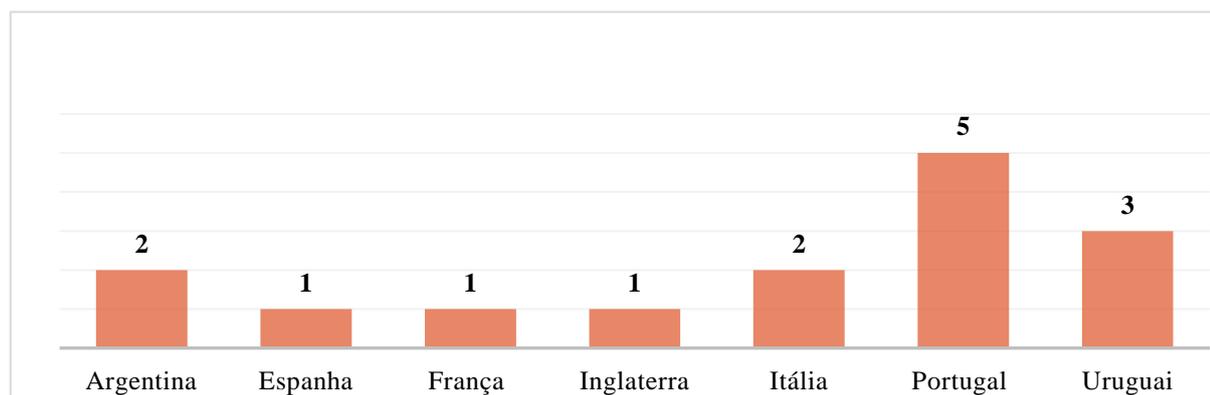
¹⁴Informações pertinentes à internacionalização da UNIPAMPA tomam como referência o Plano institucional de internacionalização (UNIPAMPA, 2018b) e o site da DAEINTER (UNIPAMPA, 2019h).

¹⁵A qualidade de fronteiriço é conferida, a pedido, aos nacionais do Brasil ou Uruguai, residentes nas localidades fronteiriças, entre outras nas fronteiras Jaguarão (Brasil) a Rio Branco (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a Rivera (Uruguai). Poderá ser concedida permissão para:[...] c) frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados (BRASIL, 2004a).

seletivo específico para ingresso de candidatos de nacionalidade uruguaia e argentina¹⁶, em razão do disposto no Decreto nº 8.636/2016¹⁷. No ano de 2018 foram ofertadas 239 vagas distribuídas entre cursos de graduação de 5 *campi* da UNIPAMPA, situados em região de Fronteira. Estavam aptos a concorrer os candidatos residentes nas localidades fronteiriças de Barra de Chuy, Rio Branco, Rivera, Aceguá, Artigas e Bella Unión, municípios situados no Uruguai. Também os residentes nos municípios argentinos: Bernardo de Irigoyen, Alba Posse, San Javier, São Tomé, Alvear, Paso de Los Libres e Monte Caseros. As vagas foram geradas por desligamentos, transferências e abandonos.

No tocante a parcerias para a cooperação verificou-se que no primeiro semestre de 2019 havia convênios/acordos ou protocolos firmados e vigentes com cerca de 15 IES estrangeiras, sediadas nos países indicados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Convênios internacionais da UNIPAMPA



Fonte: Elaborado pela Autora, a partir de dados disponibilizados no site da DAEINTER (UNIPAMPA, 2019g).

A mobilidade estudantil internacional, uma das ações de internacionalização, apresenta um movimento permanente, tanto no sentido *Outgoing* quanto *Incoming*, e se sedimenta a partir de programas de mobilidade aos quais a UNIPAMPA aderiu ou, ainda, através de convênios com IES internacionais.

No que se refere à mobilidade acadêmica internacional de alunos da UNIPAMPA também chamada *Outgoing*, a estatística exposta na Tabela 1 revela que, do total de 278

¹⁶Editais disponíveis em UNIPAMPA (2018b).

¹⁷Os titulares da carreira de trânsito vicinal fronteiriço gozarão dos seguintes direitos nas localidades vinculadas da parte emissora da carteira, constantes do Anexo I:[...] b) Acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade (BRASIL, 2016b).

estudantes de graduação que experimentam um período de estudos em uma IES internacional, 76% foram contemplados pelo Programa CsF¹⁸, o qual priorizou a cooperação o Norte global.

Tabela 1- Estudantes de graduação da UNIPAMPA em mobilidade

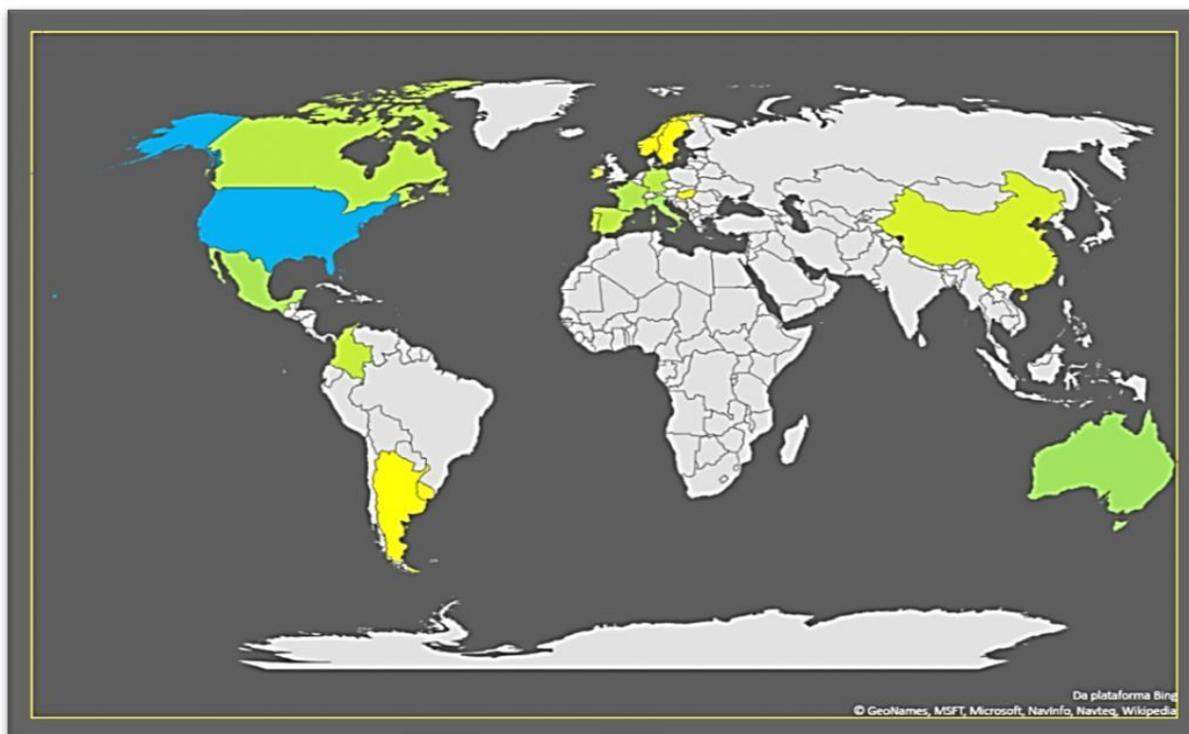
PROGRAMA	ANO EM QUE O ALUNO INGRESSOU NA MOBILIDADE								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Brasil Colômbia - BRACOL – GCUB				5	2	4	3	1	15
Brasil México BRAMEX-GCUB					1	2	4	1	8
CAPES-BRAFITEC	2	5		5	2	1	1		16
Ciência sem Fronteiras – CAPES	4	99	56	6					165
Ciência sem Fronteiras – CNPq	17	18	10	1					46
Convênio internacional/ sem bolsa		1				1	1		3
Santander de Bolsas Ibero-Americanas	5		8	6	1	3		2	25
Total	28	123	74	23	6	11	9	4	278

Fonte: (UNIPAMPA, 2019c).

Apenas 15% das mobilidades *Outgoing* tiveram como destino os países da América Latina, especialmente por meio de programas gerenciados pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). No Gráfico 2, visualiza-se o desequilíbrio na cooperação com o Sul global:

¹⁸Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), implantado pelos Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Efetivou a mobilidade de 101.000 estudantes e jovens cientistas brasileiros no período de 2011 a 2014 (BRASIL, 2018a)

Gráfico 2 – Países de destino e número de alunos da UNIPAMPA em mobilidade desde 2012



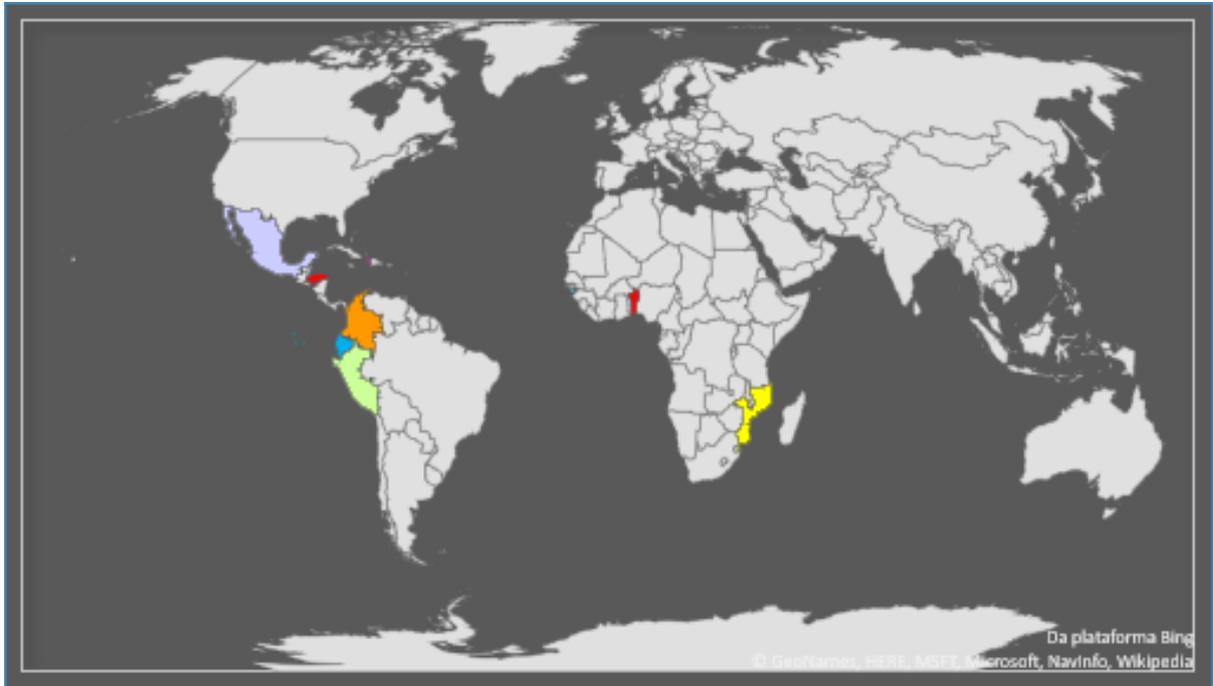
Alemanha 18; Argentina 1; Austrália 25; Canadá 18; China 11; Colômbia 15; Espanha 17; Estados Unidos 64; França 20; Grã-Bretanha 10; Hungria 3; Irlanda 11; Itália 23; México 22; Noruega 1; Portugal 14; Suécia 2; Uruguay 3.

Fonte: (UNIPAMPA, 2019c).

A mobilidade acadêmica de alunos internacionais, também conhecida como *Incoming*, apresenta uma dinâmica próspera de cooperação no eixo Sul-Sul. Ao abrigo do programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)¹⁹, a UNIPAMPA recebe acadêmicos para o curso completo. O programa Santander de Bolsas Ibero-Americanas promove a mobilidade na graduação por um semestre. O GCUB proporciona a possibilidade de um semestre de estudos através dos programas Brasil-Colômbia (BRACOL) e Brasil-México (BRAMEX) no âmbito da graduação. Ademais, sob o abrigo dos programas Aliança para o Desenvolvimento (PAEC-OEA) e o de Formação de Professores ProAfri o investigador pode cursar sua pós-graduação de forma integral na IES, conforme Gráfico 3.

¹⁹ Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) - criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. Oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação. (BRASIL, 2018b)

Gráfico 3 – Países de origem e número de alunos internacionais em mobilidade na UNIPAMPA desde 2012



Benin 1; Cabo Verde 1; Colômbia 18; Equador 1; Guiné Bissau 1; Haiti 1; Honduras 1; México 19; Moçambique 1; Peru 1

Fonte: (UNIPAMPA, 2019c).

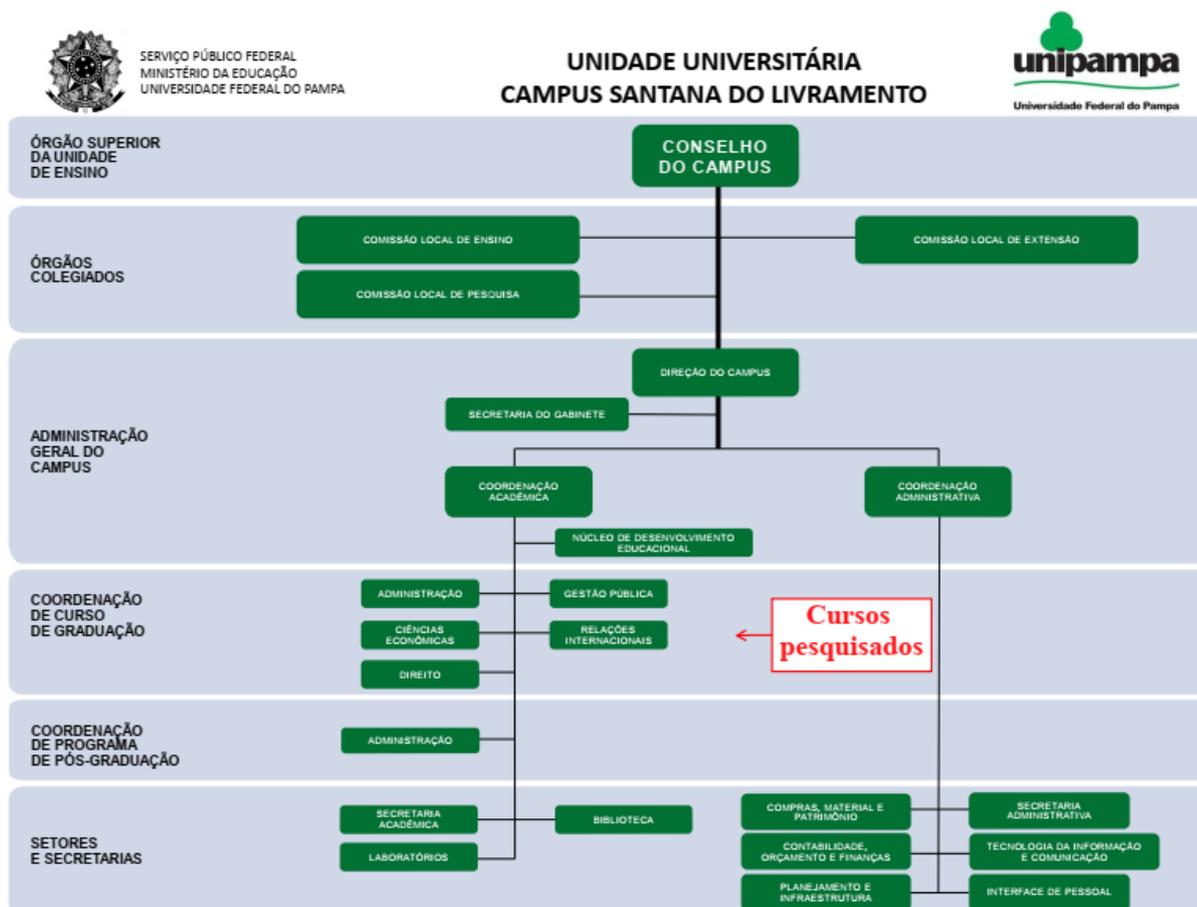
Constata-se que, não obstante a proximidade geográfica com o Uruguai, a UNIPAMPA não registra alunos provenientes de IES uruguaias ou argentinas através dos programas de mobilidade acadêmica acima elencados.

No que tange à política linguística, forte componente da internacionalização, a UNIPAMPA tem desenvolvido ações para o ensino de línguas e exames de proficiência através do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Através desse programa são oferecidos cursos de inglês, espanhol, francês e português para estrangeiros (PLE). Também se verificam projetos de extensão de Centros de Línguas nos *campi* Bagé, Jaguarão e Santana do Livramento. (UNIPAMPA, 2018f)

A pesquisa ora proposta pretende um aprofundamento sobre a unidade universitária da UNIPAMPA situada no município de Sant’Ana do Livramento e o estudo limita-se a analisar a cooperação acadêmica como meio de internacionalização dos cursos *de graduação presenciais*: Administração, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública, os quais alocam-se na área de Ciências Sociais Aplicadas e o curso de Relações Internacionais, que se insere na área do conhecimento de Ciências Humanas.

A estrutura organizacional do *Campus Santana do Livramento* é desenhada na Figura 4 e merece destaque por ser importante referência acerca do ambiente onde se desenvolverá a pesquisa.

Figura 4 – Organograma do *Campus Santana do Livramento*



Fonte: (UNIPAMPA, 2019b, p.24). Informação sinalizada em vermelho foi adicionada pela Autora.

O organograma acima deflagra que o *Campus* apresenta uma detalhada composição de setores administrativos e acadêmicos para atuação em diversas frentes, o que de certa forma pode ser entendida como um ponto positivo na empreitada internacional que esta pesquisa projeta. Vale destacar que, ademais, é cedido espaço em sua estrutura física para que servidores lotados na DAEINTER, na Pró-reitoria de Planejamento e na Prograd exerçam suas atividades.

Não obstante a amostra do estudo seja reduzida aos cursos de *graduação presenciais* ministrados no *Campus*, a seguir é apresentada a Tabela 2 contendo o total da população discente de acordo com o relatório de dados abertos (UNIPAMPA, 2019b).

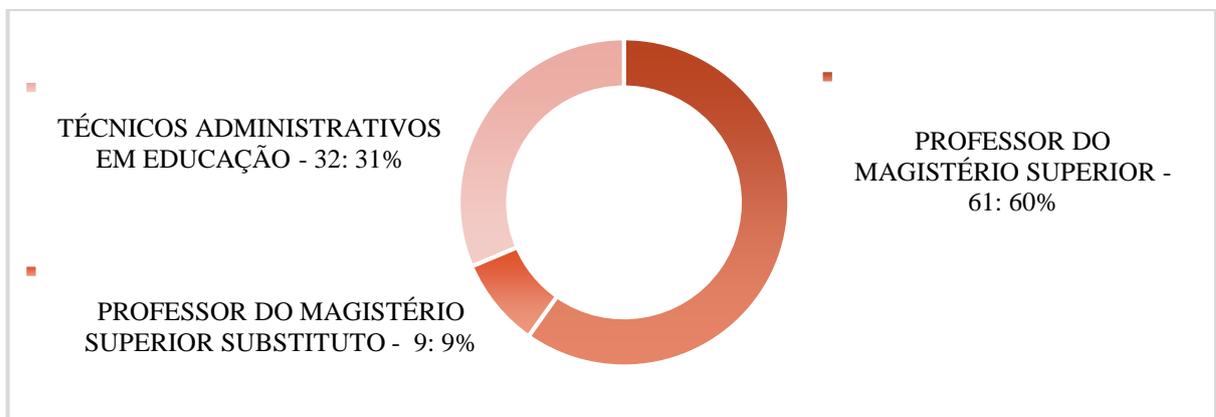
Tabela 2 – Número de alunos no *Campus* Santana do Livramento em 2019

NÍVEL	CURSO	ALUNOS
Graduação	Administração - Matutino	215
Graduação	Administração - Noturno	219
Graduação - UAB	Administração Pública	193
Graduação	Ciências Econômicas	212
Graduação	Direito	237
Graduação	Gestão Pública	178
Graduação	Relações Internacionais	197
Pós - UAB	Espec. Gestão Pública Municipal	165
Pós-Graduação	Espec. Rel. Internacionais Contemporâneas	26
Pós-Graduação	Mestrado em Administração	36
	Total	1678

Fonte: Elaborado pela Autora, a partir do relatório de dados abertos disponível no Sistema Gestão Unificada de Recursos Institucionais (UNIPAMPA, 2019b). Grifo da Autora para destacar os cursos em estudo.

Interessante sublinhar que na Figura 4 não estão disponíveis os cursos constantes na Tabela 2, a qual replica o relatório de dados abertos 2019, disponível no Sistema Gestão Unificada de Recursos Institucionais. Nesta, vê-se que o *Campus* oferta uma graduação e uma especialização através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)²⁰, bem assim uma especialização presencial em Relações Internacionais Contemporâneas.

No Gráfico 4 é possível verificar o quantitativo de servidores que constituem o quadro funcional do *Campus*.

Gráfico 4 – Número de servidores no *Campus* Santana do Livramento em 2019

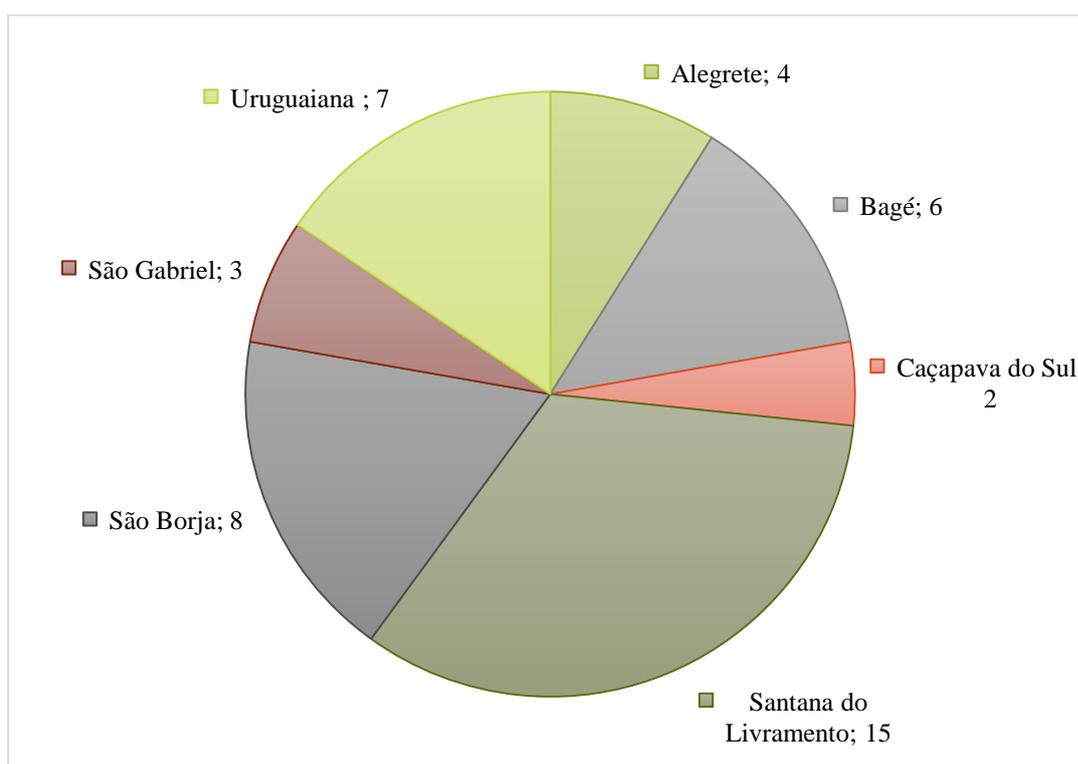
Fonte: Elaborado pela Autora, a partir do relatório de dados abertos disponível no Sistema Gestão Unificada de Recursos Institucionais (UNIPAMPA, 2019b).

²⁰O que é UAB? (CAPES, 2019)

Depreende-se do Gráfico 4 que o *Campus* Santana do Livramento registra um grupo significativo de profissionais aptos a atenderem as necessidades dos alunos regularmente matriculados.

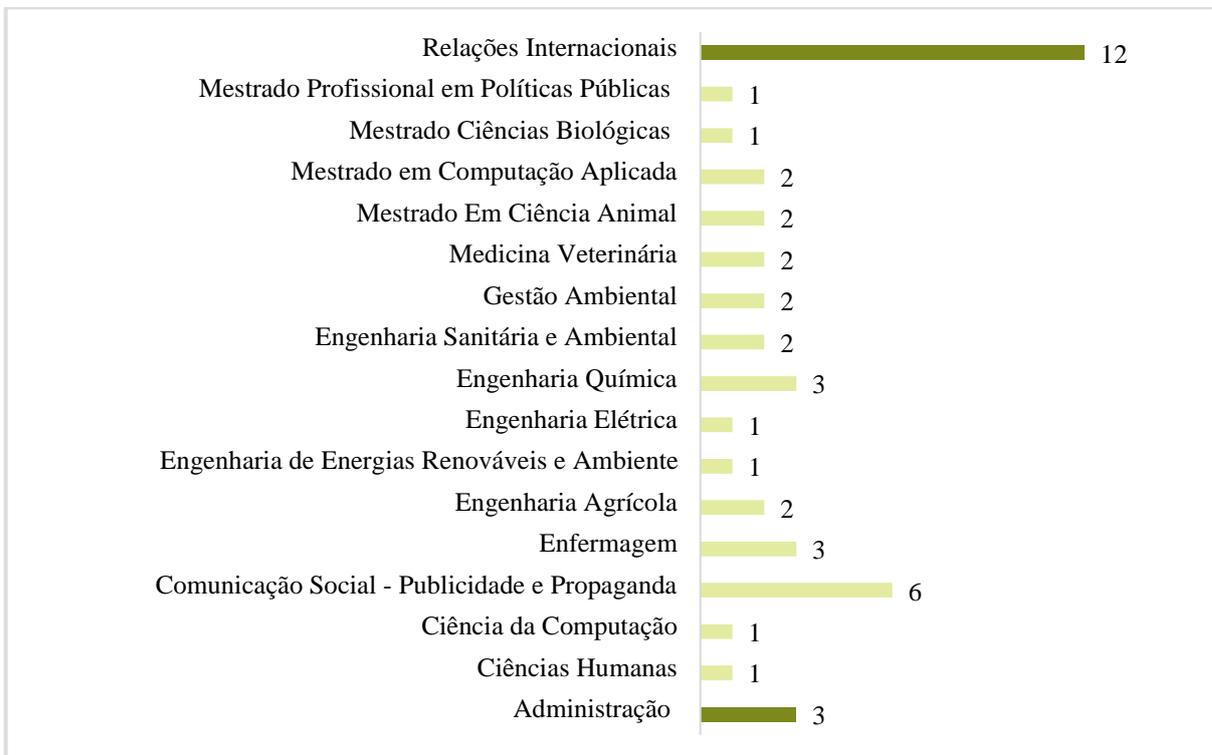
A internacionalização do *campus* em estudo destaca-se no cenário de mobilidade acadêmica internacional se comparado aos demais *campi* da UNIPAMPA. Examinando os gráficos disponibilizados na página *web* da DAEINTER (UNIPAMPA, 2019h), observa-se que ele é líder na recepção de alunos internacionais em mobilidade (15 alunos entre 2012 e 2019), sendo o curso de Relações Internacionais o recordista com 12 alunos e o curso de Administração contabilizando 3 alunos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 – Mobilidade *Incoming* e o *campus* de ingresso na UNIPAMPA



Fonte: (UNIPAMPA, 2019c).

O curso de Relações Internacionais, ofertado no *Campus* Santana do Livramento é o recordista no recebimento de alunos internacionais por mobilidade, contabilizando 12 alunos e, ainda também ofertado nesse *Campus*, o curso de Administração já alcança 3 alunos internacionais. Observe-se o Gráfico 6:

Gráfico 6 – Mobilidade *Incoming* e o curso de ingresso na UNIPAMPA

Fonte: (UNIPAMPA, 2019c).

No que se refere à mobilidade *Outgoing*, o *Campus* Santana do Livramento contabiliza 30 alunos que foram contemplados com a mobilidade, sendo que apenas os *campi* Bagé, Alegrete e Uruguaiana enviaram maior número de discentes ao exterior. O curso de Relações Internacionais, novamente, se destaca tendo enviado 27 alunos ficando atrás, apenas, do curso de Engenharia Química ministrado em Bagé (44 alunos enviados). (UNIPAMPA, 2019c)

Tais números são importante referência quando se considera que o *Campus* Santana do Livramento não teve alunos contemplados no programa CsF (programa que mais enviou alunos para o exterior). Destaca-se que as áreas de conhecimento dos cursos aí ministrados não se inseriam nas áreas mais contempladas por referido programa.

As informações oferecidas pretendem realçar os dados institucionais indispensáveis à percepção das nuances que permeiam a unidade universitária em estudo.

2.1.1.2 Panorama da Udelar e seu Centro Universitário de Rivera

Prioriza-se, aqui, apresentar um panorama acerca da Udelar como forma de situar o leitor em relação à magnitude e potencialidade dessa importante IES internacional.

A Universidad Mayor de la República, atualmente Universidad de la República (Udelar), instituição de educação superior da República Oriental del Uruguay, chegou à vida pública em 18 de julho de 1849, não obstante seu processo de fundação tenha se iniciado 16 anos. É uma instituição pública, autônoma e governada por seus professores, alunos e egressos em um sistema chamado “cogobierno”. No ano de 2018 estimava-se em torno de 125 mil alunos ativos, 11 mil docentes, 600 funcionários. É formadora de 87% dos profissionais do país e responsável por 70% da investigação nacional²¹, estando presente em 14 dos 19 departamentos uruguaios²². Abriga as seguintes Cátedras da Unesco: Derechos Humanos; Carnaval y Patrimonio; Agua y Cultura; Manejo Costero Integrado del Cono Sur; Geociencias de la Plataforma Costera y Continental.

No ano de 2017, a Udelar foi beneficiária de 16,5% do gasto público em educação, segundo dados do Ministério de Educação e Cultura²³ uruguaio. De acordo com o Planejamento Estratégico 2015-2019²⁴, a instituição oferta 95 cursos de graduação, 44 carreiras técnicas e tecnológicas, 11 títulos intermédios, 4 títulos pré-universitários, 31 doutorados, 78 mestrados, 150 especializações.

Entre os seis projetos transversais que permitem alcançar os objetivos estratégicos verifica-se o projeto “Fortalecimiento y calidad de la Gestión y el Desarrollo Institucional” contendo quatro linhas estratégicas.

Uma das linhas estratégicas foca na importância do fortalecimento de serviços, áreas e a consolidação do desenvolvimento no interior do país. Neste tocante, a política de democratização da educação universitária e de acesso ao conhecimento avançado vem fortalecida pelo processo de descentralização da IES, desde 2007, por meio de centros e polos de desenvolvimento regionais. A preparação dos Programas Regionais de Educação Superior (PRET) procuravam estabelecer as regiões universitárias no Uruguai, definindo-se um território para a instalação de uma sede da Universidade com vistas a trabalhar em rede com outras instituições educacionais públicas e privadas. Em 2008, os programas evoluíram para os Polos de Desenvolvimento da Universidade Regional (PDUs). Esses PDUs envolvem a criação e o fortalecimento de centros educacionais de alta dedicação dentro do qual funcionam com base em um conjunto de temas interligados.

²¹De acordo com vídeo institucional em UDELAR (2018).

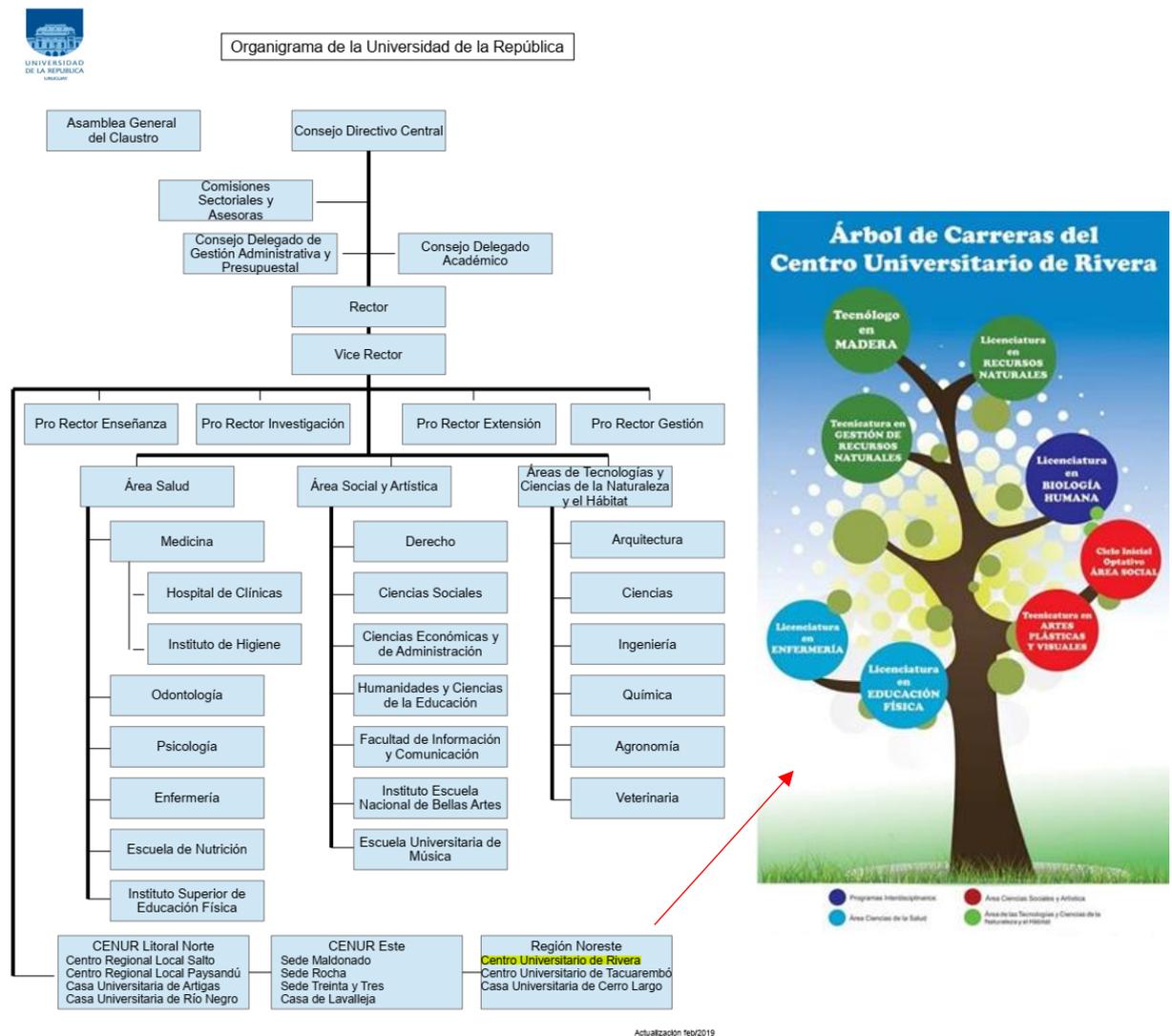
²²A República Oriental del Uruguay é dividida em 19 departamentos

²³Panorama de la Educación - Anuario Estadístico de Educación. (URUGUAY, 2017a)

²⁴Plan Estratégico de Desarrollo de la Universidad de la República 2015-2019.(UDELAR, 2015)

Nota-se na Figura 5 que, no interior do país, a Udelar se organiza em centros regionais, sedes, casas e centros universitários. O Centro Universitário de Rivera (CUR) está localizado na subdivisão nomeada Região Noreste e oferece cursos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Artística, Tecnologia e Ciências da Natureza, além de programas interdisciplinares. Tal recorte é necessário para melhor compreensão do proposto nesta pesquisa, que traz à luz a cooperação do *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA com o Centro Universitário de Rivera (CUR) da Udelar.

Figura 5: Organograma da Udelar e Cursos do Centro Universitário de Rivera



Fonte: (UDELAR , 2019a; 2019b). Destaque em amarelo produzido pela Autora para situar o leitor.

O Centro Universitário de Rivera (CUR) iniciou sua trajetória no ano de 1958, com experiências curriculares da então Escola Universitária de Enfermagem. Em 1988, foi criada a Casa da Universidade de Rivera. Em 2002, foi estabelecido o CUR e, a partir do ano de 2011, é implantando o PDU "Estudos Interdisciplinares de Sistemas Territoriais Complexos" voltado para a formação de recursos humanos na área de sustentabilidade dos recursos naturais. Em 2014 se estabelece o PDU "Centro de Estudos em Políticas Educativas (CEPE)", para o estudo na região de fronteira sobre tal temática. Mais tarde, em 2015, aconteceu a criação do PDU "Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Sociedade, Educação e Linguagem de Fronteira (NEISELF)". Atualmente, conforme informações obtidas por meio das entrevistas, o CUR oferece educação para cerca de 1.000 a 1.500 estudantes e dispõe de cerca de 30 professores efetivos, além de outros professores provenientes das faculdades da Udelar instaladas em outros municípios uruguaios, podendo esse número oscilar consideravelmente.

A Udelar buscou a criação de Centros Universitários Regionais (CENUR) em vez de sedes por cada Departamento Político, fortalecendo os PRET através do programa PDUs - que está por terminar - dando espaço à criação de departamentos acadêmicos dentro dos já conformados CENUR Litoral Norte e CENUR Este. O próximo a se consolidar é o CENUR Noreste conformado pela união das sedes dos Centros Universitários de Rivera (CUR), Tacuarembó (CUT) e da Casa de la Universidad de Cerro Largo (CUCel). Com este ato culmina uma etapa de descentralização da Udelar por regiões, o que responde a uma política de democratização da universidade que se caracterizou pela busca da descentralização através da regionalização com a consolidação de CENURES regionais.

Esse conceito propõe que os universitários sintam-se parte do todo, que a oferta de ensino baseie-se nos melhores recursos do todo, em que os alunos possam construir seus currículos escolhendo suas trajetórias individuais a partir do sistema de crédito e do conjunto de disciplinas ofertas e que a pesquisa se pautar por temas de interesse e não apenas por disciplinas (UDELAR, 2019b).

A política de descentralização tem em seu trajeto desafios. De acordo com o documento intitulado Memoria 2017 (UDELAR, 2017), os responsáveis dos Centros Universitários de Rivera e de Tacuarembó e da Casa Universitária de Cerro Largo informam que entre as limitações destacam-se a estrutura administrativa que permite um desenvolvimento com visão estratégica a médio prazo; estrutura acadêmica insuficiente para consolidar um sistema universitário robusto e com infraestrutura física defasada, não obstante a aquisição de novos prédios.

Da mesma forma que se vê no Brasil, esse processo de descentralização da Universidade traz em seu cerne a necessidade de superação de dificuldades inerentes ao contexto em que se inserem para que seja possível alcançar os objetivos a que se propõe, entre eles a democratização de acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade.

Priorizou-se, aqui, um breve olhar sobre a Udelar e o seu Centro Universitário de Rivera, uma vez que se tornou necessário o reconhecimento do “Outro” a quem se propôs uma cooperação.

2.1.2 Estado do conhecimento das produções científicas

Após o reconhecimento preliminar dos dados das IES, distribuídos em plataformas da *web*, o planejamento da pesquisa seguiu para a construção de um mapa teórico com vistas ao aprofundamento da temática. Desenhar o panorama da matéria, objeto de conhecimento a que se propôs a pesquisa, foi condição para identificar e direcionar a coleta de dados e estratégias de análise, conforme se depreende das lições de Yin (2010).

Inicialmente, foi procedida uma busca preliminar de tópicos sobre o tema utilizando-se a pesquisa do estado do conhecimento²⁵ que auxiliou no diagnóstico dos estudos científicos atuais e a sua amplitude. Na perspectiva de Morosini e Fernandes (2015, p. 155), a qualidade interna desta pesquisa é marcada pela identificação do novo:

[...] estado do conhecimento como uma matéria formativa e instrumental que favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo.

Nesta etapa foi verificada a abrangência dos trabalhos científicos resultantes de investigações de estudantes de IES brasileiras na pós-graduação *stricto sensu*, disponibilizados na base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As buscas contemplaram diferentes combinações dos descritores: “Internationalization higher education”, educação superior, cooperação sul-sul, internacionalização, cooperação, educação superior. Porém, com a finalidade de refinar os resultados e concentrar o estudo em produções científicas efetivamente relacionadas ao proposto, o *corpus* de análise, composto por onze

²⁵A pesquisa do estado do conhecimento completa está disponibilizada no artigo publicado por MENDES; DALLA CORTE; SARTURI (2018, p. 189-200), disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Polod/article/view/88462/50895>. Acesso em 24 Jul. 2019.

documentos produzidos no período 2012-2018, restringiu-se à associação dos descritores “educação superior”, “MERCOSUL”.

Com base nos textos encontrados e selecionados para este estudo, buscou-se compreender o caminho que tem sido trilhado para a cooperação acadêmica internacional, com vistas a cooperação educacional no eixo Sul-Sul e foco na integração regional. Ademais, foi possível identificar os marcos educacionais mundiais e a legislação brasileira que tratam do assunto.

Nesse horizonte, o destaque foi para a discussão sobre a avaliação e acreditação da ES no bloco e a convergência com a concretização da internacionalização solidária por meio da cooperação horizontal. As pesquisas realçam a estruturação do MERCOSUL e do Sistema Educacional do MERCOSUL (SEM), que dão o apoio necessário para qualquer proposta que pretenda levar a cabo a integração universitária. Discorrem sobre a criação do Mecanismo experimental de credenciamento de cursos para reconhecimento de título de graduação universitária nos países do MERCOSUL (MEXA) e, na sequência deste, o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL), que tem como objetivo lograr um caminho de acreditação de cursos de graduação no bloco através de agências nacionais de credenciamento que sustentam uma Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA).

Conforme se verifica no Quadro 3, qualidade da ES é um tema transversal.

Quadro 3 - Dissertações e teses do período 2012-2018, a partir dos descritores: “educação superior” e MERCOSUL

continua

ANO	TÍTULO/AUTORIA	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA INVESTIGAÇÃO
2012	Assim caminha o MERCOSUL: o conflito entre qualidade e efetividade no Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas. (FERREIRA, 2012)	Tratando do Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas no exercício do MERCOSUL contribuiu com a percepção de que o abismo entre as normas e sua efetividade distanciam a comunidade acadêmica de um espaço de interlocução e de intercâmbios.
2013	Acreditação e qualidade da educação superior: abrindo a caixa-preta do sistema de acreditação de cursos superiores do MERCOSUL. (SERIKAWA, 2013)	Alertou para o reflexo das políticas globais de interesses hegemônicos na qualidade da ES.

Quadro 3 - Dissertações e teses do período 2012-2018, a partir dos descritores: “educação superior” e MERCOSUL

continuação

ANO	TÍTULO/AUTORIA	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA INVESTIGAÇÃO
2013	Integração dos países constituintes do MERCOSUL por meio da educação superior universitária: análise em uma perspectiva histórico-cultural. (CASTRO, 2013)	Trabalha a qualidade da ES a partir da perspectiva do Sistema de Avaliação Nacional (SINAES) e Sistema ARCU-SUL no que concerne a acreditação, avaliação e regulação de cursos no MERCOSUL.
2013	O ensino do design no MERCOSUL: uma proposta para a integração. (MONTEIRO, 2013)	Trata da internacionalização do ensino superior a partir da viabilidade de um currículo “compartilhado” Destaca a importância do alinhamento das metodologias de avaliação do SINAES e Sistema ARCU-SUL.
2014	O sistema Arcu-Sul e a UFRGS: perspectivas da acreditação internacional para uma universidade latino-americana. (MIORANDO, 2014)	Alerta para a concepção de qualidade que norteia a avaliação que respaldará a acreditação de cursos no MERCOSUL e a influência da mercantilização da ES. Mais uma vez questões do SINAES e do Sistema ARCU-SUL emergem.
2014	Viagem de (auto)descobrimto: experiências de mobilidade estudantil de graduação no programa ESCALA/AUGM/UFRGS (COSTA, 2014)	Trata dos desafios da mobilidade estudantil. Embora a investigação tenha como objeto a mobilidade discente, a questão da avaliação e acreditação de cursos no MERCOSUL também se mostrou referência indispensável.
2015	Políticas de acesso e ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul. (NIEROTKA, 2015)	Ao tratar da democratização do ensino superior traz à luz questões de políticas afirmativas, surge aí o exemplo de política de internacionalização em casa como é o caso do Programa ProHaiti.
2015	MERCOSUL Educacional: relação dos acordos e decisões entre as partes e a política pública brasileira para o ensino superior. (BERNARDO, 2015)	Suscita questões relativas à educação superior no MERCOSUL, desde a forma como é organizada pelo bloco regional envolvendo a graduação, a pós-graduação.
2016	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e o processo de expansão e integração da educação superior no MERCOSUL (SAHB, 2016)	Trata do processo de integração das tecnologias digitais da informação e comunicação ao currículo. Emergem as questões de definição de uma base curricular transnacional no MERCOSUL e a educação à distância como instrumento de mobilidade virtual. Transversalmente surge, novamente, a avaliação segundo o SINAES e Sistema ARCU-SUL no que concerne a acreditação, avaliação e regulação de cursos no MERCOSUL.

Quadro 3 - Dissertações e teses do período 2012-2018, a partir dos descritores: “educação superior” e MERCOSUL

conclusão

ANO	TÍTULO/AUTORIA	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA INVESTIGAÇÃO
2016	Um olhar para o ingresso específico para uruguaios fronteiriços na Unipampa - campus Jaguarão: por uma política linguística educacional integracionista no entremeio identitário (FARIAS-MARQUES, 2016)	Apresenta o processo seletivo para fronteiriços da UNIPAMPA. Importante mecanismo de democratização da ES e da consolidação da integração regional.
2017	Políticas da qualidade da educação superior no Brasil, na Argentina e no Chile – 2000-2012. (FUENTES, 2017)	Trouxe a perspectiva da qualidade da educação superior e dos rankings internacionais influenciados pelos organismos internacionais e de políticas universitárias neoliberais.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Resumidamente, pode-se afirmar que a efetividade da regulação do Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas no MERCOSUL e o fato de que o Estado-nação é soberano para definir o que é qualidade na educação são questões recorrentes (FERREIRA, 2012; MONTEIRO, 2013). Ademais, a análise dos aspectos histórico-culturais, as legislações e políticas públicas como base para a compreensão das mudanças nos setores educacionais (MIORANDO, 2014), bem como os elementos estruturais da regulação das políticas educacionais terciárias no bloco, confrontados com os interesses dos atores, não raras vezes provocam entraves às políticas e reformas que visam à integração regional (CASTRO, 2013).

Fuentes (2017) aporta marco teórico para distinguir qualidade da educação superior de acreditação e rankings internacionais, conectando o assunto à intervenção dos organismos internacionais, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial como condicionantes de políticas educacionais. Segundo entendimento de Serikawa (2013), as RANA estão vinculadas às políticas globais de interesses hegemônicos, bastante deslocadas das perspectivas regionais e nacionais e apresentam baixa institucionalização. No tocante ao ensino surgiram questões de política linguística (FARIAS-MARQUES, 2016) e a integração das tecnologias digitais da informação e comunicação ao currículo (SAHB, 2016).

Destaca-se que a “pesquisa do estado conhecimento” revelou a amplitude da temática quando se toma em conta as dimensões institucional e setorial. Nessa perspectiva, passou-se a

analisar sua inserção no projeto institucional e como este é enfrentado pela comunidade acadêmica, bem assim levado a cabo. Ao estudar sobre as dimensões nacional e regional emerge o aprendizado sobre as políticas públicas e a retórica da cooperação. No tocante à dimensão global as leituras remetem ao discurso da importância da interculturalidade para a formação de um cidadão global, fortemente sedimentado nas orientações dos organismos internacionais, que nem sempre prezam pela solidariedade como meio de inclusão, mas pela mercantilização do ensino.

Tais produções científicas ofereceram uma farta referência bibliográfica e auxiliaram na definição dos temas de aprofundamento no referencial teórico.

Frente aos estudos preliminares e a partir da percepção de que se fazia necessário o aprofundamento sobre os conceitos que tem inter-relação com a internacionalização da ES, a revisão de literatura foi delineada com vistas ao fortalecimento da base teórica da Pesquisadora, de forma a auxiliar na construção de dados. Portanto, os temas escolhidos para constituir o referencial teórico buscaram compreender as nuances sobre a colonialidade, a globalização, a cooperação Sul-Sul, as questões da fronteira em análise e a internacionalização da ES.

2.1.3 Trabalho de campo

Para a realização deste estudo de caso foram utilizadas as seguintes fontes de evidência: dados secundários resgatados de relatórios, memórias, documentos, arquivos e históricos disponibilizados na internet, textos legais emitidos pelo governo federal e pelos organismos internacionais e a coleta dos dados primários foi procedida através da técnica de entrevista e de aplicação de questionário *on-line*.

Após a aprovação no exame de qualificação do projeto de pesquisa, o trabalho de campo iniciou-se com a apresentação da proposta de investigação ao representante da alta gestão da UNIPAMPA informando o motivo do estudo, com vistas à autorização institucional (APÊNDICE A). Essa etapa foi condição para a solicitação formal de documentos institucionais que não estivessem disponibilizados publicamente e que pudessem agregar dados à pesquisa, bem assim por permitir o convite aos sujeitos colaboradores.

Conforme Yin (2010) a entrevista é uma das principais fontes de evidência para a obtenção de dados em estudos de caso.

A definição dos sujeitos colaboradores para a aplicação dos instrumentos de pesquisa teve como critério a escolha de *stakeholders* estratégicos para a cooperação. Assim, optou-se por convidar para contribuir com este estudo os representantes da gestão da UNIPAMPA,

gestão do *Campus* Santana do Livramento, e das Coordenações de cursos de graduação presenciais. Tais atores, em razão do cargo ocupado, estão diretamente conectados na articulação de ações para a internacionalização e a definição de diretrizes educacionais para esse fim, podendo aportar informações e contribuir nas reflexões da pesquisa.

Entretanto, diante do caráter de cooperação e integração aqui discutidos, e, em sinergia com as contribuições advindas das estudiosas que compuseram a Banca do exame de qualificação do projeto de pesquisa, entendeu-se prudente inserir no rol de sujeitos colaboradores um representativo dos *stakeholders* da Udelar de forma a contribuírem com a sua expertise na construção dos dados. Logo, três representantes da Udelar compartilharam seus pontos de vista para a construção do estudo.

Os colaboradores são apresentados no Quadro 4, juntamente à respectiva técnica de pesquisa aplicada para a coleta de dados.

Quadro 4 – Sujeitos de pesquisa

IES	NOMENCLATURAS DOS REPRESENTANTES <i>STAKEHOLDER</i>	SETOR/ÓRGÃO/CURSO	INSTRUMENTO DE COLETA
UNIPAMPA	Coordenador de Curso	Administração	Questionário <i>on-line</i>
		Ciências Econômicas	
		Direito	
		Gestão Pública	
		Relações Internacionais	
Udelar	Gestor	Pró-reitoria de Graduação	Entrevista presencial
		Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais	
		Direção do <i>Campus</i> Santana do Livramento	
		Coordenação Acadêmica do <i>Campus</i> Santana do Livramento	
		Direção do Centro Universitário de Rivera	Questionário semiestruturado (via e-mail)
		Centro de Políticas Educativas (CEPE) do Centro Universitário de Rivera	
		Servicio de Relaciones Internacionales	

Fonte: Elaborado pela Autora.

Inicialmente, há que se esclarecer que para este estudo se convencionou nomenclaturas para serem utilizadas durante o texto: “*stakeholder* ou colaborador” são as expressões utilizadas para referir-se ao conjunto de sujeitos de pesquisa elencados no Quadro 4. Os “*stakeholders* ou

colaboradores” foram categorizados entre: gestores e coordenadores de curso, com vistas facilitar a compreensão e a articulação do texto.

Os gestores foram informados sobre a proposta de pesquisa e a motivação da Pesquisadora via e-mail, quando foram convidados a conceder uma entrevista presencial. As entrevistas foram realizadas individualmente e no local de trabalho de cada gestor, tendo a duração média de 40 minutos. Objetivando atender aos preceitos éticos foi solicitada a autorização institucional para a pesquisa (APÊNDICE A) e todos os colaboradores assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

Cabe destacar que se optou pela entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro previamente desenhado a partir dos objetivos específicos e das constatações teóricas (APÊNDICE C). Ressalte-se que o roteiro foi utilizado conforme a necessidade de novas informações e os encaminhamentos da fala de cada entrevistado, não configurando, assim, um roteiro estático e fechado ou estruturado. Segundo Richardson (2014), pode-se trazer perguntas uma vez que o entrevistador conhece previamente o tema. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos sete voluntários, totalizando o montante de quatro horas e quarenta minutos de gravação, aproximadamente. Após, foram devidamente transcritas no idioma original, totalizando 64 páginas, e enviadas a cada um dos sujeitos individualmente para, caso entendessem necessário, sugerir alterações. Não houve sugestão de alteração até o encerramento da coleta de dados.

No tocante à interlocução com os Gestores, duas situações devem ser registradas. Primeiro, cumpre relatar que a Pró-reitoria de Graduação da UNIPAMPA concedeu uma entrevista conjunta e simultânea com a presença de dois representantes, os quais o fizeram de comum acordo para melhor ilustrar a percepção daquele setor sobre a temática. A outra situação deu-se no âmbito de representação da Udelar, visto que em razão da distância geográfica que separava a Pesquisadora de um dos sujeitos. Esse Colaborador foi convidado a refletir sobre a cooperação em pauta a partir de questões amplas e abertas enviadas via questionário pela Pesquisadora (por e-mail) e respondidas por escrito e via e-mail.

Já os representantes das Coordenações dos cursos de graduação presenciais, do *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA, foram convidados a responder um questionário *online* semiestruturado (APÊNDICE D) contendo 31 questões, distribuídas entre abertas e fechadas. O documento foi enviado por e-mail aos sujeitos, juntamente com a autorização institucional. Da mesma forma, objetivando atender aos preceitos éticos, o formulário contemplou o Termo de consentimento livre e esclarecido para concordância. Esse grupo serviu como amostra para a coleta das informações atualizadas sobre os projetos e ações da cooperação

em discussão, bem assim a percepção sobre os pontos positivos e negativos e as ferramentas adequadas para o fomento da internacionalização.

No momento da análise dos dados serão apresentados recortes das contribuições (falas) dos sujeitos de pesquisa, as quais serão indicadas por uma codificação numérica definida aleatoriamente e sem correlação com IES ou o setor que representa. O procedimento visa manter a ética do trabalho e preservá-los já que o intento desta pesquisa é contribuir positivamente e jamais causar constrangimento ou prejuízo para qualquer dos interlocutores. Logo, serão identificados pela letra “C” seguida dos números de 1 a 13, aqui entendido como código para identificar o colaborador 1 (C1), o colaborador 2 (C2) e, assim, sucessivamente.

2.1.4 Análise e tratamento do material empírico

Com os dados construídos na etapa de trabalho de campo foi possível partir para a empreitada de análise e interpretação dos dados, ou seja, buscar uma lógica peculiar e interna entre os *stakeholders* e proceder a correlação das ideias, a fim de entrecruzar a teoria até então pesquisada através da técnica de análise de conteúdo.

Foi procedida a avaliação e categorização dos códigos sociais (MINAYO, 2009). Bardin (2011) afirma que a primeira etapa da análise de conteúdo é a pré-análise, isto é, a tabulação de dados dos questionários *on-line* e a transcrição da entrevista com a realização de uma leitura flutuante, a fim de obter as primeiras impressões. Logo, passa-se à exploração do material em que se providenciou a classificação e buscou-se agrupar de acordo com os temas estudados e os objetivos da pesquisa.

As categorias e subcategorias, previamente sugeridas no projeto de pesquisa, nortearam a construção dos instrumentos de coletas de dados e buscaram as contribuições dos sujeitos colaboradores aos temas atuais referentes à internacionalização da ES, de forma a correlacionar as práticas das IES a tais perspectivas.

A interpretação dos dados buscou responder os objetivos propostos para este estudo, a partir das respostas às categorias e subcategorias, definidas em sinergia com o referencial teórico apresentado.

A partir desse momento buscou-se o exercício do entrecruzamento teórico-prático, reflexivo-analítico-conclusivo, conforme ensina Richardson (2012).

No Quadro 5 é possível visualizar as categorias e subcategorias identificadas.

Quadro 5 – Categorias da análise de conteúdo

COOPERAÇÃO SUL-SUL E INTEGRAÇÃO REGIONAL	INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA (IAH)	INTERNACIONALIZAÇÃO ABRANGENTE	REDES
<p>*Reconhecimento da cooperação Sul-Sul;</p> <p>*Importância da integração regional.</p>	<p>*<u>Internacionalização do currículo informal</u>: Mobilidade <i>Incoming</i> – a convivência com alunos internacionais promove a interculturalidade.</p> <p>*<u>Internacionalização do Currículo formal</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção de disciplinas que ofereçam conhecimentos regionais e globais; • Reconhecimento de créditos cursados nas IES parceiras. 	<p>*Sinergia interinstitucional;</p> <p>*Reconhecimento de que a dimensão internacional deve perpassar vários setores da Universidade;</p> <p>*Incentivo para projetos internacionais;</p> <p>*Engajamento acadêmico.</p>	<p>*Perspectiva de projetos em conjunto entre docentes das IES parceira;</p> <p>*Produção acadêmica conjunta;</p> <p>*Mobilidade docente.</p>

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em razão de tratar-se de uma pesquisa em âmbito de Mestrado profissional, a Investigadora buscou correlacionar a teoria, o método e a prática. Por fim, cumpre informar que a organização, apresentação e a redação deste trabalho seguem as normas do Manual de dissertações e teses da UFSM (UFSM, 2015).

3 EM BUSCA DE REFERENTES BIBLIOGRÁFICOS E ELEMENTOS DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O planejamento deste capítulo tomou em conta questões que nascem na prática cotidiana de servidora federal em uma IES e se fundiram à leitura dos marcos normativos e considerações citadas nos capítulos anteriores.

O exercício do direito à educação no Brasil vem, notadamente, influenciado pela dinâmica da história, das relações internacionais e da economia, às quais o país está conectado. Os temas ora aventados foram escolhidos em razão de que esta investigação implica em um estudo multidisciplinar e reconhecê-lo demanda internalizar o aprofundamento do conhecimento em Ciências Sociais. Entretanto, dada à magnitude e complexidade das questões relacionadas e os relevos talhados por séculos de relações colonialistas, não obstante muitos temas sejam pertinentes, optou-se por focar a revisão da literatura em assuntos estratégicos para compreensão do fenômeno estudado e o contexto no qual está inserido.

Assim, a estruturação lógica do capítulo privilegiou a resposta para inquietações que surgiram e surgem na jornada profissional e acadêmica da Investigadora, a partir de uma perspectiva contextual sobre cooperação, uma perspectiva histórica e uma perspectiva política.

Com o propósito de reconhecer questões históricas e atuais que influenciam na dinâmica da internacionalização da ES e da cooperação acadêmica internacional o subcapítulo 3.1 alinhava o conhecimento a partir de uma concisa correlação com o capitalismo, a colonialidade das relações culturais, a globalização e a cooperação Sul-Sul. No subcapítulo 3.2 é apresentado um olhar sobre a região fronteiriça em estudo. O subcapítulo 3.3 apresenta questões conceituais sobre internacionalização e o 3.4 explora alguns aspectos da gestão da internacionalização da ES no nível institucional. Encaminhando-se para o fim, o subcapítulo 3.5 aporta um breve resgate das principais e atuais políticas públicas brasileiras para internacionalização da ES, e o 3.6 discorre sobre os caminhos das políticas educativas desenvolvidas no Uruguai para esse fim.

3.1 UM OLHAR SOBRE COLONIALIDADE, GLOBALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO SUL-SUL

A escolha pela redação deste subcapítulo justifica-se na importância de desvelar os aspectos basilares sobre os quais a ES tem sido construída na América Latina.

Beaud (1987), ensina que o capitalismo é o responsável pela manutenção da humanidade e destrincha o seu poder de criação e destruição através dos tempos, delimitando o seu início a partir da constituição e decomposição da ordem feudal nos séculos XI e seguintes. Relembra que as cruzadas resultaram nas grandes riquezas e que a partir do século XV o desenvolvimento pautou-se pela conquista e exploração de novas terras e extermínio de nativos e seus saberes.

De acordo com o relatório de Colombo, o Conselho de Castela resolveu tomar posse de um país cujos habitantes estavam fora do estado de se defender. O piedoso propósito de convertê-los ao cristianismo santificou a injustiça do projeto. Mas a esperança de extrair tesouros foi o verdadeiro motivo da decisão do empreendimento (...). Todos os outros empreendimentos dos espanhóis no Novo Mundo, posteriores aos de Colombo, parecem ter tido o mesmo motivo. Foi a sede sacrílega de ouro (...). [...] "O ouro", observava Cristóvão Colombo, "é a melhor coisa do mundo, ele até pode enviar as almas ao paraíso". Em pouco mais de um século, a população indígena vai ser reduzida em 90% no México (onde a população cai de vinte e cinco milhões a um milhão e meio) e em 95% no Peru. (BEAUD, 1987, p. 21)

A revisão da epistemologia predominante nas culturas das nações do eixo Sul-Sul, a qual foram forjadas pela hegemonia eurocêntrica das relações culturais no mundo do capitalismo colonial e pela colonialidade do poder²⁶, é um dos imperativos para que se restabeleça a natureza do saber e da expressão originais, a partir do conhecimento oriundo das experiências dessas sociedades. No tocante ao conhecimento produzido e à democracia, essa hegemonia cultural traz, em seu bojo, a convicção de que existe um “centro” e uma “periferia colonial”, um padrão cognitivo onde todo o conhecimento que não seja eurocêntrico é insignificante e atrasado (QUIJANO, 2005). A colonialidade das relações intersubjetivas deflagra a dominação a que tais povos estão submetidos, ainda na atualidade (QUIJANO, 2010).

Nesse sentido, Grosfoguel (2010) discorre sobre a perspectiva da produção do conhecimento a partir do descolamento do capitalismo, o qual é “[...] apenas uma das múltiplas e enredadas constelações a matriz de poder colonial do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu’ [...]” (GROSFOGUEL, 2010, p. 466).

Depreende-se do ensinamento de Freire (1967) que a colonização de exploração comercial, sem o envolvimento dos colonos em civilizar a terra descoberta, fez com que a

²⁶ “[...] a colonialidade do poder estabelecida sobre a idéia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída”. (QUIJANO, 2005, p. 136). Segundo Quijano (2010, p. 84/85) colonialismo “[...] refere-se a estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população de terminada domina outra[...] e pode ser visto como identidades geoculturais, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), [...]”

educação, por séculos, não tenha sido prioridade no Brasil. Tal situação, possivelmente, tenha acarretado a “inexperiência democrática” citada por historiadores.

A globalização colonial, registrada nos séculos XV e XVI, reduzia-se ao mercantilismo ou ao “descobrimento da América”, conforme ensina Sander (2005). Mais recentemente, no século XIX se confundiu com a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento da pré-industrialização, um fenômeno europeu que acabou com a Segunda Guerra Mundial. Sob a lente desse destacado estudioso a globalização não surgiu tão somente a partir do capitalismo e a atual globalização econômica, movimento gerenciado pelos EUA, recebe os holofotes e se fortalece a partir da Guerra Fria.

Freire (1967) aclara que a industrialização e a urbanização se destacam no contexto nacional na segunda metade do século XX e várias áreas do conhecimento passam a ser valorizadas, entre elas as Ciências que tem uma sinergia orgânica com a pesquisa. A cooperação solidária para o desenvolvimento, impressa com destaque nos documentos internacionais, vem sendo pauta na agenda dos fóruns internacionais desde a década de 1940, tornando-se recorrente a partir do início desse século. Como períodos que circundam a discussão sobre a necessária cooperação entre países emergentes ou em vias de desenvolvimento pode-se apontar o fim da Segunda Guerra Mundial, assim como a conseqüente reorganização geopolítica, a abertura internacional, os processos de descolonização, as crises econômicas da América Latina na década de 1980 e do Sudeste Asiático na década de 1990 e o contexto econômico e globalizado da atualidade (CABANA, 2014).

A globalização tem sido conceituada sob várias perspectivas e áreas que, por extenso, não cabe trazer à baila nesse momento. Entretanto, vale destacar que, comumente, traz implícita as ideias de integração e progresso.

Bauman (1999) analisa a globalização como uma corrida ansiosa e frenética a que o mundo contemporâneo está submetido. As mudanças avassaladoras vivenciadas na atualidade, em especial nas áreas científica e tecnológica, e a batalha pela alternância do poder econômico entre nações desenvolvidas exigem um cidadão interconectado com temas relacionados com as necessidades da sociedade global, sem perder a identidade local.

A partir de análise filosófica, Ramose (2010) explica que a globalização tem o poder de criar e destruir fronteiras físicas, geográficas, intelectuais e culturais e que a ampliação do comércio, o advento da industrialização, a propagação do modelo econômico britânico através da colonização e a expansão da religião estão entre seus fundamentos.

Nesse contexto, o Sul global vai assumindo postura proativa no sentido de construir mecanismos para a cooperação baseada na solidariedade e equidade. A compreensão das

políticas educativas brasileiras no contexto da internacionalização da ES remete a questões de cunho cultural. Importa lembrar a superioridade dos colonizadores em sua forma de subjugar os conhecimentos dos colonizados impondo, ao longo dos séculos, uma dominação epistemológica que se perpetua na cultura dos povos do Sul (SANTOS e MENESES, 2010).

Santos (1995, p. 506-519 apud SANTOS e MENESES, 2010, p. 42) entende o Sul global como as “[...]regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial.” Embora tenha correlação com os países situados no sul geográfico não se trata dos mesmos países pois refere-se àquelas nações domesticadas pelo colonialismo europeu (SANTOS e MENESES, 2010). Ao tratar as relações assimétricas entre os povos, Ventura (2003, p. 27) registra que “[...] não é o critério geográfico, mas sim o nível de desenvolvimento dos Estados que constitui o elemento de diferenciação entre o Norte e o Sul.”.

Sob a liderança dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, os organismos internacionais passaram a viabilizar financiamentos aos países menos desenvolvidos e, assim, detém o conceito de democracia, dificultando, ainda mais, a libertação da colonialidade. Cita-se, entre outros: FMI, Banco Mundial, o BID, ONU, Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Beaud (1987), há mais de trinta anos, ao concluir a sua obra no fim do século XX, apresenta sua previsão para os estudos dos próximos capítulos, a qual nesses dias pode-se ver confirmada:

[...]a ascensão de novas potências, o Brasil, a Índia, a China, além de outras, principalmente na Ásia, de menor peso; o acentuamento das interdependências, com a atenuação relativa da importância do fato "nacional", vinculado ao fortalecimento relativo de outros níveis: o inter e o multinacional, mas também o local, o regional, o plurinacional; enfim, o poderoso desenvolvimento das produções imateriais das mercadorias imateriais, com dois polos principais: os serviços diretamente ligados à manutenção e aos cuidados do ser humano, as atividades referentes à informação, ao informacional, ao cultural. (BEAUD, 1987, p. 380)

Nesse cenário, a cooperação Sul-Sul (CSS) emerge como uma das forças dispostas a concentrar esforços para criar mecanismos de superação das assimetrias causadas pelo colonialismo e pela colonialidade do poder que perpetuam as desigualdades entre as nações do Sul Global e as hegemônicas.

A evolução da CSS pode ser analisada a partir de quatro períodos, segundo Cabana (2014). O primeiro período, marcado entre 1945 e 1978, tem como eventos marcantes: a constituição da Liga Árabe em 1945 que coincide com os processos de independência dos países

do Oriente Médio; a adoção por sete países do Sudeste Asiático do Plano Colombo em 1950 e em 1955 a Conferência de Bandung une nações africanas e asiáticas. De acordo com Brun (2016, p. 65), foi nesta conferência “[...]da qual a América Latina e o Caribe não participaram, foram tecidos os laços que se transformaram no Movimento Não Alinhado a partir de 1961[...]”.

Em 1964, verifica-se a criação do Grupo dos 77 (G-77) que se trata de uma primeira aproximação estratégica dos países do “Sul”, como forma de contrapor o peso econômico das nações industrializadas. Esse movimento é também a tentativa de um grupo de países, em geral “subdesenvolvidos”, de não se envolver no conflito das duas potências do período da Guerra Fria, EUA e URSS. Este grupo de países impulsiona a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD), como ferramentas para um trabalho de cooperação solidária entre países do “Terceiro Mundo” contra a hegemonia dos países do “Primeiro Mundo”. Nas décadas de 1960 e 1970 cresce a sinergia entre países do mesmo bloco regional com a criação de organizações como: Comunidades Andinas (CAN), a Comunidade do Caribe e do Mercado Comum (CARICOM), Comissão Econômica de Estados da África Ocidental (ECOWAS) e da Organização para a Unidade Africana (atual União Africana), bem como da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). E, assim, as bases da integração regional e da CSS vão se fortalecendo. Em 1978, a Conferência de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento marca a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires, o qual se converte em um documento referência para a CSS. (CABANA, 2014)

O segundo período se inicia com o fim dessa conferência e estende-se até a Conferência do Milênio, no ano 2000. Nesse interstício, verifica-se o fim da Guerra Fria, a supremacia dos EUA, as guerras no Oriente Médio, a crise da dívida latino-americana e do sudeste asiático. Do ponto de vista comercial, perpetuavam-se os prejuízos ao Sul, por meio das rodadas do Acordo GATS (General Agreement on Trade in Service), que regulava impostos. A CTPD e a CEPD seguem sendo fortemente trabalhadas. Durante a Conferência de Havana (ano 2000) toma força a expressão “Cooperação Sul-Sul” que, segundo Cabana (2014b, p. 16), foi impulsionado pela Academia. A integração regional dos blocos segue sendo fortalecida com a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do MERCOSUL na América Latina, do Conselho de Cooperação do Golfo no Oriente Médio, da Associação do Sul da Ásia para Cooperação Regional, da Comunidade Econômica Africana e da União Econômica e Monetária da África Ocidental, entre outras.

O terceiro período instala-se entre os anos 2000 e 2009. No início do séc. XXI a Declaração do Milênio, documento chancelado pelos países membros das Nações Unidas trazia

como principal foco o combate à pobreza. A partir dessa década percebe-se a forte percepção dos grupos de países desenvolvidos para a magnitude que a “Cooperação Sul-Sul” tinha alcançado. Em 2009, o Plano de Ação Accra impulsiona o debate acerca das experiências da cooperação horizontal e verifica-se que os organismos multilaterais passam a inserir em sua agenda de discussões e informes ações relativas ao tema. O quarto período posiciona-se entre 2009 e 2013 e demonstra a inclinação dos fóruns mundiais para a discussão sobre a CSS e a eficácia da ajuda, de forma a compartilhar as experiências e dados. (CABANA, 2014).

Brun (2016) registra que o movimento de aproximação do eixo Sul-Sul se materializa em várias atividades. Entre elas, o Fórum de Diálogo Ibas (agenda bilateral Índia -Brasil-África do Sul), o Processo Aspa (América do Sul-Países Árabes) em 2005 e o Processo ASA (América do Sul-África) em 2006. Ambos visam promover um diálogo inter-regional, buscando novas parcerias sem a intervenção europeia ou norte-americana.

Se por um lado a CSS não é uma atividade caridosa já que obedece a interesses, por outro lado, há que se considerar que os altos e baixos vislumbrados desde 1945, em torno ao tema, chega na atualidade com importante referência às diferenças da relação Norte-Sul quais sejam a reciprocidade e a igualdade, ainda que se verifiquem relações de assimetria no eixo (BRUN, 2016).

Stuenkel (2017) é enfático sobre análises acerca da CSS como uma noção vaga de que seria menos exploratória do que a Norte-Sul, indagando a ideia de complementaridade na cooperação para desenvolvimento científico, tecnológico e econômico.

No intuito de enfrentar os desafios globais econômicos, políticos, sociais e culturais, o processo de regionalização é fortalecido a partir da formação de blocos econômicos regionais a exemplo da União Europeia, do MERCOSUL, da CPLP, dos grupos BRICS e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Os impactos da colonialidade arraigada no pensamento dos povos do Sul (especialmente fomentada pela lógica dos colonizados que de alguma maneira atualmente estão no poder e entendem-se colonizadores, adotando o pensamento daqueles) aliados à globalização econômica tem transformado a educação em um produto negociável nos grandes mercados.

Nessa conjuntura de capitalismo, globalização e busca desenfreada pela concorrência e ganhos econômicos, o conhecimento e a tecnologia passam a receber os holofotes da economia global. Sob essa ótica se estabelece também a sociedade do conhecimento e a sociedade da informação, onde o conhecimento transcende o valor social e passa a ter valor de mercado. Em sentido oposto,

Una sociedad inteligente del conocimiento tal y como se define en el trabajo citado , no consiste en la riqueza de los activos provenientes de la ciencia y la tecnología o de la innovación de las empresas, sino en el aseguramiento de altos niveles de calidad y seguridad de la vida de la población y de la realización de una democracia profunda y no simulada, es decir, se trata de la manera como una sociedad decide libremente la manera como se organiza sobre su futuro, y en ello está en juego si decide ser una sociedad del conociendo “inteligente” o no. (DIDRIKSSON, 2008, p. 25)

Cunha (2015) aporta valiosa reflexão sobre quanto o discurso de que a expressão “sociedade do conhecimento” é referência para pensar a agenda compartilhada da ES no eixo Sul-Sul. E, Miranda (2015, p. 153) arrazoza “[...] la fuerte asociación con la idea de economía del conocimiento, una suerte de ideología que plantea que cualquier tipo de inversión o política pública debe estar basada en el impacto [...] en la economía.”

Uma sociedade embasada em um modelo de produção centrado em conhecimento e tecnologia, e que empurra o conhecimento humano, social, ético e filosófico para segundo plano devido a sua falta de valor de troca, pode ser uma sociedade com um sistema de produção com base no conhecimento, mas não pode ser chamada de uma sociedade de conhecimento. Uma sociedade hipertécnica, que é deficiente em compreensão humana e em capacidade de prover contextos e condições decentes para toda a vida no planeta, com iguais oportunidades para todos, precisa repensar uma maneira de criar uma sociedade verdadeiramente embasada em conhecimento. (ESCRIGAS e LOBERA, 2009, p. 8)

Na perspectiva da internacionalização e regionalização a experiência do Processo de Bolonha, que é o marco europeu de integração regional por meio da ES, é o destaque nas análises da Academia acerca do alcance ou não de seus propósitos iniciais, bem como na indicação de receita a ser seguida. Na América Latina as discussões pautam-se nas possibilidades positivas de transplantar tal experiência e nos pontos negativos, a partir da ideia de que o contexto econômico, histórico e cultural diferenciado transformará a simples cópia deste projeto em um caminho de frustrações. Nesse sentido, Dias (2015) apresenta crítica elucidando que as universidades europeias se preocupam com a empregabilidade e a construção de grandes empresas, deixando à margem a construção humanística.

Não obstante os posicionamentos dos estudiosos e os resultados obtidos, fato é que a Declaração de Bolonha²⁷, que criou esse Espaço Europeu de Conhecimento, aporta forte referência aos blocos regionais do eixo Sul-Sul, no sentido de despertar a preocupação em avançar na discussão e materialização das redes de cooperação entre universidades.

Nessa conjuntura e demanda por conhecimento verifica-se que a influência financeira a que os organismos internacionais submetem os países em desenvolvimento impacta a

²⁷“Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus, assinada em Bolonha, em 1999, para a consolidação de um espaço comum de Ensino Superior europeu.” (MOROSINI, 2006, p. 118)

formulação de políticas públicas para a educação, em razão de interesses econômicos. Notadamente, a ES é prejudicada e os caminhos que levam à transnacionalização²⁸, à multinacionalização²⁹ ou, ainda, ao modelo isomórfico³⁰ de universidade são facilitados.

Ao refletir sobre os financiamentos fomentados pelas agências financeiras internacionais para o desenvolvimento, Stuenkel (2017, p. 156) disserta: “[...] tais relações de empréstimo se submetem aos mecanismos de monitoramento e supervisão e condicionalidades de políticas”. Em sua opinião a situação torna-se complexa uma vez que as orientações de referidas agências não se coadunam com as necessidades locais, o que por vezes traduz-se em projetos e políticas com efeitos efêmeros. Em sinergia com esta ótica, Libâneo (2012, p. 3) se pronuncia no sentido de que:

A internacionalização das políticas educacionais é um movimento gerado pela globalização em que agências internacionais, financeiras ou não, formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento, incluindo formas de regulação dessas políticas em decorrência de acordos de cooperação entre esses países.

Em que pese o forte apelo da mercantilização da ES, que vem sendo pautado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com base no GATT (General Agreement on Tariffs and Trade ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em que a internacionalização serve para efetivar esse mandamento, esta pesquisa detém-se no fato de que **“Nenhuma instituição pode, nos dias de hoje, viver isolada** e imaginar que, sozinha, tem condições de cobrir satisfatoriamente todos os campos do conhecimento” (DIAS, 2017, p.30, grifo da Autora).

Nos países periféricos e semiperiféricos há que se procurar sinergias regionais por ser a esta escala que a densificação das redes é mais fácil e mais eficaz na luta contra a globalização neoliberal da universidade. [...] É uma alternativa exigente mas realista, fora da qual não será possível a nenhum país desta região resistir individualmente à avalanche da mercadorização global da universidade. (SANTOS, 2013, p. 495)

Já sob a lente do poder econômico, a construção de espaços comuns de conhecimento no eixo Sul-Sul não se justifica apenas no olhar romântico da solidariedade, mas na necessidade de composição de redes de cooperação acadêmica internacional como fortalecimento das

²⁸“Transnacionalização da Educação Superior: São processos além da nação (não respeitam barreiras nacionais e regionais) e não têm a noção de relações entre países e/ou instituições.” (MOROSINI, 2006, p. 95)

²⁹“Multinacionalização da Educação Superior: programas acadêmicos ou IES pertencentes a um determinado país e que são oferecidos em outro(s) país(es).” (MOROSINI, 2006, p. 95)

³⁰“Isomorfismo organizacional da Educação Superior: Tese da convergência dos efeitos da globalização sobre a organização universitária. Trata-se da concepção referente aos efeitos da globalização sobre a mudança organizacional que afirma a existência de um modelo – o isomórfico para que a organização universitária se torne exitosa.” (MOROSINI, 2006, p. 105)

nações provenientes de contextos históricos similares, em prol da profusão de ideias que levem à definição de estratégias para a melhor distribuição de conhecimento, como forma de desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico.

Em horizontes cinzentos, como o que o cenário político e econômico que estes dias nos oferecem, a sustentabilidade da internacionalização da ES depende da conformação de arranjos com parceiros estratégicos que valorizem, igualmente, a convergência de esforços para o crescimento da sua sociedade de maneira equitativa. À medida que os recursos financeiros revertidos para a educação diminuem mais torna-se imprescindível essa união.

O comunicado emitido pelos participantes da Conferência Mundial sobre Ensino Superior/2009 (UNESCO, 2009), ao tratar sobre a pauta “Internacionalização, regionalização e globalização”, pontua, entre outras questões, que a cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo; instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras e a ES deve refletir as dimensões nacional, regional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa. Santos (2013, p. 514) pontua que a universidade deve “[...] formar seres humanos e cidadãos completos e não um mero capital humano[...]”.

A transferência solidária de conhecimento entre instituições regionais e inter-regionais é um dos caminhos que podem levar as sociedades das nações do Sul a repensarem sua posição no contexto global e buscarem o descolamento da colonialidade epistêmica impregnada na sua cultura (em especial os ocidentais) e, assim, esmaecer as fronteiras deixadas pelos tratados históricos.

A passos lentos essas sociedades estreitam relações no sentido de se desvincularem, ao menos parcialmente, da dominação cultural hegemônica e eurocêntrica verificada nos últimos séculos.

Nessa empreitada, avaliando artigos produzidos a partir de pesquisas de estado do conhecimento é importante registrar o posicionamento de Morosini; Dalla Corte e Guilherme. (2017) no sentido de que o Sul global deve se posicionar globalmente formando redes e incentivando os cidadãos globais para fins de se incorporar à natureza do processo de internacionalização.

O discurso acerca da responsabilidade social universitária dos países em desenvolvimento vem impulsionado pelo contexto global de divergências pela dominação do poder, acirradas e materializadas em soterramento de culturas seculares. O desafio para as redes de universidades é repensar a obediência cega às fronteiras demarcadas em tratados que

visavam unicamente a pilhagem do ouro e que, nesses dias, se estende a pilhagem de nossa maior riqueza enquanto Estado-nação, o conhecimento. Bem assim, encontrar o meio de gestão que equalize as características culturais de cada povo e a inovação, no sentido de construir as bases estratégicas para o desenvolvimento mútuo a partir cooperação, para levar adiante investigações pertinentes com foco na solução de problemas locais.

Feitas as considerações iniciais sobre colonialidade, globalização e cooperação Sul-Sul como medida de reconhecimento do contexto da investigação, a seguir propõe-se o aprofundamento sobre as nuances do espaço fronteiriço onde estão inseridas as IES em estudo, bem assim as convergências dos conceitos que ali se estabelecem.

3.2 QUESTÕES DE FRONTEIRA E INTEGRAÇÃO – DE FATO E DE DIREITO

Prioriza-se apresentar o arcabouço sobre fronteira e integração fronteiriça a partir de uma lente mais ampla, ademais de dados censitários e a produção literária de estudiosos que se destacam nas análises sobre questões que emergem nesse contexto.

Analisar fronteiras requer um esforço no sentido de não generalizar a discussão, visto que cada local tem suas particularidades. No primeiro quartel do século XXI, a ameaça de construção de muro entre México e EUA e a discussão em torno do Brexit, entre outros problemas humanitários que envolvem travessias e cotidiano em zonas de fronteira, potencializam a necessidade de apurar ações e reações às políticas para esse fim.

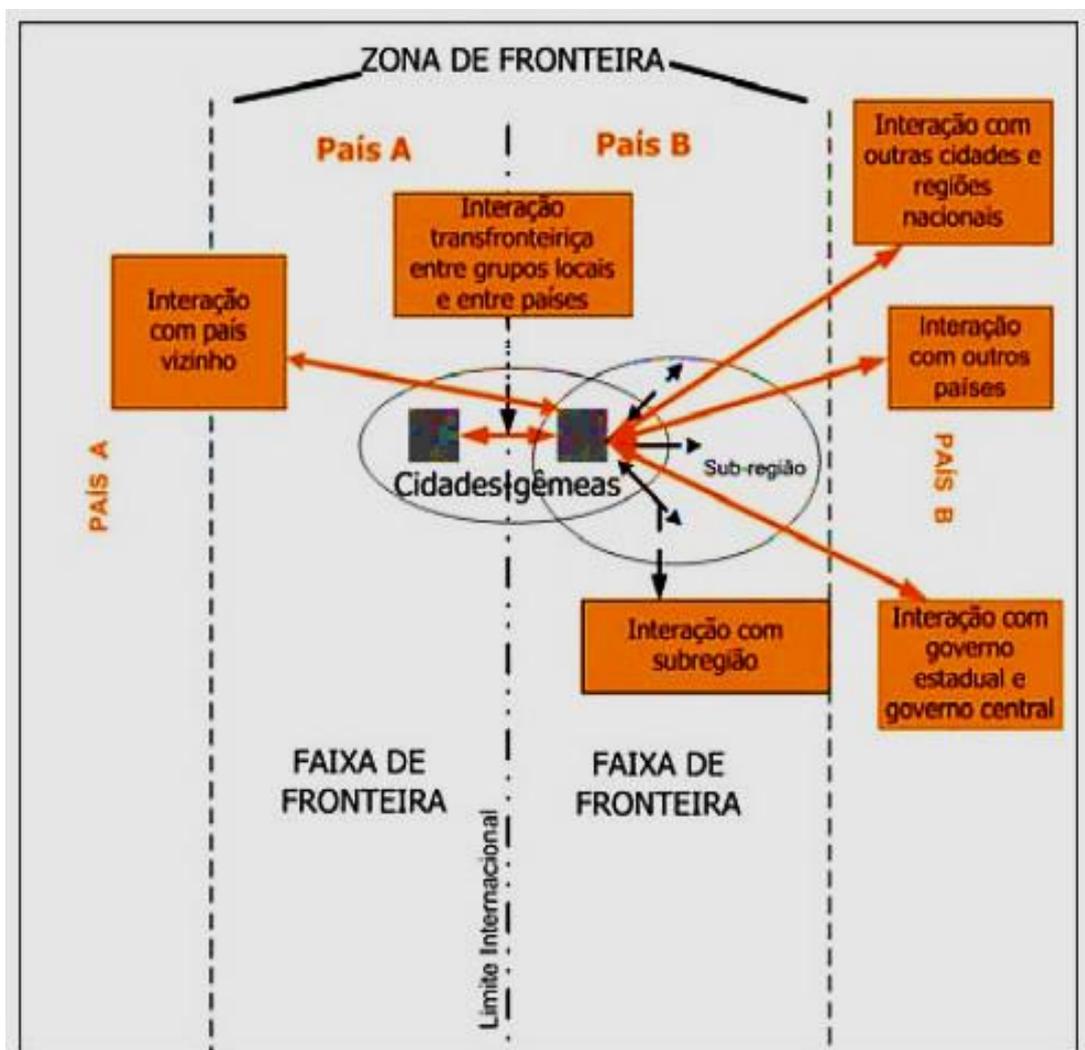
Sob a lente de Santos (2019)³¹ as fronteiras estão imersas em relações de poder, já que:

Todas as situações conduziram à mesma conclusão: as fronteiras são instrumentais e são sempre expressão do poder de quem as define. Por sua vez, a violação das fronteiras ou é expressão de um poder emergente que se pretende sobrepor ao poder existente, ou é expressão daqueles que, sem terem poder para redefinir ou eliminar as fronteiras, as atravessam sem autorização de quem as controla.” Sendo instrumentais, **as fronteiras são muito mais que linhas divisórias geopolíticas. São formas de sociabilidade, exploração de novas possibilidades, momentos dramáticos de travessia, experiências de vida fronteiriça, linhas abissais de exclusão entre ser e não ser**, muros de separação entre a humanidade e a sub-humanidade, tempos-espacos de exercício de poder arbitrário e violento. Neste domínio, **o que melhor caracteriza o nosso tempo é a diversidade de experiências de fronteira, a aceleração dos processos sociais, políticos e culturais que erigem e derrubam fronteiras, a valorização epistemológica do viver e pensar fronteiriços** e os modos de resistência contra fronteiras consideradas arbitrárias ou injustas. (grifo da Autora)

³¹Não é possível identificar a página pois o texto está disponível na Página *web* do projeto ALICE, Espelhos Estranhos, Lições imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo, de Boaventura de Souza Santos. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-posts/boaventura-de-sousa-santos-fronteiras-do-ser-e-do-nao-ser-jornal-de-letras-8-maio-2019/?lang=pt>. Acesso em 09 Maio 2019. (SANTOS, 2019).

A fronteira brasileira se espalha por 15.719 Km na América do Sul. Vale destacar que este limite é o contorno territorial que divide os países; já na conceituação brasileira, a faixa de fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura, face à preocupação com a segurança nacional. São 588 municípios que se localizam na faixa de fronteira do Brasil e apresentam situação geográfica distinta em relação à linha de fronteira, conforme Figura 6.

Figura 6: Conceitos – Faixa e Zona de Fronteira



Fonte: (BRASIL, 2005, p. 22).

A faixa de fronteira está dividida em três grandes Arcos: o Arco Norte contempla a fronteira do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o Arco Central abarca Rondônia, Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul e o Arco Sul inclui a fronteira do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005) nasceu como estratégia para o desenvolvimento, dado ao fato de que esse limiar geográfico não registra uma política pública sistemática que mire às particularidades econômicas e da cidadania fronteiriça. A revisão do programa surgiu como resposta a diversas condicionalidades tais como: as provenientes de organismos internacionais e empresas transnacionais; as pressões internacionais sobre questões específicas (indígenas, ecológicas, tráfico de ilícitos); a necessidade de formulação de novo marco regulatório das interações entre os Estados; a importância do ajuste das políticas públicas estatais à permeabilidade das fronteiras; a necessidade de promover a cidadania e o desenvolvimento regional, como forma de combater o crescimento de diversos tipos de tráfico de ilícitos e como resposta aos sinais de insatisfação com o modelo tradicional de relações hierárquicas entre a região e o centro decisório nacional e, ainda, como demanda por maior conhecimento sobre as especificidades territoriais dos municípios de fronteira.

A Proposta examina que a cidadania em regiões de Fronteira passa, necessariamente, pelos vetores desenvolvimento econômico regional e identidade cultural. O desenvolvimento econômico regional, o qual não é homogêneo, merece ser estudado conforme o local e a densidade não só econômico-produtiva, mas também a densidade social, cultural-simbólica e étnica. A identidade cultural fala de um conjunto de práticas que se materializam na construção do espaço social, tendo seu limiar pela apropriação da natureza.

Neste sentido, a Campanha Gaúcha traz uma ideia de identidade territorial que se replica no Pampa uruguaio conformando o chamado espaço de referência identitária. Na área de educação, o estudo aponta como problemas identificados em cidades gêmeas, entre outros: currículos escolares da rede pública não adaptados às particularidades da zona de fronteira (necessidade de ensino do idioma castelhano), falta de formação específica para professores de cidades-gêmeas e proibição do exercício da profissão de profissionais domiciliados na faixa de fronteira graduados em universidades estrangeiras da zona de fronteira

Não obstante a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira reflita um farto estudo sobre a realidade, possibilidades e desafios da fronteira brasileira e a importância da criação de um Estatuto de Fronteira, fato é que 14 anos depois muito ainda falta por fazer para a viabilização das fronteiras como espaços de pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

3.2.1 [Re]visitando a Fronteira da Paz

Livramento e Rivera, quando as pessoas vêm aqui sem nunca ter vindo elas se impressionam e não imaginam como que é viver nessa Fronteira e simplesmente dar um passo e tá (sic) no outro país. E aí tu vais em qualquer lugar, tu continuas falando português, as pessoas continuam te entendendo e as famílias têm membros dos dois lados da Fronteira e trabalham nos dois lados da Fronteira e estudam dos dois lados. É uma, é uma, é praticamente uma coisa só. (COLABORADOR 7)

Fronteira da Paz, assim é conhecida a conurbação os municípios de Sant' Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Em uma tentativa de explicar as razões desse adjetivo podemos entender que tal característica se dá pela unificação do espaço que ocupam, onde não se vislumbra acidente geográfico que as separe. Ou, talvez, pelo fato da existência de uma localidade rural que teve seu limite contestado em 1934 pelo Uruguai, sob o argumento de erro demarcatório, e que ainda hoje é mantido pelos governos uruguaio e brasileiro em modo de “espera” até que talvez, em algum momento, seja importante para ambos Estados o retorno ao assunto por questões de “Defesa”. Ou, apenas e tão somente, como sinônimo de silêncio já que, notadamente, esse povo hospitaleiro comunga o “mate amargo ou doce” em seus finais de tarde quando, então, sob o mesmo pôr do sol se monta o cenário de tráfico internacional, contrabando, roubo de gado e de veículos, entre outros delitos característicos nas regiões de fronteira latino-americana.

Nesse ano de 2019, essa Fronteira é uma das rotas para venezuelanos e cubanos, entre outros refugiados, que atravessam o Brasil em busca do Uruguai e novas trilhas para outros horizontes em suas vidas. Segundo a Agência da ONU para refugiados (ACNUR), ao final de 2017 o Uruguai já tinha recebido 8.607 refugiados, solicitantes de asilo, deslocados internos, retornados (refugiados e deslocados) e apátridas.

Sant'Ana do Livramento está situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul e foi fundada oficialmente em 1823³². Segundo censo³³ conta, em 2018, com uma população estimada em 77.763 habitantes. Em 2016, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.9%, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa; tinha 33.9% da população nessas condições ocupando a posição 3.794 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. De 4.309 estudantes matriculados no ensino médio no ano de 2005, verifica-se a queda sucessiva ano após ano para, em 2018, contar com apenas 2.769 estudantes. De acordo com o Índice de

³²(PREFEITURA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, 2019).

³³(IBGE, 2019).

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano (longevidade, educação e renda), apresentava no ano de 2010 o índice de 0,727. Tal valor é considerado alto pela metodologia de cálculo do IDHM, já que quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano.

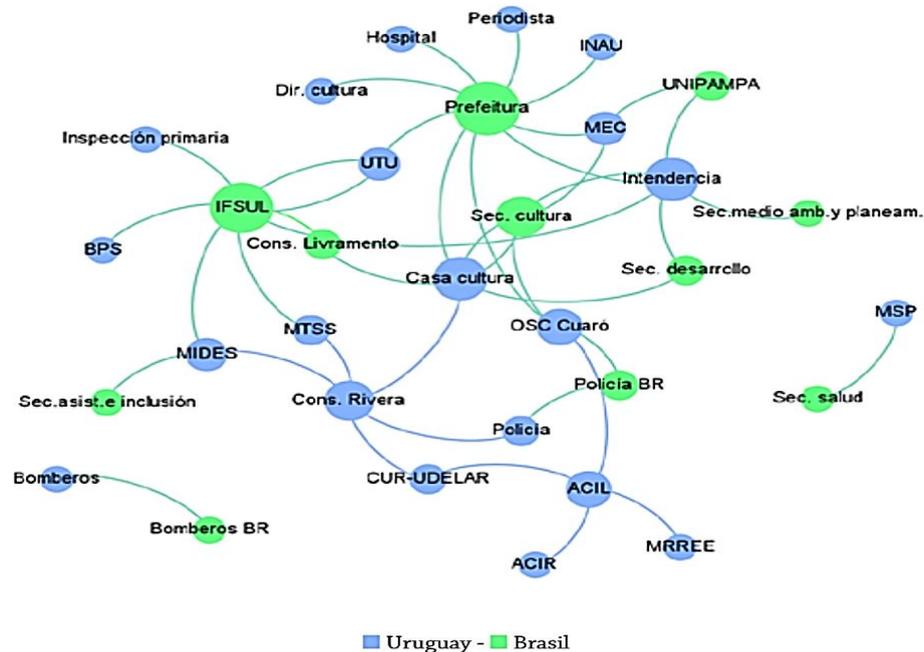
O território do Uruguai limita-se com o Brasil ao longo de 1.044 Km ou 1.067 KM (limite contestado). Segundo o Anuário Estadístico 2018 (INE, 2018), produzido pelo Instituto Nacional de Estadística Uruguay, o Departamento de Rivera (composto por Rivera, Tranqueras, Vichadero e Minas de Corrales, ademais de outros pequenos povoados rurais) contava, em 2017, com uma população de 108.319 habitantes. Conforme o Observatorio Territorio Uruguay (2019a), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme estimado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU, foi de 0,765 para o ano 2017. A taxa de homicídios nesse ano, a mais alta do país, registrava 12,9 por 100.000 habitantes. A taxa de pessoas empregadas em 2017 era de 55,8% e a porcentagem de informalidade no mercado laboral de 42,6%, sendo quase o dobro da média do país. A porcentagem da população entre os 25 e os 65 anos com ensino superior em 2017 foi de 13,3% (OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY, 2019b).

Rivera e Livramento compartilham uma natureza abundante, uma região pastoril de planícies com coxilhas cobertas por campos e rica biodiversidade conhecida como Bioma Pampa, a qual se expande por parte do RS, da Argentina e do território uruguaio. Ademais, descansam sobre a formação geológica Aquífero Guarani, que é uma das maiores reservas do mundo que pode armazenar água subterrânea. O paralelo geográfico 31 atravessa essa porção de terra tornando-a propícia à produção de frutas, com destaque para a vitivinicultura e, atualmente, à produção de oliveiras. No lado uruguaio o comércio de free-shops e as empresas florestais também aportam um forte complemento para a economia local.

Esse espaço fronteiriço binacional está acostumado a colaborações básicas entre instituições, tais como na área da saúde, da segurança policial, dos serviços aduaneiros, sociais e culturais. Entretanto, a falta de marcos regulatórios, não raras vezes, esvazia os objetivos das ações e não aproveita esta capacidade de relacionamento (RODRÍGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEIX, 2016), especialmente no que concerne à educação primária e secundária que não avança na consolidação de intercâmbios transfronteiriços (MAZZEI, 2013).

Rodríguez-Miranda; Galaso; Goinheix (2016) apontam para existência de conformação de redes nesta fronteira, uma delas pode ser visualizada na Figura 7 a seguir.

Figura 7 – Rede global (projetos e informação) transfronteiriça pura de Rivera-Sant’Ana do Livramento



Fonte: (RODRÍGUEZ-MIRANDA; GALASO; GOINHEIX, 2016, p. 82).

Agregue-se a essa rede a Secretaria Binacional de Educação Superior, que está sediada na Intendência Municipal de Rivera e busca a conformação de um espaço híbrido na ES local.

A democratização do acesso à educação, neste cenário, vem carregada de questionamentos uma vez que, se por um lado, o acesso à educação superior já está sendo oportunizado à uma parcela desta população que não vislumbrava tal possibilidade, por outro lado, impõe-se a análise acerca da manutenção deste cidadão e a necessidade de políticas educativas complementares que minimizem o risco da chamada “inclusão excludente” (VIERA-DUARTE, 2018).

Em nível de ensino fundamental e médio o contexto do cotidiano binacional na escola pública merece ser observado com cautela. Bardesio e Cassanego Junior (2014), em estudo levado a cabo em uma escola estadual no município de Santana do Livramento, relatam que, apenas em 2011, dos 802 alunos ali regularmente matriculados nestas modalidades, quase 20% deles mantinham vínculos com o Uruguai. Tais vínculos foram analisados a partir dos seguintes documentos: certidão de nascimento dos alunos; comprovante de residência; documento de identidade apresentado; e, em caso de transferência, a origem dos estudos cursados e o documento apresentado à escola para a realização da matrícula.

A agenda educacional em nível binacional da fronteira Brasil Uruguai avança, a partir de 2010, com a autorização de funcionamento de cursos de Educação Tecnológica ofertados em parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) (*Campus Santana do Livramento*) e o Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU) - através da Escuela Tecnica Superior de Rivera. E, ainda, em 2014 através do *Campus Jaguarão* do IFSul e a Escuela Tecnica de Rio Branco (CETP-UTU). Atualmente totalizam 10 cursos técnicos binacionais, conforme Figura 8.

Figura 8: Oferta de cursos técnicos binacionais Brasil-Uruguai



Fonte: (IFSUL, 2017)

Os cursos emitem diplomas binacionais firmados pelas duas instituições, conforme se vê na Figura 9. Em Sant'Ana do Livramento e Rivera, inicialmente foram oferecidos os cursos de Informática para Internet e Controle Ambiental, após Eletroeletrônica, Logística, Sistemas de Energia Renovável e Gastronomia. Neste ano de 2019 aumentam os esforços na implantação de cursos de graduação que almejam tornar-se, futuramente, binacionais.

Figura 9: Diploma de curso técnico binacional Brasil-Uruguai



Fonte: (IFSUL; CETP-UTU, 2016)

Em relação aos investimentos em educação consolida-se o Polo Educativo Superior de Rivera. Neste espaço interinstitucional se estabelece o primeiro *Campus* compartilhado do Sistema Nacional de Educación Pública contendo: os prédios da Udelar, para o funcionamento do CUR; as instalações da Administración Nacional de Enseñanza Pública (ANEP), com dois de seus Consejos Descentralizados (CFE e o CETP) e, ainda, o prédio da Universidad Tecnológica (UTEC). A fim de racionalizar os serviços, o projeto previa a construção de uma biblioteca central entre outros espaços de convivência.

O lado brasileiro, por sua vez, oferece o ensino superior gratuito pelas mãos da UNIPAMPA, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e pelo IFSul.

A agenda dessa sociedade binacional com vistas à construção de soluções reais para problemas concretos, pressupõe-se, deve ser prioridade nas universidades já que foram instaladas sob o manto do desenvolvimento regional. Nesse sentido:

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais. (BRASIL, 2005, p.21)

Mazzei (2013), em seus estudos sobre a relação fronteiriça, relata que os cidadãos que habitam tais localidades se manifestam no sentido de que existe uma identidade fronteiriça, uma cultura, um símbolo sociocultural próprios de quem vive tal realidade, de quem faz parte de redes sociais e de parentesco binacionais.

Nesse espaço, o intercâmbio entre as instituições, no comando de suas atividades administrativas, promove a integração fronteiriça de direito. Já o cotidiano promove as interações socioculturais e o intercâmbio de bens e serviço e daí emerge a real integração fronteiriça, a integração de fato.

[...] el territorio fronterizo uruguayo-brasileño, es significativo de los bordes de las soberanías de ambos países de acentuada diferenciación socioeconómica donde la convivencia binacional se sostiene em el juego de los intercambios de derecho y de hecho, lo que constituye culturalmente un “síndrome” entre la sociedad y lo jurídico, el que es vivido desigualmente según sean las capacidades e intereses personales e institucionales em su aporte al desarrollo regional. (MAZZEI, 2013, p. 79)

Dada à singularidade e complexidade desse espaço fronteiriço, poroso e interativo, Pucci (2010) defende a criação de um Estatuto da Fronteira Brasil Uruguai para resguardar a cidadania e legalidade de quem ali desenvolve suas atividades, uma vez que a integração fronteiriça é uma realidade que prevalece apesar do Estado.

Considerando a complexidade e a profundidade dos conceitos que envolvem questões de Fronteira e integração regional e fronteiriça pretendeu-se aqui apenas contextualizar a realidade onde estão inseridos o *Campus* Santana do Livramento e o Centro Universitário de Rivera.

Apresentadas as nuances necessárias à compreensão da realidade local, segue-se para uma reflexão sobre as teorias para a internacionalização da educação superior.

3.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO

Os movimentos para a internacionalização da ES remontam à Idade Média, época em que nasce a universidade e quando os estudiosos europeus já se beneficiavam da mobilidade acadêmica para estudar e trabalhar em distintas IES na Europa, a exemplo de Erasmo de

Roterdão (1466-1536) teólogo e humanista, Tomás de Aquino (1225-1274) filósofo e teólogo, Petrarca (1304-1374) intelectual, poeta e humanista, entre tantos outros.

Portanto, pode-se entender que internacionalização da ES teve como ponto de partida a mobilidade discente e docente, seja para buscar conhecimentos que nas instituições de origem dos acadêmicos não se encontrava, seja para a partilha do conhecimento e experiências (SANTOS e ALMEIDA, 2012).

Na América Latina, as primeiras IES foram estabelecidas em Santo Domingo em 1538 e no México e Peru em 1551. Como mencionado, no Uruguai a Universidad Mayor de la República nasce legalmente em 1849. No Brasil, após algumas tentativas frustradas, apenas na década de 1930 verifica-se a implantação de projetos concretos de criação de universidades, sendo que a Universidade de São Paulo foi criada em 1934, seguida pela Universidade do Rio de Janeiro e pela Universidade do Distrito Federal em 1935. Frente a esse cenário, notadamente, os países latino-americanos apresentam um descompasso quanto à internacionalização se comparados às IES europeias.

Morosini e Somers (2015) identificam três períodos do processo de internacionalização da ciência no Brasil: o primeiro conhecido como **internacionalização via distinção** ocorre a partir de 1950 e se caracteriza pela mobilidade da elite brasileira, com recursos financeiros próprio, para as escolas europeias; o segundo caracteriza um **processo de modernização** do Estado brasileiro, acontece a partir de 1970 e é base das políticas nacionais com o financiamento público para o aperfeiçoamento em nível de pós-graduação para professores e investigadores; o terceiro é a **internacionalização científica para a globalização** e se fortalece a partir da promulgação da LDB em 1996, com foco na inovação, sendo os últimos dois períodos voltados à ciência como meio para o desenvolvimento.

Não obstante tal processo não seja novidade no mundo acadêmico, em especial para os europeus, é notório que a globalização econômica reacendeu a importância dessa prática como meio de viabilização da circulação global de ideias e conhecimentos. Especialmente a partir da década de 1980, com o fortalecimento do conceito de sociedade do conhecimento, a dimensão internacional da ES passa a ter um aumento de demanda, uma abordagem comercial, o incremento no uso de tecnologias de informação e comunicação.

Diariamente, várias análises sobre a ES são publicitadas nas principais revistas e periódicos acadêmicos impressos e disponibilizados na *web*. Muitas delas entrecruzam-se com a questão da internacionalização tais como: a avaliação, a qualidade, o currículo, a organização administrativa e a formação docente. Este capítulo pretende reconhecer os aspectos conceituais

inerentes à internacionalização da ES e problematizar as questões imbricadas a esta temática, a partir da perspectiva de destacados autores.

3.3.1 Conceito de internacionalização

Internacionalização da ES, além de baseada em relações entre nações e suas instituições, pode ser entendida como esforço sistemático no sentido de tornar a universidade mais enérgica no repensar as ações que deve adotar para encarar os desafios da globalização (MOROSINI, 2006). Dessa forma a universidade caracteriza-se “[...] como un actor estratégico en el proceso de integración” (OREGIONI, 2015, p. 12) já que “[...] pelo seu objeto – conhecimento, sempre foi acompanhada da perspectiva internacional” (MOROSINI, 2006, p. 97).

Preocupada sobre como uma definição pode moldar as políticas públicas, a reconhecida estudiosa Knight (2008) retoma alguns conceitos propostos para internacionalização da ES. Segundo a autora, na década de 1980, Arum e Van de Water (1992) conceituavam como um conjunto de atividades. Ao analisar a definição de Van der Wende entende que a mesma é limitada à medida que trata apenas da dimensão internacional e não contextualiza a internacionalização em termos institucionais e setoriais. Sendo entendida como “qualquer esforço sistemático que vise tornar a educação superior sensível às exigências e desafios relacionados com a globalização das sociedades, a economia e mercados de trabalho”, conforme Van der Wende (1997, p. 18 apud KNIGHT, 2008, p. 20, tradução da Autora)³⁴.

Propor um conceito universal é tarefa complexa haja vista as inúmeras disparidades entre as realidades de países e regiões e os interesses dos governos e das instituições. Tais fatores influenciam diretamente os programas e políticas para esse fim (KNIGHT, 2005).

Ao longo das últimas três décadas a teórica Jane Knight tem aprimorado seus conceitos. Percebe-se que há uma evolução nas dimensões e níveis, dada as variedades e as particularidades dos contextos e *stakeholders*. De toda forma, não exaure tais conceitos e os utiliza de maneira complementar e de acordo com o propósito de suas análises. O Quadro 6 apresenta alguns deles, vejamos:

³⁴Van der Wende (1997) correctly pointed out that an institutional-based definition has limitations and therefore proposed a broader definition suggesting that internationalization is “any systematic effort aimed at making higher education responsive to the requirements and challenges related to the globalization of societies, economy and labor markets” (p. 18). While this definition includes important elements, it only positions the international dimension in terms of the external environment— specifically globalization—and therefore, does not contextualize internationalization in terms of the education sector itself. (KNIGHT, 2008, p. 20)

Quadro 6 – Conceitos de internacionalização da ES, propostos por Jane Knight

ANO	CONCEITO
1994	“Processo de integração de uma dimensão internacional e intercultural nas funções de ensino, pesquisa e serviço da instituição”. Knight (1994, p.7 apud KNIGHT, 2008, p. 20, tradução da Autora) ³⁵
2003	“A internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global às finalidades, funções e oferta de educação pós-secundária. (KNIGHT, 2003, p.2/3, tradução da Autora) ³⁶
2004	“[...] o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções (principalmente ensino/ aprendizagem, pesquisa, serviço) ou a oferta de ensino superior.” (KNIGHT 2004, p.7, apud KNIGHT, 2014, p.2, tradução da Autora) ³⁷
2008	“A internacionalização nos níveis nacional / setorial / institucional é o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global ao propósito, funções ou oferta de ensino superior nos níveis institucional e nacional.” (KNIGHT, 2008, p. 21, tradução da Autora) ³⁸

Fonte: Elaborado pela Autora.

Desmembrando o conceito destacado no Quadro 6, Knight (2005b) explica os elementos desta definição a partir de uma ótica adaptada à realidade do contexto do século XXI, portanto, mais genérica para incluir os diversos provedores de ES.

Assim, quando a internacionalização é tratada no **nível nacional** significa que o tema tem a atenção de diferentes entidades governamentais ou ONGs (departamentos de educação, assuntos externos, ciência e tecnologia, cultura, emprego, imigração e comércio, onde todos

³⁵By the mid-1990s, a process or organizational approach was introduced by Knight (1994) to illustrate that internationalization was a process that needed to be integrated and sustainable at the institutional level. By this definition, internationalization was seen as the “process of integrating an international and intercultural dimension into the teaching, research and service functions of the institution” (p. 7). (KNIGHT, 2008, p. 20)

³⁶“Internationalization at the national, sector, and institutional levels is defined as the process of integrating an international, intercultural, or global dimension into the purpose, functions or delivery of postsecondary education.” (KNIGHT, 2003, p.2/3)

³⁷ “[...] Internationalization of higher education is defined as “the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions (primarily teaching/learning, research, service) or delivery of higher education” (KNIGHT 2004, p.7, apud KNIGHT, 2014, p.2)

³⁸“Internationalization at the national/sector/institutional levels is the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of higher education at the institutional and national levels.” (KNIGHT, 2008, p. 21)

têm um interesse na dimensão internacional do ensino superior). Já quando tratada no **nível setorial** significa que os atores principais que tratam esta pauta são os departamentos governamentais, agências e ONGs diretamente relacionados à educação. Em **nível institucional** identifica-se que os interesses podem ser bastante distintos entre instituições e nações, uma vez que fatores de diferentes graus podem influenciar as decisões institucionais tais como: missão, população estudantil, perfil do corpo docente, localização, fontes de financiamento, disponibilidade de recursos, grau de autonomia institucional, orientação para interesses locais, nacionais e internacionais.

Knight (2008) esclarece que a internacionalização pode ser vista como um **processo**, à medida em que implica um esforço contínuo. Se definida em termos de insumos, produtos ou benefícios ela se torna menos genérica, pois deve refletir as prioridades específicas de um país, instituição ou *stakeholders*. A noção de **integração** é usada para incorporar as dimensões internacional e intercultural em políticas e programas para garantir a sustentabilidade e a centralidade da missão e dos valores da instituição. Os termos internacional, intercultural e global refletem a amplitude da internacionalização, sendo que **internacional** refere-se às relações entre nações, culturas e países, a **interculturalidade** diz respeito às diversidades culturais dos países, comunidades, instituições e salas de aula, e o termo **global** está incluído para fornecer o sentido do escopo mundial, sem destacar o conceito de nação. Quando sublinha que as dimensões devem estar integradas ao **propósito** refere-se ao papel geral que o ensino superior tem para um país/região ou, mais especificamente, à missão de uma instituição. Ao falar em integração com as **funções** refere-se ao ensino, pesquisa, atividades acadêmicas e serviço à sociedade. Por fim, ao tratar da **entrega** refere-se à oferta de cursos e programas de educação, seja internamente ou em outros países.

A estudiosa latino-americana, Gacel-Ávila, apresenta algumas concepções para a internacionalização da ES:

[...] un proceso de reforma educativa, que favorece a partir del reconocimiento y el respeto a la diferencia cultural, la formación en los estudiantes de una capacidad crítica, para trabajar y convivir en la comunidad mundial. Los prepara para que sean respetuosos de las diferencias y la riqueza cultural de la humanidad con sentido de responsabilidad política, y de defensa de los principios democráticos en la sociedad en la cual viven y actúan. (GACEL-ÁVILA, 2018, p. 112)

El proceso intencional de integrar una dimensión internacional, intercultural y global en los propósitos, funciones y provisión de la educación terciaria, buscando incrementar la calidad de la educación y la investigación para todos los estudiantes y el personal de las instituciones, con la finalidad de hacer una contribución significativa a la sociedad (DE WIT, HUNTER, HOWARD, & EGRON-POLAK, 2015, p. 283 apud GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 24).

Proceso que integra en las funciones sustantivas de las IES [instituciones de educación superior] una dimensión global, internacional, intercultural, comparada e interdisciplinaria, cuyo alcance es el fomento de una perspectiva y consciencia global de las problemáticas humanas en prol de los valores y actitudes de una ciudadanía global responsable, humanista y solidaria (GACEL-ÁVILA, 2006, p. 61 apud GACEL-ÁVILA; RODRÍGUEZ, 2018, p. 24).

Lamarra e Albornoz (2014, p. 41), também sob a ótica latina, correlacionam a internacionalização da ES ao imperativo da solidariedade e integração regional.

La internacionalización es un reto que implica el compromiso del país y de las instituciones a fines de repensar la articulación de los procesos de educación superior de cara a las nuevas demandas económicas, sociales, políticas, culturales y productivas. Por ello es importante adoptar estrategias de internacionalización comprensivas, integradas y pertinentes a las políticas de desarrollo del país y de la región. Esto podrá sin duda mejorar los niveles de calidad del sistema educativo mediante alianzas estratégicas interinstitucionales, además de preparar adecuadamente los egresados con el perfil internacional, intercultural y global que requiere el nuevo siglo

Importante destacar o posicionamento de Knight (2012 apud KNIGHT, 2014)³⁹, no sentido de que a definição de internacionalização deve relacionar-se com a prática reorientada para valores acadêmicos e não apenas atividades de cooperação e intercâmbio.

Após a releitura atenta dos conceitos propostos e aqui destacados é possível observar que os discursos trazem a percepção de cada intelectual, desde a sua epistemologia de origem. Notadamente, os autores provenientes do Norte-global inserem em sua definição um espaço para a mercantilização da ES através da internacionalização quando olham para a extensão como serviço ou, ainda, dedicam espaço à transnacionalização, realidade já recorrente. Essa assertiva não é uma crítica apenas uma constatação, dada a realidade da ES em países desenvolvidos. A Academia do Sul global, por sua vez, potencializa o discurso de uma internacionalização voltada à cooperação acadêmica com fins humanísticos e solidários.

3.3.2 Tensões na dimensão global: internacionalizar para quê e para quem?

A força do fenômeno da globalização econômica, respaldada pelo advento da tecnologia, impacta todos os aspectos que envolvem o cotidiano dos governos, instituições e

³⁹“The weakness now evident, however, is that traditional values associated with internationalization such as partnership, collaboration, mutual benefit, and exchange are not articulated – only assumed. Including these values in a definition is possible but it could raise new risks of being too prescriptive. Instead, the discourse and practice of internationalization needs to be reoriented to values (Knight 2012) and especially academic values.” (KNIGHT, 2014, p. 2)

cidadãos. A agenda global pauta-se no desenvolvimento como meio para solucionar as mazelas produzidas pela humanidade e eleva a produção de conhecimento a protagonista nessa empreitada. Nesse contexto, o setor educacional atrai os olhares dos organismos internacionais os quais interferem diretamente nas políticas educacionais, especialmente, das nações não hegemônicas. Essa influência toma uma proporção de cascata afetando as inúmeras as facetas da ES.

A inter-relação entre globalização e internacionalização tem sido muito discutida sob várias óticas, mas uma das principais distinções entre os dois conceitos é a noção de controle. A globalização e seus efeitos estão além do controle de qualquer ator ou conjunto de atores. A internacionalização, pode ser vista como estratégia para que as sociedades e instituições respondam às muitas demandas impostas pela globalização, assim a internacionalização da educação superior apresenta-se como forma de preparação dos indivíduos para engajamento em um mundo globalizado (ALTBACH; REISBERG e RUMBLEY, 2009)⁴⁰.

A partir dessa lógica, as tensões verificadas nas concepções acerca da internacionalização da ES emergem quando se analisa o fim a que se destina a universidade e o saber ali produzido. Perrota (2015) e Vera (2015) distinguem dois tipos, a partir da lente dos estiramentos provocados pela economia do conhecimento na era da informação, admitindo as orientações de caráter exógeno e endógeno.

3.3.2.1 Internacionalização exógena e mercantilização da ES

A internacionalização exógena ou fenícia deflagra os processos de mercadorização da educação fomentados pelos organismos internacionais. Notadamente, o Banco Mundial, a OMC e a OCDE defendem a adaptação da educação aos interesses da economia dos países desenvolvidos, com a padronização da estruturas educacionais e dos modelos de políticas curriculares globais, bem como a facilitação da transnacionalização da educação acriticamente que, não raras vezes, não atendem os interesses e necessidades das nações do Sul global (CUNHA, 2016; VERA, 2015; PERROTA, 2015). Assim, a internacionalização deixa de lado

⁴⁰A give and take between globalization and internationalization has been evident to many higher education observers, but one of the key distinctions between the two concepts is the notion of control. Globalization and its effects are beyond the control of any one actor or set of actors. Internationalization, however, can be seen as a strategy for societies and institutions to respond to the many demands placed upon them by globalization and as a way for higher education to prepare individuals for engagement in a globalized world.(ALTBACH, REISBERG e RUMBLEY, 2009, p. 23)

o caráter social que caracterizava a mobilidade na Idade Média e passa a atender às regras do mercado de trabalho (PERROTA, 2015a).

Santos (2011) relaciona essa orientação da internacionalização a um projeto global de política universitária onde o bem público produzido na universidade tornar-se-á uma retórica à medida que as IES passam a atender aos interesses de um capitalismo educacional com a privatização dos serviços prestados e a tendência de transformar-se em um mercado. Os dois pilares que levam a essa conclusão e que são notórios são: a descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado universitário. Nesse sentido, tanto OMC, através do GATS, quanto Banco Mundial trabalham fortemente na sedimentação da universidade neoliberal⁴¹.

O Banco Mundial, a partir da ótica dos países desenvolvidos, entende que a universidade deve estar a serviço da sociedade da informação (a qual exige cidadãos altamente qualificados) e alavancar a produtividade da economia do conhecimento. Propõe uma reforma educativa tomando como referentes a desqualificação do ensino público e a superioridade do capitalismo e dos princípios da economia neoliberal (SANTOS, 2011). Vale registrar a recomendação ao Brasil, em relatório⁴² emitido em 2017, indicando que a ES não deve ser prioridade do gasto público (BANCO MUNDIAL, 2017). No mesmo sentido, Dias (2015, p. 46) relembra a sua interpretação sobre o posicionamento da OCDE que, em 2005, expôs a lógica: “[...] não devem investir em educação superior os países que não solucionaram questões de educação básica e secundária.”

O GATS envida esforços na liberação do comércio de serviços através da eliminação progressiva e sistemática das barreiras comerciais. A notícia ruim é que a educação é posta como serviço nesse acordo. Sob o discurso de ampliação, diversificação e maior acesso à educação o documento acaba por inviabilizar as políticas educacionais que exaltem a educação como bem público. Não obstante a adesão ao GATS não seja obrigatória, e os países possam

⁴¹O neoliberalismo é comumente entendido como um elemento capaz de desenvolver um conjunto de políticas econômicas em conformidade com o seu princípio básico, segundo o qual o mercado deve ser livre. Isso inclui a desregulamentação das indústrias e dos fluxos de capital; uma redução radical da prestação pelo estado das medidas e proteções para os mais vulneráveis; a privatização e a terceirização de bens públicos, o que abrange desde a educação, chegando a parques, serviços postais, estradas e assistência social e ainda as prisões e as forças armadas; a substituição da tributação progressiva pela regressiva com esquemas tarifários; o fim de redistribuição de riqueza como um fator de política econômica ou social; a conversão de todas as necessidades ou aspirações humanas em um negócio rentável, o que inclui desde a preparação de candidaturas para admissão nos estabelecimentos de ensino até os transplantes de órgãos humanos, desde a adoção de um bebê até os direitos de poluição; desde evitar flas (‘from avoiding lines’) até a reserva de espaços para as pernas em um avião; e, mais recentemente, a transformação em matéria financeira de todo o domínio crescente do capital financeiro sobre o capital produtivo na dinâmica da economia e da vida quotidiana sobre o capital produtivo na dinâmica da economia e da vida quotidiana. Wendy Brown (2015, p. 28 apud DIAS, 2017).

⁴²Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil.

escolher quais as áreas que se sujeitarão ao acordo, é fato que as nações não hegemônicas sofrerão o impacto em suas políticas à medida que não seguirem as regras impostas.

Em termos de internacionalização da ES, a oferta transnacional é um dos vetores e se materializa de quatro maneiras: a oferta transfronteiriça - que se vislumbra através das universidades virtuais e educação à distância; o consumo no estrangeiro – fonte de ingresso de recursos financeiros para muitos países do Norte global e com uma balança desfavorável para as universidades do Sul global; a presença comercial – ou a presença de sucursais no exterior e, por fim, a presença de pessoas, que refere-se ao *brain drain*⁴³ (SANTOS, 2011; PERROTA, 2015b).

Da maneira acima ditada, a educação torna-se um bem global que pode ser regulamentado de acordo aos interesses econômicos, situação que ameaça os ideais tradicionais da IES, as culturas nacionais e o controle das nações e instituições (PERROTA, 2015a). No Quadro 7, encontram-se alguns elementos que configuram modos de transnacionalização, a conferir:

Quadro 7 - Modos de transnacionalização da ES, conforme o GATS

continua

MODO	OCORRÊNCIA	EXEMPLO	PONTOS NEGATIVOS, DE ACORDO COM A ÓTICA DA PESQUISADORA	PONTOS NEUTROS, DE ACORDO COM A ÓTICA DA PESQUISADORA
Oferta transfronteiriça	Não há movimento físico do consumidor.	Educação à distância, aprendizagem <i>on-line</i> , universidades virtuais.	Dificuldade de controle da qualidade e monitoramento.	Mais possibilidade de acesso ao ensino superior?
Consumo no estrangeiro	Movimento transnacional do consumidor.	Mobilidade acadêmica no exterior.	Evasão de capital que pode ser destinado ao país de origem. Aumento de ingresso de recursos financeiros em países desenvolvidos. Balança desfavorável para os países que não possuem universidades reconhecidas.	Contato com a multiculturalidade dos países e absorção de novas percepções.

⁴³“Migração de talentos - *Brain drain*: deslocamento de estudantes e professores qualificados, para outros países buscando melhores condições de estudo e de formação, condições de trabalho, de salários e de oportunidades em países centrais no mundo da ciência e da pesquisa.” (MOROSINI, 2006, p. 99).

Quadro 7 - Modos de transnacionalização da ES, conforme o GATS

conclusão

MODO	OCORRÊNCIA	EXEMPLO	PONTOS NEGATIVOS, DE ACORDO COM A ÓTICA DA PESQUISADORA	PONTOS NEUTROS, DE ACORDO COM A ÓTICA DA PESQUISADORA
Presença comercial (entendida como a que mais se debate com as políticas educacionais)	Sucursais no estrangeiro através de franchise, universidades globais, polos locais ou <i>campi-satélite</i> .	Grupos internacionais de educação superior	Padronização de currículos, atendimento aos interesses internacionais e dificuldade no controle da qualidade e avaliação.	Acesso aos materiais didáticos internacionais?
Presença de pessoas	Mobilidade ao exterior de fornecedores de serviços, sejam professores ou pesquisadores.	Pesquisas, workshops, palestras e aulas no exterior.	Recrutamento de profissionais para o exterior, facilitando o <i>brain drain</i> .	Possibilidade de criação de redes.

Fonte: Elaborado pela Autora, a partir de Santos (2011, p. 34-35); Knight (2006, p. 30 apud PERROTA, 2015b, p. 32-33).

Vista sob essa concepção, a opção pela internacionalização a serviço da influência dos organismos financeiros internacionais e da dominação das nações hegemônicas pode fomentar as dificuldades históricas de acesso ao ensino superior e a manutenção da qualidade. A democratização do ensino superior pode ser afetada pela transnacionalização e comercialização da ES, ademais a padronização curricular e a exigência de uma língua franca podem desestimular os estudantes e, ainda, promover um olhar generalizado apenas para a solução de desafios projetados para a economia do Norte global. No tocante ao pilar extensão, esta deveria ser orientada como um modo alternativo ao capitalismo global, entretanto, a transnacionalização da ES transforma a universidade em centro de pesquisa com propósitos rentáveis. Ademais, nota-se a descaracterização da presença dos professores e de sua liberdade acadêmica, esta entendida como obstáculo à mercantilização. (SANTOS, 2011).

Assim, verifica-se que o discurso da internacionalização sob esse aspecto vem resguardada pelo manto da sociedade/economia do conhecimento, onde a formação de recursos humanos de alto nível para a promoção do desenvolvimento justifica a interferência das nações hegemônicas nas condicionalidades das políticas educativas de países em desenvolvimento.

Entretanto, Didriksson (2008) auxilia na compreensão sobre a sociedade do conhecimento na atualidade, de maneira a não a vincular-se apenas à perspectiva de economia predadora:

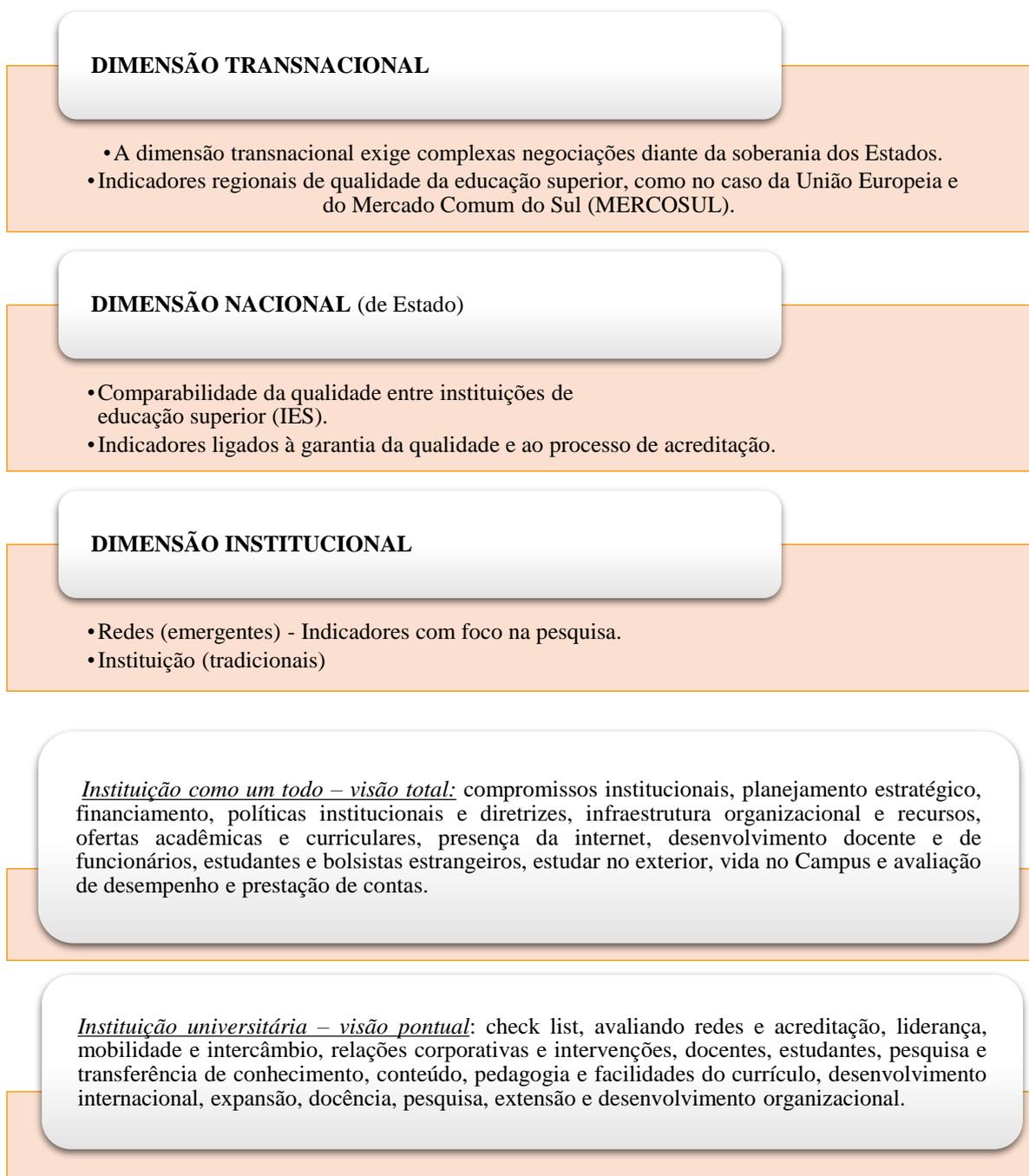
En un reciente informe de la ONU (2005), se señala que existen distintos tipos de **sociedades del conocimiento: las de tipo “nominal” y de tipo “desequilibrado” o “contradictorio”**, cuyos potenciales no se relacionan con el mejoramiento del bienestar de su población, y hasta pueden ir en contra de sus intereses por el beneficio sobre todo a de las grandes empresas transnacionales y de una minoría siempre más y más rica; frente a otro tipo de **sociedad del conocimiento “inteligente”**, en la cual los beneficios del desarrollo del conocimiento, de la información, de la ciencia y de la tecnología y de su democratización, se orientan al beneficio de la mayoría de su población. (DIDRIKSSON, 2008, p. 25, grifo da Autora)

Na sociedade do conhecimento “inteligente” os valores concentram-se no exercício real da democracia, em qualidade de vida da população e na liberdade de uma sociedade decidir como organiza o seu futuro (DIDRIKSSON, 2008).

Outra questão amplamente debatida é a definição das motivações para a certificação da qualidade no ensino superior. No contexto da internacionalização exógena verifica-se que a qualidade se relaciona diretamente com a sociedade do conhecimento “nominal”, que foca no conhecimento para fins econômicos.

Diante da realidade da situação da ES e das questões correlatas à transnacionalização da ES, Morosini (2009, 2014) promove o debate sobre a qualidade isomórfica das universidades, a qual sofre a influência dos organismos internacionais a partir da percepção da educação superior como serviço educacional e não como bem público. Segundo a estudiosa, a qualidade isomórfica baliza a formação acadêmica com foco na empregabilidade e em profissionais competitivos e vem fortemente conectada à standards universais ditados por rankings internacionais, sendo que via de regra não respeita os princípios do Estado de dizer o que é qualidade na educação. Tais rankings baseiam-se em indicadores de qualidade para a internacionalização que podem ser categorizados segundo a amplitude: indicadores de dimensão transnacional, nacional (de Estado) e institucional, sendo que “A dimensão transnacional exige complexas negociações diante da soberania dos Estados.” (MOROSINI et al., 2016, p.5). Na dimensão de Estado, os indicadores de desempenho estão ligados ao processo avaliação e acreditação. São considerados indicadores de qualidade de dimensão institucional as redes, considerados emergentes e os indicadores da instituição, considerados tradicionais (MOROSINI et al., 2016), a conferir no Gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 - Indicadores de qualidade na internacionalização da ES



Fonte: Elaborado pela Autora, de acordo com Morosini (2016, p.17-18).

Dias Sobrinho (2008) entende que algumas avaliações de qualidade têm origem nas concepções empresariais, priorizando critérios universais que valorizam aspectos passíveis de medição quantitativa para fins econômicos. É sob essa perspectiva que os organismos internacionais OCDE, OMC, Banco Mundial e Unesco tentam imprimir seus conceitos de

qualidade dentro do processo de transnacionalização, ou seja, livre circulação do conhecimento não estando restrito ao Estado-nação (MOROSINI, 2014).

Dias (2017) denuncia fato ocorrido em 2003, em que, ao final de uma conferência convocada para rever os resultados da Conferência Mundial sobre o Educação Superior de 1998, os participantes foram surpreendidos com a inclusão, no informe final, do acréscimo do adjetivo “global” à expressão “educação como bem público”. A adição tem relação direta com a qualidade que deverá estar adequada às exigências do mercado e esse bem público global seria “[...]desenvolvido em um pequeno grupo de países e que passa a ser considerado como modelo de qualidade a ser imitado no mundo inteiro. [...]os critérios de seleção centram-se na pesquisa acadêmica, sem considerar a qualidade do ensino.” (DIAS, 2017, p. 92). O autor destaca que os rankings acadêmicos definem regras para aferir e mostrar onde há qualidade no ES, a partir do modelo de nações hegemônicas e têm se transformado em uma indústria lucrativa. Mas o que é pior influenciam as políticas públicas e, não raras vezes, os indicadores estão em total descompasso com a realidade dos países em desenvolvimento.

Brandenburg e Wit (2015) levantam questionamentos sobre o futuro da internacionalização, pautando-se no fato de que, embora filosofar seja importante, também é necessário um maior senso de realidade de forma a compreender que não apenas certos tipos de mobilidade e outras atividades internacionais são bons em si e que outros tipos (como recrutamento e educação transnacional) são ruins. Para os autores há que se estudar mais profundamente essas questões a partir de um novo conjunto de valores e justificativas. É necessário rever os conceitos idealistas de internacionalização e globalização, entendendo-as em seus significados puros - não como objetivos em si mesmos, mas como meios para um fim. Bem assim, compreender o que de fato ajuda a alcançar o objetivo de qualidade da educação e da pesquisa em uma sociedade do conhecimento globalizada e investir mais tempo em questões de racionalidade e resultados.⁴⁴

⁴⁴ But how can we resume the active role and gain ownership of our own fate? The main points are the following: 1. We have to move away from dogmatic and idealist concepts of internationalization and globalization. 2. We have to understand internationalization and globalization in their pure meanings—not as goals in themselves but rather as means to an end. 3. We have to throw off the veil of ignorance and ask ourselves: Why do we do certain things and what do they help in achieving the goal of quality of education and research in a globalized knowledge society? We also have to regard mobility and other activities as what they really are: activities or instruments—and therefore by definition not goals in themselves. 4. We should carefully reconsider our preoccupation with instruments and means and rather invest a lot more time into questions of rationales and outcomes. While in need of more philosophy we also require a greater sense of reality. We cannot continue to assume that certain types of mobility and other international activities (such as exchanges and study abroad) are good in themselves and that other types (such as recruitment and transnational education) are bad. We have to dig deeper, place the options within a new set of values and rationales, and ensure that we really achieve what is meaningful. (BRANDENBURG; WIT, 2015, p. 16)

3.3.2.2 Internacionalização endógena e a cooperação solidária

A internacionalização endógena ou solidária baseia-se na construção do conhecimento a partir da relação internacional ancorada no respeito da cultura alheia e na criação de um espaço de reflexão para a solução de problemas recíprocos com a confiança e transparência (VERA, 2015).

Nesse cenário, aponta a Unesco com a proposta de construção de um espaço para o fortalecimento de ideias que humanizem os meios para as alcançar metas de desenvolvimento. Apesar desse organismo internacional defender a presença de investidores na ES percebe-se nas declarações resultantes das conferências regionais e mundiais de ES uma perspectiva mais humanística (CUNHA, 2016), as quais aportam importante referência para as políticas públicas e aos sistemas educacionais..

A Conferência Mundial sobre ES de 1998, preconizou a responsabilidade das IES para com a sociedade, a necessária melhoria da qualidade e pertinência da ES e que a solução dos problemas é encargo dos governos e de todas as partes interessadas inclusive o mundo dos negócios. Considerando que a cooperação e o intercâmbio internacionais são os caminhos principais para promover o avanço da educação superior em todo o mundo, proclamou que o princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre IES em todo o mundo seria crucial para a compreensão de questões globais.

A cooperação internacional deveria basear-se na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuos e a dimensão internacional deveria estar presente nos planos curriculares e nos processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, haveria que destinar atenção aos instrumentos normativos regionais e internacionais relativos ao reconhecimento de estudos, permitindo que estudantes mudem de curso com maior facilidade e tenham mais mobilidade dentro dos sistemas nacionais e na sua movimentação entre eles. Não deixou de fora a questão da avaliação e da qualidade na ES sublinhando que esta última é um conceito multidimensional que deve envolver todas as suas funções, atividades e o ambiente acadêmico em geral. Em termos de internacionalização da ES a qualidade seria refletida no intercâmbio de conhecimentos, na criação de redes interativas, na mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais. Para atingir e manter a qualidade na perspectiva internacional ressalta que seria necessária a mobilidade entre países, IES e o mundo do trabalho (UNESCO, 1998).

A Declaração da Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe – CRES 2008, defendia a ES como um bem público que tem papel estratégico nos processos de desenvolvimento sustentável nos países da região e colocava a integração regional e a internacionalização como meios de desenvolver fortalezas acadêmicas que potencializassem o aproveitamento dos recursos humanos e criassem sinergias em escala regional para superar as brechas no conhecimento e desenvolvimento de competências para interligação entre o conhecimento, o mundo do trabalho, da produção, da vida social a partir de uma atitude humanista e de responsabilidade intelectual (UNESCO, 2008).

Como resultado da Conferência Mundial sobre Ensino Superior, ocorrida em 2009 sob o manto da responsabilidade social, a Unesco declara que a ES deve ser um bem público e que é responsabilidade de todos os investidores, especialmente dos governantes. Reforçando esse posicionando, ao tratar da qualidade, assegura que essa é uma das funções fundamentais da ES contemporânea e deve envolver investidores. Segundo esse marco normativo, a qualidade requer estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação assim como promover a qualidade cultural dentro das instituições. Nota-se especial destaque à importância da internacionalização e da regionalização, tratando a cooperação internacional com fulcro na solidariedade e no respeito mútuo, além de na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural. Neste quesito, é de suma importância ressaltar que o documento registra formalmente a dimensão transfronteiriça de ES como meio para a construção de uma educação qualidade (UNESCO, 2009).

Nesses documentos da Unesco, percebe-se a importância dada às ferramentas de tecnologia da informação como meio de distribuição da ES. A partir de um olhar atento e uma leitura crítica constata-se que os documentos dão ênfase à cooperação solidária e regionalismo como forma de superar adversidades provocadas pela crise econômica, não se descolando, porém, da expressão “investidores”, o que dá margem ao caráter mercantil da ES.

Em consonância com o quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030, em 2015 a Unesco convoca os estados latino-americanos e caribenhos a rever os sistemas e as políticas educativas de maneira que a ES seja um meio de igualdade e de ascensão social e não um ambiente de reprodução de privilégios, a partir do reconhecimento da interculturalidade da região (ONU, 2015).

Segundo Didriksson (2008), as mudanças para a valorização do conhecimento deve vir da cooperação e da integração, tal situação leva as IES a buscar novas estruturas organizacionais que facilitem o acesso a um conhecimento de valor social.

Impulsionada pelo centenário da Reforma de Córdoba de 1918, em um tom menos passivo e mais de chamamento e levante contra a tirania da ordem econômica que a cada ano mais sedimenta a transnacionalização na educação, perpetuando as desigualdades e o fosso cultural entre as nações do Norte e do Sul global, a Declaração resultante da III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe (UNESCO, 2018), ocorrida em junho de 2018, reafirma os acordos alcançados nas declarações resultantes das conferências da Unesco.

A Declaração ergue a bandeira de luta pela **Educação Superior como um bem público social, um direito humano e universal e um dever dos Estados** e protesta que cabe ao Estado regular o sistema de ES, a fim de proibir as instituições com fins de lucro. Reconhece que as diferenças econômicas, tecnológicas e sociais entre o Norte e o Sul e as diferenças internas entre os Estados não desapareceram, mas aumentaram. Que são necessárias a reconsideração e a revisão das regulamentações, as quais abrem espaço para uma transnacionalização com visão mercantilizada da ES, colocando em risco o acesso democrático a esse nível escolar e o tornando um serviço lucrativo. Coloca a ciência, as artes e a tecnologia como pilares de uma cooperação para o desenvolvimento equitativo e solidário da região descaracterizando a constante premissa de que apenas a ciência e a tecnologia promovem o desenvolvimento.

A Declaração final resultante da CRES 2018 é clara quanto aos aspectos relevantes à internacionalização da ES, os quais requerem prevalecer nesta região e não deixa dúvidas quanto à correlação com a cooperação solidária e equitativa.

Na América Latina e no Caribe a internacionalização deve sustentar uma **cooperação interinstitucional** baseada em uma relação **solidária** entre iguais, com ênfases na **cooperação Sul-Sul e a integração regional**. Deve promover o diálogo intercultural, respeitando a idiossincrasia e identidade dos países participantes, fomentar a organização de redes interuniversitárias e fortalecer as capacidades nacionais mediante a colaboração interinstitucional e a interação com pares acadêmicos em escala regional e internacional. Isto propiciará a circulação e a apropriação do conhecimento como bem social estratégico, a favor do desenvolvimento sustentável da região e o dos seus países. Sua antítese seria a concepção de uma internacionalização mercantilista que favoreça os interesses hegemônicos e desnacionalizantes da globalização. O cumprimento de todos estes objetivos requer estratégias sistêmicas, integrais, compreensivas e transversais a todas as políticas de desenvolvimento institucional. Assim mesmo, necessitam-se políticas públicas que apoiem o processo de internacionalização mediante o **estabelecimento de marcos organizacionais que facilitem a integração acadêmica regional**, a mobilidade de estudantes e acadêmicos, o **reconhecimento de trajetórias formativas internacionais**, a dimensão internacional dos programas acadêmicos e a colaboração internacional em pesquisa, entre outros. (UNESCO, 2018, p. 7-8, grifo da Autora)

Nesse contexto, Didriksson (2005) e Morosini (2011) complementam que a internacionalização pode ser analisada sob a perspectiva de sistemas de educação e, assim,

compreendida em termos de modelos. Por um lado, a Cooperação Internacional Tradicional – CIT pautada na competitividade e na ocupação de espaço no mercado, bem como na captação de sujeitos e de consumidores. De outro lado, a Cooperação Internacional Horizontal – CIH parte da consciência internacional para a solidariedade que fortaleça os componentes da integração e articule os *stakeholders* para garantir o compartilhamento de forma a não se opor à iniciativa local e no fortalecimento da capacidade científica endógena dos parceiros mais fragilizados.

Para Didriksson (2008), no contexto da cooperação solidária, a política universitária para a construção de uma universidade inovadora e com pertinência social necessita considerar as redes acadêmicas regionais, programas conjuntos, buscar novas carreiras em áreas que promovam o desenvolvimento de soluções para problemas concretos e urgentes da região, o compartilhamento de infraestrutura, mobilidade viabilizada através de cursos de curta duração. Pauta-se pela busca de uma sinergia horizontal para uma agenda compartilhada de desenvolvimento de prioridades estratégicas.

Nessa perspectiva, a qualidade está “[...]en la utilidad social de los conocimientos producidos y distribuidos por la institución universitaria. Este concepto de calidad se relaciona directamente con la valorización actual del conocimiento.” (DIDRIKSSON, 2008, p. 41).

Cunha (2016) identifica no Brasil as duas orientações de internacionalização, por um lado a exógena através da inserção de grupos internacionais com ofertas educativas e por outro a endógena a partir do esforço da Academia na produção de conhecimento para a solução de problemas locais.

A partir da ótica dessas tensões, Perrota (2015) propõe três modelos/tendências verificados na internacionalização universitária no que se refere à sua utilização nas estratégias de regionalismo: a de **status quo**, que está em sinergia com a tendência mundial hegemônica e não a questiona, a **revisonista** que está alinhada as tendências mundiais mas a questiona e a **rupturista** que critica a tendência hegemônica.

Frente ao até aqui exposto, constata-se que a internacionalização da ES, para além da utopia de muitos jovens e pesquisadores acerca da possibilidade de uma estadia no exterior e de ascensão na carreira, é um grande campo de disputas. Entendida, segundo Brandenburg e Wit (2015), como a base moral que precisa ser defendida como força motriz de equidade e justiça e que pode levar à paz e à compreensão mútua, o que de fato percebe-se é um grande negócio para o setor financeiro. Para além da tensão da educação como serviço ou como bem público, o dilema que se estabelece é se a relação entre países e instituições educativas é de negociação ou cooperação (MIRANDA, 2008).

A globalização econômica e a economia do conhecimento são fatores dominantes na sociedade atual e por essas razões constata-se que a internacionalização da universidade depara-se com um forte embate entre seguir a ordem neoliberal e ceder à transnacionalização e manutenção da fuga de cérebros no sentido Sul-Norte ou travar uma batalha de remodelação da concepção da Academia em termos de envidar esforços para a cooperação horizontal com a gestão do conhecimento de maneira solidária e equitativa.

3.4 ASPECTOS DA GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO NÍVEL INSTITUCIONAL

Prioriza-se uma incursão por questões relativas à gestão estratégica da internacionalização da ES, no sentido de reconhecer as teorias sobre estratégia de internacionalização em nível institucional, a partir do conceito de internacionalização abrangente. Será apresentada a cultura organizativa da internacionalização e os dois grandes eixos da internacionalização, quais sejam *abroad* e *at home*, bem assim as atividades recorrentes em cada eixo.

3.4.1 A cultura organizativa da internacionalização

Face à oportunidade de mercantilização da ES através da internacionalização, os seus valores e objetivos centrais, os quais deveriam ser aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa, tem se perdido eticamente para uma abordagem quantitativa ao invés do foco em resultados. Assim, segundo De Wit (2013), urge repensar a internacionalização de maneira a compreender que trata-se de relações entre culturas, entre o global e o local e que ela é um meio para a obtenção de um resultado e não um fim em si.

Diante das nuances que envolvem a gestão da internacionalização nesse cenário complexo do século XXI, Hudzik (2011a, 2011b) e Hudzik; McCarthy (2012) propõem que a discussão sobre a temática na atualidade inclua uma remodelação do *ethos* institucional, uma vez que a discussão sobre a dimensão da internacionalização dentro das IES parece ter se tornado um imperativo e não apenas uma possibilidade. É sob essa perspectiva que a expressão “Internacionalização abrangente”, difundida, também, como “*Internacionalización integral/compreensiva ou Comprehensive internationalization (CI)*”, pretende ser um novo conceito com vistas à operacionalização do processo. Trata-se da construção de uma estratégia institucional, de forma a promover uma mentalidade universitária para esse fim.

La internacionalización integral es un compromiso, confirmado a través de la acción, para infundir perspectivas internacionales y comparativas a través de la enseñanza, la investigación y las misiones de servicio de la educación superior. Le da forma al etos y a los valores institucionales y afecta la entidad de la educación superior en su totalidad. Es esencial que sea aceptada por el liderazgo institucional, la gobernanza, el cuerpo de profesores, los estudiantes y todas las unidades de servicio y apoyo académico. Es un imperativo institucional y no una mera posibilidad deseable. La internacionalización integral no solo afecta toda la vida del *Campus* sino los marcos de referencia externos, las asociaciones y las relaciones de la institución. La reconfiguración global de las economías, los sistemas de comercio, la investigación y la comunicación, así como el impacto de las fuerzas globales sobre la vida local, amplían drásticamente la necesidad de una internacionalización integral y de las motivaciones y propósitos que la impulsan. (HUDZIK, 2011b, p. 1-2)

Entretanto, De Wit (2013, p. 70) entende o postulado acima “[...] mais como um chamado de despertar do que como a apresentação de um novo conceito.”. Cumpre ressaltar que este não será um fórum para a discussão acima delineada, ou seja, sobre ser ou não um novo conceito. A proposta aqui é reconhecer as diferentes teorias sobre as maneiras de implantar a internacionalização no nível institucional.

Segundo Hudzik (2011b) e Hudzik; MacCarthy (2012), é necessário desenvolver ações em níveis macro e operacional para a criação de uma cultura organizativa na IES com foco em uma internacionalização eficaz. Para tanto, a comunidade acadêmica precisa ser conscientizada da sua importância a partir de um diálogo profundo e da indicação, pela gestão, dos princípios orientadores, da visão, dos fundamentos e da expectativa em relação à adesão do *Campus*.

As ações no nível estratégico ou macro referem-se à construção de uma base consistente para a adesão à internacionalização. Nessa ótica, Hudzik; McCarthy (2012) entendem que é necessário:

- a) promover um diálogo no *Campus* com foco na compreensão e apropriação sobre o fundamento, as motivações e as opções de implementação;
- b) construir um clima institucional de apoio;
- c) mensurar a aceitação e o consenso sobre a importância em internacionalizar;
- d) vincular a internacionalização às principais missões institucionais;
- e) organizar uma equipe de liderança comprometida com a internacionalização;
- f) articular uma visão institucional acompanhada de metas específicas, expectativas e resultados;
- g) desenvolver um entendimento comum de indicadores.

Segundo os autores referenciados, o objetivo dessas ações requer a inserção do ensino, da pesquisa e da extensão. Para que isso ocorra é preciso ser ampliado o grupo de pessoas

envolvidas, com a devida distribuição de responsabilidades de forma que o corpo docente, ao final, colabore no impacto da internacionalização em todos os alunos e não apenas em um grupo privilegiado que usufrui da mobilidade.

Já as ações em nível operacional dizem respeito ao conjunto de projetos, atividades, programas e iniciativas que traduzem a visão institucional (HUDZIK; MCCARTHY, 2012)⁴⁵, tais como:

- a) aumentar o fluxo de estudantes internacionais no *Campus* e melhorar a sua integração;
- b) expandir a participação em estudos no exterior nas principais áreas de estudo;
- c) melhorar as práticas pedagógicas para a aprendizagem de idiomas;
- d) expandir as oportunidades de estágio no exterior, envolver-se em parcerias de pesquisa e pesquisa no exterior;
- e) agregar conteúdo internacional, global ou comparativo no currículo básico da instituição e incorporar esse conhecimento habilidades e perspectivas em todos os principais campos de estudo.

No tocante à América Latina e Caribe, Gacel-Ávila e Rodríguez (2018) desenvolveram uma ampla pesquisa para coletar informações que subsidiem a definição de políticas públicas e institucionais com foco nas estratégias de internacionalização para a região. A partir da perspectiva de processo de internacionalização abrangente, integral e compreensiva concluem que o processo ainda tem uma natureza mais reativa do que compreensiva. Não obstante tal conclusão, o estudo promovido pelas estudosas constatou que houve um avanço no sentido de inserção da internacionalização como prioridade na agenda do desenvolvimento institucional e de estrutura de gestão das IES latino-americanas, especialmente no que concerne à orçamento para formação de recursos humanos, promoção do ensino de língua estrangeira, participação em redes e cooperação inter-regional.

Reforçando a ideia de internacionalização abrangente, integral e compreensiva, Gacel-Ávila e Rodríguez (2018) destacam que, uma vez declarada como uma prioridade institucional,

⁴⁵ The operational level of action concerns the wide array of projects, activities, programs, and initiatives that bring practical and visible substance to the vision. Examples include efforts to: Increase the flow of international students to *Campus* and improve their integration into *Campus* living and learning environments; Expand study abroad participation or other international academic opportunities in all major fields of study; Increase language enrollments or improve language acquisition through innovative pedagogies; Expand internship and service-learning opportunities to sites abroad; Engage in research and research partnerships abroad; Integrate international, global, or comparative content into the institution's core curriculum and incorporate such knowledge, skills, and perspectives into all major fields of study; Demonstrate the local and global beneficial impact of the institution's teaching and research agendas. (HUDZIK; MCCARTHY, 2012, p. 3)

é necessário um forte comprometimento da gestão para a reforma das práticas institucionais no sentido de:

- ❖ promover a integração da dimensão internacional no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, na estrutura dos conteúdos curriculares e no desenho de políticas institucionais para a docência e investigação;
- ❖ elaborar projetos de internacionalização alinhados com as prioridades institucionais e com a devida indicação dos recursos financeiros e humanos, metas, estratégias, avaliação e monitoramento;
- ❖ fomentar e valorizar o engajamento do professor;
- ❖ elaborar um banco de dados com a experiência internacional dos professores de forma a detectar líderes locais para auxiliar no encaminhamento dessa pauta.

Stallivieri (2017) apresenta um discurso alinhado com o conceito de internacionalização integral ao reforçar a importância do engajamento da comunidade acadêmica na empreitada de consolidar o processo de internacionalização através de um plano. Para tanto, considera imprescindível um diagnóstico da IES a fim de uma análise profunda e mensuração do potencial dos recursos humanos e materiais, tendo como ações:

- ✓ identificar o nível de internacionalização de suas ações, programas ou projetos e os que estão em andamento;
- ✓ analisar a sensibilização e aceitação interna sobre o tema;
- ✓ identificar os acordos firmados;
- ✓ analisar a visibilidade e reconhecimento das ações;
- ✓ avaliar o fluxo de informação e de oportunidades sobre internacionalização;
- ✓ definir um plano de metas;
- ✓ manter um observatório para monitoramento e avaliação da cooperação;
- ✓ identificar as barreiras linguísticas;
- ✓ reconhecimento de outras culturas.

Vê-se que, conforme destaca Stallivieri (2017), o plano de ação deve contemplar estratégias claras de internacionalização, promovendo a proatividade do corpo docente e sensibilizando a comunidade acadêmica a partir de seminários, oficinas de capacitação, reuniões de discussão e atividades que viabilizem a construção conjunta de metas sobre a temática, ademais buscar a eliminação de barreiras linguísticas.

Knight (2008) sintetiza a gestão da internacionalização a partir de estratégias organizacionais e estratégias de programas, conforme Quadro 8.

Quadro 8– Estratégias para a gestão da internacionalização, segundo Jane Knight

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS	ESTRATÉGIAS DE PROGRAMA
<p>Governança</p> <ul style="list-style-type: none"> • compromisso expresso da alta gestão; • participação ativa do departamento (curso) e staff • articulação entre missão, visão e metas para a internacionalização; • reconhecimento da dimensão internacional nos documentos sobre políticas. 	<p>Programas acadêmicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • programas de intercâmbio de estudantes; • estudo de uma língua estrangeira; • currículo internacionalizado; • área de estudos temáticos; • estudos / trabalhos no exterior; • estudantes internacionais; • processo de ensino-aprendizagem; • programas conjuntos de mestrado e doutorado; • treinamento transcultural; • programas de mobilidade para pessoal acadêmico / administrativo; • professores e professores visitantes.
<p>Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • integrar planejamento, orçamento e sistemas de controle de qualidade; • estruturas organizacionais adequadas; • sistemas de comunicação (formal e informal); • apoio financeiro e sistemas adequados de alocação de recursos. 	<p>Cooperação internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • centros temáticos e por área; • projetos conjuntos de pesquisa; • conferências e seminários internacional; • artigos e ensaios publicados; • acordos internacionais; • pesquisa; • programas de intercâmbio; • alunos de pós-graduação e pesquisadores, parceiros de pesquisa internacional no setor acadêmico e outros setores; • ligação entre pesquisa, currículo e ensino.
<p>Serviços de apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> • participação de todas as unidades de serviço. Ex: alojamento para estudantes, captação de recursos, etc.; • participação de unidades acadêmicas e de apoio. Ex: ensino de idioma, desenvolvimento curricular, bibliotecas; • serviços de apoio para estudantes internacionais que frequentam a universidade e para os nacionais que vão para o exterior. Ex: programas de orientação, aconselhamento, treinamento intercultural, orientação aos estudantes, etc. 	<p>Serviços Externos - relações externas</p> <p><i>Doméstica:</i> Parcerias baseadas na comunidade com grupos de ONGs ou organizações públicas / privadas. Programas de intercâmbio, parceiros internacionais de pesquisa em setores acadêmicos e outros.</p> <p><i>Crossborder:</i> Projetos internacionais de assistência ao desenvolvimento, entrega transfronteiriça.</p>
<p>Desenvolvimento dos recursos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • processos de seleção que reconheçam a prática internacional; • políticas de compensação e promoção que reforcem a participação do pessoal acadêmico e administrativo; • atividades de desenvolvimento profissional do pessoal acadêmico e administrativo. 	<p>Atividades extracurriculares</p> <ul style="list-style-type: none"> • clubes e associações de estudantes; • atividades interculturais e internacional na universidade; • coordenação com grupos culturais da comunidade; • programas de desenvolvimento para estudantes no exterior.

Fonte: Adaptação de Knight (2008, p. 34, tradução da Autora).

Knight (1994 apud STALLIVIERI, 2017; MOROSINI, 2006) propôs seis fases para a estratégia de implementação de um modelo internacionalização em uma IES. Com vistas a se adaptar à realidade deste século De Wit (2018) apresenta o círculo da internacionalização devidamente atualizado para nove fases. É possível conferir no Gráfico 8 que todas as etapas se inter-relacionam.

Gráfico 8 – Círculo da internacionalização



Fonte: Quadro apresentado por Hans de Wit, durante a Conferência Faubai 2018, no Rio de Janeiro (Foto do arquivo pessoal da Autora). Tradução livre da Autora.

Notadamente, os autores referenciados convergem no sentido de cada IES precisa desenvolver seu projeto de internacionalização de acordo à sua realidade e missão. Diante o exposto, é possível constatar que internacionalização compreensiva se relaciona diretamente com os princípios organizacionais para a mobilização da comunidade acadêmica. Dessa forma, a seguir se apresenta a literatura que debate acerca de possíveis ações para implementar a internacionalização.

3.4.2 Como internacionalizar?

Este trecho pretende reconhecer os modelos pelos quais a internacionalização da Educação Superior. tem se assentado.

Assim sendo, sob a lente das estratégias para a implantação do processo de internacionalização da ES, é possível identificar dois grandes eixos: a internacionalização “*abroad*” ou “*crossborder*” e a internacionalização “*at home*” (IaH) ou “em casa”.

A internacionalização “*abroad*” traz implícita a ideia de experiência no exterior como característica principal. Nesse caso, a instituição busca se projetar no mundo. A mobilidade acadêmica de alunos, docentes e staff para um período de estudos no exterior é uma forma usual desse eixo e traz como benefício a possibilidade de oportunidades de interculturalidade e novas conexões para a vida profissional e acadêmica, já do ponto de vista dos riscos o *brain drain* é uma das possibilidades. A outra maneira de internacionalização *abroad* é a transnacionalização, já amplamente debatida no tópico 3.3.2, que se pauta por várias questões que alertam para os riscos de manutenção da democracia se aceito o padrão de comercialização da educação superior e a baixa qualidade da educação. (ALTBACH; REISBERG e RUMBLEY, 2009).

Segundo Nilsson (2003), o termo de internacionalização “*at home*” (IaH) foi popularizado a partir do desafio assumido por ele ao ingressar em uma nova universidade sueca em 1998. Situada na cidade de Malmö, na fronteira com a Dinamarca, há poucos quilômetros de Copenhague, a multiculturalidade da população da cidade foi um dos fatores que o fez repensar as maneiras de internacionalizar e introduzir os ideais de IaH. Beelen (2007) aponta que entre as missões da Malmö University destacava-se a atenção e importância dada à interculturalidade daquele espaço, de forma que deveria ser refletida no aprendizado acadêmico.

De acordo com Wachter (2000 apud BEELEN, 2007, p. 01, tradução a Autora)⁴⁶, o conceito de IaH é bastante amplo e poderia ser entendido como qualquer atividade internacional, exceto mobilidade no exterior de funcionários e alunos. Por outro lado, Altbach, Reisberg e Rumbley (2009) entendem que a IaH consiste em estratégias para potencializar a dimensão internacional no *campus*, seja através da internacionalização do currículo ou com a recepção de professores e alunos internacionais.

Knight (2008) apresenta uma percepção mais crítica que o conceito original, proposto por Bengt Nilson. Em sua concepção, a IaH vai além do foco nos aspectos interculturais pois pretende incluir a dimensão intercultural e internacional nos processos de ensino e pesquisa, e nas atividades extracurriculares. A partir de uma análise não tão ideológica e separatista, no que tange à questão de educação transfronteiriça, apenas como negociação neoliberal, entende que os dois eixos “*abroad*” e “*at home*” necessitam ser considerados interdependentes em vez de independentes, uma vez que a internacionalização no exterior tem implicações significativas para a internacionalização “em casa” e vice-versa.

Nesse panorama, um projeto de IaH pode considerar atividades nos diferentes pilares universitários. O Quadro 9 apresenta as sugestões elencadas por Knight (2008).

Quadro 9: Ações para a IaH

continua

EIXO	AÇÕES
Currículo e programas	<ul style="list-style-type: none"> • programas com temas internacionais; • inserção de dimensões internacionais, culturais, globais ou comparativas em cursos existentes; • estudo de língua estrangeira; • estudos regionais; • duplo diploma e titulações conjuntas;
Processos de ensino / aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • envolvimento ativo de estudantes internacionais e dos estudantes que retornam do exterior com vistas a promover a diversidade cultural na sala de aula e o reflexo no ensino/processos de aprendizagem; • mobilidade virtual de estudantes para cursos conjuntos e projetos de pesquisa; • uso de professores internacionais; • integração de materiais internacionais de referência e estudos de casos interculturais;

⁴⁶ ‘Internationalisation at Home’: any internationally related activity with the exception of outbound student and staff mobility.

Quadro 9: Ações para a IaH

conclusão

EIXO	AÇÕES
Atividades extracurriculares	<ul style="list-style-type: none"> • clubes e associações estudantis; • eventos universitários internacionais e interculturais; • ligação com grupos culturais e étnicos de base comunitária; • grupos e programas de apoio dos pares;
Ligação com grupos culturais / étnicos locais	<ul style="list-style-type: none"> • envolvimento de estudantes em organizações culturais e étnicas locais por meio de estágios e pesquisa aplicada; • envolvimento de representantes de grupos culturais e étnicos locais em atividades de ensino / aprendizagem, iniciativas de pesquisa, eventos extracurriculares e projetos;
Pesquisa e atividade acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> • centros temáticos; • projetos conjuntos de pesquisa; • conferências e seminários internacionais; • artigos publicados; • acordos internacionais para pesquisa; • integração de pesquisadores visitantes e acadêmicos em atividades acadêmicas no <i>Campus</i>;
Mobilidade dos provedores	<ul style="list-style-type: none"> • IES internacional tem responsabilidade acadêmica pelo programa e outorga uma título;
Movimento de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • intercâmbio de estudantes ao longo do semestre/ano no exterior para estágio ou programas de pesquisa ou programa completo no exterior; • movimento de professores / acadêmicos e especialistas para fins de ensino e pesquisa, assistência técnica e consultoria, licenças sabáticas e desenvolvimento profissional;
Oferta de programas.	<ul style="list-style-type: none"> • programa/curso se move para o aluno (não vice-versa); • modelos de oferta incluem franchising, e dupla titulação; • oferta de serviço inclui programas educacionais ou de treinamento oferecidos por meio de ou arranjo de parceria entre instituições internacionais / nacionais e estrangeiras / fornecedores em uma base de troca (sem fins lucrativos) ou comercial (com fins lucrativos);
Projetos internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • atividades como desenvolvimento de currículo conjunto; • pesquisa; • benchmarking; • assistência; • plataformas de e-learning; • desenvolvimento profissional e outras iniciativas de capacitação; • projetos e serviços poderiam ser realizados como parte do desenvolvimento de projetos de ajuda; • vínculos acadêmicos; • contratos comerciais;

Fonte: A partir de Knight (2008, p. 23-24, tradução da Autora).

Observa-se que cada departamento ou curso deve encontrar as formas adequadas e possíveis de implementar a sua IaH, tendo como propósito atender às necessidades da população acadêmica e do contexto em que estão inseridos.

Nessa direção, novamente, os organismos internacionais causam impacto ao promoverem o movimento em prol da “internacionalização do currículo”, também referenciada como “*Internationalization of curriculum (IoC)*”. O debate em torno do tema se apresenta significativo nos fóruns de ES da atualidade. Trata-se de uma questão complexa, tanto do ponto de vista da difícil implementação quanto pela necessidade de definir-se se essa internacionalização do currículo será promovida sobre uma base humanista ou mercantil, bem assim encontrar os caminhos para articular o local e o global de forma a resultarem positivamente na construção de um cidadão global.

Para Beelen (2007), o currículo internacionalizado oferece conhecimentos e habilidades internacionais e interculturais visando preparar os alunos para desempenho (profissional, social e emocional) em um ambiente internacional e contexto multicultural. Já a competência internacional é o conhecimento e a capacidade para se relacionar internacionalmente (por exemplo, competências em línguas estrangeiras e conhecimentos sobre desenvolvimento social e econômico dos países / regiões). E a competência intercultural contempla o desenvolvimento da compreensão, respeito e empatia por pessoas com diferentes interesses nacionais, culturais, sociais, religiosos e origens étnicas.⁴⁷

Sob essa perspectiva, o cidadão passa a considerar a dimensão internacional, global e comparativa em suas tarefas acadêmicas e cotidianas. Assim, o ensino superior pode contribuir para a formação de cidadãos globais que colaborem com o desenvolvimento social e econômico para todos, a partir de uma visão de princípios humanistas e de tolerância e não apenas para a empregabilidade.

Apesar de diferenças de interpretação, existe um entendimento comum de que cidadania global não implica uma situação legal. Refere-se mais a um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e à humanidade comum, bem como de promover um “olhar global”, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional. Também é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo. Nesse contexto, a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa. (UNESCO, 2015)

⁴⁷ De acordo com Beelen, J. (2007 p. 2): **Internationalised curriculum**: a curriculum which gives international and intercultural knowledge and abilities, aimed at preparing students for performing (professionally, socially, emotionally) in an international and multicultural context. ***International competence**: knowledge about and ability in international relations (eg foreign language skills and knowledge about the political, social and economic development of countries/regions). **Intercultural competence**: the development of understanding, respect and empathy for people with different national, cultural social, religious and ethnic origins.

A internacionalização do currículo é uma questão mais complexa do que parece ser, se analisada do ponto de vista das intencionalidades. Originalmente, a IoC está voltada para a função universitária “ensino” e sofre a influência dos organismos internacionais. No que tange às nuances e fundamentos para o currículo internacionalizado, Morosini (2018) destaca as tensões entre a proposta da OCDE, que entende que o currículo com orientação internacional deve visar à formação profissional e social na perspectiva mercado globalizado, e a proposta da Unesco que prega uma formação para a cidadania global, conceito este que vem imbricado em diferentes questões.

Nesse sentido, Shultz (2007, p. 255, apud CLIFFORD; MONTGOMERY, 2015, p. 47) menciona três abordagens para a educação global:

[...]a abordagem neoliberal que produz indivíduos em posições privilegiadas para viajar e trabalhar além das fronteiras nacionais; a abordagem radical, que luta para resistir à globalização e fortalecer as instituições locais e nacionais; e a abordagem transformadora, em que os cidadãos têm uma compreensão de uma humanidade comum, um planeta compartilhado e um futuro compartilhado. (Tradução da Autora)

O emaranhado que envolve o mundo globalizado, e seu impacto nas exigências da formação universitária, são reflexões propostas por Clifford e Montgomery (2015) ao analisarem as questões que permeiam a discussão do currículo internacionalizado e a educação para a cidadania global. Sob a lente dessas estudiosas a discussão perpassa a reconceituação de epistemologias e pedagogias e a internacionalização da educação superior pode contribuir nessa empreitada, à medida que a aprendizagem transformadora estiver baseada nos ideais de democracia, justiça e igualdade.

Saliente-se que a internacionalização formal do currículo pode ocorrer por meio de uma experiência no exterior, onde o acadêmico obtém conhecimentos adicionais os quais passam a compor sua formação, mas pode ocorrer, também, através de ações de IaH. Tais atividades de internacionalização em casa podem viabilizar uma formação acadêmica diversificada e conectada com questões que despertem o olhar para o global, nessa modalidade estudantes que não experimentam a mobilidade no exterior podem adquirir competências internacionais e interculturais tornando-se, assim, capazes de serem atuantes na sociedade globalizada. Para além disso, podem estimular na comunidade acadêmica o interesse em participar de uma modalidade *Outgoing*. Ou seja, embora IaH não contemple essa modalidade, ao final, ela poderá contribuir para alavancar as estatísticas. (KNIGHT, 2008)

Leask (2013) desenvolveu um projeto, composto pela aplicação de pesquisas em universidades no ano de 2010, que objetivava explorar o significado da internacionalização do

currículo. Um dos resultados da investigação foi um modelo de cinco etapas do processo de internacionalização do currículo. Na primeira etapa “*Review and Reflect*” foi estimulada a reflexão sobre a internacionalização do currículo no programa. A segunda etapa “*Imagine*” levou as equipes a repensarem como fazem as coisas e que novas formas seriam possíveis. Na terceira etapa “*Revise and Plan*” a pergunta era direcionada para entender como se poderia fazer diferente do que estava sendo feito no programa, ademais era feito um levantamento sobre os fatores internos que bloqueavam e facilitavam as ações. Na quarta etapa “*Evaluate*” os atores avaliam se as mudanças alcançaram os objetivos. Esse processo é cíclico e sempre se retoma a reflexão. O projeto confirmou a complexidade do processo de IoC e constatou que o estágio mais desafiador e recompensador para a equipe acadêmica foi quando eles foram levados a imaginar novas formas de pensar a sua disciplina. Verificou-se a valorização das interrogações sobre seus fundamentos culturais e possíveis novas maneiras de fazer as coisas que atualmente são feitas de formas tradicionais.

Para encerrar as ponderações destaca-se o posicionamento de Morosini e Dalla Corte (2018) que, após analisar as teses produzidas no Brasil que tratam da temática proposta nesta pesquisa concluem que, de fato, a internacionalização do currículo, a “*at home*” e a integral não tem sido prioridade em nossas universidades.

Considerando toda a literatura pesquisada, e objetivando complementar a construção do conhecimento sobre a temática, se entende indispensável uma incursão sobre as principais políticas públicas brasileiras implementadas com foco na internacionalização da ES, o que será apresentado a seguir.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Marcos regulatórios mundiais e regionais direcionam a definição das políticas educacionais de países em desenvolvimento, portanto, o reconhecimento da perspectiva histórica e do contexto de influência dos organismos internacionais nessa questão compuseram o arcabouço necessário para a compreensão dos encaminhamentos das políticas de internacionalização na dimensão nacional.

O conceito de política pública é complexo e explicado a partir de diferentes correntes. Para esta pesquisa a conceituação considerada pertinente, esclarece que se tratar de:

[...] un conjunto (secuencia, sistema, ciclo) de acciones, estructuradas en modo intencional y causal, que se orientan a realizar objetivos considerados de valor para la

sociedad o a resolver problemas cuya solución es considerada de interés o beneficio público; cuya intencionalidad y causalidad han sido definidas por la interlocución que ha tenido lugar entre el gobierno y los sectores de la ciudadanía; que han sido decididas por autoridades públicas legítimas; que son ejecutadas por actores gubernamentales y estatales o por estos en asociación con actores sociales (económicos, civiles), y que dan origen o forman un patrón de comportamiento del gobierno y la sociedad. (AGUILAR VILLANUEVA, 2009, p. 14 apud JAIME et al., 2013, p. 59).

A revisão de literatura não pretende ser exaustiva, entretanto, há que se considerar que a base teórica, sobre a qual se assenta esta pesquisa, direcionou, de maneira orgânica, aos assuntos necessários a tornar a pesquisa homogênea. Assim, este subcapítulo dedica-se a registrar as políticas públicas que tem sido implementadas para a cooperação acadêmica internacional e, por consequência, impulsionam a internacionalização da ES brasileira.

O Brasil desenvolve sua política de internacionalização da ES através da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTI) e a Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ademais de agências e fundações de pesquisa dos governos estaduais e das universidades, entre outros. Tais instituições buscam na cooperação internacional os recursos para promover um caminho de qualificação das funções universitárias. Ações com o Norte global são referência, embora se verifique o interesse crescente nos esforços para a efetivação da CSS no âmbito do ensino superior.

No que tange ao direcionamento da cooperação Sul-Sul verificam-se programas de mobilidade e implantação de universidades com um viés integracionista.

Nesse percurso o MRE, através de sua Divisão de Assuntos Educacionais e em parceria com MEC, CAPES e CNPq, atua na cooperação acadêmica através de programas sedimentados a partir de 1965, a exemplo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e, ainda, a partir de 1981 com o Programa Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG). Ambos dirigidos aos estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico.

No âmbito do PEC-G oferta-se a vaga e o acadêmico se compromete a retornar ao país de origem ao final do seu curso, evitando-se, assim, o *brain drain*. No período entre os anos 2000 e 2019, 10.670 estrangeiros foram contemplados, sendo 7991 provenientes de 25 países da África, 2592 provenientes de 25 países das Américas e 87 provenientes de nove países da Ásia. O Uruguai aponta com apenas 11 estudantes nesta modalidade (BRASIL, 2018b). A manutenção dos alunos internacionais é fomentada através de auxílios, a exemplo do Projeto

Milton Santos de acesso ao Ensino Superior (Promisaes) que visa conceder auxílio financeiro para os estudantes que cumpram determinados critérios (BRASIL, 2019b).

Na modalidade PEC-PG, há um indicativo de bolsa de estudo para cidadãos de 15 países da África, 23 das Américas e cinco da Ásia. Entre os anos 2000 e 2019, o Brasil recebeu 3067 pós-graduandos, sendo 97 provenientes da Ásia (os timorenses respondem pelo maior número de selecionados), 870 da África (maior parte de moçambicanos e cabo-verdianos) e 2060 provenientes das Américas (Colômbia e Peru destoam dos demais pelo alto número de contemplados). Vale registrar que o Uruguai tem apenas 79 discentes contemplados. Além da vaga, o programa provê a passagem aérea de retorno como subsídio haja vista que a ideia principal é a capacitação dos recursos humanos com vistas a contribuir para o desenvolvimento de suas nações após o seu retorno. (BRASIL, 2019f)

No contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁴⁸, a implantação de IES com foco na integração regional lança luz sobre a problemática da cooperação acadêmica internacional e a responsabilidade social das universidades brasileiras em cenários complexos.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), criada em 2010 com sedes na Bahia e no Ceará, tem como missão institucional formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, incluindo aí o grupo PALOP. A seleção de estrangeiros é composta de uma avaliação do histórico escolar do ensino médio (secundário) e uma prova de redação realizada no país de origem. Dados institucionais apontam que dos 5402 discentes, 805 ingressaram através de “Seleção de estudante estrangeiro”, o que atinge a marca de 14,90%. Os interessados devem se inscrever nas missões diplomáticas brasileiras dos países parceiros: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. (UNILAB, 2019)

No que diz respeito à integração com a América Latina e Caribe é destaque a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Criada por lei em 2010, está estabelecida na cidade de Foz do Iguaçu, Extremo-Oeste do Paraná, em um espaço trinacional, conformado por Argentina, Brasil e Paraguai, que é o principal polo de desenvolvimento econômico na região. A idealização e construção do audacioso projeto dessa IES foi um marco na ES brasileira e movimentou a Academia internacional, a partir de uma consulta a renomados estudiosos sobre a perspectiva e bases sobre as quais poderia ser desenhada essa inovação. Em 2018, 50% das vagas disponibilizadas pela UNILA se destinavam a estrangeiros. Sediando o

⁴⁸Informações sobre o Reuni em BRASIL (2010).

Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA), órgão suplementar da reitoria, se constitui em um centro de estudos e laboratório focado na elaboração e definição das linhas de pesquisa e reflexão acadêmico-científica e institucional para a integração regional. Apresenta como vocação o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária em áreas de interesse mútuo consideradas estratégicas para o desenvolvimento. Para o ano de 2020, prevê como formas de ingresso: a seleção internacional para estudantes de 32 países da América Latina e Caribe; a seleção para candidatos que tenham status de refugiado, sejam solicitantes de refúgio ou portadores de visto humanitário reconhecido no Brasil; a seleção direcionada a candidatos pertencentes a povos indígenas do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela, Paraguai, Equador e Peru. (UNILA, 2019)

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada em 2009, inova com *campi* situados na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, compreendendo municípios localizados em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A IES promove o programa PROHAITI, que dá acesso à educação superior para estudantes haitianos e já registra 175 alunos de graduação nessa modalidade desde 2014, conforme informações disponibilizadas em relatório de dados abertos (UFFS, 2019).

Por fim, relembra-se a UNIPAMPA que tem seus dados amplamente detalhados no capítulo anterior e está estabelecida estrategicamente em municípios situados na zona de fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai e Argentina. De fato, o espaço geográfico em que se encontra seus *campi* traz implícita essa integração regional.

A partir da premissa da cooperação acadêmica internacional e da internacionalização da ES com um viés de formação de cidadãos capaz de prover um mundo mais plural, inclusivo, solidário e equitativo, as políticas públicas brasileiras citadas vêm priorizando o eixo Sul-Sul, com vistas a fomentar a mobilidade, a pesquisa, a formação de redes e a cooperação internacional no eixo. Por destacadas, entendeu-se válido apresentar brevemente tais políticas públicas, registre, todavia, que não são exaustivas e pode haver outras, igualmente importantes, levadas a cabo pelos governos e organismos com o propósito de viabilizar a cooperação na educação.

Historicamente a internacionalização da ES e a cooperação internacional no país são fomentadas com vistas ao fortalecimento da pós-graduação, priorizando o intercâmbio com o Norte global. No período compreendido entre os anos de 2011 e 2014 destacou-se a forte política de internacionalização da ES promovida com foco na consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira através da mobilidade internacional de acadêmicos de graduação e pós-graduação, bem como

incentivos para atração de jovens talentos. O CsF, gerenciado pela CAPES e CNPq, implementou 73.341 bolsas de estudo para a graduação, do total de 101.000 vagas ofertadas. Desse montante, apenas 26 estudantes brasileiros receberam bolsa de estudo para mobilidade na AL, mais especificamente no Chile. As demais categorias de pós-graduação também registram números ínfimos no tocante à mobilidade na região. Notadamente, esse importante programa, resguardado no discurso da excelência acadêmica, privilegiou o Norte global⁴⁹. Certamente, uma análise profunda dos impactos do CsF na qualidade do profissional brasileiro que foi contemplado com essa oportunidade será uma tarefa árdua para quem se interessa nessa estimulante trajetória.

Após o encerramento do CsF e em sinergia com o PNE para o interstício 2014-2024 (que pontua como estratégias de internacionalização: a formação de redes, o fortalecimento de grupos de pesquisa, o incentivo à mobilidade e o aumento da competitividade internacional da pesquisa), o governo federal repensa as práticas e propõe um novo programa que retoma o foco na pós-graduação.

O Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt)⁵⁰ estimula a criação de planos estratégicos de internacionalização das IES e a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica, entre outras metas. Não obstante os discursos das conferências de ES se posicionem de maneira a alavancar a CSS e a integração regional, através do compartilhamento do conhecimento produzido na Academia, o Capes-PrInt não atende a esse preceito. O anexo I do Edital nº 41/2017 apresenta a lista de países onde ao menos 70% dos recursos deverão ser alocados. Nota-se que a maioria das nações estão no Norte global, sendo países do eixo Sul-Sul apenas: África do Sul, Argentina, México, Índia e China. Apenas 30% dos recursos poderão ser alocados para parcerias com os demais países.

O discurso do governo brasileiro, a princípio incentivador da CSS e da integração regional, se esmaece quando colocado em prática políticas públicas que não se alinham a essa perspectiva. Vê-se, no caso do programa CAPES-PrInt que a disparidade na oferta de recursos financeiros para as parcerias com países em desenvolvimento enfraquece naturalmente qualquer tentativa de vínculo com IES do Sul global. Pode-se concluir que universidades de menor porte tendem a ter seus projetos institucionais não contemplados, visto que, possivelmente, encontram mais dificuldades em firmar convênios com IES de países desenvolvidos, onde, supostamente, reside a superioridade do conhecimento. Aponte-se que a

⁴⁹Conforme dados publicitados na página institucional em BRASIL (2018a).

⁵⁰Conforme dados publicitados na página institucional em BRASIL, (2019e).

lista de universidades contempladas para receber recursos financeiros no âmbito do CAPES PrInt deflagra essa situação, já que se nota a ausência das IES que se inclinam à CSS, tais como: UNILA, Unilab, UNIPAMPA e a UFFS.

A CAPES também materializa a cooperação internacional através de acordos bilaterais, programas com instituições e governos de outros países, de forma a fomentar projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros. Ademais, busca a parceria com Cátedras em universidades internacionais onde são ofertadas bolsas de estudo. No que concerne à oferta de vagas para a graduação, o Programa CAPES/Brafitec estimula a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos de estudantes brasileiros provenientes das especialidades de Engenharia que participam de mobilidade em IES francesas. Relembre-se que a tabela com os dados da mobilidade *Outgoing* da UNIPAMPA (Tabela 1) registrou o envio de discentes através desse programa. Já, o Programa CAPES/Cofecub atua na perspectiva de projetos em conjunto para pesquisa nas modalidades doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral.(BRASIL, 2019d)

A cooperação com o Norte global, preferência na Academia, traz em seu cerne a hegemonia do conhecimento produzido naquele espaço. De fato, as instituições estrangeiras e, especialmente, as europeias estão sedimentadas, são centenárias e dispõem de respaldo de recursos financeiros adequados para a manutenção da qualidade de seus projetos. Entretanto, há que se pontuar que a importação de receitas desenvolvidas para aquelas nações não atende às demandas de países em desenvolvimento. Por vezes, os pesquisadores observam seus projetos serem inviabilizados face à conjuntura econômica e cultural do contexto onde buscam replicar propostas desenhadas para outra realidade.

A política linguística, especialmente a proficiência dos pesquisadores da Academia em idiomas, é um fator determinante na produção do conhecimento e na internacionalização da ES. A conjuntura desvelada pelo CsF, em relação a inaptidão de grande parte da comunidade acadêmica em línguas adicionais, notadamente o idioma inglês, demonstrou ser imperioso um trabalho dedicado à promoção da aprendizagem e do domínio de vernáculos estrangeiros para a qualificação do conhecimento produzido na Academia. A implementação de uma política linguística no cotidiano universitário foi sedimentada a partir do lançamento do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), gerenciado pelo MEC e pela CAPES. O programa tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação da comunidade acadêmica brasileira em idiomas, de acadêmicos estrangeiros na língua portuguesa e de professores de idiomas da rede pública de educação básica (BRASIL, 2014).

Adicionalmente, o Programa CAPES/Fulbright - English Teaching Assistant contribui na construção de um espaço linguístico qualificado. O programa seleciona IES brasileiras interessadas em receber assistentes de ensino ou pesquisa em língua inglesa e se propõe a contribuir para o aprimoramento dos cursos de bacharelado ou licenciatura em Letras, com habilitação naquele idioma. A UNIPAMPA aderiu ao Programa e registra o recebimento contínuo dos bolsistas americanos, os quais auxiliam no aperfeiçoamento das ações institucionais ligadas à política linguística.

O CNPq, atuante na cooperação educacional, concede bolsas de estudos, em parceria com agências estrangeiras, nas modalidades de especialização, doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado. Para brasileiros são disponibilizados convênios com a Alemanha (DAAD), França (CESMAT e IAS) e Espanha (Centro de Estudos Brasileiros da Universidade) são oportunidades. Para estrangeiros são oferecidas além do PEC-PG, bolsas pelo Convênio com TWAS para Doutorado e Pós-Doutorado.(BRASIL, 2019a)

Vê-se que as atuais políticas educacionais, acima referenciadas, se inclinam à cooperação com países desenvolvidos, porém, a cooperação internacional solidária no eixo Sul-Sul encontra respaldo na política externa brasileira, acentuada no início do século XXI.

Nesse sentido, é importante resgatar a importância da Agenda 2030, que formaliza o compromisso dos países signatários com a transformação do contexto atual e prioriza objetivos para o desenvolvimento sustentável através da parceria global de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre os 17 objetivos da Agenda, o objetivo 4 é destinado à Educação e traz entre suas metas: “até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores [...]” (ONU, 2015). Essa proposta vem alinhada à educação para a cidadania global e aí converge com a internacionalização da ES, mais especificamente no que se refere à discussão sobre currículo internacionalizado.

A legislação que dá as bases para a ES tem sido debatida, revista e organizada de forma a atender questões de integração regional e viabilização da internacionalização.

A LDB 9.394/96 dispõe que os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação (BRASIL, 1996). E, ainda, que os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. O alto número de solicitações de revalidações verificados nos últimos

anos e as metas do PNE, as quais visam ao incentivo da mobilidade estudantil e o intercâmbio internacional na pesquisa, levaram o governo federal a repensar suas práticas. Diante dessa demanda, proveniente da sociedade, o MEC editou a Resolução nº 3/2016 com novas normas que agilizam o processo prevendo, inclusive, situações de revalidação e reconhecimento para pessoas em situação de refúgio (BRASIL, 2016). A criação de uma plataforma nacional que oriente e agilize o processo se materializou por meio do portal Carolina Bori (BRASIL, 2019c)

Vale lembrar que o Brasil firmou, no ano de 1999, o Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos estados partes do MERCOSUL. O campo das políticas educacionais brasileiras vai além e tenta encontrar os formatos para se alinhar ao Sistema Educacional do MERCOSUL (SEM) que, objetivando a integração universitária, promove o Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados parte do MERCOSUL (Sistema ARCU-SUL).

Mais recentemente, no ano de 2018, o Brasil firmou o Acordo para revalidação de títulos ou diplomas de nível superior em nível de graduação que, no momento de sua emissão, possuam acreditação em vigor no Sistema ARCU-SUL⁵¹. Tal sistema de acreditação busca a educação de qualidade para todos como um fator de inclusão social, desenvolvimento humano e produtivo, além de mensurar a qualidade dos cursos dos países de forma a unificar um elevado padrão sem interferir nos aspectos culturais e regionais de cada instituição. A cada convocatória são definidas as titulações através de acordo entre os países e a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA). Para a concretização da acreditação (selo de qualidade), os países devem alinhar suas metodologias de avaliação. Ocorre que o conceito de qualidade é amplo e como já discutido vem amarrado a diferentes correntes teóricas ou, mais propriamente, a diferentes interesses dos organismos influenciadores de políticas públicas nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁵² busca adequar-se à nova realidade do bloco e vai definindo o que é qualidade para a ES no Brasil.

A partir de todo o material coletado e apreciado durante este estudo, constata-se que muito falta para as universidades brasileiras serem consideradas internacionalizadas de acordo com padrões ditados pelos rankings e seus indicadores. Não obstante, algumas poucas IES brasileiras se destaquem nesse cenário, o que resta nítido é que não há simetria na oferta de recursos financeiros para as universidades federais. Algumas, por sua constituição jurídica, respaldadas por fundações de apoio, e por sua história e competência em relação à pesquisa,

⁵¹Documentos do MERCOSUL (PARAGUAY, 2019).

⁵²Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2004b)

acessam mais rapidamente portais que viabilizam os aportes necessários a alavancar a internacionalização, enquanto outras se esforçam em vincular-se a organizações privadas como meio de fomentar suas ações de cooperação e, assim, encaminham, a passos mais lentos, a sua internacionalização.

Em síntese, é possível deduzir que o CsF foi o responsável pelo movimento da Academia em busca de mudanças no cenário universitário, no que diz respeito à internacionalização. O programa despertou, nos diferentes atores da ES, a necessidade de apropriação da temática e de promoção da discussão sobre as vantagens da internacionalização e respectivos entraves. As associações de gestores, a exemplo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, passaram debater os meios para promover, junto ao governo, a implantação de políticas públicas para a internacionalização como um meio qualificar o ensino superior.

A partir dessas conformações e redes, o Brasil vai solidificando a construção de uma internacionalização adequada às suas necessidades sem perder de vista a cooperação solidária e inclusiva.

3.6 OS CAMINHOS DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO URUGUAI

O reconhecimento dos dados censitários do Uruguai e da Udelar remeteu para a necessidade de empreender no estudo sobre o espaço de Educação Superior uruguaio. Tais informações trouxeram, em seu bojo, questionamentos que levaram, naturalmente, a desvendar como esse país com cerca de três milhões e quatrocentos mil habitantes conduz a política de internacionalização da ES.

Para compreender as políticas educacionais para a internacionalização da ES no Uruguai, foram vasculhados os documentos disponibilizados nos sites do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério de Educação e Cultura, da Agência Uruguaia de Cooperação Internacional, da Agência Nacional de Investigação e Inovação, da Udelar e análises de reconhecidos acadêmicos nacionais.

A Lei nº 18.437 de 2008 (URUGUAY, 2008), que é a Lei Geral de Educação vigente no país, traz informações primárias e indispensáveis para o reconhecimento aqui proposto, especialmente, por que alerta para as diferenças com a estrutura da educação brasileira, prevista na LDB, Lei nº 9.394/96, notadamente, em relação à ES. A estrutura da educação formal de ensino uruguaio, é dividida em níveis, sendo eles:

- Nível 0: Educação inicial: 3, 4 e 5 anos de idade;
- Nível 1: Educação primária;
- Nível 2: Educação média básica;
- Nível 3: Educação média superior, que inclui três modalidades: educação geral, educação tecnológica e formação técnica profissional;
- Nível 4: subdividido em:
 - a) Educação terciária, que inclui cursos técnicos não universitários, técnicos e educação tecnológica superior;
 - b) Formação em educação com caráter universitário;
 - c) Educação terciária universitária, que inclui carreiras de graduação;
- Nível 5: Educação de pós-graduação.

A Lei Geral de Educação uruguaia traz em seu bojo a importância da atenção à integração regional e internacional e à construção de uma aprendizagem conectada com questões locais, nacionais e globais. Essa diretriz se aplica a todas as universidades e institutos universitários, sejam privados ou públicos:

Artículo 13. (Fines) - La política educativa nacional tendrá en cuenta los siguientes fines:

A) Promover la justicia, la solidaridad, la libertad, la democracia, la inclusión social, **la integración regional e internacional** y la convivencia pacífica.

B) Procurar que las personas adquieran aprendizajes que les permitan un desarrollo integral relacionado con aprender a ser, aprender a aprender, aprender a hacer y aprender a vivir juntos. Para ello, la educación deberá contemplar los diferentes contextos, necesidades e intereses, para que todas las personas puedan apropiarse y desarrollar los contenidos de la **cultura local, nacional, regional y mundial**. [...]

Artículo 14. (Tratados internacionales y cooperación internacional). - El Estado al definir la política educativa nacional promoverá que la educación sea concebida como un bien público y que la **cooperación internacional sea coadyuvante a los fines** establecidos en el artículo precedente. No se suscribirá acuerdo o tratado alguno, bilateral o multilateral, con Estados u organismos internacionales, que directa o indirectamente signifiquen considerar a la educación como un servicio lucrativo o alentar su mercantilización. (URUGUAY, 2008, grifo da Autora)

O Plano Estratégico Quinquenal (2015-2020) do Ministério de Relações Exteriores detalha as bases para a política exterior do Uruguai. O documento informa que a Fronteira é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de iniciativas e projetos comuns. A cooperação internacional deve focalizar suas ações em temas educativos, ciência e tecnologia, mudanças climáticas através de compartilhamento de informação, formação através de bolsas de estudos, intercâmbio técnico e de cursos, entre outros. (URUGUAY, 2015)

A Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) é responsável pela coordenação da cooperação internacional não reembolsável recebida pelo Uruguai, e busca

contribuir para o desenvolvimento sustentável. A Educação passou a ser um dos setores mais apoiados, a partir de uma doação de aparelhos de ginástica doados pela China para a UTEC. (URUGUAY, 2018).

A Agência Nacional de Investigação e Inovação (ANII) potencializa a capacidade de investigação da Academia uruguaia com a assinatura de acordos, convênios e memorandos de entendimento com diversos países, de forma a conformar redes entre centros de investigação e o setor produtivo. Com o Brasil, registra parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a Universidade de Campinas. De acordo com o Relatório de 2018, as áreas das Ciências Agrícolas, Engenharias e Tecnologias e Ciências Sociais se destacam entre os projetos aprovados para a pós-graduação. Além do mais, 96% dos bolsistas retornaram ao país, ou seja, evitou-se a fuga de cérebros. (ANII, 2019)

A importância da Udelar no sistema educacional é declarada no Artigo 203 da Constituição da República vigente, onde há a previsão do seu Conselho Diretivo. O Artigo 49 da Lei de Educação pontua a determinação de que o Sistema Nacional de Educação Pública estará integrado pelo Ministério de Educação e Cultura, a Administração Nacional de Educação Pública, a Universidad de la República, além de outros entes autônomos da educação pública estatal. Vale destacar que, atualmente, inclui-se nesta lista a UTEC, definida como ente autônomo conforme a Lei nº 19.043. (URUGUAY, 2012).

Os dados censitários publicados pelo Anuário Estadístico de Educación 2017 demonstram que nesse ano, no que diz respeito à evolução da matrícula das instituições universitárias, das 173.597 matrículas do ensino superior 144.348 estão registradas apenas na graduação da Udelar e 721 na UTEC (URUGUAY, 2019, p. 172/173). O restante das matrículas é registrado em universidades privadas e institutos universitários.

Bizzozero et al. (2018), lembrando que a Udelar foi criada em 1849 (como já citado no capítulo anterior) e a UTEC no ano de 2012, ensinam que as universidades e institutos universitários privados passaram a ter tratamento legal, visando o devido reconhecimento e criação de novas instituições, a partir da retomada da democracia em 1985. Informam, ademais, que em 2018 já se contabilizava 19 instituições que ofertavam ensino desde a graduação até o doutorado. Da pesquisa é possível extrair que programas de mobilidade como o Espacio Académico Común Ampliado Latinoamericano (ESCALA), da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), e o Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do MERCOSUL, são importantes referências. A internacionalização do currículo, entendida como incipiente, se restringe a publicações dos resultados das investigações em inglês, alguns cursos de pós-

graduação ministrados em inglês e a presença de professores visitantes estrangeiros. As duplas titulações ainda estão em fase de sedimentação e foi registrado quatro programas na área de Ciências Sociais no setor privado. Na Udelar foi registrada uma dupla titulação em nível de pós-graduação, também em Ciências Sociais, a partir de uma parceria com a Espanha. Bizzozero et al. (2018) concluem informando que esse cenário está em movimento, especialmente por que a cooperação com a Ásia que vem se destacando tanto nas universidades privadas quanto nas públicas. O estudo constitui um farto e detalhado apanhado sobre a situação da internacionalização da ES no Uruguai.

Martinez Larrechea; Chiancone (2019, p.7) explicam que, no caso uruguaio, a Udelar “[...] constituyó en sí misma el sistema de Educación Superior y las principales iniciativas de internacionalización están de algún modo vinculadas a ella”.

Diante desse cenário, notou-se que para delinear o panorama de internacionalização da ES era indispensável transitar pelas ações de internacionalização da Udelar. Verificou-se que, entre os projetos transversais que permitem alcançar os objetivos estratégicos da Udelar, o projeto “Fortalecimiento y calidad de la Gestión y el Desarrollo Institucional traz em uma de suas linhas a importância das relações internacionais. Nesse sentido, para fomentar o desenvolvimento integral do país e soluções de problemas a IES promove convênios específicos de cooperação com instituições públicas e privadas, tendo, no ano de 2014, assinado 63 convênios internacionais. Como indicadores para a avaliação e monitoramento da internacionalização aponta como possíveis: o número de carreiras de graduação acreditadas, o crescimento anual de estudantes que ingressaram em carreiras conjuntas com outras instituições de ensino público e o número de convênios internacionais firmados. Como resultado esperado, indica o fortalecimento da política de relações e cooperação internacional, mediante a ampliação e diversificação de seus programas.

Importante registrar que a Udelar integra diversas redes acadêmicas internacionais, tais como: Unión de Universidades de América Latina (Udual), Asociación Universitaria Iberoamericana de Posgrados (AUIP), Red Iberoamericana de Universidades de Investigación (RIDUP), Red de Macrouiversidades e AUGM. Também, acolhe uma unidade do Instituto Confúcio, representação chinesa que tem como objetivo divulgar o idioma mandarim e a cultura chinesa, podendo ser considerada como uma espécie de diplomacia cultural (*soft power*).

A UTEC, a mais recente universidade pública, se organiza no espaço geográfico do Uruguai através de Institutos Tecnológicos Regionais (ITR), distribuídos nas regiões Centro-Sur, Suroeste e Norte. Convém destacar que as duas últimas regiões estão nas fronteiras do Uruguai com a Argentina e com o Brasil. O ano de 2019 agraciou a primeira geração de

bolsistas, sendo que entre os primeiros 17 intercambistas da UTEC estavam estudantes e colaboradores uruguaios, além de professores visitantes provenientes dos EUA, Suécia, Polônia, Espanha e Canadá. Como citado no capítulo anterior, a UTEC já está em tratativas para futuros cursos binacionais com o IFSul. Entre seus protocolos de intenções aponta-se o firmado com a UNIPAMPA, que dá margem a futuros acordos com vistas a projetos de programas binacionais, de desenvolvimento de região de fronteira e de promoção do espaço de coordenação da Região Bioma Pampa de Instituições Públicas de Ensino Superior, como uma instância de diálogo acadêmico interinstitucional. (UTE, 2019)

No que tange às IES privadas, Martinez Larrechea; Chiancone (2019) apresentam o Instituto Universitário Sudamericano (IUSUR). Trata-se de um projeto institucional que tem como objetivo de suas estruturas acadêmicas o Sul global. Estabelecido a partir de 2015, busca a construção de um espaço de conhecimento através da colaboração com o eixo Sul-Sul e, a partir, da desconstrução epistemológica de caráter decolonial.

O Ministério da Educação e da Cultura, através da Direção de Cooperação Internacional e Projetos, também atua na cooperação internacional. Cita-se como importante referência o escritório de comunicação com a União Europeia, tendo como atribuições: a assistência às empresas, aos investigadores e às instituições na apresentação de propostas para o programa Horizon 2020. A Udelar está em as instituições com mais projetos aprovados. (URUGUAY, 2017b).

Em relação ao Setor Educativo do MERCOSUL, o Ministério da Educação e da Cultura se mostra atuante. Em 2018, sob sua presidência pró-tempore, as atas resultantes das reuniões registram os problemas identificados em regiões de fronteira do Brasil, Uruguai e Argentina tais como: a necessidade de uma grade de equivalências e a facilitação dos trâmites migratórios para docentes e discentes. Conforme Ata nº 02/2018, durante a LIII Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL, foi aprovado o Acordo sobre Reconhecimento de Títulos de Grau da Educação Superior do MERCOSUL no marco do Sistema ARCU-SUL.(MERCOSUL, 2018)

Do exposto, verifica-se que o Uruguai tem sido participativo nos encaminhamentos referentes às questões educativas do MERCOSUL, especialmente, estimulando a acreditação de carreiras de nível superior junto ao Sistema ARCU-SUL. Embora a dificuldade em encontrar uma compilação das carreiras acreditadas no Uruguai, através do Sistema ARCU-SUL, seja um dos entraves detectados nessa pesquisa e que vale aqui registrar, nota-se que suas IES buscam a sinergia para a integração regional. Todavia, percebe-se que a cooperação com o Norte

Global, para a transferência e compartilhamento de conhecimento, aporta números significativos.

Coaduna-se com o posicionamento de Bizzozero et al. (2018), que avaliam que a internacionalização da ES no Uruguai merece uma base de dados para acompanhamento da evolução dos convênios e mobilidades. Ademais, entende-se que poderia ser produtivo um fórum, fomentado pelas universidades e institutos universitários, com vistas à análise e avaliação da importância da construção de uma política nacional dedicada a fornecer as diretrizes para a institucionalização da internacionalização da ES.

O capítulo destinado à revisão da literatura e elementos das políticas de internacionalização buscou reconhecer os principais tópicos que sustentam a discussão ora proposta. Certamente, os temas aqui apresentados não pretendem esgotar o arcabouço teórico necessário para compreensão holística da temática. De fato, o que se almejou com a escolha desses assuntos foi incorporar ao estudo as diferentes perspectivas imbricadas à cooperação Sul-Sul e internacionalização da ES com foco na solidariedade entre nações.

Fortalecida pela base teórica, no capítulo que segue busca-se empreender na construção e interpretação dos dados coletados.

4 CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS NO CAMPO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE UNIPAMPA E UDELAR

Após o rastreamento dos dados institucionais da Udelar, e seu Centro Universitário de Rivera, e da UNIPAMPA, e seu *Campus* Santana do Livramento, e, ainda, da pesquisa teórica que auxiliou na compreensão dos termos sobre os quais repousam documentos e declarações dos fóruns internacionais sobre ES, bem assim as nuances que importam internacionalizar através da cooperação horizontal, a investigação seguiu para a construção de dados. Esta etapa se alicerça nas técnicas de entrevista e questionário, conforme detalhado no capítulo destinado à metodologia.

Neste capítulo são observadas e comparadas as percepções dos *stakeholders* que estão diretamente envolvidos com a internacionalização da ES, mais especificamente no que concerne à cooperação internacional na perspectiva Sul-Sul entre UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera) e quais contribuições estão relacionadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva. Assim, para atingir os objetivos desta investigação, será levado a cabo o entrecruzamento das respostas com os documentos oficiais e teorias apreciados.

Apesar de detalhado no capítulo destinado à metodologia, vale lembrar que, com vistas a facilitar a articulação do texto e a compreensão das falas e dos dados coletados, convencionou-se a utilização das expressões “*stakeholders* ou colaboradores”. Tais expressões referem-se a todos os 13 sujeitos de pesquisa, os quais serão identificados pela codificação aleatória: “C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C13”. Os “*stakeholders* ou colaboradores” foram subdivididos em duas categorias:

- a) Gestores – Grupo convidado a participar de uma entrevista presencial e individual. Compõem-se de oito profissionais, oriundos da Udelar e da UNIPAMPA.
- b) Coordenadores de Curso – Grupo convidado a responder um questionário *on line*, individual. Compõem-se de cinco coordenadores de cursos de graduação presencial do *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA.

Tratando-se de uma pesquisa aplicada e implicada ao contexto de atuação profissional, justamente porque a Pesquisadora trabalha com as questões da internacionalização da UNIPAMPA, é indispensável destacar que o propósito principal deste estudo é a análise do universo em que está inserida a cooperação em pauta, de forma a auxiliar na construção de processos de cooperação universitária mais reflexivos, solidários e inclusivos. De maneira alguma se pretende que os números construídos pela pesquisa sejam entendidos em seu formato

quantitativo, apenas. Cada simbologia numérica apresentada será cuidadosamente explorada, porém, destaca-se que cada uma delas está imersa em um universo de questões extremamente complexas e que ultrapassa a capacidade desta pesquisa.

Diante ao exposto, os instrumentos de coleta foram desenvolvidos no sentido de construir dados que respondam aos objetivos propostos e que se correlacionem com os aspectos legais e teóricos ora apresentados. Assim, decidiu-se pela organização deste capítulo em subcapítulos que representam, *a priori*, tais perspectivas.

4.1 PERCEPÇÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COM VISTAS À INTEGRAÇÃO REGIONAL E SOLIDÁRIA

O teor das declarações emitidas pelos organismos internacionais, do PDI da UNIPAMPA, do PNE brasileiro e da Lei Geral de Educação do Uruguai⁵³, entre outros documentos amplamente observados nos capítulos anteriores, que trazem em seu bojo a importância da internacionalização, da CSS e da integração regional, foram o marco zero desta pesquisa. Desta forma, para iniciar, se fazia necessário observar como os *stakeholders* entendem a potencialidade da internacionalização da ES e da CSS com vistas à integração solidária. Para tanto, as entrevistas e os questionários buscaram contornos a partir da visão holística sobre o reconhecimento, implicações e compreensão acerca da CSS e a importância da integração regional na ES, além da percepção sobre a dimensão internacional perpassar os vários setores das universidades.

Em relação ao reconhecimento sobre a temática internacionalização da ES verificou-se uma assimetria entre os colaboradores. Notou-se que os gestores, tanto da Udelar quanto da UNIPAMPA, estão mais apropriados do assunto do que os coordenadores de curso e aportam suas ponderações quanto à potencialidade da promoção da internacionalização solidária. Por elucidativa, destaca-se a fala de **C5**:

[...] a internacionalização da educação superior, em primeiro lugar, ela faz parte de um grande objetivo macro, que é a integração entre os povos, e a cooperação educacional é uma das perspectivas desta integração e o caminho para alcançarmos, eventualmente, talvez um pouco utópica a minha ideia, mas alcançarmos a paz e a solução pacífica dos conflitos no âmbito global. E, pra (sic) UNIPAMPA acho que é fundamental a internacionalização regional pela sua, primeiramente, pela sua localização geográfica. O fato de ela estar localizada numa região de fronteira e cobrir uma **região do Rio Grande do Sul** que foi **alheia ao desenvolvimento econômico**, ela também encontra como contraparte no Uruguai e na Argentina um certo, também, vamos dizer assim, um **atraso** naquelas **regiões de fronteira dos países vizinhos**. (C5)

⁵³Documentos citados: (UNESCO, 2008), (UNESCO, 2018), (BRASIL, 2014a), (UNIPAMPA, 2019f) e (URUGUAY, 2008).

Sob a lente de **C7** a UNIPAMPA deve ter em conta como deverá se posicionar no contexto global, de forma potencializar seus talentos:

*[...]eu vejo, particularmente, a UNIPAMPA como uma universidade de fronteira que pode ser vista de duas formas: ou a universidade que é do Sul do Brasil, do fim do Brasil, ou a universidade que está à beira da **integração regional**, da relação com os vizinhos do Conesul, do MERCOSUL ou da América Latina [...]. (C7)*

Percebe-se que há uma intencionalidade de alinhamento com as declarações da CRES/2008 e da CRES/2018, que propagam a ideia de que a integração regional e a internacionalização da ES potencializam o aproveitamento dos recursos humanos. No que concerne às questões regionais e a sua inserção nos currículos, destaca-se:

*Mas a questão da **integração regional** é uma marca de todos os PPCs. Qualquer PPC que tu leres, ele traz todo um diagnóstico da região para justificar a oferta daquele curso. A própria identificação das demandas da região. [...] Obviamente, se produzindo um conhecimento no local, mas que também possa ser global, né. (C4)*

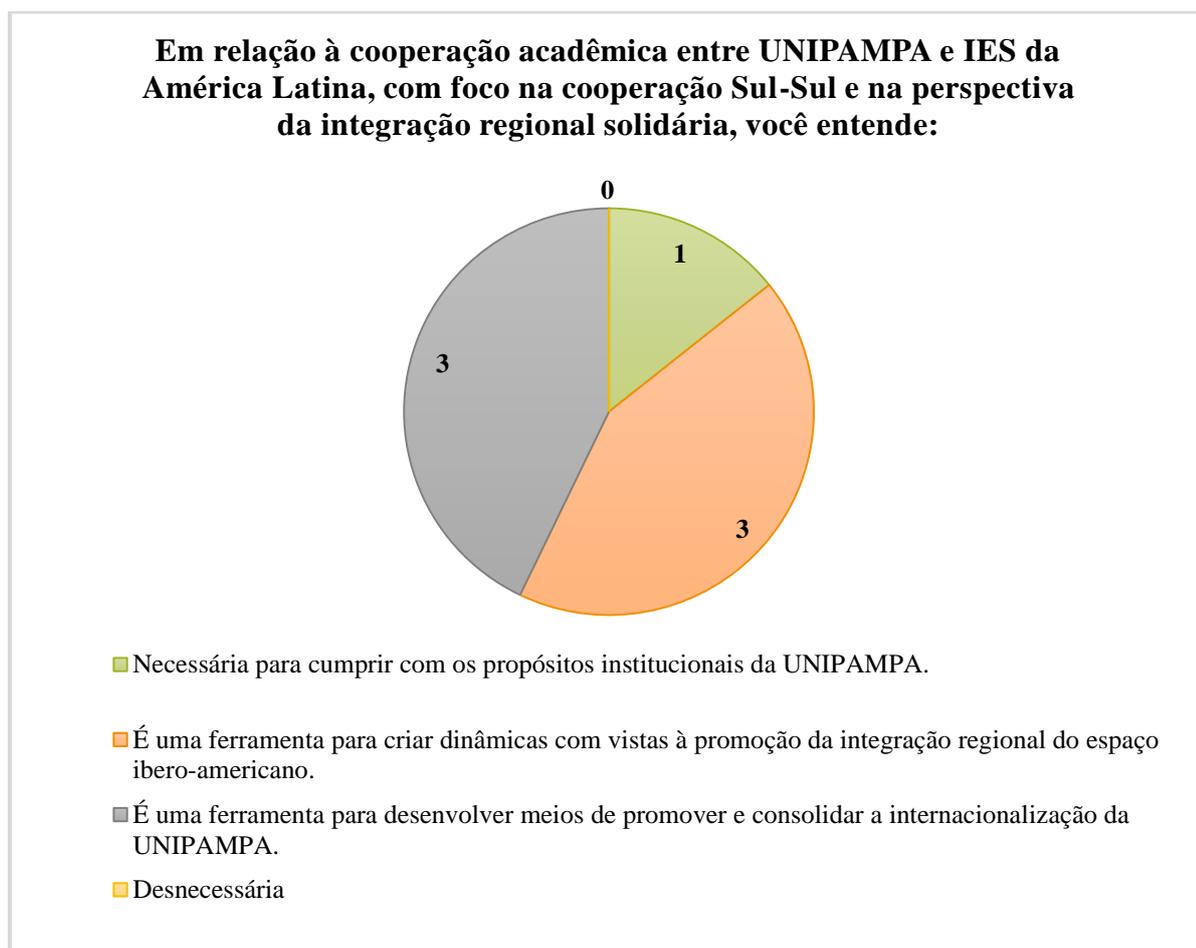
Esses indicativos remetem à reflexão sobre a ruptura com a tendência de mercantilização da ES, priorizando-se os preceitos da CRES/2008 e da CRES/2018. Esses fóruns regionais almejam fomentar o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe, através da internacionalização baseada em uma cooperação interinstitucional solidária com vistas ao diálogo intercultural como forma de melhorar o mundo em que vivemos.

A abordagem aos coordenadores de curso, levada a cabo via questionário semiestruturado *on-line* e composto de questões abertas e fechadas, buscou reconhecer a percepção em relação à temática “Internacionalização da Educação Superior”, exemplo do proposto aos gestores. Dos cinco respondentes, apenas um conhece profundamente a temática e este entende que a internacionalização deve ser priorizada na pós-graduação. Os demais, informam que conhecem pouco a temática, mas consideram necessário ao desenvolvimento da ES, e entendem que se faz importante na graduação e na pós-graduação, igualmente.

As percepções dos coordenadores de curso, docentes detentores de alta qualificação e titulação, não podem ser interpretadas como falta de conhecimento acerca do tema, internacionalização. Hudzik e McCarthy (2012) são esclarecedores e contribuem na interpretação desses dados quando ensinam que, no contexto da CI, cabe à IES construir um diálogo produtivo que estimule a comunidade acadêmica a pensar a internacionalização de forma conjunta.

Em relação à potencialidade da cooperação acadêmica entre UNIPAMPA e Instituições de Ensino Superior da América Latina, os coordenadores de curso tiveram a oportunidade de selecionar as opções que considerassem apropriadas. Nesse quesito, a maioria está de acordo que é uma ferramenta eficaz. O Gráfico 9 demonstra:

Gráfico 9 - Potencialidade da CSS, segundo Coordenadores de Curso do *Campus Santana do Livramento*



Fonte: Elaborado pela Autora.

Depreende-se do Gráfico 9 que, de fato, os coordenadores de curso compreendem a importância do assunto e não estão alijados da realidade. Se reforça o entendimento de que é importante que a UNIPAMPA trabalhe fortemente embasada nos preceitos da internacionalização solidária.

Já, com os gestores da Udelar o diálogo foi conduzido no sentido de encontrar sinergia entre as intencionalidades da IES, no que tange à cooperação solidária fronteiriça, e os discursos encontrados na Lei Geral de Educação uruguaia e nas declarações das Conferências Regionais.

Nota-se que o reconhecimento da temática é inerente aos cargos ocupados e, ao se promover o debate na seara da cooperação fronteiriça regional, apresenta-se claro o entendimento da universidade:

*La Universidad de la República tiene esa idea de trabajar **solidariamente** con otras instituciones, sobre todo instituciones públicas con la idea, siempre con la idea, de la **universidad latinoamericana**. (C2)*

El tema concreto de la cooperación fronteriza regional es uno de los temas que está en la agenda de la Comisión de Asuntos Internacionales. (C3)

*O sea, todo lo que es integración y colaboración, acá, las estamos alentando y nos parece súper, digo, que tiene mucha potencia, no. Digo, creo que hay que aprovechar y **capitalizar la situación de frontera** aquí, que es una situación bastante singular pelo menos en ese tramo de la frontera. (C9)*

Acompanhando essa percepção, **C2** relata que há uma abertura de pensamento para a cooperação e que as problemáticas são as mesmas em ambos os lados da Fronteira Rivera-Livramento. Ademais, em sua opinião, a escolha pela instalação da Universidade neste espaço geográfico é um tema geopolítico, haja vista tratar-se de uma fronteira bastante permeável. Por fim, reflete:

*Creo que la región de Frontera, tanto para Brasil cuanto, para Uruguay, son regiones delicadas, digamos así, porque es ..., hay una ósmosis de un trasvase de la gente. La ciudadanía **pasa de un lado para el otro sin ningún tipo de control** [...]. (C2)*

Retornando aos gestores da UNIPAMPA, observa-se que a questão da cooperação acadêmica solidária fronteiriça está na agenda. **C5** se manifesta no sentido da importância do fomento à construção de um espaço híbrido regional e geográfico para a ES. **C1** complementa, informando que a gestão do *Campus* Santana do Livramento envida esforços no sentido de que a comunidade acadêmica assimile que estar na fronteira é um grande potencial, pois se trata de característica que a difere de outras universidades que estão no Brasil, uma vez que o diálogo internacional é enriquecedor.

Estando a internacionalização diretamente relacionada ao desenvolvimento regional, conforme consignado nos valores do novo PDI (2019-2023) da UNIPAMPA, urge a implementação de um processo que conduza a uma internacionalização integral, que agregue

os diversos atores que podem contribuir na consolidação de uma universidade afinada com os ditames que pregam a transferência de conhecimento a partir da solidariedade entre nações.

4.2 O CONVÊNIO UNIPAMPA-UDELAR: VERIFICANDO A EFETIVIDADE PARA O CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

Esse bloco se detém na perspectiva da internacionalização da ES a partir das redes de cooperação, conforme ditado pela Conferência Mundial de Educação Superior de 1998 (UNESCO, 1998). A Declaração resultante desse fórum consignou, em seu texto, a influência que as redes regionais, continentais ou globais interativas exercem sobre a qualidade da ES, à medida que a dimensão internacional é inserida no ambiente de aprendizagem com respeito às identidades culturais e sociais. E, ainda, que a cooperação internacional deve priorizar programas de formação nos países em desenvolvimento, com políticas que atraiam o capital humano.

Considerando que essa investigação advém da existência de convênio firmado entre a UNIPAMPA e a Udelar e que se busca reconhecer como esse instrumento jurídico tem sido beneficiado pelo *Campus* Santana do Livramento e pelo Centro Universitário de Rivera, de forma a contribuir na construção de um ambiente cooperacional solidário, empreendeu-se na pesquisa no sentido de estimar a ciência dos *stakeholders* quanto à existência de mencionado documento. Novamente, se detectou um desequilíbrio entre gestores e coordenadores de curso.

Nas entrelinhas dos discursos dos gestores foi constatado que eles têm conhecimento da existência do instrumento jurídico, veja-se:

Nós temos um guarda-chuva⁵⁴. Bom, mas dentro desse guarda-chuva nós temos que fazer os processos específicos para que as coisas aconteçam, cada caso. Então, esse convênio guarda-chuva ele tem que ser muito melhor aproveitado, né, projetos de ensino que podem ser feitos. Não só projetos de pesquisa e extensão, mas projetos de ensino. Quantos projetos de ensino nós poderíamos fazer em conjunto, né. Mas tudo isso tem que estar dentro de uma política institucional. (C10)

Então, a gente começou abrir as portas para as relações e boa parte dessas relações, dessas, dessa, dessa inserção na..., junto às outras instituições ela acontece quase que espontaneamente, quase que natural. [...] são os eventos acadêmicos que são realizados na fronteira com os alunos e professores e técnicos que são de ambos os países, né, que atuam nas instituições dos dois lados, então já existem as relações naturais. (C7)

⁵⁴Guarda-chuva - expressão informal para referir-se ao convênio que é amplo e depende de acordos específicos para as ações concretas.

Além disso, nós temos algumas iniciativas aqui no âmbito regional, geograficamente regional falando, com o Uruguai que são as iniciativas com a Udelar, principalmente com a Udelar e com a UTEC, no âmbito de, não só para a realização de eventos, mas também, vamos dizer assim, parcerias um pouco mais a longo prazo que envolvem de um lado, por exemplo, com a Udelar a realização de programas de pós-graduação em conjunto. (C5)

Bom, por uma realidade local, bastante específica, de fato já existem iniciativas que envolvem o Centro Universitário Rivera. (C5)

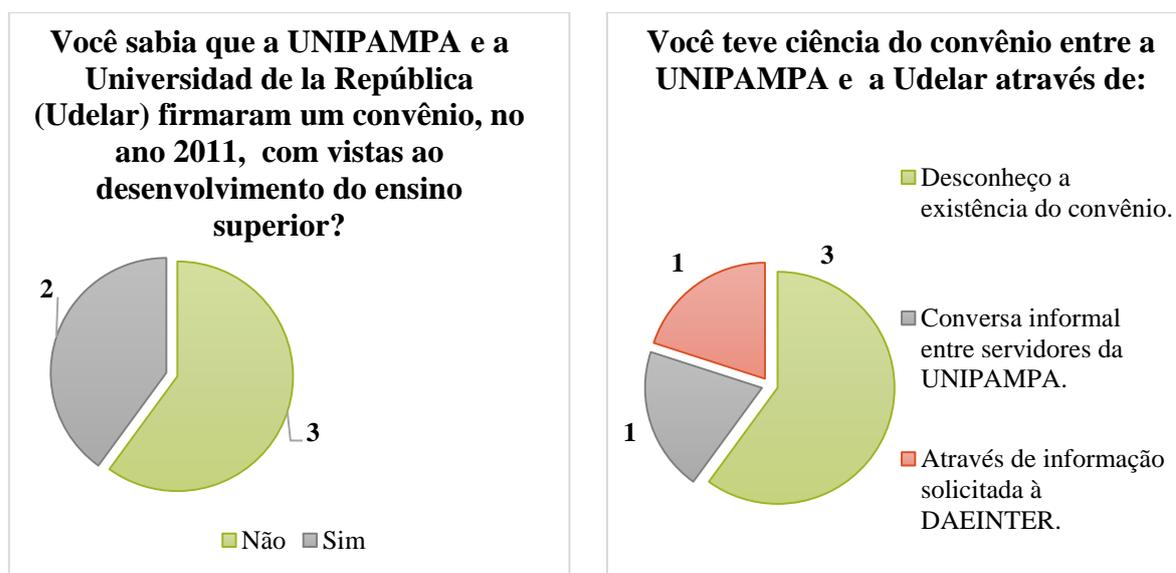
Os representantes da Udelar, da mesma maneira, demonstram conhecimento sobre a existência do convênio. Veja-se:

Si, estoy al tanto, no sé si de todo, pero sí de muchas estancias de colaboraciones entre UNIPAMPA y la Universidad de la República, específicamente con el Centro Universitario de Rivera [...]. (C9)

[...] el trabajo en conjunto entre el Centro Universitario de Rivera y la UNIPAMPA tiene muchos años. (C2)

Entretanto, tais discursos não encontraram um eco uníssono entre os cinco coordenadores de curso do *Campus* Santana do Livramento, uma vez que, destes, apenas dois tem conhecimento do instrumento jurídico. Portanto, resta demonstrado que que 60% dos coordenadores de curso de graduação presencial do *Campus* desconhecem a existência de tal documento.

Gráfico 10 - Reconhecimento do convênio UNIPAMPA-Udelar



Fonte: Elaborado pela Autora

A ideia de universidade internacionalizada passa a ter potencial de efetivação a partir do momento que os atores, aqueles que estão ou não envolvidos na promoção de cooperação, estiverem apropriados das possibilidades que a IES lhes disponibiliza. Relembrando os ensinamentos de Gacel-Ávila e Rodríguez (2018), entre ações para a internacionalização abrangente ou CI, cabe à IES fomentar e valorizar o engajamento do professor bem assim manter um banco de dados com a experiência internacional dos professores de forma a detectar líderes locais para auxiliar no encaminhamento dessa pauta. Esse plano, segundo Stallivieri (2017), necessita, ainda, estimar a sensibilização e aceitação interna sobre o tema, capacitar e promover a proatividade do corpo docente.

A Conferência Mundial de Ensino Superior de 2009 (UNESCO, 2009) amplia o espectro no que diz respeito às redes de universidades internacionais e parcerias como solução para problemas sociais e vetor do crescimento do entendimento mútuo e da cultura de paz. Essa cooperação solidária, com vistas à integração regional, é uma alternativa para a construção da sociedade latino-americana do conhecimento, conforme sinaliza Didriksson (2008).

A partir dessa lente, o bloco de questões a seguir almejou identificar a conformação de redes conformadas por profissionais do Campus Santana do Livramento da UNIPAMPA e dos cursos ministrados na Udelar (entenda-se aqui: todas as faculdades, institutos instalados em Montevideo e sedes, centros e casas universitárias instaladas no interior do Uruguai⁵⁵, com exceção do CUR).

Nessa etapa, focando em uma perspectiva ampla, a pesquisa buscou reconhecer se os cursos de graduação presencial do *Campus* Santana do Livramento desenvolveram, desenvolvem ou pretendem desenvolver projeto de cooperação acadêmica com cursos ministrados na Udelar (entenda-se aqui todas as faculdades, institutos instalados em Montevideo e sedes, centros e casas universitárias instaladas no interior do Uruguai, com exceção do CUR). Na análise das informações prestadas pelos coordenadores de curso, registrou-se que apenas um curso se manifestou positivamente. Dois coordenadores de curso informaram apenas NÃO, e os outros dois informam que a coordenação do curso não mantém controle de projetos de cooperação internacional, independentemente da IES.

Se entendeu necessário questionar se há registro de projetos de cooperação acadêmica entre os docentes do *Campus* Santana do Livramento e os cursos ministrados na Udelar (entenda-se aqui todas as faculdades, institutos instalados em Montevideo e sedes, centros e casas universitárias instaladas no interior do Uruguai, com exceção do CUR). Novamente,

⁵⁵A Figura 5 - Organograma da Udelar, onde apresenta as áreas de conhecimento que abarcam suas faculdades, institutos e escolas. Também apresenta as casas, sedes e centros universitários no interior do Uruguai.

apenas um curso se manifestou positivamente informando que alguns professores participam de atividades de ensino, na qualidade de palestrantes na Udelar, sede Montevideo. Dois coordenadores de curso informaram que não há projetos e os outros dois informam que a coordenação do curso não mantém ferramenta de controle da participação dos docentes em projetos de cooperação internacional, independentemente da IES.

Prosseguindo a investigação, em busca de pistas do engajamento acadêmico dos docentes do *Campus* Santana do Livramento em prol da aproximação com a Udelar (entenda-se aqui todas as faculdades, institutos instalados em Montevideo e sedes, centros e casas universitárias instaladas no interior do Uruguai, com exceção do CUR), resgatou-se documentos disponibilizados na página *web*⁵⁶ da IES brasileira. Detectou-se registros recentes que sinalizam para a interlocução entre os docentes das IES em estudo. Em 2018, um docente do *Campus* Santana do Livramento participou de evento ocorrido na Faculdade de Ciências Sociais, onde apresentou trabalho e fez lançamento de obra literária. No ano de 2019, dois professores desse *Campus* ministraram aulas na X Edição do Diploma de Posgrados en Estudios Internacionales, ambos na Udelar em Montevideo.

A bandeira levantada na CRES/2018 diz respeito à consolidação da internacionalização no eixo Sul-Sul e à integração regional por meio de redes interuniversitárias, e que este é um dos meios de estabelecer uma relação solidária entre iguais. Sob essa lente, Didriksson (2008) ensina que o conhecimento e a ciência precisam trabalhar em sinergia com uma perspectiva inteligente de desenvolvimento. Portanto, há que se valorizar as atividades de tais docentes, haja vista que podem estimular a criação de novas redes de relacionamento acadêmico.

Confirmando os dados acima, **C5** noticia:

[...] nós temos algumas iniciativas aqui no âmbito regional, geograficamente regional falando, com o Uruguai que são as iniciativas com a Udelar, principalmente com a Udelar e com a UTEC, no âmbito de, não só para a realização de eventos, mas também, vamos dizer assim, parcerias um pouco mais a longo prazo que envolvem de um lado, por exemplo, com a Udelar a realização de programas de pós-graduação em conjunto. Temos duas iniciativas em andamento, uma de um mestrado outra de embrião de um curso de especialização que futuramente pode dar fruto a um mestrado em Relações Internacionais, também. (C5)

Aprofundando essa averiguação, entendeu-se prudente proceder uma triangulação de dados, com o propósito de cotejar as informações recebidas através dos instrumentos de coleta de dados, com a valiosa literatura de Mazzei (2013) e com um documento de Fortunato (2013), disponibilizado em página *web*. A parceria entre estudiosos do *Campus* Santana do Livramento

⁵⁶ Documentos disponíveis em : (UNIPAMPA, 2019i; 2019j; 2018c)

e do Centro de Estudos sobre Fronteiras da Udelar, além dos representantes de outras IES, se vê formalizada através do grupo de estudos certificado pela UNIPAMPA no CNPq sob o título: Integrações Econômicas Binacionais e Desenvolvimento Social em Regiões de Fronteiras – GEIEB. Em relatório (FORTUNATO, 2013) são informados os objetivos e resultados alcançados à época. O projeto, coordenado por um docente do *Campus* Santana do Livramento, tinha como objetivo geral “Investigar a integração econômica entre o Brasil e o Uruguai e o desenvolvimento social em regiões de fronteiras nos dois países”. Entre seus objetivos específicos destacavam-se: estudar acordos, tratados e outros documentos celebrados no campo econômico; estudar acordos, tratados e outros documentos celebrados sobre relações em regiões de fronteiras; verificar o Comércio Exterior entre os dois países e em especial entre as cidades gêmeas; verificar como instituições fora do âmbito do Estado organizam-se e propõem soluções de problemas em regiões de fronteiras; verificar o desenvolvimento social em regiões de Fronteiras. Entre os resultados do grupo de estudos é possível verificar: estudos concluídos e publicados como livros por estudiosos da Udelar e estudos concluídos na pós-graduação e na graduação.

Igualmente valorosa e importante, dentro do contexto desse estudo, é a contribuição de **C2** ao informar que o Centro Universitário de Rivera manteve estreita cooperação com outro *campus* da UNIPAMPA. Veja-se:

[...] la Universidad de la República, a través del Centro Universitario, comenzó a relacionarse, particularmente, con el Campi de San Gabriel de la UNIPAMPA. Allí nosotros tuvimos varias aproximaciones, tuvimos proyectos en conjunto que funcionarían hace algunos años en el área de la Biología.” (C2)

Percebe-se, a partir da declaração de **C2**, que a conexão entre os atores da UNIPAMPA e da Udelar tem sido fomentada entre docentes que encontram sinergia em suas linhas de pesquisa, independentemente do *campus* em que atuam.

Por trata-se de uma investigação com foco no *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA, duas situações ficam claras em relação a essa IES:

- a conformação de redes de cooperação com a Udelar, ainda que incipiente, e, possivelmente, proveniente de relações profissionais individuais dos docentes e não do curso em si, apresentam um panorama favorável à consolidação de um *Campus* internacionalizado.
- Há que se avaliar se a comunicação institucional interna envida esforços de maneira a alcançar todos os setores da IES, na esteira do proposto pelo conceito de CI.

Neste subcapítulo buscou-se identificar, de forma ampla, como o *Campus* Santana do Livramento explorou o convênio para interagir com a Udelar (considerado aqui todas as faculdades e institutos, localizados na capital Montevideo, e centros e casas universitárias do interior, exceto o Centro Universitário de Rivera).

4.3 RECONHECENDO A COOPERAÇÃO COM O CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIVERA

Em busca de cumprir o primeiro objetivo específico, qual seja reconhecer os projetos acadêmicos e ações amparados convênio e desenvolvidos entre o *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA e o Centro Universitário de Rivera da Udelar, bem assim os resultados apresentados, a pesquisa incursiona nos discursos dos entrevistados e nas respostas aos questionários, ademais de consultar documentos disponibilizados em páginas *web*.

Para além de registrar estatísticas em gráficos e tabelas, detalhando os projetos concretos desenvolvidos, o desenho dos instrumentos de coleta de dados mirou na provocação dos *stakeholders*, uma vez que a investigação propõe a reflexão sobre a cooperação em apreciação e os meios para alavancar a sua materialização, alinhada à ideia da construção do espaço ibero-americano de educação.

O projeto mais emblemático, que emergiu nos diálogos e respostas aos questionários, foi a organização do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)⁵⁷. O evento científico da UNIPAMPA acontece anualmente em um dos seus dez *campi*, o qual se encarrega de apoiar a reitoria na organização. A nona (ano de 2017) e a décima (ano de 2018) edições foram organizadas com o suporte do *Campus* Santana do Livramento. Pela aproximação com outras IES brasileiras e as IES uruguaias, sediadas nessa Fronteira da Paz em estudo, se configurou uma sinergia entre atores locais. Com o propósito de organizarem o evento em conjunto nasceu uma profícua parceria com o IFSul *Campus* Santana do Livramento, UTEC *Campus* Rivera e Centro Universitário de Rivera da Udelar, inclusive com recursos materiais oriundos dessas instituições.

A programação da última edição do SIEPE incluiu 2.250 trabalhos inscritos em formato de pôster e para apresentação oral, nas modalidades iniciação científica nível médio, iniciação científica e pós-graduação, e contou com acadêmicos provenientes do Brasil e do Uruguai. Ademais, incluía apresentações culturais, mesas redondas, palestras com profissionais

⁵⁷Informações sobre o evento podem ser encontradas em UNIPAMPA (2018d).

internacionais, entre outras atividades. O projeto recebeu teóricos do Uruguai, da Argentina e do Brasil para exporem seus estudos em temáticas que permeiam diferentes áreas do conhecimento.

Conforme ponderações dos *stakeholders*, presenciou-se um evento acadêmico em que foi possível uma integração bastante próspera entre as IES brasileiras e uruguaias envolvidas na organização.

*Se confirmou que o SIEPE tem potencial para ser um evento internacional, para ser um evento marco da Fronteira, que a UNIPAMPA, assim como as outras instituições e, principalmente, aqui em Santana do Livramento, né, existe **potencial** para configuração de **um polo de educação superior no interior do Rio Grande do Sul e também no extremo norte do Uruguai**, né. Porque existem várias instituições que configuram pequenos polos ou campi, né, de outras instituições maiores. Então, se elas atuarem isoladamente, né, com pequeno... número muitas vezes reduzido de docentes, de alunos, né, recursos reduzidos porque são pequenas frações de instituições maiores, muitas vezes os projetos não vão ganhar a dimensão que às vezes podem ter ou precisariam ter. E, com essa cooperação interinstitucional e internacional é possível fazer projetos maiores. (C7)*

Aquí, en la UNIPAMPA con el campi Santana do Livramento, nosotros tenemos una trayectoria muy interesante de trabajo en conjunto, básicamente con el SIEPE. Ya todos⁵⁸ los SIEPE hemos participado en la organización, hemos participado en el desarrollo del SIEPE de tal forma que me parece que el relacionamiento es muy íntimo y muy profundo.” (C2)

Segundo os depoimentos, dada à dimensão do SIEPE e à quantidade de instituições envolvidas, verificou-se o interesse de atores institucionais e políticos no âmbito dos dois países, criando-se um canal de comunicação para a difusão das necessidades que as universidades têm na região da Fronteira. Essa visibilidade aproximou alguns profissionais no desenho de novos projetos, mais especificamente em âmbito de pós-graduação, que vem encontrando respaldo institucional.

No tocante aos coordenadores de cursos de graduação presencial do *Campus* Santana do Livramento, ao serem questionados sobre os registros de projetos de cooperação desenvolvidos com o Centro Universitário de Rivera quatro representantes deles informam que não há projeto atual de cooperação e tampouco há registro de projetos.

Entretanto, **C8** informa que o curso de graduação sob sua coordenação já desenvolveu projetos de ensino com o Centro Universitário de Rivera, materializados através de palestras/seminários/workshops/oficinas. Cita que, no ano de 2018, História do Brasil e Política Externa Brasileira foram as temáticas definidas para serem levadas aos discentes do CUR. Vale destacar que, em outras questões do formulário, **C8** afirma conhecer profundamente a temática

⁵⁸Referindo-se à IX edição (ano de 2017) e X edição (2018) do SIEPE.

“Internacionalização da ES” e que a entende importante na graduação, mas com prioridade na pós-graduação. O resultado que se alcança a partir de tais iniciativas, na opinião de **C8**, é a promoção do intercâmbio de experiências e conhecimentos. Sob a ótica de **C5**, as iniciativas que congregam dois idiomas, por si só, trazem consigo uma carga de identidade global.

Mirando nessas ações de cooperação, as quais privilegiam o reconhecimento do “Outro”, vê-se que podem se transformar em um dos caminhos para o rompimento com o paradigma dominante imposto pela cartografia epistemológica hegemônica, impressa através da colonização, como ensina Santos (2007). E, assim, a cooperação em pauta pode ser alinhada com a proposta de integração regional solidária.

Tanto através do SIEPE quanto da oferta de minicursos ofertados aos acadêmicos se percebe um encadeamento de atividades que, potencializando esse ambiente multicultural, colocam em prática a IaH ditada por Nilsson (2003) e Beelen (2007). E, assim, vai sendo construído um espaço acadêmico internacional e cosmopolita, onde a dimensão intercultural e internacional passa a compor atividades de ensino e extracurriculares, como ensina Knight (2008).

O depoimento de **C9** alerta a Pesquisadora sobre a importância de compreender as nuances que permeiam a expectativa em torno de uma efetividade nas atividades de colaboração e internacionalização do Centro Universitário de Rivera e do *Campus* Santana do Livramento:

*[...]aquí nos interesa mucho todo lo que implica, **todo lo que pueda, este, dar lugar a ese trabajo colaborativo.** No sé, exactamente, digo, tal vez no tanto en cuanto a internacionalización, depende mucho de como se la considera, pero sin duda es importante que pueda existir un trabajo colaborativo que le sirva a las dos instituciones, sobre todo pensando en términos de enseñanza y investigación y el beneficio que es de traer los estudiantes para quienes la frontera tal vez sea mucho más permeable que para la gente más grande, no. (**C9**)*

C9 conta que há alguns anos, a partir de uma parceria com docentes do Centro Universitário de Rivera e do *Campus* Santana do Livramento, esboçaram uma proposta de licenciatura binacional em Relações Internacionais, porém não foi possível avançar dado a questões internas relacionadas à estrutura acadêmica da Udelar, onde cada faculdade detém a autonomia de aceitar ou não a validação de disciplinas cursadas em outras IES. Ou seja, havia o interesse dos atores locais dessa Fronteira para que a proposta fosse concretizada e havia uma intencionalidade explícita.

Não obstante tal situação, e considerando que as políticas educativas partem de um nível central, **C9** pondera que a via de cooperação na Fronteira Livramento-Rivera, mais especificamente entre o Centro Universitário de Rivera da Udelar e o *Campus* Santana do

Livramento da UNIPAMPA, requer ser fomentada a partir de casos concretos, visto que há mais probabilidade de os sistemas de política universitária reconhecê-los e, por consequência, dar-lhes forma jurídica. Por outro lado, **C5** traz um ponto de vista a ser considerado:

É de conhecimento informal de que já existem ações, todavia pela própria natureza da relação fronteiriça entre Sant'Ana do Livramento e Rivera é que muitas dessas ações, eventualmente, não chegam à formalização e isso impede e nos causa, vamos dizer assim, um atraso no desenvolvimento de determinadas políticas por que o fato de não conhecer não permite dar seguimento. (C5)

Analisando os depoimentos de **C9** e **C5** verifica-se o quão complexa é a realidade desta cooperação. Entende-se razoável que haja um equilíbrio entre a proatividade dos atores, que resultam em ações concretas e são indispensáveis para dar luz à inquietudes e necessidades desta Fronteira, e a participação aos órgãos superiores das universidades, de forma a atuarem na superação de assimetrias e a estimularem a consolidação de políticas institucionais para esse fim.

A partir das percepções de Didriksson (2008), a cruzada que vem sendo protagonizada pelo *Campus* Santana do Livramento e pelo Centro Universitário de Rivera segue as premissas do modelo de cooperação internacional horizontal que, segundo Morosini (2011, p.93) “[...] vem fundamentado na consciência internacional e no fortalecimento da capacidade científica endógena dos parceiros mais fragilizados”.

Por importante, sublinha-se que, a partir de leitura da Ata nº 005/2018, emitida pelo Conselho do *Campus* Santana do Livramento, foi possível verificar a solicitação do empréstimo das dependências do auditório do *Campus* para atividades acadêmicas do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Rivera. Diante de questionamentos, um dos conselheiros do *Campus* declara: “[...] os benefícios para a UNIPAMPA são infinitamente maiores que os custos do empréstimo e que existe uma cobrança do MEC de uma internacionalização das Universidades Federais.” (UNIPAMPA, 2018b, p.4). Essa relação de cooperação solidária já havia se estabelecido em outras oportunidades, segundo **C2**:

El trabajo en conjunto entre el Centro Universitario de Rivera y la UNIPAMPA tiene muchos años. La UNIPAMPA fue tan solidaria que pudimos dar clases nuestras en la UNIPAMPA en el año 2007 o 2008.” (C2)

Em 2019, há o registro de encontro realizado por docentes do *Campus* Santana do Livramento na UNIPAMPA, que teve como tema a área dos Estudos Organizacionais na Fronteira onde pesquisadores do Centro Universitário de Rivera e da Casa Universitária de

Cerro Largo da Udelar, além de pesquisadores de outras instituições brasileiras, compartilharam sua expertise para promover o debate multidisciplinar sobre as problemáticas da região de fronteira.⁵⁹

A verificação quantitativa, buscando apenas e tão somente o número de projetos de cooperação desenvolvidos entre o *Campus* Santana do Livramento e o Centro Universitário de Rivera, não é um dos objetivos deste trabalho uma vez que a parceria, que se mostra fortalecida nos últimos anos, ainda é incipiente no que se refere a números. Por qualitativa que se opera esta pesquisa, a proposta é superar as estatísticas de forma a buscar as percepções dos *stakeholders* acerca da construção de sólidos e reais alicerces para a cooperação solidária e inclusiva nesse eixo.

Identifica-se que a base está sendo cuidadosamente consolidada, especialmente, a partir da preocupação com a segurança jurídica da comunidade acadêmica, de forma a possibilitar uma integração robusta para a promoção de uma educação inovadora.

Além do mais, nota-se que a cooperação que vem sendo construída ultrapassa as questões que envolvem eventos acadêmicos ou de internacionalização do currículo. O empréstimo do prédio do *Campus* Santana do Livramento, para que fossem ministradas algumas aulas do Centro Universitário de Rivera, deflagra e caracteriza o caráter solidário ao qual deve estar intimamente conectada a cooperação ora proposta. Trata-se de unidades universitárias instaladas no interior de seus países, regiões de difícil manutenção e que enfrentam todas as dificuldades inerentes às fronteiras latino-americanas.

Entretanto, para que, de fato, essa cooperação apresente resultados concretos para a construção da internacionalização do *Campus* Santana do Livramento e do Centro Universitário de Rivera muito ainda há que ser estudado e discutido tanto no âmbito institucional de cada IES. Cabe à gestão viabilizar a mobilização docente e, para tanto, os ensinamentos sobre internacionalização integral são essenciais à superação de dificuldades e promoção de sinergias na construção de redes de cooperação para que a internacionalização tenha o potencial de transformação do contexto em que estão inseridas.

4.4 POTENCIALIDADES E ENTRAVES PARA A COOPERAÇÃO

Com vistas a alcançar o segundo objetivo específico, a pesquisa conduz os *stakeholders* à reflexão de forma a identificar os fatores constatados no ambiente interno da UNIPAMPA,

⁵⁹Informações sobre o evento em UNIPAMPA (2019k)

que simbolizem as forças e fraquezas que impactam nessa parceria, bem assim os elementos identificados no ambiente externo, que podem ser somados como oportunidades ou observados como ameaças capazes de influenciar o sucesso do desenvolvimento da cooperação Sul-Sul entre UNIPAMPA (*Campus Santana do Livramento*) e Udelar (Centro Universitário de Rivera).

Assim, objetivando perceber as forças existentes no ambiente interno da UNIPAMPA para alavancar essa cooperação, se busca nas falas dos interlocutores as situações que possam ser entendidas como pontos positivos na consolidação dessa parceria.

Nota-se que a própria natureza e razão de existir da UNIPAMPA é uma força a ser considerada para a construção dessa cooperação.

A essência da UNIPAMPA é o desenvolvimento regional. Penso que os cursos ofertados pelo Campus Livramento tais como: Administração, Economia, RIs e Gestão Pública tem um forte apelo à promoção de oportunidades locais, o que deve servir de impulsionador de parcerias. (C11)

[...] os nossos PPCs, o foco é o reconhecimento da realidade regional, inclusive, esse reconhecimento da realidade regional ele justifica o próprio curso, a própria oferta do curso, ele justifica a própria organização curricular do curso. Então, o foco na região ele atravessa não só projeto institucional, o nosso PDI mas também o PPC dos cursos. (C4)

*Por exemplo, no momento que nós temos uma **diplomação “doble chapa”** nós também **ampliamos** as possibilidades de **ingresso no mercado profissional** dos nossos egressos. (C4)*

Também, são apontados como pontos fortes internos para alavancar essa cooperação:

- ✓ *Campus localizado na Fronteira e a proximidade geográfica; (C1 e C13)*
- ✓ *[...] a alta qualificação docente em razão do número de doutores nessa Unidade; (C6)*
- ✓ *[...] a possibilidade de ações multidisciplinares na área de ciências sociais aplicadas dado a ênfase desta área dos cursos do Campus e os cursos desenvolvidos no CUR; (C6 e C8)*
- ✓ *DAEINTER manter um escritório de apoio no Campus. (C1 e C8)*

Em relação às situações verificadas no ambiente interno da UNIPAMPA que dificultam a cooperação acadêmica com o Centro Universitário de Rivera, a adesão dos docentes em relação ao desenvolvimento de projetos e ações para a cooperação é um dos fatores que sobressaem. Consta-se que os contornos que a permeiam estão diretamente imbricados à comunicação interna na UNIPAMPA e ao convencimento/motivação.

C5 alerta que o convencimento interno também pode ser um dos fatores que podem contribuir para o sucesso desta cooperação:

*[...]a Universidade, enquanto universo múltiplo de atores, nós temos professores que tem uma..., vamos dizer assim, um desejo e uma intenção de **cooperar com regiões** as vezes mais **afastadas geograficamente**, mas que estejam mais sintonizadas com as linhas de pesquisa de cada um, então, em primeiro lugar é a questão do convencimento interno. (C5)*

*O convencimento interno, ele é uma necessidade corrente e constante de todas as instituições sobre a necessidade da internacionalização seja uma Universidade no Rio de Janeiro seja na..., no sul do Brasil ou uma Universidade nos Estados Unidos ou, enfim, em qualquer outra região do globo. Que há um processo[...], que pode ser qualificado o **processo de convencimento interno** buscando ressaltar e fomentar ações em conjunto que **geograficamente podem ser bastante produtivas e bastante menos onerosas**. (C5)*

C1 entende que a comunicação interna da UNIPAMPA também pode contribuir na promoção da cooperação:

*Às vezes falta um canal de **comunicação** pra (sic) ele⁶⁰: “Ah, não sabia que a gente podia fazer um convênio nesse sentido, eu não sabia que a gente podia fazer uma parceria”, [...] mas eu acho que a gestão ela poderia fomentar e facilitar esse diálogo e aí o professor visualizar isso como uma certa facilidade, né: “Ah, então a gente tem essa facilidade de fazer”. (C1)*

Nesse sentido, C12 destaca:

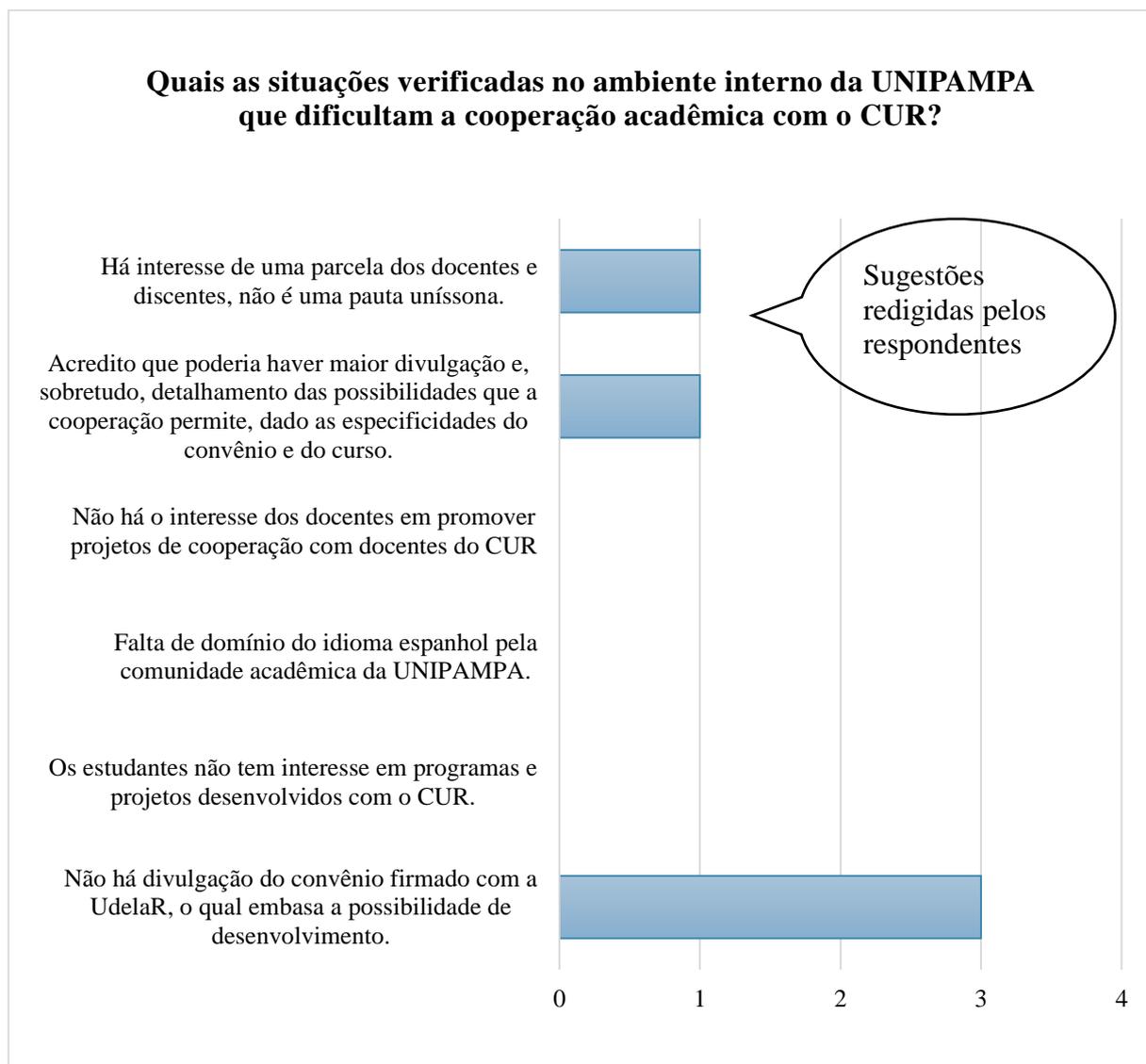
*Acredito que a **sensibilização dos servidores** e o apoio da direção são fatores essenciais para que o acordo de cooperação seja efetivado.*

Nessa direção, 60% (3 dos 5) dos coordenadores de curso do *Campus Santana* do Livramento informam que não é possível afirmar que os docentes do curso sob sua coordenação têm interesse em promover projetos com o Centro Universitário de Rivera. Um dos coordenadores registra que, no âmbito da graduação não saberia afirmar com certeza, porém, na pós-graduação tem ciência sobre o interesse dos docentes. Outro coordenador informa que as sugestões de projetos conjuntos se limitam à mobilidade docente e discente, validação de créditos, projetos de extensão e pesquisa e cursos binacionais.

As respostas dos coordenadores de curso a esse questionamento são transparentes e apresentam-se em sinergia com o discurso dos gestores. O Gráfico 11, abaixo, ilustra a percepção desses sujeitos de pesquisa.

⁶⁰Referindo-se aos docentes do Campus.

Gráfico 11 - Fatores internos que dificultam a cooperação, segundo coordenadores de curso do *Campus* Santana do Livramento



Fonte: Elaborado pela Autora.

Levando-se em conta apenas esta questão e respostas, a pouca representatividade dos docentes do *Campus* Santana do Livramento da UNIPAMPA em atividades de cooperação com a Udelar, por si só, poderia ser justificada apenas pela falta de reconhecimento dos docentes dos cursos sobre a existência do convênio de cooperação.

Entretanto, a institucionalização da internacionalização é complexa, e, é possível observar que, por incipiente, esta é uma pauta que ainda deve ser trabalhada conjuntamente pela alta gestão. Nesse sentido, merecem destaque as contribuições abaixo:

*[...]eu sinto falta [...] de uma resolução institucional de internacionalização. [...]eu acho que nós poderíamos partir do Norte de: bom, temos uma resolução de uma política de internacionalização. [...]nesse momento, tá (sic), nós **precisamos** claramente de duas coisas para que se possa fazer os próximos avanços: é de uma **política clara de internacionalização** e que tem que ter uma **resolução institucional** para isso e, a partir disso, a gente poder trabalhar com mais tranquilidade. (C10)*

*Então, assim, me parece que é necessária uma **maior aproximação**, né. Como a internacionalização é uma área que perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão, uma aproximação **entre quem pensa as políticas de internacionalização**, que na nossa Instituição dá-se via DAEINTER, com as Pró-reitorias que fazem as atividades finalísticas, né. (C4)*

No limiar entre as forças e as fraquezas internas, há que se considerar que tal classificação pode depender da lente que se utiliza, conforme pontua **C7**:

[...] o fato de ela ser nova⁶¹ pode ser vista como uma limitação, mas pode ser vista como uma possibilidade, quem sabe o fato dela ser nova permite ela fazer o novo. (C7)

Verificadas as questões do ambiente interno, passa-se à verificação do que emerge, na percepção do *stakeholders*, no que se refere aos fatores externos à UNIPAMPA. Aqui são identificadas as oportunidades e ameaças que tem potencial para impactar no projeto de cooperação acadêmica.

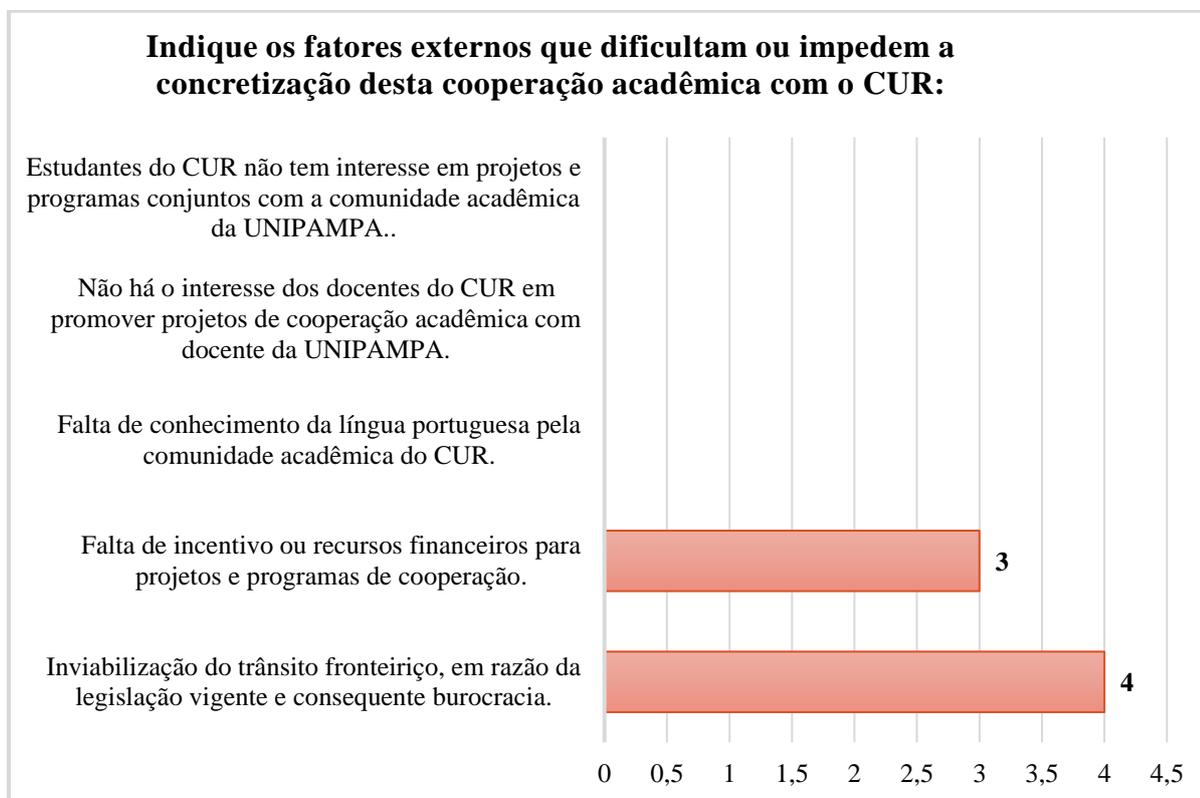
No que se refere à oportunidade, **C6** avalia que pode ser entendida como um fator externo a ser valorizado:

[...]o interesse observado na cooperação com a UNIPAMPA, pelos colegas uruguaios, observada no X SIEPE [...]. (C6)

Já, as dificuldades em levar adiante a cooperação acadêmica em análise podem ser fomentadas por diferentes fatores externos à UNIPAMPA. Os coordenadores de curso foram submetidos a algumas possíveis alternativas, as quais estão dispostas no Gráfico 12.

⁶¹Referindo-se à UNIPAMPA.

Gráfico 12 - Fatores externos que ameaçam a cooperação, segundo coordenadores de curso do *Campus Santana do Livramento*



Fonte: Elaborado pela Autora.

Entre os fatores externos que são relatados como ameaças ou dificuldades, o trânsito fronteiriço de pessoas e bens é a situação recorrente. O trânsito de veículos oficiais para o exterior pode ser analisado como fator interno, do ponto de vista da autorização institucional, porém está diretamente relacionado a fatores externos correlatos à legislação. A fala de **C5** é esclarecedora:

[...] entaves internos, por exemplo, que é o fato do trânsito de veículos que é uma decisão institucional, por enquanto, que é o fato de não..., uma questão bastante simples, de não prever o pagamento do seguro da carta verde que permite um veículo cruzar a fronteira mesmo sendo um veículo oficial da Universidade. E a segunda questão é que, por enquanto, não foi tomada a decisão de ampliar o seguro dos motoristas para que um motorista da Universidade possa ter um seguro também que possa valer para o lado uruguaio, então, embora esteja relacionada com limitação externa na necessidade da carta verde, a Universidade já poderia ter tomado e já existem tratativas internas para que isso possa ser superado, mas ainda não é o caso. Então, são, são, são entaves que que estão associados à natureza pública da Universidade Federal do Pampa. (C5)

Ainda sobre trânsito fronteiriço, a legislação federal sobre o afastamento do país dos servidores públicos federais brasileiros pode ter impacto na motivação docente.

Tal fronteira não é considerada em sua forma geográfica peculiar e, do ponto de vista jurídico, o afastamento para atividades acadêmicas do outro lado da fronteira carecem de um dispositivo institucional que regule claramente como a comunidade acadêmica UNIPAMPA deve proceder nestas situações. De acordo com **C5**, a questão tem sido fortemente trabalhada na pauta da UNIPAMPA e já sinalizam avanços no sentido de buscar a segurança jurídica para que se possa cruzar a Fronteira, pelo menos durante eventos específicos.

C1 relata que tal situação pode acarretar um impacto negativo e frustrar potenciais iniciativas:

[...]isso é um entrave e é uma situação que incomoda muito corpo docente porque eles chegam muitas vezes com um convite e eles já chegam assim: “Ah, eu sei que eu não estou no prazo, mas se não der eu não vou”. [...] (**C1**)

Da mesma forma, a questão dos recursos financeiros pode ser vista como um fator externo capaz de dificultar trabalhos em conjunto. **C5** esclarece que as limitações de acesso a recursos financeiros também se classifica como um fator interno, à medida que é considerada a natureza jurídica da UNIPAMPA e suas implicações na execução orçamentária em conjunto com IES internacionais.

A regulação dos cursos de graduação também surge como dificuldade (fator externo). Segundo **C5** e **C4** a graduação é um estágio bastante controlado e a Universidade tem pouca autonomia sobre a regulamentação.

No limiar entre as oportunidades que podem viabilizar essa cooperação e as ameaças que podem causar embaraços a tal empreitada, há que se considerar os relatos dos parceiros da Udelar, que corroboram que a questão financeira é um entrave a ser superado:

*El tema **presupuestal**, creo que es el tema más complejo para la Universidad de La República, pienso que en Brasil está pasando algo parecido. Este, entonces yo creo que esa es una cuestión en que hay que trabajar.* (**C2**)

*Ha habido trabajos colaborativos, que luego dejaron de existir cuando las personas, este, dejaron de estar aquí, no. Se fueron a otros lugares o se dedicaron a otra cosa. Y la **forma** que eso sea **sustentable** es que haya un respaldo institucional con **fondos** dispuestos para esto. Y que sea en términos de roles, no. O sea, **en papeles que desempeñan las personas y no de la propia persona.*** (**C9**)

*Yo creo que la **voluntad existe**, no hay impedimentos legales para que un investigador o un docente de aquí vaya a Brasil por alguna tarea puntual. [...] Y creo en términos de motivación tampoco. Me parece que la real **dificultad nuestra en este escenario es de talla, tamaño**⁶².* (**C9**)

O Quadro 10 apresenta uma compilação com fatores para essa cooperação.

⁶²Quando o interlocutor fala em “talla, tamaño” refere-se à quantidade de docentes.

Quadro 10 - Fatores influenciadores para a cooperação



As informações destacadas no Quadro 10 deflagram que, na dimensão nacional e internacional, caberá à alta gestão das IES a articulação junto aos órgãos governamentais em prol de superar os empecilhos que surgem em razão da legislação e da burocracia, que desconsideram a peculiaridade desse espaço geográfico.

Na dimensão institucional da UNIPAMPA, verifica-se a importância da implementação de um projeto com vistas à construção de uma internacionalização alinhada aos propósitos explicitados no novo PDI.

Tendo em vista que o número de *stakeholders* é limitado e ilustra uma amostra representativa do universo docente envolvido na cooperação, certamente, os fatores indicados nos ambientes interno e externo não são exaustivos, podendo haver outros não mencionados.

Nesse contexto, emergem sugestões que para a gestão das assimetrias e superação dos desafios:

- ✓ realização de eventos que promovam a interlocução entre os cursos do *Campus* Santana do Livramento e do Centro Universitário de Rivera, com o propósito de avaliar as possibilidades de cooperação e divulgação dos cursos ministrados nas IES;
- ✓ desenvolvimento de um projeto institucional em que os cursos sejam inseridos e que se tenha recurso financeiro disponível;
- ✓ delineamento de regras claras de aproveitamento ou reconhecimento de créditos cursados em uma ou outra Unidade Universitária;
- ✓ levantamento das demandas do Centro Universitário de Rivera para a formação discente, de maneira que os cursos do *Campus* Santana do Livramento possam ofertar seminários e cursos;
- ✓ levantamento da capacidade de oferta dos cursos do *Campus* para atender demanda de formação com o CUR;
- ✓ organização das informações necessárias para que as ações de cooperação possam ser realizadas (uma espécie de *check-list* de itens a serem observados);
- ✓ facilitação do fluxo de veículos oficiais na faixa de fronteira;
- ✓ destinação de recursos para projetos binacionais com a Udelar (graduação e pós-graduação), considerando o fomento de atividades no formato de bolsa ou ajuda de custo para os pesquisadores da UNIPAMPA e da Udelar. A sugestão identificada propõe financiamento via edital específico da DAEINTER.

Feitas as considerações, a seguir, este relatório científico passa a apresentar a percepção acerca dos caminhos a serem percorridos para a efetivação da cooperação e possíveis ações.

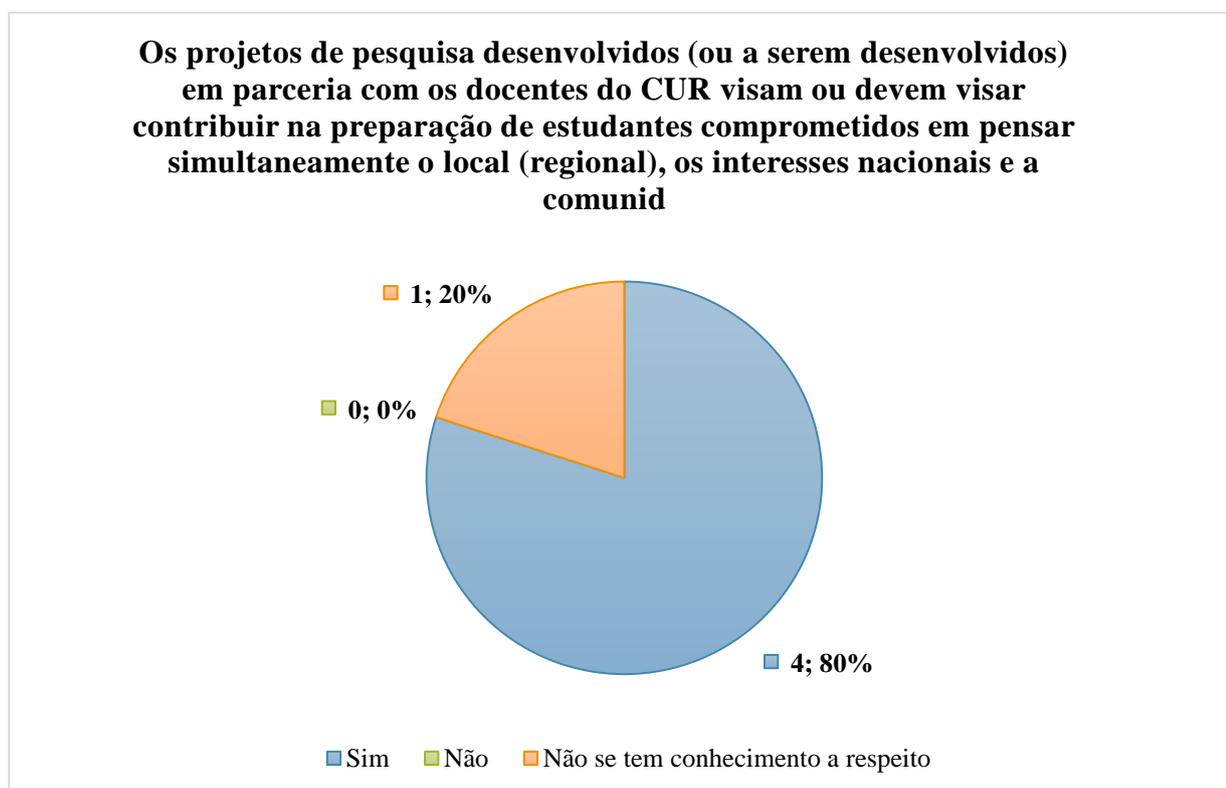
4.4.1 Elementos para desenvolvimento da cooperação UNIPAMPA e Udelar

Neste ponto, buscar-se-á ponderar sobre os elementos que podem tornar a cooperação entre a UNIPAMPA e a Udelar profícua e acessível aos cursos de graduação do *Campus* Santana do Livramento, a partir das particularidades no discurso de cada *stakeholder*. Para tanto, as pontuações foram direcionadas no sentido de contemplar questões de: educação para a cidadania global, IaH, internacionalização do currículo e reconhecimento de créditos.

Inicialmente, empreende-se esforços no sentido compreender como o desenvolvimento de ações podem contribuir para a cooperação Sul-Sul entre o *Campus* Santana do Livramento e Centro Universitário de Rivera. As ponderações dos coordenadores de curso sobre os projetos de pesquisa e extensão são indispensáveis para discutir essa internacionalização.

O Gráfico 13 ilustra a percepção dos coordenadores de cursos quanto aos projetos de pesquisa desenvolvidos (ou a serem desenvolvidos) em parceria com os docentes do CUR, mais especificamente ao fato de contribuição na preparação de estudantes comprometidos em pensar simultaneamente o local (regional), os interesses nacionais e a comunidade global.

Gráfico 13 - Potencialidades para projetos de pesquisa em cooperação com o CUR



Questionados sobre COMO tais projetos podem contribuir na preparação de estudantes comprometidos em pensar simultaneamente o local (regional), os interesses nacionais e a comunidade global, três deles oferecem as seguintes respostas:

*Acredito que os projetos a serem desenvolvidos já nasceriam com uma perspectiva além de regional, global, contribuindo muito com a **visão de mundo dos estudantes**, bem como com ideias novas, antes não vislumbradas pelos locais. (C12)*

*A UNIPAMPA tem **compromisso** com o **desenvolvimento local**, expresso em sua fundação e no seu PDI. Assim, os projetos de pesquisa podem permitir a construção do conhecimento da realidade local, por parte da comunidade acadêmica (docentes, discentes e TAE's). O conhecimento da realidade local, permitiria pensar melhor sobre as especificidades da região e sua integração global. (C6)*

*Ao proporcionar conhecimento e **análise crítica** do local/regional/nacional/internacional se formam **cidadãos aptos e conscientes** de seu papel na sociedade e da sua transformação para melhor. (C8)*

Tais percepções estão perfiladas à discussão proposta pela Unesco (2015) no que diz respeito à educação para a cidadania global, como uma das formas de fortalecimento das democracias representativas no mundo e dos princípios de liberdade e igualdade.

Diferentes variantes incidem sobre a concepção do conceito de cidadania global, visto que depende da lente utilizada para desvelar o fenômeno da globalização. Entre algumas premissas para promover esse postulado pode-se citar: o foco em questões globais e valores universais como justiça, igualdade, dignidade e respeito; a promoção da identidade coletiva que transcenda diferenças individuais culturais, religiosas e étnicas; o estímulo ao pensamento crítico considerando as diferentes dimensões das questões discutidas; a atenção à colaboração responsável para a resolução pacífica de conflitos, tendo como base a empatia, a interação com pessoas de diferentes experiências, origens, culturas (UNESCO, 2015; LÁZARO et al., 2018). Nesse sentido, Torres (2016, p.102) entende “ [...] ciudadanía global como una comprensión de conexiones y lazos globales y un compromiso respecto del bien colectivo.”

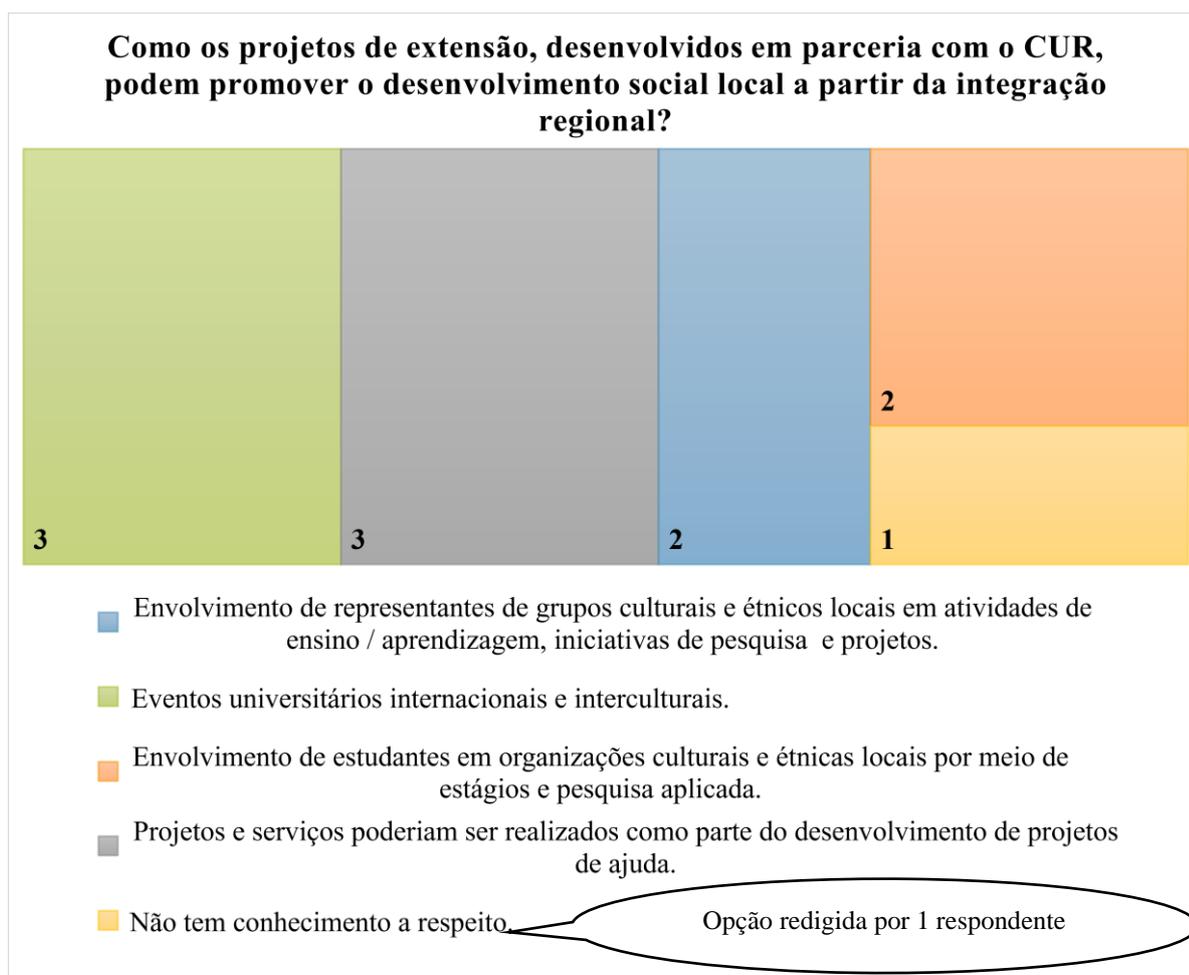
Embasando-se neste ponto de vista, entende-se que a cooperação fronteiriça aqui discutida tem potencial para a promoção da educação para a cidadania global, impactando no desenvolvimento regional pontuado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA.

Para a avaliação da potencialidade dos projetos de extensão, os Coordenadores de Curso foram questionados se os projetos desenvolvidos (ou a serem desenvolvidos) pelo Curso, sob

sua coordenação, e/ou pelos docentes do curso e os docentes do CUR, deveriam permear questões que pensem e promovam o desenvolvimento social local a partir da integração regional solidária. Novamente, 80% (4) dos Coordenadores de Curso informaram SIM e 20% (o que equivale a 1) informou que não tem conhecimento a respeito.

Partiu-se, então, para compreender COMO os projetos de extensão, desenvolvidos em parceria com o CUR, podem promover o desenvolvimento social local a partir da integração regional. Nesse sentido, foram disponibilizadas alternativas no instrumento de pesquisa. Para esta questão foi permitida a marcação de quantas alternativas entendessem pertinente. Ademais, foi permitida a inserção de outras sugestões, as quais não emergiram. O Gráfico 14, ilustra a percepção desses *stakeholders*:

Gráfico 14 - Potencialidades para projetos de extensão em cooperação com o CUR

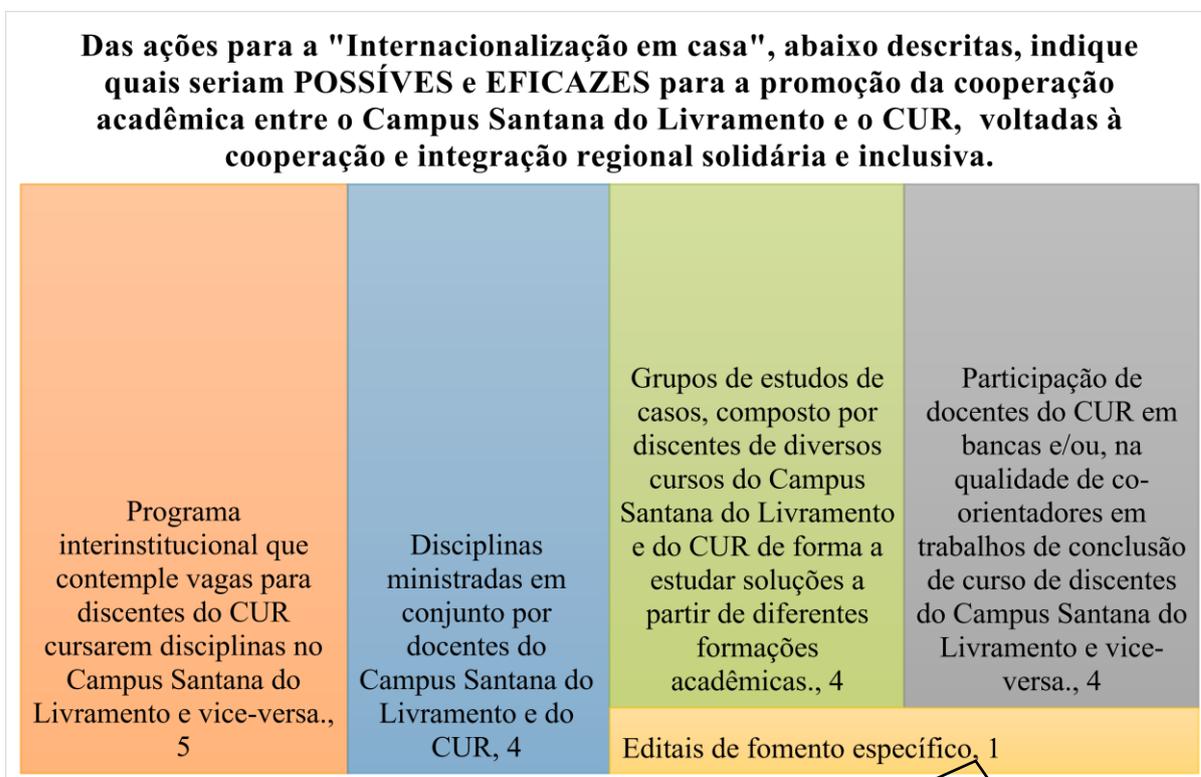


Fonte: Elaborado pela Autora.

Destaca-se, neste questionamento, a inserção da possibilidade de se trabalhar esta cooperação a partir da perspectiva da *Ecologia de Saberes*. Trata-se de uma forma de extensão que visa promover o diálogo entre o conhecimento produzido na universidade, de maneira científica, e o saber oriundo da sociedade (aqui entendido como saberes urbanos, étnicos, tribais, entre outros) (SANTOS, 2011). O envolvimento de representantes de grupos culturais e étnicos locais em atividades de ensino e iniciativas de pesquisa pode ser uma possibilidade de construção de um projeto de extensão. Assim, em uma via de mão dupla, tanto representantes das IES como da sociedade podem fortalecer este um espaço educacional híbrido com atenção às questões regionais.

A “Internacionalização em casa”, é entendida como um dos mecanismos de promoção da internacionalização onde os esforços concentram-se em ações que possam estar ao alcance de toda a comunidade acadêmica, e não apenas de poucos que são beneficiados com uma mobilidade no exterior. O Gráfico 15 explora as melhores práticas de IaH, segundo a percepção dos coordenadores de curso.

Gráfico 15: Ações possíveis e eficazes para a IaH



Fonte: Elaborado pela Autora.

Opção sugerida por 1 respondente

Examinando as respostas, nota-se que todas as opções foram recepcionadas, sendo que todos os profissionais acordam em um ponto: *um programa interinstitucional que contemple vagas para discentes do CUR cursarem disciplinas no Campus Santana do Livramento e vice-versa seria uma ferramenta possível e eficaz.*

Em relação a essa proposição vale destacar que a mobilidade pode ser entendida como ferramentas de IaH. Avaliada a partir da realidade que permeia a relação de cooperação entre o *Campus Santana do Livramento* e o Centro Universitário de Rivera e do fator “proximidade geográfica”, a mobilidade aqui realçada difere das demais à medida que não há a necessidade de um deslocamento dos estudantes de forma a se retirarem do seu cotidiano. Essa experiência pode ser desenhada de maneira que o acadêmico curse apenas algumas disciplinas de seu interesse no *Campus Santana do Livramento* sem se desvincular da sua rotina universitária no CUR e vice-versa, diversificando sua formação.

Por possíveis e eficazes, conforme a concordância da maioria dos coordenadores de curso, as ações enumeradas no Gráfico 15 podem compor um programa planejado para resultar benefícios reais para os dois lados da relação de cooperação.

Estudantes de dois países interagindo para pensar soluções para problemas inerentes a ambos, para desenvolver ideias inovadoras e criativas para questões de interesse mútuo, são alguns dos resultados possíveis em prol de uma educação para a cidadania global nos termos do que concebe a Unesco. Entre outros formatos de internacionalização, essa cooperação tem o potencial de despertar um novo horizonte para os acadêmicos inseridos nesse contexto, da mesma maneira que Nilsson (2003) relata que conseguiu capitalizar em sua experiência de IaH na Malmö University.

O currículo internacionalizado, em contrapartida, oferece conhecimentos e habilidades internacionais e interculturais, visando preparar os alunos para o desempenho profissional, social e emocional em um ambiente global. Vistas sob o ângulo da internacionalização do currículo, algumas práticas de IaH podem ser classificadas como um mecanismo para a internacionalização do currículo informal.

No que concerne à internacionalização do currículo, os *stakeholders* da UNIPAMPA concordam que esse pode ser esse um mecanismo eficaz para fortalecer a cooperação acadêmica com o Centro Universitário de Rivera. A seguir, se apresenta algumas ponderações e perspectivas sobre como implementá-la:

*Um currículo de Curso deve focar na aquisição de conhecimentos e habilidades. Em tal sentido a construção de um quadro de disciplinas de formação deve contemplar o tratamento de problemas desde uma perspectiva global e regional no caso de Santana do Livramento. [...] Mas além disso, o PPC deve priorizar uma política de pesquisa e extensão que **privilegie** o tratamento de **temáticas próprias da fronteira**. (C11)*

Sim, desde que exista um projeto interinstitucional. (C13)

*Acredito que sim, dentre as sugestões posso citar o aproveitamento de disciplinas cursadas no CUR no nosso curso, realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão. **Orientação** de trabalhos de conclusão de curso, participação dos docentes em bancas. (C12)*

*A internacionalização do currículo pode ser interessante em algumas disciplinas. [...] A sugestão seria a existência de um **mapeamento das disciplinas do curso** que oferecem maior possibilidade de internacionalização; contato com a coordenação do curso para expor as possibilidades de cooperação com cursos específicos (ou disciplinas) do CUR; e **apoio técnico** para solução de problemas burocráticos que possam haver (deslocamento, computo das horas ministradas por professores do CUR, etc.). (C6)*

*“A internacionalização do currículo é fundamental para a cooperação com a Udelar. Deve-se levar em conta os **aspectos formadores gerais (e mais específicos também)** que possam facilitar essas trocas.” (C8)*

Então, os currículos são bastante fechados, a própria interdisciplinaridade entre Campus já é bastante difícil e não é algo fácil de ser trabalhado frente à quantidade de regulação específica que existe para os cursos de graduação então é, inevitavelmente, é muito muito difícil vislumbrar uma internacionalização de currículo em uma instituição pública federal mas nada impede iniciar tratativas de forma, a passos que nem que sejam de formiguinha para buscar essa, essa internacionalização. (C5)

Em relação ao Centro Universitário de Rivera, é válido registrar que também foi mencionada a dificuldade de flexibilizar os currículos de acordo com a região onde os cursos são ministrados, em razão de que, normalmente, as estruturas curriculares são desenhadas a nível central. Ao discutir essa temática, as falas transcendem para a ideia de um curso binacional, mas há pontuações acerca da difícil travessia em busca dessa evolução:

*[...]existe um processo de regulação dos cursos de graduação. E a **legislação nacional**, ela tem dificuldades de reconhecer cursos que tenham essa perspectiva binacional, **não existe essa perspectiva binacional**. (C4)*

*De toda manera creo que habría de **avanzar** hacia la creación de **careras**, por lo menos **binacionales**. (C9)*

*Si, yo creo que tenemos, **tendríamos que trabajar en alguna carrera binacional.** [...]Un curso binacional creo que sería algo interesante. **No es fácil de organizar** porque se necesitan acreditaciones del Ministerio de Cultura de Brasilia y las acreditaciones de la Universidad de La República, no del Ministerio. La universidad es autónoma en Uruguay de tal forma que puede decidir sobre lo que hace. No es necesario ir al Parlamento ni nada, la universidad lo decide, tiene su autonomía. [...] Pero de toda a forma me parece que **tenemos que trabajar en eso.** (C2)*

Notadamente, a construção de um curso binacional demanda uma equipe afinada para o desenho de um projeto pedagógico conjunto, estruturas físicas adequadas, regulamentação, recursos financeiros e empenho institucional de ambas as IES.

Diante deste fato e, objetivando atingir as metas desta pesquisa, entendeu-se prudente superar esta questão e direcionar o estudo no sentido de verificar o ponto de vista acerca da viabilidade de reconhecimento de créditos. A criação de um programa que permita o aproveitamento automático de créditos cursados nas IES parceiras pode ser entendida como uma ação preparatória para metas binacionais, mais audaciosas e inovadoras.

A possibilidade de **criação de um sistema de reconhecimento de créditos que atenda às necessidades de cooperação acadêmica entre o Campus Santana do Livramento e o Centro Universitário de Rivera encontra sinergia nos discursos dos stakeholders.** Entende-se que essa via diversifica o conhecimento científico e cultural do estudante, a partir da experiência de aprendizagem com os métodos de uma IES internacional. Ademais, no caso em estudo, a presença dos estudantes internacionais em sala de aula na UNIPAMPA pode ter o potencial para provocar um movimento pedagógico fronteiriço e binacional em busca de novos formatos de ensino, considerando a interculturalidade e internacionalização da população discente. Nesse sentido, as declarações são auspiciosas:

Então, essa questão aí é bastante pertinente tu ter colocado e é uma reivindicação que já foi tratada com as instituições com a UTEC e a Udelar, o [...] ⁶³ já teve um diálogo com eles, é justamente porque nós tivemos a procura de uruguaios querendo fazer cursos e disciplinas aqui no nosso Campus para poder depois aproveitá-las nas instituições uruguaias. Da mesma forma, a gente quer possibilitar isso, né, que o aluno da UNIPAMPA possa fazer créditos nos cursos ali ofertados. (C1)

*[...]no nosso ponto de vista bastante **simples** de fazer. A questão é compatibilidade da área de afinidade, da área afim, das disciplinas que o acadêmico vai realizar, a questão da(sic) ementa ter compatibilidade e questão de carga horária, tá. Eu não vejo como isso um certo entrave ou dificuldade da(sic) gente poder compatibilizar e aproveitar esses créditos tanto sendo feitos no Uruguai quanto no Brasil possam ser aproveitados. (C1)*

⁶³A fim de preservar o interlocutor, ocultou-se o nome citado.

Y yo creo que sería interesante también convenir que los créditos de una o de la otra institución serán aceptados por la otra institución. ¿Ya la Universidad podría decir, bueno cuales son las asignaturas que tiene la UNIPAMPA? ¡Estas! Y un estudiante quisiera hacer esto la universidad reconoce 3 créditos o 5. (C2)

Eu não posso falar, por que eu estaria sendo leviano sobre se é fácil ou se é difícil, mas tem que se fazer um grupo de trabalho e um estudo sério com vistas a chegar a esse objetivo. [...] se tu vai (sic) interpretar ele com vistas a impedir que algo aconteça, tu já tende (sic) a ter uma compreensão da norma. Se tu vais buscar interpretação que possibilita tu vais ter uma outra compreensão que é possível e que é lícita e que não tem problema nenhum, mas precisa ter vontade política para isso. (C7)

El sistema de créditos no es un impedimento. (C9)

Tanto a possibilidade de reconhecimento dos créditos cursados nas IES parceiras, quanto a futura criação de um curso binacional, remetem à internacionalização do currículo formal. As sugestões para desenvolver um sistema de reconhecimento de créditos para essa cooperação sinalizam:

*[...] um sistema **simples** de equivalências de horas-aula e créditos, conteúdos e carga-horária que cada curso pode especificar (Pró-reitorias estabelecem a normativa básica e repassam aos cursos para especificação). (C8)*

O reconhecimento também deveria contemplar atividades complementares de graduação, atividades de extensão, pesquisa e também estágios. (C6)

C4 evoca a norma institucional para pontuar que o reconhecimento de créditos é previsto na IES:

*Isso existe até legislação, então o procedimento está institucionalizado, talvez nós tenhamos que ter uma política que fomente. [...] **Isso tudo já existe na nossa legislação**, mas o que me passa é que nós não temos ainda uma política que incite esse tipo de ação. Claro que aí tem que ver a questão do seguro de vida, convênios, né. Mas tu entendes, do ponto de vista da legislação institucional tudo isso pode. O que **falta é uma política ostensiva, né, para viabilizar** isso porque hoje a nossa legislação não tem nenhum destes impedimentos. (C4)*

Do discurso de **C5**, depreende-se que é necessário avançar nesta questão e estabelecer um formato que alcance o interesse da comunidade acadêmica envolvida:

*[...]regras de aproveitamento elas, elas, **hoje elas ficam...** embora existam regramento ainda dependem muito da **conveniência e oportunidade do coordenador de curso em reconhecer. Então não há uma segurança jurídica prévia** aos alunos que saem em mobilidade para buscar esse, esse reconhecimento automático e, eventualmente, **eles podem entender como um período perdido** dentro do seu histórico de vida, da formação, por não poder aproveitar no currículo da Universidade.” (C5)*

As estratégias a serem adotadas pela UNIPAMPA, para fomentar o acordo de cooperação firmado com a Udelar, necessitam resultar da composição das ações das Pró-reitorias de Graduação, de Pesquisa e de Extensão harmonizadas e orientadas pelo PDI. Este importante documento, que norteia as ações institucionais, deve ser complementado por esforços específicos de cada área do conhecimento, de forma a atingir seus objetivos e metas. Cada unidade universitária de estar comprometida a promover ações, com vistas à integração solidária e inclusiva na região. Para a construção de uma UNIPAMPA internacionalizada é imperioso que a alta gestão se debruce sobre os preceitos da CI (internacionalização integral) e atue fortemente na união da comunidade acadêmica em prol desse processo como meio para atingir uma educação de qualidade.

Este capítulo trouxe um apanhado sobre a coleta de dados que compõe o estudo proposto, qual seja analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera). Para tanto, foram envidados esforços no sentido de resgatar informações que sinalizassem os projetos acadêmicos e as ações em curso e as já desenvolvidas entre as IES e de identificar os fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento da cooperação em pauta. Por fim, procurou-se, a partir da perspectiva dos *stakeholders*, as percepções sobre possíveis ferramentas que possam ser utilizadas para consolidar a cooperação acadêmica com vistas à integração regional solidária e inclusiva.

Após a construção e a interpretação dos dados, apoiada nos marcos regulatórios e nas concepções teóricas que sedimentaram as perspectivas em torno da cooperação solidária e inclusiva como uma ferramenta para consolidação da internacionalização da ES, **verificou-se que há espaço para a concepção de um programa voltado ao fortalecimento desta cooperação.** No capítulo seguinte se consolida a proposição de um produto educacional.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A necessidade emergente de uma coligação dos países do Sul global, com o escopo de redimensionar as relações em prol de materializar uma integração voltada para o desenvolvimento dessas nações, está ditada em diferentes documentos emitidos por organismos internacionais e Estados. Porém, a superação das assimetrias vai além de documentos impressos. Em se tratando de cooperação acadêmica, caberá aos atores que circulam no cenário universitário desenvolver atividades que estimulem um novo formato de educação com vistas a empreender, incluindo a perspectiva de que na ES a excelência pode ser desenvolvida em outros espaços que não apenas em parcerias com os países do Norte global e que, convém, seja pautada pela solidariedade. Sob essa lente se baseia a recomendação do produto educacional, fruto desta pesquisa.

5.1 INTRODUÇÃO AO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto, ora abordado, trata-se da aderência com uma pesquisa aplicada em âmbito de Mestrado Profissional do PPPG/UFSM, modalidade que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional conforme ditado pela CAPES. Dessa forma, orientou-se a interpretação dos dados a partir de teóricos renomados em suas áreas do conhecimento e com vistas a subsidiar a construção de um produto educacional que reflita o entrecruzamento teórico-prático-reflexivo no âmbito da atuação profissional na Educação Superior.

Segundo Flick (2009) a qualidade da pesquisa qualitativa em gestão pode ser verificada a partir da análise da contribuição dos resultados. Nesta direção, buscou-se agregar esforços no fortalecimento do acordo de cooperação entre UNIPAMPA e Udelar, de forma a incentivar a exploração das diversas possibilidades para uma integração regional solidária e inclusiva através do *Campus* Santana do Livramento e do Centro Universitário de Rivera e possíveis ações de internacionalização.

Discorrendo sobre a importância da organização institucional para a inserção da internacionalização como um desafio da UNIPAMPA, C10 enfatiza que o que faz a diferença é a ação:

[...] nós não estamos fazendo com que a máquina seja descoberta agora. A máquina, ela já foi descoberta, é só a gente adequar para a nossa realidade da UNIPAMPA. (C10)

Certamente, o produto educacional a seguir apresentado não é o mais completo e nem o ideal e, por suposto, não é com esse propósito que se faz a seguinte recomendação. O objetivo de idealizar um produto é dar significado aos conceitos absorvidos partindo para a ação, de acordo com Hudzik (2011a).

O desafio nessa complexa travessia de sedimentação da internacionalização integral, compreensiva ou abrangente é propor ao *staff*, protagonista dessa cooperação, que se unam e pensem um projeto audacioso, com objetivos pontuais e reais, de forma a capitalizar a excelência acadêmica do corpo docente em prol de executar seus mandamentos legais.

5.2 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Ao refletir sobre os dados construídos durante a pesquisa, que teve como objetivo geral “analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (*Campus Santana do Livramento*) e Udelar (*Centro Universitário de Rivera*), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva”, percebeu-se, especialmente, a partir da problemática: “*Como ocorre a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), e quais contribuições possíveis para a concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva?*”, que há um movimento de atores acadêmicos para esse fim.

A implementação de ações efetivas e concretas para avançar na consolidação de uma parceria que resulte em benefícios mútuos, e com reflexo na sociedade em que estão inseridas, conta com atividades que estão estruturando passos mais expressivos, especialmente, através da realização conjunta do SIEPE e da aproximação alguns professores para ações pontuais.

Assim sendo, ao analisar as informações obtidas junto aos colaboradores desta pesquisa, e confrontá-las com a farta teoria e aspectos das políticas públicas, entendeu-se prudente recomendar a institucionalização de um programa de longo prazo construído a partir das etapas a seguir registradas.

Na primeira etapa priorizou-se estimar a consciência dos sujeitos de pesquisa sobre a cooperação em destaque e o seu potencial para fomentar ações de internacionalização. Desse momento, foi possível extrair a constatação de que, embora haja um consenso sobre a importância da cooperação, seria elementar que o corpo docente recebesse capacitação e

estímulo para compreender as nuances que envolvem a internacionalização da ES e o potencial de tal cooperação para tanto.

Na segunda etapa, buscou-se verificar quais ferramentas poderiam articular um mecanismo para o desenvolvimento dessa cooperação de maneira solidária e equitativa com vistas a incrementar o processo de internacionalização das IES. Depreendeu-se da avaliação dos pares que o fomento à mobilidade estudantil, adaptada ao contexto fronteiriço e com um caráter diferenciado do que, normalmente, é praticado, é viável. Entretanto, há que se ter atenção para que seja um projeto institucionalizado e com a segurança de reconhecimento de créditos cursados, de forma a tornar a proposta atrativa.

Na terceira etapa, aproximou-se a investigação à perspectiva das redes como indutor da concretização dessa cooperação. Buscou-se nos dados a percepção e interesse dos sujeitos de pesquisa para levar a cabo essa aproximação. Da mesma forma, os colaboradores sinalizaram que a aproximação dos docentes para reconhecimento de sinergias em suas linhas de estudo é factível.

Ademais do trabalho de campo, o fundamento para construção de um produto educacional levou em consideração o significativo quadro normativo já pormenorizado nos capítulos anteriores e constituído, entre outros documentos, pelos ditames: da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Declaração da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) 2018, do Plano de Ação da CRES 2018, do Plano Nacional de Educação do Brasil (2014-2024), da Lei Geral de Educação do Uruguai, do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA (2019-2023), do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidad de la República (2015-2019) e o Convênio Marco para Cooperação Internacional, firmado em 2011 entre a UNIPAMPA e a Udelar.

Assim sendo, a proposta constitui-se em bases para um *Programa de Cooperação Acadêmica Internacional* que fomente a internacionalização da Educação Superior, sempre tendo em seu horizonte a responsabilidade social da universidade, com impacto na sociedade fronteiriça binacional.

5.3 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional, disponibilizado no APÊNDICE E, se apresenta sob a forma recomendação à UNIPAMPA, *Campus Santana do Livramento*, visto que a Pesquisadora não tem ingerência sobre a decisão dos encaminhamentos para a consolidação da cooperação e

ações para a internacionalização que possam ser conduzidos pelas IES. Vale lembrar e sublinhar que a ideia original da investigação é observar a UNIPAMPA, entretanto, como se trata de cooperação acadêmica constatou-se que a participação de uma amostra de sujeitos de pesquisa provenientes da Udelar era basilar para a observação do contexto em que se insere a proposta de cooperação.

Trata-se, portanto, de uma *Minuta onde se propõe Bases para um Programa de Cooperação Acadêmica Internacional*. O nome sugerido para referido programa é **‘FRONTEIRA 2030’**, em alusão à Agenda 2030 da Unesco e aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dar forma a uma cooperação acadêmica, que resulte em ferramentas para a internacionalização da ES, requer comprometimento, metas e, principalmente, uma razão substancial para que se estabeleça institucionalmente, para além de interesses individuais que podem esvaziar-se com o tempo. Tal nomenclatura traz em seu bojo a reflexão sobre os esforços necessários para alcançar as metas propostas até o ano de 2030 nesta fronteira binacional, denominada como “Fronteira da Paz”.

A proposta almeja que, ao longo dos próximos 10 anos, possam ser desenhados projetos que, ainda que indiretamente, promovam avanços na sociedade fronteiriça. Que docentes e alunos universitários, através da mobilidade e das redes de cooperação, possam alavancar um projeto inovador para a ES conectando o local ao regional e ao global.

Assim, o objetivo geral está relacionado a fomentar a Educação Superior de qualidade e inclusiva, com vistas à construção de um espaço internacional de integração solidária e regional comprometida com o desenvolvimento da fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera, através de uma agenda compartilhada e voltada para modelos inovativos de produção do conhecimento local, regional e global.

Que tenha em sua visão de futuro a prioridade para a conformação de uma robusta parceria, atuando em prol de construir uma via de mão dupla na produção compartilhada do conhecimento, com projetos sólidos que apresentem resultados concretos. Que a fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera se torne referência regional na oferta de Educação Superior internacionalizada, conferindo educação gratuita, de qualidade, inclusiva e equitativa, bem como comprometida com a responsabilidade social. E que, em um horizonte digno, se possa vislumbrar o engajamento da comunidade acadêmica em busca de alcançar os 17 objetivos propostos pela Agenda 2030, com impacto na sociedade fronteiriça.

Que seja conduzido pelo apoio mútuo, pelo empenho no estabelecimento de Redes de pesquisa e cooperação técnica, na produção compartilhada do conhecimento, no

compartilhamento de saberes e experiências e no impacto nas políticas educacionais na fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera-.

Tendo no horizonte a clareza das limitações deflagradas na pesquisa ora apresentada, parte-se de sugestões de diretrizes para ações que sejam viáveis e possíveis dentro do contexto complexo desse espaço geográfico. Em sinergia com essa realidade, são propostas linhas de ação que permeiam a internacionalização do currículo e a internacionalização em casa, a internacionalização abrangente, as redes de cooperação e a definição de uma agenda de sensibilização e sinergia da sociedade fronteiriça para a Educação Superior.

Não obstante se proponha e indique ações específicas para atingir cada objetivo específico, é necessário que, em sendo aceita a proposta do *Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030”*, seja definido pelos pares o planejamento, a formulação e implementação de estratégias, a execução, o monitoramento dos projetos, a avaliação e a revisão do programa deverão ser definidos

A partir de tais premissas foi idealizado o ‘FRONTEIRA 2030’, uma proposta para a ES que prioriza fortalecer as relações educativas na Fronteira da Paz e a viabilização de mecanismos para processos inovativos de internacionalização da Educação Superior, impactando na construção de uma sociedade inovadora para enfrentar os desafios do contexto global em que está inserida, sem perder de vista o caráter solidário e humanista. Ademais, entre outros resultados esperados, almeja viabilizar a sinergia entre as Unidades Universitárias e a comunidade local, de forma a socializar e difundir o conhecimento ali produzido e, em contrapartida, receber contribuições a partir de experiências da vida cotidiana e considerá-las para a reflexão e aperfeiçoamento de teorias.

Por fim, vale sublinhar que se busca uma cooperação sólida e de longa duração com impacto na formação acadêmica dos discentes. Que, as Unidades Universidades, através da comunidade acadêmica, possam colaborar para a construção de uma cidadania fronteiriça atenta e inserida no contexto global sem perder de vista o local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final apresenta um apanhado sobre a composição desta investigação, as considerações conclusivas sobre o cumprimento dos objetivos, as limitações encontradas e as sugestões de estudos futuros.

Como não podia ser diferente, e, dado que a formação de graduação da Pesquisadora falou mais alto quando da constituição dessa investigação, a delimitação das leituras iniciais priorizou desvelar os ordenamentos que impactam nos encaminhamentos da Educação Superior na América Latina.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em 1948, registrou a importância de uma educação com viés humanista, e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que, em 1966, reconheceu a importância da cooperação internacional para a plena eficácia dos direitos e pronunciou a equidade no acesso à ES, são marcos internacionais que balizam diferentes movimentos em prol da defesa da Educação Superior como bem público.

Em termos de legislação, o Brasil tem buscado o alinhamento aos preceitos anunciados neste estudo. A Constituição de 1988 determina que todos temos direito à educação e que cabe ao Estado assegurá-la. A LDB, de 1996, propaga a ideia de que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. O PDE, de 2007, pretendeu apresentar políticas para combater os grandes problemas da educação brasileira. No que diz respeito à internacionalização da ES, o PNE para o interstício 2014/2024 fomenta a mobilidade como meio de enriquecer a formação superior, sublinha a necessidade de aperfeiçoamento do SINAES e propõe a consolidação de programas, projetos e ações que incentivem a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Ocorre que, no Brasil, a letra pura da lei se depara com estruturas políticas corrompidas de maneira endêmica, situação que inviabiliza a consolidação de políticas públicas que atendam tais preceitos. A fotografia da educação pública nacional mostra a situação agonizante das etapas da educação básica, em especial ensino fundamental e ensino médio. A universidade pública, entretanto, teve um sopro de vida nas últimas duas décadas, mas o que aponta no limiar é o seu desvanecimento.

Ao que parece, as soluções para problemas estruturais da educação não encontram respaldo nos governantes nacionais que, notadamente, vão admitindo a perspectiva do projeto neoliberal liderado por organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE. Ali, a oferta transfronteiriça, especialmente, ao abrigo da tecnologia da informação, tem entre seus propósitos o enfraquecimento da figura docente e sua liberdade acadêmica.

Para além do capitalismo que, inequivocamente, rege as relações sociais e da perspectiva de que a excelência acadêmica reside no Norte global, este estudo buscou apoiar-se nas linhas que têm sido pontuadas pela Unesco em suas Conferências Regionais e Mundiais de ES, qual seja conferir a esta o tratamento de bem público e que a cooperação entre as nações seja solidária, inclusiva e equitativa, com respeito à construção coletiva de uma democracia que reduza as diferenças entre os povos. A partir da lente da internacionalização da ES e da cooperação acadêmica parte-se para examinar o desafio dos países periféricos e semiperiféricos na consolidação da CSS, baseada no benefício, apoio e respeito mútuos.

Confrontando os tratamentos propostos pelos organismos internacionais para os encaminhamentos da ES e, não menos importante, observando o contexto em que está inserida a Pesquisadora, a problemática de pesquisa emergiu naturalmente e se cingiu a averiguar *Como ocorre a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), e quais contribuições possíveis para a concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva*. A análise dessa cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, constituiu o objetivo geral e projetou apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva entre estas duas IES num espaço regional e multicultural de fronteira binacional.

De forma a estar munida de informações para proceder à estruturação dos instrumentos de coleta de dados, foi necessário proceder a pesquisas bibliográficas e documentais, em que foram analisados dados censitários e vasculhados sites institucionais, entre outros materiais. Para certificar-se de que havia espaço para desenvolver a pesquisa e aproximar-se das questões que devem ser observadas quando se trata da internacionalização da ES e de cooperação internacional, buscou-se na pesquisa do estado conhecimento importantes referentes bibliográficos. Essa etapa, aliada à leitura dos marcos educacionais, trouxe a clareza para o direcionamento da revisão da literatura.

Para além de ser um tema de gestão universitária, a internacionalização da ES e a cooperação solidária trazem em sua gênese questões que pedem a aproximação às Ciências Sociais, à Economia, à Política Externa e à Sociologia, entre outras importantes áreas. Para adentrar no universo da epistemologia dominante nos povos do Sul global e compreender do que se trata a colonialidade do poder e seu reflexo na educação, priorizou-se a imersão nas obras de Santos (2011), Santos; Meneses (2010), Grosfoguel (2010) e Quijano (2010). Também, autores latino-americanos como Morosini (2014), Dias (2015) e Didriksson (2008) foram referência ao se estudar as implicações da cooperação horizontal e tradicional, as redes de

cooperação e a tão discutida interferência dos organismos internacionais nos critérios e definição da qualidade na ES. Ao se trazer à baila uma cooperação internacional, ainda que o estudo proposto seja claro no sentido de que se envidou esforços em analisar a partir da parceira brasileira, foi indispensável reconhecer o Uruguai e seu Sistema de ES, bem assim as particularidades do espaço fronteiriço e, para tanto, priorizou-se Bizzozero et al. (2018), Martinez Larrechea e Chiancone (2019), Mazzei (2013) e Viera-Duarte (2018), teóricos uruguaios que se dedicam a investigar temas educacionais, a internacionalização da ES e assuntos correlatos. O texto dedicado aos conceitos, à cultura organizativa, à gestão, às tensões e outros enigmas da internacionalização contou com lições de autores do Norte global a exemplo de Knight (2014) e De Wit (2018) e do Sul global como: Gacel-Ávila (2018); Morosini et al. (2016); Lamarra e Albornoz (2014). Outros tantos teóricos, igualmente importantes, contribuíram para o florescimento da pesquisa.

Amparado nessas fontes, o trabalho de campo foi delineado de forma a responder aos objetivos específicos e a interpretação dos dados foi conduzida sob a técnica de análise de conteúdo.

Esse percurso iniciou-se com pesquisas em documentos institucionais e questionamentos aos *stakeholders*, como meta para atingir o primeiro objetivo específico. Contemplou-se, então, as percepções sobre a internacionalização da educação superior e a cooperação Sul-Sul com vistas à integração regional e solidária, a efetividade do convênio para o *Campus* Santana do Livramento e o reconhecimento de projetos acadêmicos e as ações, amparados no convênio de cooperação, desenvolvidos entre a UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera). Foram destaque as organizações das IX e X edições do SIEPE, o qual mostraram-se uma tentativa de inserir a dimensão intercultural e internacional na atividade. Ainda, foi identificado que projetos de ensino foram materializados através de palestras/seminários/workshops/oficinas oferecidos no Centro Universitário de Rivera por docentes da UNIPAMPA e, também, a presença de pesquisadores do Centro Universitário de Rivera em evento organizado por cursos do *Campus* Santana do Livramento.

Ademais, se registrou que alguns profissionais encontraram sinergia para a construção de uma cooperação no âmbito de pós-graduação, a qual vem encontrando respaldo institucional. Porém, vale destacar que o estudo se propôs a investigar a cooperação no âmbito da graduação presencial, em razão de que a internacionalização, comumente, é priorizada na pós-graduação. Entretanto, verificou-se que os respondentes, de uma maneira geral, entendem ser mais fácil levar adiante a cooperação no âmbito da pós-graduação. Ocorre que, se iniciar e concluir uma graduação já é uma tarefa árdua no Brasil e no Uruguai, a pós-graduação é um horizonte ainda

mais distante para os estudantes que buscam na graduação o caminho para melhores condições de vida e acesso a trabalho qualificado. De qualquer forma, se essa cooperação for fortalecida na pós-graduação nada impede que cause impacto na graduação, se gerida com esse fim.

Anote-se que as relações parecem ter tomado corpo no âmbito das gestões e que estão sendo sedimentadas pouco a pouco entre alguns docentes. Há, portanto, que se encontrar mecanismos para pulverizar as possibilidades existentes para essa cooperação. Para tanto, as lições de internacionalização abrangente devem ser priorizadas.

Munida de informações sobre as parcerias, que vem sendo passo-a-passo consolidadas, a Pesquisadora buscou identificar os fatores internos e externos à UNIPAMPA que influenciam desenvolvimento dessa cooperação, de forma a alcançar o segundo objetivo específico. Nessa ótica, segundo *stakeholders*, a alta qualificação dos docentes, a presença da DAEINTER no Campus Santana do Livramento e a proximidade geográfica parecem ser identificados como forças positivas na relação. A adesão dos docentes e o fato da UNIPAMPA ser uma universidade nova podem ser vistos tanto como forças quanto como fraquezas. Ademais, em razão de que os cursos das áreas de Ciências Sociais, ministrados em ambas Unidades Universitárias, se complementam nota-se um forte apelo à promoção de oportunidades locais e de ações multidisciplinares. A burocracia, que envolve o trânsito de pessoas e materiais, e a escassez de recursos financeiros surgem como fraquezas do ambiente interno e, também, ameaça do ambiente externo. Em suma, para a gestão dessas assimetrias, os colaboradores entendem que o desenvolvimento de um projeto institucional e a destinação de recursos para projetos binacionais podem estimular e solidificar um caminho produtivo de cooperação.

Observando os relatos e unindo os pontos entre os diversos discursos, foi possível ascender ao terceiro objetivo específico e identificar as ferramentas que podem auxiliar na consolidação dessa cooperação acadêmica, com vistas à integração regional solidária e inclusiva. As interlocuções foram direcionadas no sentido de contemplar questões de educação para a cidadania global, a IaH, a internacionalização do currículo e o reconhecimento de créditos. Nessa perspectiva, a criação de um sistema de reconhecimento de créditos remete ao fato de que a internacionalização do currículo formal e a IAH constituem-se ferramentas respaldadas pelos discursos dos *stakeholders*, desde que atendam às necessidades de cooperação acadêmica entre o *Campus* Santana do Livramento e o Centro Universitário de Rivera. Verificou-se, ainda, que há espaço para a um programa de cooperação acadêmica internacional para consolidar o convênio firmado entre ambas as IES e que se pautem pelo fomento à educação para a cidadania global.

Para cumprir o quarto objetivo específico, a Pesquisadora se propôs a construir um programa direcionado ao fortalecimento da cooperação entre UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), com a expectativa de potencializar a integração regional solidária e inclusiva. O produto educacional, desenhado a partir da interpretação dos dados coletados, privilegiou o desenvolvimento de ações voltadas para a consolidação das relações interpessoais e traz em seu cerne a perspectiva humanista da ES, fugindo, evidentemente, da versão emergente do capitalismo universitário.

Assim, a proposta prioriza a interlocução entre a comunidade acadêmica fronteiriça e que se alargue para uma efetiva articulação da Universidade com a sociedade local, partindo da premissa que a ES constitui-se como um bem público, mobilizador de produção científica compartilhada e de formação cidadã. Ao fim e ao cabo se almeja que a consolidação desta parceria contribua na formação de cidadãos globais, que estejam conectados ao global, mas com atenção as epistemologias e aos problemas locais. Ademais, que os atores da comunidade acadêmica se solidarizem com a sociedade fronteiriça, de forma que seus estudos possam propagar o conhecimento integrado e valorativo da multiculturalidade em fronteira binacional, na expectativa de que, em uma via de mão dupla, ambas as IES recebam e valorizem o conhecimento popular como catalizador de novas perspectivas.

A ótica da internacionalização virtual, certamente, é válida e se apresenta como um dos caminhos promissores para a educação mundial. Entretanto, tal perspectiva não foi contemplada nesta pesquisa pelo contexto da geografia fronteiriça, que facilita a mobilidade das pessoas, a consolidação de projetos e a economicidade.

Como limitação do estudo, claramente, há que se destacar a construção de um produto educacional. Ao envolver Nações tão distintas, o Programa recomendado atentou para as políticas públicas de ambos países. Ademais, se implementado, haverá que se harmonizar a legislação institucional e a regulamentação dos cursos que se disponibilizarem a avaliar e adequar a ideia inicial. Por tais motivos constitui-se em Bases de uma Minuta para um Programa.

Espera-se que a UNIPAMPA, através do *Campus* Santana do Livramento, demonstre interesse em levar a proposta à apreciação do seu qualificado corpo docente, o qual poderá constituir-se protagonista desta empreitada. Sendo considerada viável, que seja revisada para ajustar os possíveis pontos destoantes do contexto e alinhada aos entendimentos da equipe gestora. E que, ao receber a proposta, o Centro Universitário de Rivera faça um chamamento aos seus reconhecidos docentes e partam para a averiguação de interesse.

Por fim, este estudo se estabelece com vistas a instigar a comunidade acadêmica para a reflexão acerca de uma cooperação sólida e produtiva baseada em benefícios, apoio e respeito mútuos. Que se superem os desafios inerentes à sociedade do conhecimento e a sociedade da informação, onde o conhecimento transcende o valor social e passa a ter valor de mercado. Que essa parceria seja referência na construção de um espaço mais humanista, democrático e aparte-se de um modelo de globalização econômica caracterizada pela ganância desenfreada, em que o conhecimento se presta apenas a esse fim. Que a produção compartilhada e a difusão do conhecimento contribuam para o desenvolvimento regional.

Como sugestão para estudos futuros, na perspectiva da internacionalização da UNIPAMPA, indica-se aprofundar o reconhecimento sobre a situação dos demais *campi* em relação às suas fronteiras. A identificação interesse e potencialidades de outros *campi*, no sentido de estabelecer parcerias com IES uruguaias e argentinas (situadas nas fronteiras), pode fomentar a luta por uma política institucional de manutenção de recursos para esse fim, visto que integração regional permeia a constituição da IES.

Em meio ao fim do CsF, ao lançamento o Capes-PrInt, à assinatura do Acordo para revalidação de títulos ou diplomas de nível superior em nível de graduação no MERCOSUL, ao lançamento do Programa FUTURE-SE (que remete à cooperação tradicional com a promoção da internacionalização exógena), finda-se esta fase de aprendizado com inúmeras interrogações e que, certamente, se prestam a objeto de estudos futuros. São elas: Será a internacionalização da pós-graduação a única que merece destaque? Qual o empenho do Brasil para se alinhar ao sistema ARCU-SUL, a partir da assinatura do acordo supracitado? Diante do “surpreendente” e “novato FUTURE-SE”, será a cooperação horizontal uma utopia para a ES brasileira?

Entre o primeiro contato com a internacionalização da ES, por meio das rotinas de uma Assessoria de Relações Internacionais, incursionando pelo furacão CsF, rememorando as palestras de renomados estudiosos nacionais e internacionais, e essas linhas finais, que ora trazem as considerações sobre o caminho percorrido, afirma-se que a construção desta pesquisa foi influenciada por diversos cenários. É imperioso registrar que o contexto político nacional atual, as novas configurações propostas para a ES pública brasileira e a incerteza quanto à manutenção e valorização da integração regional latino-americana causaram impacto nesta reflexão.

Apesar das situações adversas e de que as decisões são provenientes dos centros nervosos dos países de onde as leis fluem, as fronteiras seguirão a existir e a batalhar pela dignidade e manutenção de sua identidade. Caberá à universidade pública, através da

responsabilidade social que lhe é inerente, emvidar esforços para a definição de políticas que permitam que tanto sua comunidade acadêmica quanto a sociedade sejam beneficiados com o conhecimento ali produzido e que o multiculturalismo possa ser um fator que agregue.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. **Trends in global higher education: tracking an academic revolution. A report prepared for the UNESCO 2009 world conference on higher education**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2009. Disponível em: <www.barbara-brink.com>. Acesso em: 1 set. 2018.

ANII, Agencia Nacional de Investigación e Innovación. **Informe de seguimiento 2018**. 2019. Disponível em: <<http://www.anii.org.uy/institucional/documentos-de-interes/8/informes-de-seguimiento-anuales/>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BANCO MUNDIAL, Grupo. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público do Brasil. Síntese**. Brasília. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BARDESIO, Geovana; CASSANEGO JUNIOR, Paulo. Peculiaridades da Educação na Fronteira Brasil-Uruguaí: um olhar sobre estudantes (i)migrantes a partir da perspectiva legal. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Porto Alegre: Letra1, 2014. p. 876–888. Disponível em: <<https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p876-888.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BAUMAN, Zygmund. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Disponível em: <<https://cfpbiocentrooeste.files.wordpress.com/2010/10/michel-beuad-historia-do-capitalismo.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BEELEN, Jos. **2: Implementing internationalisation at home**. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2007.

BERNARDO, Glaucia Julião. **Mercosul educacional: relação dos acordos e decisões entre as partes e a política pública brasileira para o ensino superior**. 2015. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38885>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BIZZOZERO, Lincoln et al. **Uruguay**. 1. ed. Guadalajara: Red Regional para el Fomento de la Internacionalización de la Educación Superior en América Latina (RIESAL), 2018. Disponível em: <http://erasmusplusriesal.org/sites/default/files/dimension_internacional_de_la_educacion_su>

perior_en_america_latina_y_el_caribe_publicado.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRANDENBURG, Uwe; DE WIT, Hans. The end of internationalization. **International Higher Education**, Boston, v. Winter2011, n. 62, p. 15–17, 2015. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/8533/7667>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004. Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. Seção 1, p. 1, 2004. a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5105-14-junho-2004-532639-norma-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 28 maio. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o programa de apoio a Planos de reestruturação e expansão das universidades federais - REUNI. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008**. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.095 de 19 de novembro de 2009**. Declara Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul. 2009. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=580787&id=14365264&idBinario=15838443&mime=application/rtf>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm#view>. Acesso em: 4 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.636, de 13 de janeiro de 2016.** Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre localidades fronteiriças vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8636.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 99/2017 e p. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnica., 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536043/CF88_EC99_livro.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. **Apresentação.** 2019a. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).** 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansao>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa ciência sem fronteiras.** 2018a. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae).** 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/promisae>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portal Carolina Bori.** 2019c. Disponível em: <<http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=legislacao>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. **Ações e programas.** 2019d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/pt/acessoainformacao/acoes-e-programas>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. **Programa Institucional de Internacionalização CAPES PrInt.** 2019e. Disponível em: <<https://capes.gov.br/pt/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de**

Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=697-proposta-reestruturacao-do-programa-desenvolvimento-da-faixa-fronteira-7&category_slug=mercosul-162&Itemid=965>. Acesso em: 20 maio. 2019.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 125, de 21 de março 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. Seção 1, p. 45, 2014. b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>

BRASIL, Ministério de Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais. **Programa de Estudantes-Convênio de Graduação PEC-G.** 2018b. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL, Ministério de Relações Exteriores Divisão de Temas Educacionais. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação PEC-PG.** 2019f. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECPG.php>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRUN, Élodie. **Mudanças no panorama internacional por meio das relações Sul-Sul: relações do Brasil, Chile e Venezuela com os países em desenvolvimento da África, Ásia e Oriente Médio. Volume I.** Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: <www.funag.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CABANA, Silvia López. **Cronología e historia de la cooperación sur-sur un aporte desde iberoamérica.** Montevideo. Disponível em: <https://www.cooperacionsursur.org/images/Doc_Crono_SurSur_2014.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **O que é UAB.** 2019. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/pt/uab/o-que-e-uab>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima De. **Integração dos países constituintes do MERCOSUL por meio da educação superior universitária: análise em uma perspectiva histórico-cultural.** 2013. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-16122013-152701/pt-br.php>>

CLIFFORD, Valerie; MONTGOMERY, Catherine. Transformative Learning Through Internationalization of the Curriculum in Higher Education. **Journal of Transformative Education**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 46–64, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1541344614560909>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

COSTA, Bianca Silva. **Viagem de (auto) descobrimento : experiências de mobilidade estudantil de graduação no Programa ESCALA / AUGM / UFRGS.** 2014. Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104487>>

CUNHA, Célio. Sociedade do conhecimento: quais e que conhecimentos são mais relevantes? In: MOROSINI, Marília Costa (Ed.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 97–98.

CUNHA, Maria Isabel Da. Qualidade da educação superior e a tensão entre democratização e internacionalização na universidade brasileira. In: **Internacionalização e democratização: uma tensão na qualidade da educação superior**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 17–32.

DE WIT, Hans. Repensando o conceito de internacionalização. **Revista Ensino Superior Unicamp - International Higher Education**, Campinas/Boston, v. Winter2013, n. 70, p. 69–741, 2013. Disponível em:
<<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE70port.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

DE WIT, Hans. Internationalization: why and how? In: CONFERÊNCIA FAUBAI. 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro Disponível em:
<<http://www.faubai.org.br/conf/2018/program/>> Acesso em: 29 ago. 2018.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. **Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da Reforma de Córdoba**. Montevideo: Secretaria Executiva AUGM, 2017. Disponível em: <www.grupomontevideo.edu.uy>. Acesso em: 3 ago. 2018.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. Cooperação Interuniversitária em tempo de globalização uniformizante. In: MOROSINI, Marília (Org. .. (Ed.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 33–66.

DIAS, Rafael de Brito. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Calidad, pertinencia y responsabilidad social de la universidad latinoamericana y caribeña. In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel (Eds.). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 87–112. Disponível em:
<<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/08/753.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

DIDRIKSSON, Axel. Contexto global y regional de la educación superior en América latina y el Caribe. In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel (Eds.). **Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 21–54. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/08/753.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA. **Status quo ante/antea**. 2014. Disponível em:
<<http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/status-quo-ante-antea/status-quo-ante-antea.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

ESCRIGAS, Cristina; LOBERA, Josep. Novas dinâmicas para a responsabilidade social. In: GUNI (Ed.). **Educação superior em um tempo de transformação** : novas dinâmicas para a responsabilidade social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FARIAS-MARQUES, Maria do Socorro de Almeida. **Um olhar para o ingresso específico para uruguaios fronteiriços na UNIPAMPA Campus Jaguarão**: por uma política linguística e educacional integracionista no entremeio identitário. 2016. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <<http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/458>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

FERREIRA, Maria Cecília. **Assim caminha o Mercosul**: o conflito entre qualidade e efetividade no acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas. 2012. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2043>> Acesso em: 1 nov. 2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTUNATO, Avelar. **Grupo de estudos integrações econômicas binacionais e desenvolvimento social em regiões de fronteiras (GEIEB)**. 2013. Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/doc_details/2124-geieb.html>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rXB5XpsRRm76zaNnip8VUMoJFsu_f__n/view>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FUENTES, Jean Henri de Mulder. **Políticas da qualidade da educação superior no Brasil, na Argentina e no Chile – 2000-2012**. 2017. Universidade Federal de Pernambuco, [s. l.], 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/20016/1/TESE Jean Henri Benoit de Mulder Fuentes.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/20016/1/TESE%20Jean%20Henri%20Benoit%20de%20Mulder%20Fuentes.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe. In: GUAJARDO, Pedro Henriquez; JURI, Hugo (Eds.). **Conferencia Regional de Educación Superior de América Latina y el Caribe Córdoba, 2018 • Resúmenes ejecutivos**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. p. 45–86.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia Rodriguez. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe. Un balance**. 1. ed. Guadalajara: UNESCO-IESALC, 2018. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=4068:publicacion-del-libro-la-internacionalizacion-de-la-educacion-superior-en-alc-un-balance&catid=100&Itemid=449&lang=es>. Acesso em: 30 ago. 2018.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais**. 2.ed rev.a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GARCIA, Walter E. (Coord. .. Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. In: **Coleção educação contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOOGLE MAPS. **Cidades de Rivera e Sant’Ana do Livramento via satélite**. 2018.

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Centro+Universitario+de+Rivera/UNIPAMPA++Campus+Santana+Do+Livramento++R.+Barão+do+Triunfo,+1048++Centro,+Santana+do+Livramento++RS,+97573-634/@-30.894547,-55.5446139,2711m/am=t/data=!3m2!1e3!4b1!4m14!4m13!1m5!1>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Eds.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455–491.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. NAFSA e-Publications. Washington, D.C. Disponível em:

<http://www.nafsa.org/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Publications_Library/2011_Comprehen_Internationalization.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2018.

HUDZIK, John K. **Internacionalización integral: del concepto a la acción**. Resumen ejecutivo NAFSA. Washington, D.C. Disponível em:

<https://www.nafsa.org/_/File/_/comprehensive_izn_spanish.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2018.

HUDZIK, John K.; MCCARTHY, JoAnn S. **Leading comprehensive internationalization: strategy and tactics for action**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <www.nafsa.org/epubs>. Acesso em: 29 ago. 2018.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Brasil em Síntese Rio Grande do Sul Sant’Ana do Livramento Panorama**. 2019. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

IFSUL, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Cursos Binacionais**. 2017. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/cursos-binacionais>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

IFSUL, Instituto Federal Sul-rio-grandense; CETP-UTU, Consejo de Educación Técnico Profesional Universidad del Trabajo del Uruguay. **Revista Binacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/2016/item/483-revista-binacional>>. Acesso em: 9 maio. 2019.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Anuario Estadístico Nacional 2018, 95ª versión**. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística del Uruguay, 2018. Disponível em:

<www.ine.gub.uy>. Acesso em: 8 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

JAIME, Fernando Martín et al. **Introducción al análisis de políticas públicas**. 1. ed. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

KNIGHT, Jane. An internationalization model: responding to new realities and challenges. In: WIT, Hans De et al. (Eds.). **Higher education in Latin America : the international dimension**. Washington DC: The World Bank, 2005. p. 1–38.

KNIGHT, Jane. **Higher education in turmoil: the changing world of internationalization**. Rotterdam, The Netherlands: SENSE PUBLISHERS, 2008. Disponível em: <<https://www.sensepublishers.com/media/475-higher-education-in-turmoil.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

KNIGHT, Jane. **International education hubs: Student, talent, knowledge-innovation models**. London: Springer Science+Business Media Dordrecht, 2014. v. 9789400770

LAMARRA, Norberto Fernández; ALBORNOZ, Mario. La internacionalización de la educación superior y la ciencia en Argentina. In: AUPETIT, Sylvie DiDou; ESCOBAR, Vielka Jaramillo De (Eds.). **Internacionalización de la educación superior y la ciencia en América Latina: un estado del arte**. Caracas: UNESCO-IESALC, 2014. p. 17–48.

LÁZARO, Luis Miguel; ROSA, Victoria Martín de La; MONTES, Cristina Pulido. A Educação para a Cidadania Mundial como aposta de construção de um novo paradigma educativo. **Roteiro**, Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 63, 2018. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/13089>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LEASK, Betty. Internationalizing the Curriculum in the Disciplines-Imagining New Possibilities. **Journal of Studies in International Education**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 103–118, 2013. Disponível em: <www.ioc.net.au>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MARTINEZ LARRECHEA, Enrique Daniel Andrés; CHIANCONE, Adriana. El sur global en la educación superior en Uruguay. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, p. e019041, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653901>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos uneny límites que nos separan**. Departamento de Cerro Largo: Udelar, 2013. Disponível em: <<http://www.cci.edu.uy/publicaciones/cci-10/mobile/#p=4>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

MENDES, Fernanda Ziani; DALLA CORTE, Marilene Gabriel; SARTURI, Rosane Carneiro. A internacionalização da educação superior e a cooperação no mercosul: [des]caminhos das universidades. In: Farenzena, Nalú; Machado, Maria Goreti Farias (Eds.). **Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Educativas**. Porto Alegre e Montevideu: UFRGS e Associação de Universidades Grupo Montevideu, 2018. v. 12p. 189–200. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/88462/50895>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MERCOSUL, Secretaria do Mercosul. **Acta 02/2018 Reunião de Ministros da Educação do Mercosul**. 2018. Disponível em: <<https://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/114955/1/liii-rme-noviembre-2018.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Eds.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIORANDO, Bernardo Sfredo. **O sistema Arcu-Sul e a UFRGS : perspectivas da acreditação internacional para uma universidade latino-americana**. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115954>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MIRANDA, Estela María. La universidad em la “sociedad del conocimiento”: ¿es posible un nuevo proyecto de universidad? discursos y políticas. In: MOROSINI, Marília Costa (Ed.). **Fórum latino-americano de Educação Superior**. São Carlos: Pixel, 2015. p. 149–172.

MIRANDA, Xiomara Zarur. Integración regional e internacionalización de la educación superior em América Latina y el Caribe. In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel (Eds.). **Tendencias de la educación superior em América Latina y el Caribe**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 179–240. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/08/753.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MONTEIRO, Cláudia Cirineo Ferreira. **O ensino do design no Mercosul: uma proposta para a integração**. 2013. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101413>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na educação superior: tendências do século. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165–186, 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1487/1487.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 385–405, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000200007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa et al. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Revista Educação Brasileira**, [on line.], v. 21, n. 64, p. 13–37, 2016.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216402>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais. **Roteiro**, Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 115, 2018. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/issue/view/289>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária. Glossário. Volume 2**. Brasília: Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclopédia+de+pedagogia+universitária+glossário+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.0>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93–112, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MOROSINI, Marília Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 97–120, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14000/9321>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MOROSINI, Marília Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel; GUILHERME, Alexandre. Internationalization of higher education: a perspective from the Great South. **Scientific Research Publishing**, [on line], v. 8, p. 95–113, 2017. Disponível em: <[http://www.scirp.org/\(S\(lz5mqp453edsnp55rrgjct55\)\)/journal/paperinformation.aspx?paperid=73540](http://www.scirp.org/(S(lz5mqp453edsnp55rrgjct55))/journal/paperinformation.aspx?paperid=73540)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MOROSINI, Marília Costa; SOMERS, Patricia. **O sonho da educação superior no MBRICS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NIEROTKA, Rosileia Lucia. **Políticas de acesso e ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2015. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/719>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

NILSSON, Bengt. Internationalisation at home from a swedish perspective: the case of Malmö. **Journal of Studies in International Education**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 27–40, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1028315302250178>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY. **Índice de desarrollo humano por departamento**. Montevideo. Disponível em: <www.opp.gub.uy>. Acesso em: 8 jul. 2019a.

OBSERVATORIO TERRITORIO URUGUAY. **Perfil Rivera**. 2019b. Disponível em: <<http://www.otu.opp.gub.uy/perfiles/rivera>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Pacto internacional de derechos económicos, sociales y culturales**. 1966. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/cescr.aspx>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração do milenio**. Nova York. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Cooperação Sul-Sul**. 2018a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/cooperacaosulsul/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **História da ONU**. 2018b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

PARAGUAY, Ministério de Relações Exteriores. **Documentos do Mercosul**. 2019. Disponível em: <http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2019.

PERROTA, Daniela. La región sudamericana como arena política para la internacionalización de la universidad. In: ARAYA, Jose María Julio (Ed.). **Aportes para los estudios sobre internacionalización de la educación superior en América del Sur**. 1. ed. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2015. a. p. 21–50. Disponível em: <<http://nemocosur.siu.edu.ar/webnucleo/publicaciones/Aportes%20para%20los%20estudios%20sobre%20internacionalizacion%20de%20la%20educacion%20superior%20en%20America%20del%20Sur.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

PERROTA, Daniela. Políticas e instrumentos para la internacionalización de la educación superior en los niveles internacional, regional y nacional. In: ARAYA, Jose María Julio; OREGIONI, María Soledad (Eds.). **Internacionalización de la universidad en el marco de la integración regional**. 1. ed. Tandil: Grafikart, 2015. b. p. 28–56. Disponível em: <<http://nemocosur.siu.edu.ar/webnucleo/publicaciones/Internacionalizacion%20de%20la%20universidad%20en%20el%20marco%20de%20la%20integracion%20regional.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

PREFEITURA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <<http://www.sdolivramento.com.br/prefeitura/cidade/>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

PUCCI, Adriano da Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. 2010. Instituto Rio Branco - Quinquagésimo Quarto Curso de Altos Estudos, [s. l.], 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/685-O_estatuto_da_frenteira_brasil_uruguai.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais : perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. p. 117–142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Eds.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Eds.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 175–220.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRÍGUEZ-MIRANDA, Adrián; GALASO, Pablo; GOINHEIX, Sebastián. Entre lo local y lo regional: ciudades de frontera e integración regional transfronteriza en Uruguay. Segunda parte. In: MAZZEI, Enrique (Ed.). **Las sociedades fronterizas: visiones y reflexiones**. Montevideo: Universidad de La Republica Uruguay, 2016. p. 240.

SAHB, Warley Ferreira. **Tecnologias digitais da informação e comunicação e o processo de expansão e integração da educação superior no MERCOSUL**. 2016. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9879>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3–46, 2007. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/753>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI : para uma reforma democrática e emancipatória na universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fronteiras do ser e do não ser**. 2019. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-posts/boaventura-de-sousa-santos-fronteiras-do-ser-e-do-nao-ser-jornal-de-letras-8-maio-2019/?fbclid=IwAR3pQXY1X6UpgWIBfZ61WPtn8NOTcCswxl_IbuN0EmsbnmuEzdZw2s wXD0I>. Acesso em: 9 maio. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA, Naomar De. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SERIKAWA, Leonardo Kazuo dos Santos. **Acreditação e qualidade da educação superior : abrindo a caixa-preta do sistema de acreditação de cursos superiores do Mercosul**. 2013. Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15200>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

STALLIVIERI, Luciane. **Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

TORRES, Carlos Alberto. Ciudadanía global y el rol de las universidades. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, Buenos Aires, v. 10, p. 97–110, 2016. Disponível em: <<http://www.saece.com.ar/relec/revistas/10/art6.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UDELAR, Universidad de la República. **Plan Estratégico de Desarrollo de la Universidad de la República 2015-2019**. 2015. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/renderPage/index/pageId/102#heading_294>. Acesso em: 6 jul. 2019.

UDELAR, Universidad de la República. **Memoria 2017**. 2017. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/renderPage/index/pageId/710#heading_2413>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UDELAR, Universidad de la República. **Video Institucional de la Universidad de la República- Universidad País**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qc5xCTuFqR0>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UDELAR, Universidad de la República. **Organigrama de la Udelar**. 2019a. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/renderPage/index/pageId/130#heading_430>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UDELAR, Universidad de la República. **Centro Universitario de Rivera**. 2019b. Disponível em: <<http://www.rivera.udelar.edu.uy/quienesomos-sobreelcur>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Sistema de Bibliotecas Da Ufsm. **Manual de dissertações e teses da UFSM: estrutura e apresentação**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/biblioteca/phocadownload/Manual_de_Dissertacoes_e_Teses-2015.pdf> Acesso em: 12 set. 2017.

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Constituição da organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura**. Córdo: IESALC-UNESCO, 1945. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação - 1998**. 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Declaração da conferência regional de ES na América Latina e Caribe – CRES 2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org/observatorio-de-diversidad-cultural-e-interculturalidad-en-educacion-superior/#>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. [on line], p. 1–9, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/WCHE2009/comunicado_es.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Conferência regional de educación superior - CRES 2018**. 2018. Disponível em: <http://espacioenlaces.org/wp-content/uploads/2018/07/declaracion_cres2018.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018**. Bagé. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Plano de dados abertos 2017-2018**. Bagé. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/plano-dados-abertos-unipampa.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018a.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Ata nº 005/2018 Conselho do**

Campus Unipampa Santana do Livramento. Sant'Ana do Livramento. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/livramento/sites/livramento/files/documentos/ata_05_-_abril_de_2018_reuniao_ordinaria_2.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2019b.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Processo Seletivo Fronteirico.** 2018c. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/processo-seletivo-fronteirico/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Ata nº11/2018 Conselho do Campus Unipampa Santana do Livramento.** Santana do Livramento. Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/livramento/sites/livramento/files/documentos/ata_11_-_outubro_de_2018_reuniao_ordinaria_8.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019d.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **SIEPE Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão.** 2018e. Disponível em: <<https://eventos.unipampa.edu.br/siepe/apresentacao/>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Universidade.** 2019a. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **GURI - Dados Abertos.** 2019b. Disponível em: <<https://guri.unipampa.edu.br/rpt/relatorios/dadosAbertos/#>>. Acesso em: 23 maio. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Cursos de Graduação.** 2019c. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/cursos-de-graduacao/>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Pós-Graduação em Números.** 2019d. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prpg/pos-graduacao-em-numeros-2/>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Organograma Institucional 2019.** 2019e. Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/organograma_estrutura_organizacional_2019.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019 – 2023).** Bagé. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019f.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Cooperação Internacional.** 2019g. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/daeinter/acoes__trashed/convenios-internacionais/>. Acesso em: 9 maio. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Mobilidade discente**. 2019h. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/daeinter/mobilidade/>>. Acesso em: 23 maio. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 565/2019**. 2019i. Disponível em: <https://sei.unipampa.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=52974&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 17 jul. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 567/2019**. 2019j. Disponível em: <https://sei.unipampa.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=52996&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 17 jul. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Campus Santana do Livramento discute Estudos Organizacionais nas Fronteiras**. 2019k. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/livramento/campus-santana-do-livramento-discute-estudos-organizacionais-nas-fronteiras>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. Gabinete da Reitoria. **Resolução n 197, de 26 de abril de 2018. Plano institucional de internacionalização da UNIPAMPA**. Bagé. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2018/04/res--197_2018-plano-de-internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018f.

URUGUAY. **Ley nº 18.437 Ley General de Educación**. 2008. Disponível em: <https://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/431/1/ley_de_educacion_dic2014.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

URUGUAY, Agencia Uruguaya de Cooperación Internacional. **Estado de Situación de la Cooperación Internacional en Uruguay 2017**. 2018. Disponível em: <<https://www.gub.uy/agencia-uruguaya-cooperacion-internacional/datos-y-estadisticas/estadisticas/estado-de-situacion-de-la-cooperacion-internacional-en-uruguay-2017>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

URUGUAY, Ministerio de Educación y Cultura. **Panorama de la Educación Anuario Estadístico de Educación**. Montevideo. Disponível em: <<https://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/927/1/presentacion-panorama-educacion-2017.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2019a.

URUGUAY, Ministerio de Educación y Cultura. **Anuario Estadístico de Educación 2017**. Montevideo. Disponível em: <<http://educacion.mec.gub.uy>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

URUGUAY, Ministerio de Educación y Cultura Cooperación Internacional y Proyectos Oficina de Enlace con la Unión Europea. **Participación de Uruguay**. 2017b. Disponível em: <<http://www.mec.cubist.gub.uy/innovaportal/v/103473/52/mecweb/participacion-de-uruguay?3colid=103411&breadid=103411>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

URUGUAY, Ministerio de Relaciones Exteriores. **Plan Estratégico Quinquenal (2015-2020)**. 2015. Disponível em: <<https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/institucional/plan-estrategico>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

URUGUAY, Parlamento. **Ley nº 19.043 Criação da UTEC**. 2012. Disponível em: <<https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/busqueda-documentos?=&Searchtext=utec&Chkleyes=1>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. **Declaração mundial sobre educação superior no século xxi: visão e ação - 1998**. 2018. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educação/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

UTEC, Universidad Tecnológica del Uruguay. **Unidad de Relacionamento Internacional**. 2019. Disponível em: <<https://utec.edu.uy/unidad-de-relacionamento-internacional/#aula-invertida>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União europeia: os desafios de uma associação inter-regional**. Barueri, SP: Manole, 2003.

VERA, María Nevía. Internacionalización de la educación superior: el desafío de la construcción de relaciones sanas. In: ARAYA, José María; OREGIONI, María Soledad (Eds.). **Internacionalización de la universidad en el marco de la integración regional**. 1. ed. Tandil: Grafikart, 2015. p. 172–182. Disponível em: <<http://nemocosur.siu.edu.ar/webnucleo/publicaciones/Internacionalizacion%20de%20la%20universidad%20en%20el%20marco%20de%20la%20integracion%20regional.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

VIERA-DUARTE, Patricia. Nuevos formatos de convergencias de la educación superior: investigación en ciudades binacionales del cono Sur de América Latina. **Revista Internacional de Educação Superior**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 401–424, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651831>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porot Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBERLAN, Jurandir et. al. **Estudantes Internacionais no processo globalizador e na internacionalização do Ensino Superior**. Porto Alegre: CIMBAI Migrações, 2009.

APÊNDICE A – MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu [nome da autoridade], abaixo assinado, responsável pela Fundação Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, autorizo a realização do estudo abaixo detalhado

Título provisório do estudo: COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e UdelaR (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária.

Pesquisa Qualitativa – Estudo de caso

Pesquisador responsável: Fernanda Ziani Mendes

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Departamento: Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, nível Mestrado profissional.

Telefone:

e-mail:

Endereço postal completo:

Local da coleta de dados:

Fui informado, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título provisório do estudo: COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e UdelaR (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária.

Pesquisa Qualitativa – Estudo de caso

Pesquisador responsável: Fernanda Ziani Mendes

Orientação da Professora Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Departamento: Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, nível Mestrado profissional.

Telefone:

e-mail: fernandazianimendes@gmail.com

Endereço postal completo:

Local da coleta de dados:

Eu Fernanda Ziani Mendes, responsável pela pesquisa COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e UdelaR (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária, o convido a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa se propõe a analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (*Campus* Santana do Livramento) e UdelaR (Centro Universitário de Rivera), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva. Acreditamos que ela seja importante porque a internacionalização da Educação Superior e a integração regional tem se mostrado importante mecanismo para a superação de assimetrias em países em desenvolvimento. Para sua realização será feita uma entrevista guiada com perguntas. Sua participação constará em uma conversa informal sobre a temática proposta guiado pelas perguntas feitas pela Pesquisadora com a gravação por meio de dispositivo digital. Os benefícios que esperamos com o estudo são encontrar meios alavancar a integração regional através da internacionalização da ES. A gravação será transcrita e encaminhada para a aprovação de Vossa Senhoria, sendo possível a alteração em trechos que queira suprimir ou alterar. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, basta manifestar a sua intenção por e-mail à Pesquisadora. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo (físico ou digital) sob guarda da Pesquisadora responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Você receberá uma via do TCLE.

Autorização

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com a Pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou ciente dos objetivos da pesquisa e suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo respondendo ao formulário proposto.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

OBJETIVO ESPECÍFICO	QUESTÕES GUIA PARA ENCONTRAR RESPOSTAS AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<p><i>Reconhecer os projetos acadêmicos e as ações, amparados no convênio de cooperação, desenvolvidos entre a UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), considerando a cooperação e a integração regional solidária e inclusiva.</i></p>	Quais as ações que a sua gestão leva a cabo para fomentar e impulsionar a cooperação Sul-Sul?
	A sua gestão promove ações em relação ao Centro Universitário de Rivera e ao Campus Santana do Livramento?
	Há projetos acadêmicos desenvolvidos entre o Centro Universitário de Rivera e o Campus Santana do Livramento, amparados no acordo de cooperação firmado entre UNIPAMPA e Udelar? Se sim, ocorre dentro da perspectiva “Internacionalização solidária”? Quais?
	Os projetos desenvolvidos ou a serem desenvolvidos pelo Centro Universitário de Rivera e o Campus Santana do Livramento contribuem ou devem contribuir na preparação de estudantes comprometidos em pensar simultaneamente o local (regional), os interesses nacionais e a comunidade global?
	Na perspectiva de projetos de extensão, em sua opinião, os projetos desenvolvidos ou a serem desenvolvidos pelo Centro Universitário de Rivera e o Campus Santana do Livramento devem permear questões que pensem e promovam o desenvolvimento social local a partir da integração regional? Por que e como?
<p><i>Identificar os fatores internos e externos que influenciam desenvolvimento da cooperação Sul-Sul entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera).</i></p>	Quais fatores são verificados no ambiente interno da sua IES que fortalecem e enfraquecem a cooperação entre o Centro Universitário de Rivera e o Campus Santana do Livramento?
	Quais os fatores externos que podem ser entendidos como oportunidades e ameaças para a concretização da cooperação entre o Centro Universitário de Rivera e o Campus Santana do Livramento?
	Em sua opinião, quais seriam as medidas para a gestão das assimetrias na gestão desta cooperação?
<p><i>Reconhecer as ferramentas utilizadas para consolidar a cooperação acadêmica com vistas à integração regional solidária e inclusiva.</i></p>	Em sua opinião, o processo de internacionalização da sua IES tem dado prioridade a parcerias com IES internacionais?
	Em sua opinião, atualmente, qual o nível de importância da integração com outras universidades do MERCOSUL, no contexto da internacionalização da sua IES?
	Em sua opinião, para a UNIPAMPA, haverá mais benefícios importantes se envidar esforços para a cooperação com vistas à integração no MERCOSUL ou entende que esta não deve priorizada ou supervalorizada em comparação com outras regiões e países?
<p><i>Construir um programa direcionado ao fortalecimento do acordo de cooperação entre UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), na perspectiva da integração regional solidária e inclusiva.</i></p>	Em sua opinião, quais as estratégias mais relevantes para promover uma cooperação acadêmica efetiva e eficaz com vistas à internacionalização solidária e inclusiva?
	Um programa de reconhecimento de créditos ou um curso de formação docente, com foco na internacionalização, poderia ser uma ação eficaz?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária.

APRESENTAÇÃO

Estimad@ Coordenador(a) de Curso da UNIPAMPA, este instrumento de pesquisa está sendo aplicado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM - nível Mestrado Profissional. Objetiva compor a pesquisa da acadêmica Fernanda Ziani Mendes, intitulada COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária, sob a orientação da Professora Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte.

Considerando que a UNIPAMPA e Universidad de La República (Udelar), IES do Uruguay, firmaram um instrumento jurídico de cooperação acadêmica, esta pesquisa se propõe a analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva.

As 31 perguntas formuladas abrangem aspectos de internacionalização da educação superior.

Tempo de preenchimento: estima-se que o questionário possa ser respondido em 30 minutos.

Este estudo tem caráter científico e seus resultados poderão ser apresentados em eventos da área acadêmica.

Agradecemos a sua colaboração e informamos que os resultados do estudo serão, oportunamente, apresentados à Coordenação Acadêmica do Campus Sant'Ana do Livramento para conhecimento.

Na próxima seção está disponibilizado o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

ASSEGURAMOS QUE SEU E-MAIL e NOME NÃO SERÃO PUBLICIZADOS.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera): contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária.

Pesquisa Qualitativa – Estudo de caso

Pesquisador responsável: Fernanda Ziani Mendes

Orientação da Professora Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Departamento: Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, nível Mestrado profissional.

Telefone: !

e-mail: !

Endereço postal completo:

Local da coleta de dados: Unipampa - Campus Sant'Ana do Livramento..

Eu Fernanda Ziani Mendes, responsável pela pesquisa COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE A UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e Udelar (Centro Universitário de Rivera):

contribuições à política de internacionalização na perspectiva da integração regional solidária, o convido a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa se propõe a analisar a cooperação internacional, na perspectiva Sul-Sul, entre UNIPAMPA (Campus Sant'Ana do Livramento) e UdelaR (Centro Universitário de Rivera), com vistas a apresentar contribuições voltadas à concretização e o fortalecimento da integração regional solidária e inclusiva. Acreditamos que ela seja importante porque a internacionalização da Educação Superior e a integração regional tem se mostrado importante mecanismo para a superação de assimetrias em países em desenvolvimento. Para a sua realização será aplicado um questionário onde há possibilidade de oferecer respostas fechadas ou abertas. Os benefícios que esperamos com o estudo são encontrar meios para contribuir com a integração regional através da internacionalização da ES. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, basta manifestar a sua intenção por e-mail à Pesquisadora. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo (físico ou digital) sob guarda da pesquisadora responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido.

2. Autorização: Após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com a Pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou ciente dos objetivos da pesquisa e suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo respondendo ao formulário proposto.

*

No campo abaixo indique o seu nome completo

Informações gerais

3. Em relação à internacionalização da educação superior qual a sua percepção: *

Marcar apenas uma oval.

- Desconheço o tema
- Conheço pouco, mas considero necessário ao desenvolvimento da educação superior.
- Conheço pouco e NÃO considero necessário ao desenvolvimento da educação superior.
- Conheço profundamente e considero necessário ao desenvolvimento da educação superior.
- Conheço profundamente e NÃO considero necessário ao desenvolvimento da educação superior.

4. Em sua opinião, a internacionalização da educação superior se faz importante: *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas na graduação.
- Apenas na pós-graduação.
- Na graduação e na pós-graduação igualmente.
- Na graduação mas com prioridade na pós-graduação.
- Em nenhum dos casos acima.

5. Em relação à cooperação acadêmica entre UNIPAMPA e IES da América Latina, com foco na cooperação Sul-Sul e na perspectiva da integração regional solidária, você entende: *

Marque todas que se aplicam.

- Desnecessária
- Necessária para cumprir com os propósitos institucionais da Unipampa.
- É uma ferramenta para criar dinâmicas com vistas à promoção da integração regional do espaço ibero-americano.
- É uma ferramenta para desenvolver meios de promover e consolidar a internacionalização da UNIPAMPA..
- Outro: _____

6. Você sabia que a UNIPAMPA e a Universidad de La Republica (UdelaR) firmaram um convênio, no ano 2011, com vistas ao desenvolvimento do ensino superior? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Você teve ciência do convênio entre a UNIPAMPA e a UdelaR através de: *

Marcar apenas uma oval.

- Comunicação oficial da Unipampa ao Servidores (e-mail, curso de formação de professores, informação da Gestão do Campus Livramento, etc..).
- Pesquisa na página web da Unipampa.
- Através de informação solicitada à DAEINTER.
- Conversa informal entre servidores da Unipampa.
- Desconheço a existência do convênio.
- Outro: _____

8. O Curso, sob sua coordenação, desenvolveu, desenvolve ou pretende desenvolver projeto de cooperação acadêmica com cursos ministrados em qualquer dos centros universitários da UdelaR? (não inclua o Centro Universitário Rivera da UdelaR) *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Informação desconhecida. A coordenação do curso não mantém controle de projetos de cooperação internacional, independentemente da IES.
- Outro: _____

9. O Curso, sob sua coordenação, tem registro de projetos de cooperação acadêmica entre os docentes do curso e os docentes de cursos ministrados em qualquer dos centros universitários da UdelaR? (não inclua o Centro Universitário Rivera da UdelaR) *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, há projetos.
- Não. Não há projetos.
- A coordenação do curso não mantém ferramenta de controle da participação dos docentes em projetos de cooperação internacional, independentemente da IES.
- Outro: _____

10. Em caso afirmativo para as duas últimas questões (ou apenas uma delas), por favor, informe resumidamente o objetivo geral de cada projeto, o curso parceiro na UdelaR e se os projetos buscam a integração regional solidária:

Projetos acadêmicos desenvolvidos em cooperação com o Centro Universitário Rivera (CUR) da UdelaR e seus resultados.

11. Você tem conhecimento que a UdelaR mantém o Centro Universitário Rivera (CUR), instalado na cidade uruguaia que faz fronteira com Sant'Ana do Livramento, e que oferta cursos presenciais de nível terciário? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

12. O Curso, sob sua coordenação, e/ou os docentes do curso desenvolvem ações/projetos com docentes do CUR, voltadas à cooperação e integração regional solidária e inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Desconheço

13. As ações/projetos de cooperação acadêmica que o Curso, sob sua coordenação, e/ou os docentes do curso têm desenvolvido em parceria com docentes do CUR se inserem no eixo: *

Marque todas que se aplicam.

- Ensino
- Pesquisa
- Extensão
- Não há cooperação.

14. **Se você assinalou uma (ou mais) das três primeiras opções na questão anterior, por favor, indique as ações:**

Marque todas que se aplicam.

Palestras/ Seminários/Workshops/Oficinas ministrados por docentes do curso a discentes do CUR.

Palestras/ Seminários/Workshops/Oficinas ministrados por docentes do CUR a discentes da UNIPAMPA.

Grupo de pesquisa com a participação de docentes e/ou discentes do CUR.

Projetos de extensão e/ou ações comunitárias conjuntas entre docentes do Curso e do CUR com vistas a levar o conhecimento produzido nas universidades a fim de promover o intercâmbio de ideias com a comunidade fronteiriça.

Outro: _____

15. **É possível verificar resultados nos projetos acadêmicos desenvolvidos? Por favor, em caso afirmativo, relate brevemente os resultados. Em caso negativo, informe-nos se há empecilhos e quais.**

Pontos fortes e as principais dificuldades quanto ao desenvolvimento de ações de cooperação Sul-Sul entre Campus Sant'Ana do Livramento e Centro Universitário de Rivera (CUR) da Udelar.

16. **Quais as situações verificadas no ambiente interno da UNIPAMPA que dificultam a cooperação acadêmica com o CUR? ***

Marque todas que se aplicam.

Não há divulgação do convênio firmado com a Udelar, o qual embasa a possibilidade de desenvolvimento projetos de cooperação acadêmica com o CUR.

Os estudantes não tem interesse em programas e projetos desenvolvidos com o CUR.

Falta de domínio do idioma espanhol pela comunidade acadêmica da UNIPAMPA.

Não há o interesse dos docentes em promover projetos de cooperação com docentes do CUR

Outro: _____

17. **Indique os fatores externos que dificultam ou impedem a concretização desta cooperação acadêmica com o CUR. ***

Marque todas que se aplicam.

- Inviabilização do trânsito fronteiriço, em razão da legislação vigente e consequente burocracia.
- Falta de incentivo ou recursos financeiros para projetos e programas de cooperação.
- Falta de conhecimento da língua portuguesa pela comunidade acadêmica do CUR.
- Não há o interesse dos docentes do CUR em promover projetos de cooperação acadêmica com docente da UNIPAMPA.
- Estudantes do CUR não tem interesse em projetos e programas conjuntos com a comunidade acadêmica da UNIPAMPA..
- Outro: _____

18. **Em sua opinião, quais os pontos fortes da UNIPAMPA que podem ser explorados de forma a contribuir no desenvolvimento de uma cooperação acadêmica eficaz entre o Campus Sant'Ana do Livramento e o CUR? ***

19. **Tomando por base as questões anteriores, quais medidas poderiam ser adotadas para a superação das assimetrias na gestão desta cooperação acadêmica voltada à integração regional solidária e inclusiva?**

20. **É possível afirmar que os docentes do curso tem interesse em promover projetos com o CUR? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim, há interesse manifestado pelos docentes.
- Não há interesse manifestado pelos docentes.
- Desconheço.

21. **Por favor, em caso afirmativo para a questão anterior, indique as sugestões e propostas dos docentes:**

Desenvolvendo ações de cooperação Sul-Sul entre Campus Sant'Ana do Livramento e Centro Universitário de Rivera (CUR) da Udelara.

22. Os projetos de pesquisa desenvolvidos (ou a serem desenvolvidos) em parceria com os docentes do CUR visam ou devem visar contribuir na preparação de estudantes comprometidos em pensar simultaneamente o local (regional), os interesses nacionais e a comunidade global? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

23. Em caso afirmativo para a questão anterior, indique como os projetos de pesquisa contribuem ou podem contribuir na preparação de estudantes comprometidos em pensar simultaneamente o local (regional), os interesses nacionais e a comunidade global:

24. Sob a perspectiva de projetos de extensão, os projetos desenvolvidos (ou a serem desenvolvidos) pelo Curso, sob sua coordenação, e/ou pelos docentes do curso e os docentes do CUR, devem permear questões que pensem e promovam o desenvolvimento social local a partir da integração regional solidária? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

25. Como os projetos de extensão, desenvolvidos em parceria com o CUR, podem promover o desenvolvimento social local a partir da integração regional? *

Marque todas que se aplicam.

- Envolvimento de representantes de grupos culturais e étnicos locais em atividades de ensino / aprendizagem, iniciativas de pesquisa e projetos.
- Eventos universitários internacionais e interculturais.
- Envolvimento de estudantes em organizações culturais e étnicas locais por meio de estágios e pesquisa aplicada.
- Projetos e serviços poderiam ser realizados como parte do desenvolvimento de projetos de ajuda.
- Outro: _____

26. **Das ações para a "Internacionalização em casa", abaixo descritas, indique quais seriam POSSÍVES e EFICAZES para a promoção da cooperação acadêmica entre o Campus Sant'Ana do Livramento e o CUR, voltadas à cooperação e integração regional solidária e inclusiva. ***

Marque todas que se aplicam.

- Disciplinas ministradas em conjunto por docentes do Campus Sant'Ana do Livramento e do CUR
- Grupos de estudos de casos, composto por discentes de diversos cursos do Campus Sant'Ana do Livramento e do CUR de forma a estudar soluções a partir de diferentes formações acadêmicas.
- Programa interinstitucional que contemple vagas para discentes do CUR cursarem disciplinas no Campus Livramento e vice-versa.
- Participação de docentes do CUR em bancas e/ou, na qualidade de co-orientadores em trabalhos de conclusão de curso de discentes do Campus Sant'Ana do Livramento e vice-versa.
- Outro: _____

27. **O currículo internacionalizado oferece conhecimentos e habilidades internacionais e interculturais visando preparar os alunos para desempenho (profissional, social e emocional) em um ambiente internacional e contexto multicultural. Em sua opinião, a internacionalização do currículo pode ser um meio eficaz para fortalecer a cooperação acadêmica entre o Curso, sob sua coordenação e o CUR? Nessa perspectiva, quais as suas sugestões para internacionalização do currículo de um curso? ***

28. **Em sua opinião, seria interessante desenvolver um sistema de reconhecimento de créditos que atenda às necessidades de cooperação acadêmica entre o Campus Sant'Ana do Livramento e o CUR? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Após a última pergunta desta seção, ir para a pergunta 29.*

29. **Fique à vontade para descrever como poderia ser um sistema de reconhecimento de créditos para essa cooperação?**

Gestão da cooperação Sul-Sul entre Campus Sant'Ana do Livramento e Centro Universitário de Rivera (CUR) da UdelAR.

30. **Indique as atividades que podem ser EFICAZES no sentido de despertar e/ou impulsionar o interesse dos docentes para o desenvolvimento de projetos em parceria entre Campus Sant'Ana do Livramento e CUR: ***

Marque todas que se aplicam.

- A promoção de reuniões entre os docentes do Campus Sant'Ana do Livramento e do CUR para reconhecimento de possibilidades de cooperação.
- Curso de ambientação para professores do Campus Sant'Ana do Livramento contemplando os assuntos específicos desta fronteira.
- Seminários aos docentes que contemple a reflexão sobre questões sociais, históricas e econômicas desta fronteira.
- Outro: _____

31. **Indique as práticas que podem ser recomendadas aos docentes com vistas a estimular projetos acadêmicos em parceria com o CUR, voltados à cooperação Sul-Sul e na perspectiva da integração regional solidária: ***

Marque todas que se aplicam.

- Grupos de estudos por áreas temáticas sobre o eixo Sul-Sul
- Criação de redes de cooperação para a pesquisa e publicação conjunta entre demais IES conveniadas do eixo Sul-Sul.
- Inserção no currículo de temáticas correlatas às questões do eixo Sul-Sul.
- Promover o envolvimento ativo de estudantes internacionais e dos estudantes que estiveram em mobilidade no exterior para promover a diversidade cultural na sala de aula e reflexo no ensino/processos de aprendizagem.
- Outro: _____

32. **Das estratégias a seguir indique a(s) que você entende POSSÍVEL (EIS) e EFICAZ(ES) para concretizar a cooperação acadêmica entre o Campus Sant'Ana do Livramento e o CUR, voltadas à cooperação e integração regional solidária e inclusiva no eixo Sul Global. ***

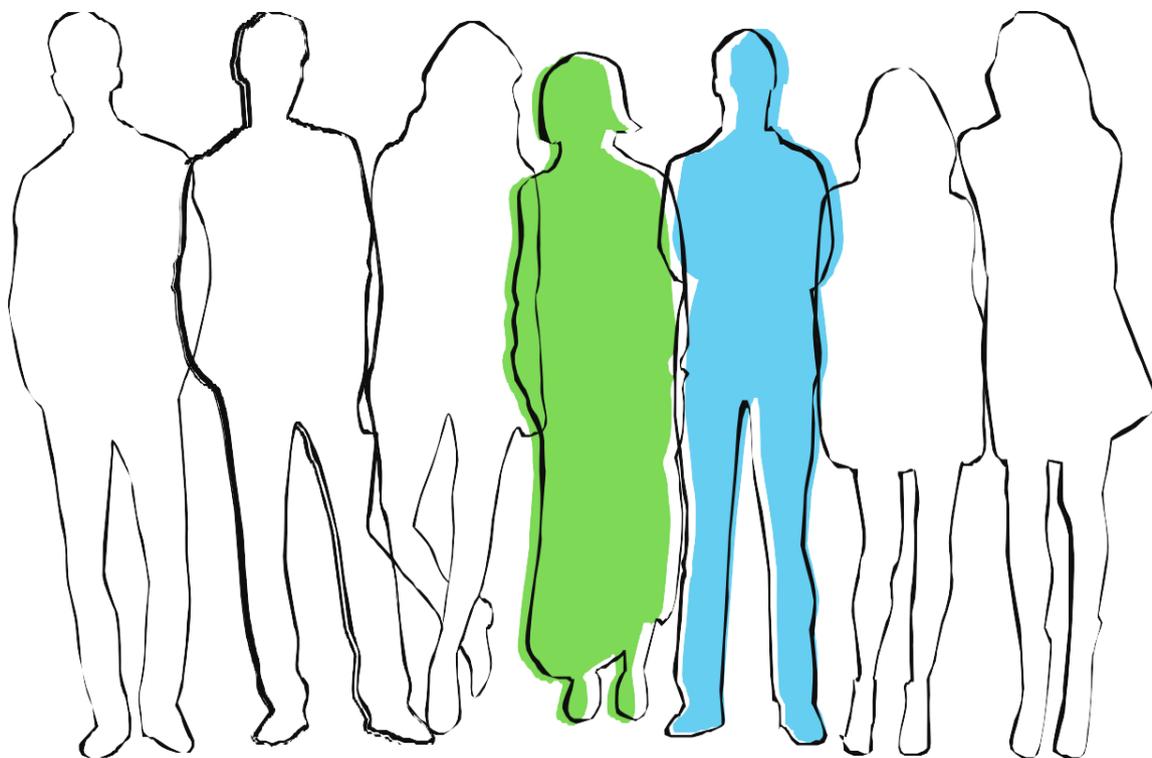
Marque todas que se aplicam.

- Definição de responsáveis acadêmico e administrativo pela gestão e impulsionamento da cooperação entre o Campus Sant'ana do Livramento e CUR.
- Promoção de atividades estudantis para estimular o contato entre a comunidade acadêmica o Campus Sant'ana do Livramento e CUR.
- Propor ao CUR a criação de um grupo de trabalho para um estudo com vistas a desenvolver um programa binacional de componentes curriculares que terão reconhecimento de crédito automático nos cursos do Campus Sant'ana do Livramento e do CUR, mutuamente.
- Oficinas interculturais visando a troca de saberes e prática dos idiomas, a serem organizadas e promovidas por acadêmicos do Campus Sant'ana do Livramento e do CUR, mediante supervisão de docentes.
- Valorização e pontuação diferenciada para atividades curriculares que promovam a cooperação entre as unidades das IES.
- Nenhuma
- Outro: _____

33. Neste espaço você pode apresentar dados ou sugestões que entenda pertinente.

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL



Programa de Cooperação Acadêmica Internacional

FRONTEIRA 2030

Fortalecendo a Cooperação Sul-Sul

ÍNDICE

	FUNDAMENTOS E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA	217
1	GRUPO DE TRABALHO	220
1.1	CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO	220
1.2	COMPROMISSOS DO GRUPO DE TRABALHO	220
1.3	CRONOGRAMA DE TRABALHO	221
2	DOS OBJETIVOS	222
2.1	OBJETIVO GERAL	222
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	222
3	DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS ENVOLVIDAS	223
4	PILARES DO PROGRAMA	224
4.1	MISSÃO	224
4.2	VISÃO	224
4.3	VALORES	224
5	DA GESTÃO DO PROGRAMA	226
6	DAS RESPONSABILIDADES	227
7	DOS RECURSOS FINANCEIROS	228
8	DAS AÇÕES BASE	229
9	DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO	234
10	DOS RESULTADOS ESPERADOS	234
	REFERÊNCIAS	235

BASES PARA O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL

FRONTEIRA 2030**FUNDAMENTOS E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA**

A universalização e a democratização do direito à educação têm sido sublinhadas nas declarações e pactos de organizações internacionais e a Educação Superior é apontada como um grande potencial no sentido de promover o crescimento econômico e reduzir a desigualdade nos países em desenvolvimento.

Alinhadas com a Agenda 2030 da Unesco e com o Plano de Ação da CRES 2018, que prega uma internacionalização humanista e solidária que contribua para uma maior e melhor compreensão e cooperação entre as culturas e as nações, a partir de uma colaboração interinstitucional baseada na solidariedade e no respeito mútuo, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por intermédio do Campus Santana do Livramento, e a Universidad de La República (UdelaR), por intermédio do Centro Universitário de Rivera, podem desenvolver ações que desencadeiem no desenvolvimento de um Programa de Cooperação Acadêmica Internacional, neste caso intitulado *a priori* “FRONTEIRA 2030”.

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por intermédio do Campus Santana do Livramento, propõe ao Centro Universitário de Rivera da Universidad de la República (Udelar) a formação de uma aliança para consolidar um Programa de Cooperação Acadêmica Internacional.

A proposta de conformação do **Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030”** fundamenta-se nos seguintes marcos:

- a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma ser ideal comum a todos os povos o esforço de garantir ao ser humano os direitos que lhe preservem a dignidade, por meio do ensino e da educação orientada ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais (ONU, 2009);
- o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que destaca o compromisso dos Estados signatários de adotar medidas por meio de assistência e

cooperação internacional para a plena eficácia dos direitos ali reconhecidos e que a ES deve ser igualmente acessível a todos, com a introdução progressiva da educação gratuita (ONU, 1966);

- o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em que, no ano de 2015, os Estados-membros da ONU comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás. São pontuados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo 4 refere-se à educação de qualidade e propõe: *Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*. Para atingir este objetivo a cooperação internacional é um componente de vital importância (ONU, 2015);
- a Declaração da Conferência Regional de Educação Superior 2018 (CRES), que explicita que na América Latina e no Caribe a internacionalização deve sustentar uma cooperação interinstitucional baseada em uma relação solidária entre iguais, com ênfases na cooperação Sul-Sul e na integração regional. Ressalta a promoção do diálogo intercultural, respeitando a idiossincrasia e identidade dos países participantes, o fomento à organização de redes interuniversitárias e o fortalecimento das capacidades nacionais mediante a colaboração interinstitucional, bem como a interação com pares acadêmicos em escala regional e internacional, propiciando a circulação e a apropriação do conhecimento como bem social estratégico, a favor do desenvolvimento sustentável da região e o dos seus países (UNESCO, 2018a);
- o Plano de Ação da CRES 2018, que indica que são necessárias estratégias sistêmicas, abrangentes e transversais a todas as políticas de desenvolvimento institucional para consolidar a integração acadêmica regional da América Latina e do Caribe e que gere um esquema planejado para mais programas regionais no domínio da colaboração acadêmica, mobilidade de estudantes e acadêmicos, currículos e pesquisas em colaboração em torno das prioridades desenvolvimento da região (UNESCO, 2018b);

- o Plano Nacional de Educação do Brasil vigente para o interstício 2014-2024, no que concerne às metas 12, 13 e 14 que referem-se especialmente à internacionalização da ES e indica, entre outras estratégias, a promoção do intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2014);
- a Lei Geral de Educação do Uruguai, que determina que a política educativa terá como fim a promoção da justiça, da solidariedade, da liberdade, da democracia, da inclusão social, da integração regional e internacional e a convivência pacífica e que a cooperação internacional será coadjuvante a tais fins (URUGUAY, 2008);
- o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA (2019-2023) que entre seus valores sublinha a visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico; o desenvolvimento regional e a internacionalização, entre outros (UNIPAMPA, 2019a); e
- o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Universidad de la República (2015-2019) que, entre suas estratégias, busca manter e aumentar os laços com universidades da região e do mundo, internacionalizando a investigação e as formações de graduação e pós-graduação (UDELAR, 2015).

Pelos fundamentos mencionados e considerando o Convênio Marco para Cooperação Internacional, firmado em 2011 entre a UNIPAMPA e a Udelar, a profícua relação de cooperação exercitada durante o Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) ocorridos em 2017 e 2018, a proximidade geográfica que une os *campi* universitários em epígrafe, e as importantes ações de interiorização de ambas as universidades promovidas pelos governos brasileiro e uruguaio, entende-se que esta Proposta encontra respaldo institucional para ser levada à apreciação dos pares.

Como sugestão, e para formalizar as tratativas, propõe-se uma Minuta para possíveis **BASES DO PROGRAMA**, o qual deverá ser amplamente estudado e afinado pelas IES, levado à aprovação das instâncias institucionais superiores e competentes, de forma a compor um anexo a futuro acordo de cooperação específico.

1 GRUPO DE TRABALHO

Propõe-se a constituição de um Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e buscar subsídios teórico-legais para a proposição de um Programa piloto intitulado Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “**FRONTEIRA 2030**”.

1.1 CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de trabalho pode ser assim organizado:

- as Direções do Campus Santana do Livramento e do Centro Universitário de Rivera se comprometem a convocar oficialmente, no mínimo, três representantes, de cada uma, para a constituição de um Grupo de Trabalho;
- o Grupo de Trabalho contará com a presença de ao menos um representante de cada área de conhecimento dos cursos ministrados no Campus Santana do Livramento e no Centro Universitário de Rivera;
- o Grupo de Trabalho poderá convidar para participar das reuniões a representação dos setores responsáveis pela graduação, pós-graduação, extensão, cooperação internacional, assistência estudantil, entre outros, sempre que pertinente e com vistas à assessoria especializada.

1.2 COMPROMISSOS DO GRUPO DE TRABALHO

Se espera que o Grupo de Trabalho se comprometa com as seguintes metas:

- construir/aprimorar Minuta do “**Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030”**”, de acordo com a concepção dos integrantes e possibilidades reais do Campus Santana do Livramento e do Centro Universitário de River;
- requisitar às Comissões de Curso que avaliem a minuta do Programa, de forma a qualificar o texto e indiquem suas contribuições e limitações;
- alinhar as ações de acordo com a adesão docente e necessidades que emergem;
- Definir a redação final do programa, escolher o nome final do programa e dar início ao pedido de formalização do mesmo por meio de acordo específico.
- se espera que até o mês de julho de 2020 o Grupo de Trabalho protocole junto às IES o acordo específico com o anexo: Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “**FRONTEIRA 2030**”.

1.3 CRONOGRAMA DE TRABALHO

Com vistas a agilizar os trabalhos sugere-se o seguinte cronograma:

Encontros	Participantes	Objetivo	Prazo
Primeira reunião	<i>Stakeholders</i> do Campus Santana do Livramento e do Centro Universitário de Rivera.	Definição de diretrizes e indicação do Grupo de Trabalho (GT). Verificação da necessidade do Programa tramitar em instâncias superiores das Universidades.	Até set/2019
Segunda Reunião	<i>Stakeholders</i> e Grupo de Trabalho	Comunicação ao GT das diretrizes de estudo da cooperação; GT: Definição do formato das reuniões, cronograma, dos atores que devem atuar em conjunto com o GT. Primeira avaliação da minuta piloto, a partir das bases aqui proposta.	Até out/2019
Discussão via Google Drive	Grupo de Trabalho	Ajustes na minuta do Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030”, a partir de discussão do grupo.	Até nov/2020
Terceira Reunião	Grupo de Trabalho e Coordenadores de Curso das Unidades Universitárias	Definição da versão do Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030” para ser encaminhado aos cursos. Reunião com os coordenadores de curso para apresentação da minuta	Até mar/2020
	Coordenação de Curso	Discussão da proposta nas Comissões de Curso e coleta das sugestões e pontuações pertinentes. Envio, via e-mail ao GT, de relatório com adições, supressões e informações que entendam pertinente.	Até abr/2020
Quarta Reunião	Grupo de Trabalho	Avaliação das sugestões dos cursos e construção dos termos finais do Programa e do acordo específico.	Até mai/2020
Quinta Reunião	Grupo de Trabalho e Coordenadores de Curso das Unidades Universitárias	Reunião com os coordenadores de curso para: Apresentação da minuta da versão final do Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “FRONTEIRA 2030” e dos termos do acordo.	Até jun/2020
Protocolo	Grupo de Trabalho	Protocolo do pedido de acordo	Até jul/2020

2 DOS OBJETIVOS

O “FRONTEIRA 2030” almeja conectar pessoas interessadas em convergir esforços para o fortalecimento das unidades universitárias envolvidas, a partir da construção de uma *agenda compartilhada voltada para modelos inovativos na ES*.

2.1 OBJETIVO GERAL

- Fomentar a Educação Superior de qualidade e inclusiva, com vistas à construção de um espaço internacional de integração solidária e regional comprometida, para o desenvolvimento da região fronteiriça Sant’Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY), por meio de uma agenda compartilhada e fundamentada em modelos inovativos de produção do conhecimento local, regional e global.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover atividades conjuntas de capacitação do *staff* de ambas as IES para ações de internacionalização da educação superior.
- Incentivar a promoção de redes de cooperação para atividades acadêmicas fortalecidas e comprometidas com o desenvolvimento de projetos qualificados para a captação de recursos materiais, financeiros e tecnológicos.
- Promover a mobilidade acadêmica estudantil entre as unidades universitárias.
- Criar e desenvolver uma agenda compartilhada entre as IES, voltada para a produção de modelos inovativos de construção do conhecimento local, regional e global.
- Construir uma agenda para a promoção da educação superior na fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera em parceria com os sistemas de educação primário e secundário.

3 DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS ENVOLVIDAS

De maneira a harmonizar o texto, são identificados por “Unidades Universitárias” o *Campus Santana do Livramento* e o Centro Universitário de Rivera.

Figura 1: *Campus Santana do Livramento* e do Centro Universitário de Rivera



Fonte:(UNIPAMPA, 2019; UDELAR, 2019)

4 PILARES DO PROGRAMA

O Programa de Cooperação Acadêmica Internacional “**FRONTEIRA 2030**” terá seu planejamento norteado pelos seguintes pilares:

4.1 MISSÃO

- Promoção da cooperação acadêmica solidária, equitativa e inclusiva, com vistas a fomentar a capacitação da comunidade acadêmica para a internacionalização da Educação Superior comprometida com a integração regional e o desenvolvimento sustentável.

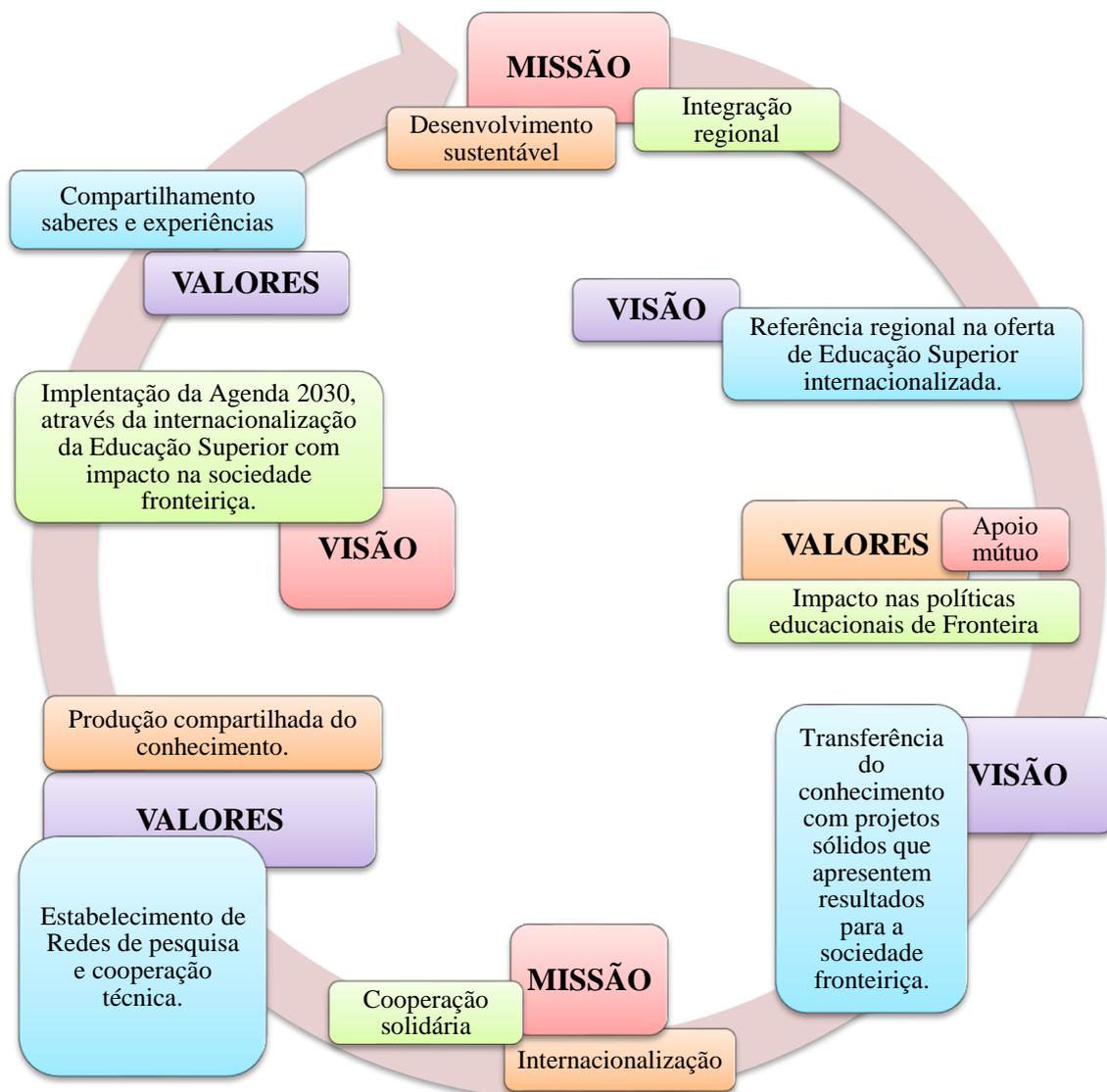
4.2 VISÃO

- Ser símbolo de uma robusta parceria, atuando em prol de construir uma via de mão dupla na produção compartilhada do conhecimento com projetos sólidos que apresentem resultados para a sociedade fronteiriça.
- Tornar a fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera, referência regional na oferta de Educação Superior internacionalizada conferindo educação gratuita, de qualidade, inclusiva e equitativa, bem como comprometida com a responsabilidade social.
- Engajar a comunidade acadêmica em busca de alcançar os 17 objetivos propostos pela Agenda 2030 da Unesco, através da internacionalização da Educação Superior, com impacto na sociedade fronteiriça.

4.3 VALORES

- Apoio mútuo.
- Estabelecimento de Redes de pesquisa e cooperação técnica.
- Produção compartilhada do conhecimento.
- Compartilhamento de saberes e experiências.
- Impacto nas políticas educacionais na Fronteira Rivera-Sant’Ana do Livramento.

Figura 2: Pilares do “FRONTEIRA 2030”



Fonte: Elaborado pela Autora.

5 DA GESTÃO DO PROGRAMA

O programa se guiará pelos princípios de gestão democrática e paritária, respeitando o pluralismo de ideias. O planejamento será anual e deverá ser executado mediante o aval formal das instâncias superiores de cada IES. Todos os projetos apresentados necessitam prezar por estudos prévios de viabilidade e priorizar ações concretas para alcançar objetivos pontuais.

- O acordo especificará que o programa será gerido pela “Câmara para a Cooperação Fronteiriça”.
- Após a assinatura do acordo específico, os membros do Grupo de Trabalho podem ser reconduzidos a compor a Câmara para a Cooperação Fronteiriça e deverão construir seu regulamento em prazo estipulado pelas Direções das Unidades Universitárias.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça poderá convidar, como membro permanente ou apenas para participar de reuniões específicas, a representação dos setores responsáveis pela graduação, pós-graduação, extensão, cooperação internacional, assistência estudantil, entre outros, sempre que pertinente e com vistas à assessoria especializada.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça poderá definir sua organização de trabalho e especificar a possibilidade de indicar um Coordenador responsável por fomentar, organizar e promover projetos para desenvolver cada objetivo específico.

6 DAS RESPONSABILIDADES

As responsabilidades das representações das Unidades Universitárias serão bilaterais e equitativas considerando a necessária representatividade e protagonismo de ambas as IES.

- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça se responsabilizará por organizar o planejamento das ações, que deverá ser pactuado anualmente com a definição de metas e indicadores.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça se responsabilizará por estimular o engajamento da comunidade acadêmica nas ações.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça se comprometerá a desenvolver uma ferramenta de registro de todas as atividades, de forma a manter um banco de dados de internacionalização ou criar uma plataforma para esse fim.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça emitirá um relatório no início de cada ano informando as ações promovidas no ano anterior, empecilhos, metas propostas e as alcançadas.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça se comprometerá a verificar, junto aos setores competentes de cada IES, como resguardar à comunidade acadêmica a devida segurança jurídica, no que diz respeito a trânsito fronteiriço e seguros. Tal questão deverá estar formalizada e documentada.
- A Câmara para a Cooperação Fronteiriça se comprometerá a verificar, junto aos setores competentes de cada IES, como resguardar à comunidade acadêmica a devida segurança jurídica no que diz respeito à proteção dos direitos de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos.

7 DOS RECURSOS FINANCEIROS

A concepção da cooperação solidária, equitativa e inclusiva traz em seu bojo a necessidade de união de esforços para a superação de assimetrias em países do Sul global. Por essa razão a previsão orçamentária deverá ser ajustada junto aos setores competentes de cada IES, bem assim autorizadas pelas autoridades superiores.

O programa deverá respeitar o princípio da economicidade.

Desta forma:

- As Unidades Universitárias se comprometem a pleitear junto às suas IES a viabilidade de destinação de recursos financeiros, para fins da concretização de projetos previamente analisados pela Câmara para a Cooperação Fronteiriça e que se proponham a alcançar os objetivos do FRONTEIRA 2030.
- A “Câmara para a Cooperação Fronteiriça” primará pela exigência de qualidade dos projetos, que devem estar em sinergia com a proposta de promoção da integração e desenvolvimento regional, e devidamente fundamentados para buscar os recursos financeiros junto agências de fomento externo.
- Nenhum projeto que dependa de recurso financeiro será aprovado sem o aval formal das autoridades competentes de cada IES quanto à indicação da fonte de tais recursos.
- Os recursos financeiros necessários à execução de projetos específicos devem ser previstos com antecedência de 1 (um) ano.
- A regulamentação de uso de recurso financeiro recebido pelo Programa em razão de participação em editais externos deve ser submetida à análise das autoridades competentes para indicarem os direitos, as responsabilidades e os deveres.

8 DAS AÇÕES BASE

A partir dos objetivos específicos propõe-se linhas de ação que poderão se constituir em ponto de partida para o planejamento estratégico do programa, de forma a encontrar caminhos que levem a resultados produtivos para a sociedade onde estão sediadas as Unidades Universitárias.

Parte-se das seguintes linhas de ação:

- a) internacionalização do currículo e internacionalização “*at home*”, como ferramenta que oportunize aos acadêmicos acesso à conteúdos não ministrados na IES de origem e sob diferentes perspectivas;
- b) internacionalização abrangente – integração do *staff* das Unidades Universitárias e aprendizagem e reflexão sobre os mecanismos de internacionalização;
- c) estabelecimento de Redes de cooperação;
- d) definição da Agenda Fronteira “2030”, como mecanismo de sensibilização da sociedade e dinamização das atividades prioritárias do Programa.

A partir das linhas de ação sugerem-se diretrizes sobre as quais pode ser proposto o planejamento estratégico e definida a formulação e implementação de estratégias. Tomou-se por base o contexto atual de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam as relações de cooperação entre as Unidades Universitárias.

Entretanto há que se considerar que os fatores influenciadores mudam rapidamente e dado ao fato que esse estudo contemplou apenas uma amostra de profissionais, outras ideias mais propícias podem emergir de tal forma que a revisão sistemática das estratégias é indispensável.

No Quadro 1 são elencadas algumas propostas de ações e indicados os possíveis setores das IES que podem apoiar a “Câmara para a Cooperação Fronteira” no fomento e organização das ações.

Quadro 1- Ações Base

continua

Eixo	Objetivo específico	Projeto	Tempo estimado	Envolvidos	Ações/Atividades
Internacionalização Abrangente	Promover atividades conjuntas de capacitação do <i>staff</i> para ações de internacionalização da ES	Integração e capacitação do <i>staff</i>	Eventos de 8 horas	<p>Apoio: PROGRAD/ PROPPI/ PROEXT/ DAEINTER (UNIPAMPA) e CEPE(Udelar)</p>	<p>✓ Palestras sobre internacionalização da ES: Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar o reconhecimento da temática; • Promover a conscientização sobre a importância, as implicações, os possíveis meios de projetar a internacionalização nas IES e impactos.
				<p>Público alvo: Docentes e Setores Administrativos</p>	<p>✓ Oficinas e workshops de capacitação para a Internacionalização da ES. Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cientificar todo o <i>staff</i> sobre a nova realidade que está sendo projetada pelas Unidades Universitária; • Informar o <i>staff</i> sobre os marcos normativos que embasam a proposta; • Integrar o <i>staff</i> das Unidades Universitárias para reconhecimento mútuo e compartilhamento de percepções sobre o processo posto em marcha; • integrativos que aproximem. • Refletir sobre a preparação das Unidades Universitárias para recepção desses estudantes internacionais. • Refletir sobre as questões burocráticas para a mobilidade: modalidade de matrícula, apoio estudantil preparação das Unidades Universitárias para recepção desses estudantes internacionais. • Analisar a possibilidade de utilização, pela comunidade acadêmica, da biblioteca da Unidade Universitária parceira.

Quadro 1: Ações Base

continuação

Eixo	Objetivo específico	Projeto	Tempo estimado	Envolvidos	Ações/Atividades
Internacionalização do Currículo e Internacionalização em Casa	Incentivar a mobilidade acadêmica estudantil entre as Unidades Universitárias	Reconhecimento de créditos e incentivo à mobilidade acadêmica estudantil	Iniciar o projeto até 2021.	<p>Apoio: PROGRAD (UNIPAMPA) e Setores acadêmicos competentes da Udelar</p> <p>Público alvo: discentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estipular disciplinas de livre circulação com reconhecimento de crédito garantido, independente de autorização prévia do Curso de origem. <p>Objetivo: Oportunizar aos discentes a possibilidade de internacionalização de seus currículos. Um formato com caráter de formação complementar, onde o estudante possa cursar uma ou duas disciplinas por semestre na Unidade Universitária parceira. Não será necessário que o estudante deixe a sequência do seu curso na IES de origem.</p> <p>Meta: Evoluir na ideia de definição de disciplinas mestras que constituam um módulo internacional com reconhecimento em ambas as IES.</p> <p>Organização: definição de quantitativo máximo de vagas, pré-requisitos e nomeação de candidatos pela Unidade Universitária de origem.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ofertar cursos de verão e de inverno; ✓ Organizar um Clube de leitura, com o propósito de estimular o reconhecimento dos idiomas espanhol e português entre os alunos das Unidades Universitárias.

Quadro 1: Ações Base

continuação

Eixo	Objetivo específico	Projeto	Tempo estimado	Envolvidos	Ações/Atividades
Redes de Cooperação	Incentivar a promoção de redes para atividades acadêmicas fortalecidas e comprometidas com o desenvolvimento de projetos qualificados para a captação de recursos materiais externos.	Conectando saberes diversos.	Avaliação da possibilidade de uma agenda de pesquisa, ensino e extensão entre pares.	<p>Apoio: PROGRAD/ PROPPI/ PROEXT (UNIPAMPA) e Udelar</p> <p>Público alvo: Professores e Técnicos administrativos interessados</p>	<p>✓ Encontro de Pesquisadores da Fronteira:</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conectar os pares acadêmicos; • Avaliação da possibilidade de uma agenda de pesquisa, ensino e extensão entre pares; • Dar luz a novas perspectivas para a cooperação ora proposta. <p>Propõe-se um formato de encontro onde os Docentes Técnicos administrativos interessados possam divulgar seus interesses acadêmicos, seus estudos desenvolvidos e em desenvolvimento, suas ideias e sugestões para alavancar a cooperação universitária dentro do Programa.</p> <p>Possíveis resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de profissionais das Unidade Universitárias parceiras em bancas de avaliação de trabalhos de conclusão de curso. • Constituição de grupos de pesquisa, ensino e extensão, a fim de promover a construção e transferência de conhecimento, especialmente com vistas a promover ações possíveis para atingir os objetivos da Agenda 2030 da ONU.

Quadro 1: Ações Base

conclusão

Eixo	Objetivo específico	Projeto	Tempo estimado	Envolvidos	Ações/Atividades
Agenda “FRONTEIRA 2030”	Construir uma agenda anual para a promoção da Educação Superior na Fronteira Sant’Ana do Livramento e Rivera	O Jovem fronteiriço e as possibilidades de estudo universitário	3 dias por ano	<p>Apoio: Comunidade Acadêmica Universitária</p> <p>Público Alvo: Sistemas de educação primário e secundário</p>	<p>✓ Feira educacional</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a conscientização do público alvo para a oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade; • Inserção da perspectiva da possibilidade de Educação internacional na vida da comunidade local; • Elucidar sobre os processos de ingresso de estrangeiros e documentação necessária para cada Unidades Universitárias; • Apresentação de estudos desenvolvidos nas IES. • Relatos de experiências. • Colaboração com professores da educação básica e média para transferência de conhecimento e formação continuada, especialmente com projetos vinculados aos ODS.
		Universidade para a comunidade	Mensal	<p>Apoio: Docentes</p> <p>Público Alvo: Sociedade</p>	<p>✓ Grupo de conversa com a comunidade a partir de um espaço mensal em rádios das cidades.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conversas temáticas entre docentes das Unidades Universitárias e convidados da escola primária, secundária e da sociedade civil. Debater e projetar políticas públicas em matéria de desenvolvimento local e regional com atenção aos ODS. • Articulação com demais IES e setores dos governos municipais e da sociedade.

9 DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

A “Câmara para a Cooperação Fronteiriça” desenvolverá um mecanismo de monitoramento dos projetos e sugerirá medidas corretivas para os ajustes necessários de forma que se alcance metas propostas.

Notadamente, dado ao caráter dinâmico das relações é importante que o planejamento estratégico seja revisado constantemente de forma a ajustá-lo e incrementá-lo a partir das experiências, com o conseqüente desenho de novas estratégias tomando por base a realidade do momento.

10 DOS RESULTADOS ESPERADOS

O “FRONTEIRA 2030” propõe o fortalecimento das relações educativas na Fronteira da Paz de maneira a viabilizar mecanismos para processos inovativos na internacionalização da Educação Superior.

O “FRONTEIRA 2030” busca impactar na construção de uma sociedade inovadora para enfrentar os desafios do contexto global em que está inserida, sem perder de vista o caráter solidário e humanista.

O “FRONTEIRA 2030” almeja viabilizar a sinergia entre as Unidades Universitárias e a comunidade local de forma a socializar e difundir o conhecimento ali produzido e, em contrapartida, receber contribuições a partir de experiências práticas da vida cotidiana e considerá-las para a reflexão e aperfeiçoamento de teorias.

Espera-se compromisso e liderança dos docentes que, ao se identificarem com a proposta “FRONTEIRA 2030”, aceitem o desafio de assumir a proatividade de repensá-la e implementá-la de acordo com as possibilidades do contexto.

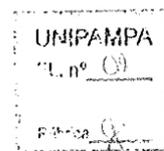
Que seja produtivo o processo de internalização da perspectiva fronteiriça no corpo docente, independentemente dos objetivos profissionais individuais, de maneira que se solidarizem com a causa da Educação gratuita, de qualidade e inclusiva e encontrem nessa proposta a motivação para dedicar seu profissionalismo e conhecimento a favor de causas mais solidárias e humanistas para o benefício da sociedade fronteiriça.

Por fim, que no ano de 2030 sejam observados avanços sólidos na construção de uma cidadania fronteiriça atenta e inserida no contexto global sem perder de vista o local.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação - PNE e dá outras providências.** 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Pacto internacional de derechos económicos, sociales y culturales.** 1966. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/cescr.aspx>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos.** Paris. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- UDELAR, Universidad de la República. **Plan Estratégico de Desarrollo de la Universidad de la República 2015-2019.** 2015. Disponível em: <http://www.universidad.edu.uy/renderPage/index/pageId/102#heading_294>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- UDELAR, Universidad de la República. **Centro Universitario de Rivera.** 2019. Disponível em: <<http://www.rivera.udelar.edu.uy/quienesomos-sobreelcur>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Conferência regional de educación superior - CRES 2018.** 2018a. Disponível em: <http://espacioenlaces.org/wp-content/uploads/2018/07/declaracion_cres2018.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Plan de Accion CRES 2018-2028.** 2018b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Mr_obMED-yv2RalSeC6L1YeStb1C9tiU/view>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI (2019 – 2023).** Bagé. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019a.
- UNIPAMPA, Fundação Universidade Federal do Pampa. **Universidade.** 2019b. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- URUGUAY. **Ley Nº 18.437 Ley General de Educación.** 2008. Disponível em: <https://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/431/1/ley_de_educacion_dic2014.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

ANEXO A - CONVÊNIO UNIPAMPA e UDELAR



CONVÊNIO ENTRE A UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, URUGUAI e A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, BRASIL

A Universidad de la República, doravante denominada Udelar, representada por seu Reitor, Dr. Rodrigo Arocena; e a Universidade Federal do Pampa, doravante denominada Unipampa, representada por sua Reitora, Prof^a Dra. Maria Beatriz Luce.

CONSIDERANDO

- I. A conveniência de estabelecer e desenvolver relações de cooperação em ambas as instituições de ensino superior.
- II. Que de acordo a la Lei Orgânica da Udelar, compete a esta a oferta de ensino superior em todos os níveis da cultura, assim como o desenvolvimento e difusão da mesma; proteger e impulsionar a investigação científica e tecnológica e as atividades artísticas; e contribuir com o estudo dos problemas de interesse geral, bem como tornar pública a sua divulgação.
- III. Que de acordo com o Estatuto da Unipampa compete a esta a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter e ampliar a sua natureza orgânica, social e comunitária.
- IV. Que ambas as partes aspiram potencializar sua eficácia no cumprimento de seus objetivos por meio da cooperação mútua.

ACORDAM celebrar um convênio que irá se reger pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA: Os objetivos deste convênio são, em termos gerais, estabelecer um marco institucional que promova o desenvolvimento e a difusão da cultura e, em particular, o desenvolvimento do ensino superior e a investigação científica e tecnológica.

SEGUNDA: Para dar cumprimento aos objetivos indicados, ambas as partes, de comum acordo, elaborarão programas e projetos de cooperação, nos quais se especificarão as obrigações que cada uma das partes irá assumir na execução dos mesmos.

TERCEIRA: Os programas e projetos referidos na cláusula anterior serão objeto de acordos complementares ou de execução entre ambas as universidades, quando se trate de programas ou projetos centrais ou multidisciplinares; ou entre as Faculdades, escolas e institutos das respectivas universidades, sob prévia autorização das autoridades centrais, quando esta for necessária, segundo as regulamentações de cada parte.





QUARTA: Os acordos complementares ou de execução poderão se referir, entre outros, aos seguintes aspectos:

- a. intercâmbio de professores, investigadores e estudantes;
- b. formação e aperfeiçoamento de docentes e investigadores;
- c. intercâmbio de informação;
- d. estudos e investigações;
- e. cursos, seminários, conferências, *workshops*, etc.
- f. publicações; e toda outra atividade idônea para atingir os objetivos do presente convênio.

Os acordos complementares deverão ser, em cada oportunidade, objeto de avaliação prévia e posterior ratificação pelas autoridades competentes.

QUINTA: As pessoas relacionadas com este convênio ficarão submetidas às normas vigentes das universidades em que desenvolvem suas atividades.

A seleção de pessoas para intercâmbio, a qualquer título, de uma ou outra universidade, se realizará segundo as normas da universidade de origem, sem prejuízo de sua aceitação pela universidade de destino.

SEXTA: Ambas as partes, de comum acordo, poderão solicitar a participação de terceiros para colaborar com financiamento, execução, coordenação, continuidade ou avaliação dos programas e projetos relacionados com este convênio.

SÉTIMA: Este convênio manterá sua vigência até que seja renunciado por qualquer uma das partes. A renúncia não afetará os programas e projetos em execução.

OITAVA: Toda diferença que resulte em interpretação ou aplicação deste convenio será solucionada pela via da negociação direta. Em qualquer momento, uma parte poderá propor à outra a sua modificação.

NONA: Este convênio entrará em vigência uma vez assinado, para cujo efeito se farão quatro exemplares, dois em espanhol e dois em português, sendo os textos igualmente autênticos.



 Dr. Rodrigo Arocena
 Reitor
 Universidad de la República


 Prof. Dra. María Beatriz Luce
 Reitora
 Universidade Federal do Pampa

data:

12 DIC. 2011
 Este documento foi analisado
 e aprovado pela
 CONJUNTA UNIPAMPA
 EM 27/10/2011
 ZENEIDA M. SILVEIRA
 PROC. FEDERAL
 UNIPAMPA

data: 15/12/2011

